



SÉRIE
CEURCA

CAPITALISMO, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

organizadores:

Maria Jeanne Gonzaga de Paiva
Maria Messias Ferreira Lima
Valéria Feitosa Pinheiro
Francisco José Soares Teixeira

WWW.CEURCA.COM.BR

vol.
2

Capitalismo, trabalho e política social

Blucher

Maria Jeanne Gonzaga de Paiva
Maria Messias Ferreira Lima
Valéria Feitosa Pinheiro
Francisco José Soares Teixeira
(organizadores)

Capitalismo, trabalho e política social

SÉRIE CEURCA 

Volume 2

Capitalismo, trabalho e política social – Série CEURCA, v. 2

© 2017 Maria Jeanne Gonzaga de Paiva, Maria Messias Ferreira Lima, Valéria Feitosa Pinheiro, Francisco José Soares Teixeira

Editora Edgard Blücher Ltda.

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar

04531-934 – São Paulo – SP – Brasil

Tel 55 11 3078-5366

contato@blucher.com.br

www.blucher.com.br

Segundo Novo Acordo Ortográfico, conforme 5. ed.
do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*,
Academia Brasileira de Letras, março de 2009.

É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer
meios, sem autorização escrita da Editora.

Todos os direitos reservados pela Editora
Edgard Blücher Ltda.

FICHA CATALOGRÁFICA

Capitalismo, trabalho e política social [livro eletrônico] /
organização de Maria Jeanne Gonzaga de Paiva...
[et al]. – São Paulo : Blucher, 2017.
198 p.; il. color.; PDF

Bibliografia

ISBN 978-85-8039-187-9 (e-book)

1. Capitalismo 2. Política social – Brasil 3. Trabalho
4. Mercado de trabalho – Brasil I. Paiva, Maria Jeanne
Gonzaga de.

16-0998

CDD 320.981

Índice para catálogo sistemático:
1. Ciência política - Brasil

Série CEURCA 

UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI

Reitor – José Patrício Pereira Melo

Vice-reitor – Francisco do Ó de Lima Júnior

Diretor do Centro de Estudos Sociais Aplicados – Ronald de Figueiredo e Albuquerque

Chefia de Departamento de Economia – Valéria Feitosa Pinheiro e Maria Jeanne Gonzaga de Paiva

Colóquio Sociedade, Políticas Públicas, Cultura e Desenvolvimento – CEURCA

Projeto gráfico

Revisão: Hermógenes Teixeira de Holanda, Camila P. B. Rodrigues e Tallita Soares Justino

Site do CEURCA: www.ceurca.eco.br

Conselho Editorial

Valéria Feitosa Pinheiro

Maria Jeanne Gonzaga de Paiva

Francisco José Soares Teixeira

Maria Messias Ferreira Lima

Conselho de pareceristas do 3º CEURCA (capital, trabalho e política social)

Prof. M.e Adriano Olivier de Freitas e Silva (UEPI)

Prof. Dr. Álvaro de Oliveira D'Antona (Unicamp)

Prof.^a Dr.^a Ana Cláudia Farranha (UnB)

Prof.^a Dr.^a Ana Josicleide Maia (URCA)

Prof.^a M.e Ana Maria Leite Nunes (URCA)

Prof.^a M.e Ana Roberta Duarte Piancó (URCA)

Prof. Dr. Antonio Lisboa Teles da Rosa (UFC)

Prof. Dr. Carlos Henrique Marques da Rocha (UnB)

Prof. Dr. Celso Frederico (USP)

Prof. M.e Cimar Alejandro Prieto Aparicio (Fundacao SEADE)

Prof. M.^a Cynthia Studart Albuquerque (IFCE)

Prof. Dr. Eduardo Girão Santiago (UFC)

Prof.^a Dr.^a Eliane Pinheiro de Sousa (URCA)

Prof. M.e Fábio José Ferreira da Silva (Banco Central)

Prof. Dr. Fabio Fonseca Figueiredo (UFRN)

Prof. Dr. Fabio Maia Sobral (UFC)

Prof. M.e Fagner Moura da Costa (UERN)

Prof.^a Dr.^a Francisca Laudeci Martins Souza (URCA)
Prof. Dr. Francisco José Soares Teixeira (URCA)
Prof. Dr. Gil Célio de Castro Cardoso (Unb)
Prof.^a Dr.^a Gislene Farias de Oliveira (URCA)
Prof. Dr. Ivan Targino Moreira (UFPB)
Prof. Dr. João César Abreu de Oliveira (URCA)
Prof. Dr. Jorge Luiz Mariano (UFRN)
Prof. Dr. José Elesbão de Almeida (UERN)
Prof. M.e José Irivaldo Alves Oliveira Silva (UFMG)
Prof. Dr. José Maria Pereira da Nobrega Junior (Unb)
Prof. Dr. José Micaelson Lacerda Morais (URCA)
Prof. M.e José Patrício Pereira Melo (URCA)
Prof. Dr. José Raimundo Barreto Trindade (UFPA)
Prof. Dr. Kaio César Fernandes (UFERSA)
Prof. Dr. Luiz Honorato da Silva Junior (Unb)
Prof.^a Dr.^a Maione Rocha de Castro Cardoso (UECE)
Prof. Dr. Marcos Antônio de Brito (URCA)
Prof.^a Dr.^a Maria Alice Pestana de Aguiar Remy (Unicamp)
Prof.^a Dr.^a Maria Cristina de Queiroz Nobre (UECE)
Prof.^a Dr.^a Maria de Lourdes de Araujo (URCA)
Prof.^a Dr.^a Mirla Cisne Álvaro (UERN)
Prof.^a Dr.^a Núbia Ferreira Almeida (URCA)
Prof. Dr. Paulo César Oliveira Diniz (UFMG)
Prof. Dr. Pedro Ferreira Barros (URCA)
Prof. Dr. Roberto Marques (URCA)
Prof.^a M.^a Rosane da Silva Nunes (UFCA)
Prof.^a Dr.^a Roseli Alves dos Santos (UNIOESTE)
Prof.^a M.^a Sambara Paula Francelino Ribeiro (UECE)
Prof.^a M.^a Sara Raquel Fernandes Queiroz de Medeiros (UFRN)
Prof.^a M.^a Sônia Maria Lira Ferreira (UFMG)
Prof. Dr. Thiago Chagas Oliveira (URCA)
Prof. Dr. Wellington Ribeiro Justo (URCA)
Prof. M.e William Gledson e Silva (UERN)
Prof. M.e Yuri Cesar de Lima e Silva (UFR)
Prof.^a Dr.^a Zuleide Fernandes de Queiroz (URCA)

Sumário

CAPITALISMO HOJE: ACUMULAÇÃO SEM DESENVOLVIMENTO?...	13
<i>Francisco José Soares Teixeira</i>	
O CAPITALISMO AINDA É AQUELE?	13
O FUTURO DO TRABALHO	17
CAPITAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL	18
CAPÍTULO 1 – NEODESENVOLVIMENTISMO E POLÍTICA SOCIAL	19
<i>Carlos Montaña</i>	
1.1 INTRODUÇÃO	19
1.2 DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL	20
1.3 CRISE DO CAPITAL, NEOLIBERALISMO E NEODESENVOLVIMENTISMO	27
1.4 A POLÍTICA SOCIAL NO NEOLIBERALISMO E NO NEODESENVOLVIMENTISMO	33
REFERÊNCIAS	39
CAPÍTULO 2 – A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO “DESMERCADORIZADO”	41
<i>José Micaelson Lacerda Morais</i>	
2.1 INTRODUÇÃO	41
2.2 A REPRODUÇÃO DAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO: AS CONDIÇÕES DE DOMINAÇÃO CAPITALISTA E AS CONDIÇÕES DA VIDA SOCIAL	43

2.3 DO CONCEITO DE REPRODUÇÃO À CONCEPÇÃO UNIFICADORA DE ESPAÇO: O SENTIDO DA VIDA HUMANA <i>VERSUS</i> O SENTIDO DA RIQUEZA NA SOCIEDADE CAPITALISTA	46
2.4 POR UM NOVO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO	49
2.5 POR UMA NOVA SOCIEDADE.....	51
2.6 CONCLUSÃO	55
REFERÊNCIAS.....	56

CAPÍTULO 3 – TRANSFORMAÇÕES DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA AS

POLÍTICAS SOCIAIS	57
--------------------------------	-----------

Ana Samilly Alexandre Moreira, Luma Rodrigues de Oliveira e Cynthia Studart Albuquerque

3.1 INTRODUÇÃO	57
3.2 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E RETROCESSO DE DIREITOS.....	59
3.3 REORDENAMENTO ESTATAL: AVANÇO PARA O CAPITAL E RECUO PARA OS TRABALHADORES.....	60
3.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS.....	64

CAPÍTULO 4 – PRIVATIZAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NA CONJUNTURA NEOLIBERAL: OS “NOVOS MODELOS DE GESTÃO” E OS DESAFIOS AO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Jediane Freitas da Silva e Luciana Dantas Tenório

4.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	66
4.2 O SERVIÇO SOCIAL E AS POLÍTICAS SOCIAIS: MEDIAÇÕES, LIMITES E POSSIBILIDADES DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DA PROFISSÃO.....	66
4.3 A OFENSIVA NEOLIBERAL: PRIVATIZAÇÃO E OS NOVOS MODELOS DE GESTÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS.....	70
4.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS.....	83

CAPÍTULO 5 – A RECENTE PRODUÇÃO TEÓRICA EM TORNO DOS DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE	85
<i>Julliane Bispo Pereira e Diego de Oliveira Souza</i>	
5.1 INTRODUÇÃO	85
5.2 METODOLOGIA.....	87
5.3 CARACTERIZAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES REVISADAS.....	88
5.4 O QUE SÃO DETERMINANTES SOCIAIS DE SAÚDE?.....	89
5.5 POBREZA E INIQUIDADES DE SAÚDE.....	91
5.6 REPENSANDO OS DSS A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA CRÍTICA.....	93
5.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS.....	97
CAPÍTULO 6 – EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS MODELOS DE PRODUÇÃO E SEUS REFLEXOS SOBRE A DESREGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	99
<i>Rosane da Silva Valois e Isabela da Silva Valois</i>	
6.1 INTRODUÇÃO	100
6.2 PROCESSOS DE PRODUÇÃO E TRABALHO E SUA EVOLUÇÃO HISTÓRICA	101
6.3 RÁPIDAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL	110
6.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS.....	116
CAPÍTULO 7 – A EDUCAÇÃO SUPERIOR E OS LIMITES ABSOLUTOS DO CAPITAL: PRECARIZAÇÃO DO TRABALHADOR QUALIFICADO E CONTRADIÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM TEMPOS DE CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL	119
<i>Edilvan Moraes Luna e Ana Paula dos Santos Brito</i>	
7.1 INTRODUÇÃO	120
7.2 A SOCIEDADE DO CONHECIMENTO E DA INFORMAÇÃO	122

7.3 A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO E DA INFORMAÇÃO	125
REFERÊNCIAS.....	131

**CAPÍTULO 8 – ECONOMIA DE COMUNHÃO: UM ESTUDO NA
PERSPECTIVA DE RETOMADA DO DEBATE ÉTICO NA ECONOMIA.....** 133
Francisco Rafael Félix de Sousa e Pedro Ferreira Barros

8.1 INTRODUÇÃO	133
8.2 UMA QUESTÃO PARA A ATUALIDADE.....	135
8.3 ECONOMIA DE COMUNHÃO: HISTÓRIA E PROFECIA.....	138
8.4 UMA NOVA CULTURA ECONÔMICA: EDC.....	141
8.5 EDC E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA DISTINÇÃO NECESSÁRIA.....	147
8.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	151
REFERÊNCIAS.....	152

**CAPÍTULO 9 – AS BASES TRADICIONAIS DA EXPERIÊNCIA
NEOLIBERAL NO CEARÁ: A FORÇA ELEITORAL DOS CLÃS
POLÍTICOS FAMILIARES** 155
Cristiane Maria Marinho e Maria Cristina de Queiroz Nobre

9.1 INTRODUÇÃO	155
9.2 OBJETIVOS E ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA SOBRE OS CLÃS POLÍTICOS NO CEARÁ.....	159
9.3 ALTERAÇÕES NA POLÍTICA CEARENSE A PARTIR DA REDEMOCRATIZAÇÃO	160
9.4 A DOMINÂNCIA POLÍTICA DOS CLÃS FAMILIARES NA “ERA TASSO”...	161
9.5 A DOMINÂNCIA POLÍTICA DOS CLÃS FAMILIARES NO CEARÁ: DA ESFERA MUNICIPAL PARA A ESTADUAL.....	162
9.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	167
REFERÊNCIAS.....	168
SITES CONSULTADOS	169

CAPÍTULO 10 – A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE INCLUSÃO: O PROJETO REVIVER DO CARIRI (CEARENSE) E A (RE) INTEGRAÇÃO SOCIAL DE DEPENDENTES QUÍMICOS.....	171
<i>Camila Pereira Brígido Rodrigues, Maria Aline Pereira de Brito, Izak Batista de Araújo e Francisca Laudeci Martins Souza</i>	
10.1 INTRODUÇÃO.....	172
10.2 A INSTITUIÇÃO DE UM CAMINHO METODOLÓGICO.....	178
10.3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE SUPERAÇÃO DA EXCLUSÃO SOCIAL PRODUZIDA PELA DEPENDÊNCIA QUÍMICA: O CASO DO PROJETO REVIVER DO CARIRI	180
10.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	184
REFERÊNCIAS.....	185
CAPÍTULO 11 – MERCADO DE TRABALHO SOB O PRISMA DAS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO RURAL: O CASO DO BAIXO JAGUARIBE (CE).....	187
<i>Christiane Luci Bezerra Alves e Evânio Mascarenhas Paulo</i>	
11.1 INTRODUÇÃO.....	187
11.2 A REGIÃO DO BAIXO JAGUARIBE E AS NOVAS DINÂMICAS NO MEIO RURAL CEARENSE.....	189
11.3 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA ECONÔMICA DO BAIXO JAGUARIBE.....	192
11.4 ESTRUTURA DO MERCADO DE TRABALHO DO BAIXO JAGUARIBE.....	195
11.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	199
REFERÊNCIAS.....	199

CAPITALISMO HOJE: ACUMULAÇÃO SEM DESENVOLVIMENTO?

Francisco José Soares Teixeira¹

O CAPITALISMO AINDA É AQUELE?

A contemporaneidade é marcada por uma consciência de ruptura que propaga a ideia de que o mundo mudou e o novo que está nascendo não traz mais nenhum vestígio do passado. No campo das relações de produção, essa consciência acredita que a reestruturação da economia criou novas formas de organização e gerenciamento do processo de trabalho,² que não lembram mais os princípios

1 Professor do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri (URCA).

2 “as empresas e seus empregados precisam desaprender muitos dos princípios e das técnicas responsáveis, por tanto tempo, pelo seu sucesso [...]. Começar de novo de uma folha de papel em branco. [Devem-se] rejeitar a sabedoria convencional e as suposições herdadas do passado [...]. A tradição de nada vale”. Ver HAMMER, Michael; CHAMPY, James. **Reengenharia**: revolucionando a empresa em função dos clientes, da concorrência e das grandes mudanças da gerência. Rio de Janeiro: Campus, 1994, p. 35.

de padronização, especialização, sincronização e de centralização que configuravam e alicerçavam a estruturação do processo produtivo.³ Os propagadores dessa consciência de ruptura não param por aí. Avançam com seu discurso para afirmar que a produção padronizada está definitivamente datada e morta. Em seu lugar, continuam, surge a produção flexível, requerendo máquinas mais flexíveis e de finalidades genéricas, operadas por trabalhadores polivalentes e altamente qualificados, com alto grau de responsabilidade e de autonomia.

Em consequência, nesse mundo cor-de-rosa, pintado com tintas carregadas das cores da mudança, seus protagonistas apressam-se para anunciar o nascimento do trabalhador detentor de conhecimentos teóricos gerais, que desenvolve raciocínios lógico-matemáticos e usa a geografia, a história e as outras ciências para discutir os problemas da sua empresa. Sem dúvidas, diriam que esse novo tempo decretou a morte do trabalhador especializado, obrigado a desempenhar uma única atividade por toda a vida, incapaz de participar de qualquer discussão racional como já havia denunciado o autor de *A Riqueza das Nações*.⁴

Utopia ou realidade? Em outras palavras: até que ponto esse novo mundo, anunciado por essa consciência de ruptura, é um retrato fiel da realidade contemporânea?

Seja qual for a resposta que se dê a essa questão, uma coisa é certa: o capitalismo já não é mais aquele que Marx e Keynes, para citar apenas esses dois grandes expoentes do pensamento econômico, tinham diante dos olhos quando escreveram sua obra. Para responder a uma crise que se arrasta desde meados da década de 1970 do século passado, o capital viu-se obrigado a criar novas formas de produção de mercadorias mais adequadas à valorização do valor. Revolucionou o processo de produção a ponto de transformar uma parcela

3 Ver TOFFLER, Alvin. **A terceira onda: morte do industrialismo e o nascimento de uma nova civilização**. 15. ed. Rio de Janeiro: Record, s.d.

4 “a ocupação da maior parte daqueles que vivem do trabalho, isto é, a maioria da população, acaba restringindo-se a algumas operações extremamente simples, muitas vezes a uma ou duas [...]. O homem que gasta toda sua vida executando algumas operações simples, cujos efeitos também são, não tem nenhuma oportunidade para exercitar sua compreensão ou para exercer seu espírito inventivo no sentido de encontrar meios para eliminar dificuldades que nunca ocorrem. Ele perde naturalmente o hábito de fazer isso, tornando-se geralmente tão embotado e ignorante quanto possa ser uma criatura humana. O entorpecimento de sua mente o torna tão somente incapaz de saborear ou ter alguma participação em toda conversação racional, mas também de conceber algum sentimento generoso, nobre ou terno, e, conseqüentemente, de formar algum julgamento justo até mesmo acerca de muitas obrigações da vida privada [...]. Assim, a habilidade que ele adquiriu em sua ocupação específica parece ter sido adquirida às custas de suas virtudes intelectuais, sociais e marciais”. Ver SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. v. 2, p. 213-214.

crescente dos trabalhadores em peças de museu. O desenvolvimento de novas tecnologias está permitindo a criação de máquinas que são “verdadeiras forças de trabalho intelectual”. Máquinas inteligentes, capazes de serem operadas com extrema facilidade. Na área de aeronavegação, por exemplo, uma pessoa com conhecimento mediano de computação é capaz de pousar um avião supersônico. Afinal, trata-se de uma máquina produzida e programada para navegar praticamente sozinha. Não é de admirar que há quem diga que a escassez parece estar com os seus dias contados. A aplicação da nanotecnologia à produção estendeu a capacidade de o homem operar até os limites do átomo. Um verdadeiro milagre, que não deixa de ter o seu lado dramático: o fim da economia burguesa. Esta ciência, que fizera da escassez a premissa básica da qual deriva suas leis e conceitos, perde sentido no mundo da nanotecnologia, onde o fantasma da necessidade prepara-se para bater em retirada. O campo da biogenética passa por transformações semelhantes. Gregor Mendel, a quem se devem as leis gerais da hereditariedade, sentir-se-ia um aluno do jardim de infância diante da revolução pela qual hoje passa a engenharia genética. Na produção de alimentos geneticamente modificados, as grandes corporações produzem desde a semente até o produto final. Para dominarem toda a cadeia de geração de alimentos, criaram as sementes suicidas, isto é, sementes que morrem na primeira sementeira, impedindo seu armazenamento para uma nova plantação. Até mesmo uma língua eletrônica foi inventada para detectar sabores que o palato humano não é capaz de sentir. Não é diferente do que acontece com a medicina. O mapeamento do DNA humano permite diagnosticar os genes maus, que provocam enfermidades, e os genes bons, responsáveis pela qualidade de vida desejável como longevidade, inteligência, beleza, habilidade para esportes etc. Uma engenhosidade apropriada pelas grandes corporações que, doravante, têm em suas mãos o poder de criar bebês desenhados e seres humanos superiores.

Essas transformações no processo de produção de mercadorias passaram a exigir maior liberdade de mobilidade para o capital. Para tanto, os donos das grandes corporações impuseram uma verdadeira revolução política: globalizaram a economia, cujo grau de internacionalização já havia transformado o mundo em uma imensa feira comercial sem barreiras e bandeiras discriminatórias. Em consequência, minaram as bases de sustentação do chamado Estado-Nação por meio de acordos de livre comércio entre “nações” e/ou de formação de “blocos de países amigos”. Quanto a isso, Chesnay não deixa dúvidas: demonstra que a globalização é um projeto de classe articulado pela grande burguesia. Em *A Mundialização do Capital*, deixa claro que a globalização não é um fenômeno exclusivamente objetivo, isto é, uma força externa que se impôs à sociedade independentemente da vontade dos partidos políticos e dos governos. Ao contrário disso, trata-se de um fenômeno politicamente produzido. Com efeito,

a perda, para a esmagadora maioria dos países capitalistas, de boa parte de sua capacidade de conduzir um desenvolvimento parcialmente autocrado e independente; o desaparecimento de certa especificidade dos mercados nacionais e a destruição, para muitos Estados, da possibilidade de levar adiante políticas próprias, não são consequência mecânica da globalização, intervindo como processo externo, sempre mais coercitivo, impondo a cada país, a seus partidos e a seus governos uma determinada linha de conduta. Sem a intervenção política ativa dos governos Thatcher e Regan, e também do conjunto dos governos que aceitaram não resistir a eles, e sem a implementação de políticas de desregulamentação, de privatização e de liberalização do comércio, o capital financeiro internacional e os grandes grupos multinacionais não teriam podido destruir tão depressa e tão radicalmente os entraves e freios à liberdade deles de se expandirem à vontade e de explorarem os recursos econômicos, humanos e naturais, onde lhes for conveniente.⁵

Foram essas as condições objetivas que permitiram o capital criar uma nova forma de produção de mercadorias na qual o setor da economia deixou de ser uma barreira para o investimento de capitais. Em outras palavras, o capital apagou as fronteiras entre os diversos setores da economia de tal forma que a natureza da atividade é a que menos importa à valorização do valor. Que o diga Chesnay, para quem o objetivo do capital, notadamente as unidades transacionais,

é a autovalorização, a obtenção de lucro, em condições nas quais o ramo industrial, bem como a localização geográfica do comprometimento do capital têm, em última análise, caráter contingente. Nessas condições, um dos atributos ideais do capital, que é também, mais do que nunca, um dos objetivos concretos colocados pelos grupos, é a mobilidade, a recusa a se prender a determinadas modalidades de comprometimento setorial ou geográfico – qualquer que tenha sido sua importância na formação e crescimento do grupo –, bem como a capacidade de se soltar, de desinvestir tanto quanto de investir.⁶

Para tanto, o capital teve de quebrar os grilhões disciplinadores do Estado que lhes foram impostos pela democracia. É na Inglaterra, mais do que em qualquer outro lugar, que o mundo assiste à implantação e ao desenvolvimento desse projeto. Como que uma ironia da história, este país, que Marx tomou como caso clássico para investigar e expor as leis essenciais do desenvolvimento do capitalismo, volta a servir de ilustração para se pensar as determinações políticas da mundialização do capital, com a diferença de que agora, como apropriadamente faz lembrar José Meneleu,

a história faz uma volta pela terra do Sol Nascente para aí recolher do toyotismo o que pode ser importado pelo Ocidente. Assim, [este] país pode mostrar aos demais a

5 CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Editora Xamã, 1996, p. 34.

6 CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Editora Xamã, 1996, p. 81.

imagem do futuro. E pode porque é nele que se encontram os elementos marcantes da tentativa consciente de superação de um tipo de fordismo marcado pelo poder do trabalho organizado.⁷

Para superar a resistência da classe trabalhadora, o governo Thatcher destruiu suas organizações políticas. Para tanto, fez do desemprego uma arma mortal contra o poder sindical. Alan Budd, antigo assessor de Thatcher, em uma de suas entrevistas, sem nenhum constrangimento moral, não teve receio em afirmar que

umentar o desemprego foi uma maneira muito conveniente de se reduzir a força da classe operária [...], o que se procurou forjar – para falar numa linguagem marxista –foi uma crise no capitalismo, que repôs o exército industrial de reserva e permitiu aos capitalistas a obtenção de grandes lucros daí por diante.⁸

Em consequência de todas essas transformações por que passou desde meados, notadamente, da década de 1980, pela primeira vez em sua história o capitalismo entrou em uma fase em que o crescimento econômico não é mais sinônimo de criação de empregos. Crescimento econômico com desemprego é a característica que marca a nova fase de acumulação de capital no mundo inteiro.

O FUTURO DO TRABALHO

Qual é o lugar do trabalho nesse novo estágio de desenvolvimento do capitalismo? Ainda é possível apostar nas políticas públicas do Estado? Noutras palavras, o Estado, como o fez no passado, teria poder suficiente para assegurar uma política de trabalho de pleno emprego?

Ninguém melhor do que Celso Furtado para responder a essas questões. Otimista por natureza, como o foi, quem sabe se ele não pode trazer alguma esperança para desfazer o pessimismo que carregam as ideias até aqui desenvolvidas. Quem conhece sua obra sabe que, para ele, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são dimensões de um mesmo processo histórico. Eis a razão porque, segundo assim pensava, a divisão internacional do trabalho tenderia a aprofundar ainda mais a distância entre o centro e a periferia do sistema. Consequentemente, sua conclusão não poderia ser outra: as forças de mercado não seriam suficientes para superar tal estado de coisas. Daí a sua aposta na construção de um projeto

7 MENELEU NETO, José. Desemprego e luta de classes: as novas determinidades do conceito marxista de exército industrial de reserva. In: TEIXEIRA, José Francisco Soares; OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. (Org.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva**: as novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Editora Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1996, p. 77.

8 MENELEU NETO, *op. cit.*, p. 75.

político que deveria ser orientado por duas ideias-força: (1) deslocar o eixo da lógica da acumulação do lucro pelo lucro para uma lógica dos fins em função do bem-estar social e (2) incentivar a cooperação e solidariedade entre os países do centro e da periferia.

Infelizmente, Furtado morreu sem ver concretizado o seu projeto político. Pouco tempo antes de sua despedida definitiva, em uma de suas entrevistas, chegou à conclusão de que

hoje, mesmo na Europa, não se vê horizonte para uma relativa harmonia baseada no pleno emprego. Para manter o nível de agressividade das economias capitalistas tornou-se necessário abandonar as políticas de emprego. O aumento de produtividade se desassociou de efeitos sociais benéficos. Esta é a maior mutação que vejo nas economias capitalistas contemporâneas.⁹

CAPITAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Foi para debater essas transformações por que hoje passa o capitalismo que se realizou, em 2013, o III Colóquio de Economia da Universidade Regional do Cariri (CEURCA). Ao longo de uma semana vários professores, inclusive de outras universidades, debateram os mais variados temas, tendo como norte a filosofia que orientou o encontro. Vários trabalhos foram escritos e reunidos em uma coletânea, que traz como título o tema do Colóquio: *Capital, trabalho e política social*.

Nesta coletânea, que compõe o segundo volume da série de livros do CEURCA, estão reunidos trabalhos de professores e pesquisadores da própria URCA e de outras instituições fora da região. Aqui, o leitor encontrará, melhor do que a tentativa apressada de retratar as características do capitalismo contemporâneo, retratadas neste prefácio, os mais variados assuntos sobre as “transformações do capitalismo contemporâneo e suas implicações para as políticas sociais”, como assim anuncia o terceiro artigo desta coletânea.

Tomando de empréstimo as últimas frases do prefácio que meu querido Chico de Oliveira fez ao meu livro *Trabalho e valor*, publicado pela Editora Cortez, convido o leitor, como assim o diz meu xará, para devorar “com paciência e gosto, e não da forma McDonald’s, [esta bela coletânea]. Eu (Teixeira) já o fiz, com o privilégio deste prefácio. Ela [coletânea] ajudará não apenas no seu enriquecimento pessoal, mas na compreensão do mundo” do capital.

Uma boa leitura!

9 TEIXEIRA, Francisco José Soares. A crise na era da destruição predatória. Estudos do Trabalho, Marília, n. 6, 2010. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/2RevistaRET6.pdf>> Acesso em: 5 out. 2016.

NEODESENVOLVIMENTISMO E POLÍTICA SOCIAL¹

Carlos Montaña²

1.1 INTRODUÇÃO

Procuramos tratar aqui dos fundamentos do “nacional-desenvolvimentismo” (ou desenvolvimentismo clássico), enquanto processo de industrialização nacional inserido no cenário mundial de expansão capitalista consolidado depois do segundo

1 Conferência apresentada no III Colóquio Sociedade, Políticas Públicas, Cultura e Desenvolvimento organizado pela Fundação Universidade Regional do Cariri (URCA, Ceará, novembro de 2013).

2 Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, 2001). Professor Associado e Pesquisador da mesma Universidade. Graduado em Serviço Social pela Universidad de la República (UdelaR, Montevideu-Uruguai, 1989). Realizou estudos de pós-doutorado no Instituto Superior Miguel Torga (ISMT, Coimbra-Portugal, entre 2009 e 2010). Autor dos livros *Microempresa na era da globalização* (Cortez, 1997); *A natureza do serviço social* (Cortez, 1998 e 2007); *Terceiro setor e questão social* (Cortez, 2002 e 2005) e *Estado, classe e movimento social* (Cortez, 2010). Coordenador da coleção *Biblioteca Latinoamericana de Servicio Social* (Cortez). Professor visitante e conferencista em diversos países da América Latina. Foi membro da Direção Executiva de ALAEITS (2006-2008) e Coordenador Nacional de Relações Internacionais da ABEPSS (Brasil, 2008-2010 e 2011-2012). Coordena o Núcleo de Estudos Marxistas sobre Política, Estado, Trabalho e Serviço Social (PETSS/ESS-UFRJ).

pós-guerra e do chamado “neodesenvolvimentismo” como proposta apresentada no contexto atual de crise e hegemonia neoliberal.

A questão é refletir se o chamado “neodesenvolvimentismo” significa uma retomada do desenvolvimento em oposição ao neoliberalismo, com demarcação deste (como é apresentado pelos seus defensores), ou se, contrariamente, representa ajustes ao neoliberalismo, tal como a chamada “terceira via”, expressando mais a sua continuidade do que a sua negação.

Será particularizado o caso das políticas sociais e o papel do chamado terceiro setor em um novo padrão neoliberal (com os ajustes do neodesenvolvimentismo) de intervenção na “questão social”.

1.2 DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL

A partir dos anos 1950 e 1960, duas grandes teorias tendem a lançar diferentes (e antagônicas) interpretações sobre a condição do capitalismo na América Latina e particularmente no Brasil, bem como sobre seu caminho para a industrialização e modernização.

Sob a influência da *Teoria geral* de Keynes (1985) e estruturada a partir da CEPAL, desenvolve-se a “Teoria do Desenvolvimento”. Esta, a partir da renda nacional e per capita e do ritmo das inversões, classifica os países em: a) desenvolvidos; b) em-vias-de-desenvolvimento; e c) subdesenvolvidos, sendo estes estágios e etapas de um processo (naturalizado), que pode ser percorrido por todos os países, desde que estimulado pelo Estado e com participação da sociedade. Surge assim o “desenvolvimentismo” nos países latino-americanos.

Contrária a essa visão, que vê o processo de desenvolvimento como fenômeno autônomo de cada nação, surge, nos anos 1960 1970, a “Teoria da Dependência”. Nela, autores como Theotônio dos Santos (1972), Ruy Mauro Marini (1977) e André Gunder Frank (1983), a partir da obra de Marx, e inspirados nas categorias trotskistas de “desenvolvimento desigual e combinado” (TROTSKY, 2007, p. 19) e de “imperialismo” de Lênin (1979), concebem o desenvolvimento e o subdesenvolvimento no capitalismo mundial como um processo que se dá na relação entre os países e não de forma autônoma para cada nação.

Assim, concebe-se, no sistema capitalista mundial, a existência de países desenvolvidos e subdesenvolvidos (e dentro de cada nação, áreas modernas e ricas, convivendo com outras pobres e atrasadas), não segundo características individuais e endógenas, mas de acordo com sua posição como países de “centro” e de “periferia”, em uma relação estrutural e sistêmica: os países desenvolvidos o são pela sua relação de “exploração” dos países periféricos. Estes últimos, considerados como dependentes, ou neocolônias, têm, por sua vez, sua condição explicada

não pelo grau de desenvolvimento, mas pela posição subordinada, periférica (inclusive de “semiperiferia”) e dependente no sistema capitalista mundial.

A dependência marca, mais que um processo de desenvolvimento de uma nação individual, uma relação estrutural, em que tal processo pode até se dar no país periférico por estímulo do país central (e suas corporações privadas), levando a uma relação de dependência centro-periferia: a periferia depende do financiamento e da tecnologia oriundos da metrópole para se desenvolver, enquanto o centro, seus Estados e suas corporações passam a absorver boa parte do lucro gerado nesses países recém-industrializados. O saque da riqueza das nações pobres pelas ricas não se dá mais (exclusivamente) pela espoliação ou usurpação dos recursos naturais; agora as nações imperialistas tomam boa parte da riqueza produzida industrialmente nos países periféricos e semiperiféricos (dependentes, neocoloniais) por vias capitalistas: pelo pagamento da tecnologia transferida, pela amortização da dívida gerada pelos empréstimos e pela circulação de capitais intrafirmas (o lucro gerado nas filiais da periferia é transferido para suas empresas matrizes no centro).

Nessa concepção, pode existir um país atrasado, dependente e subordinado que, no entanto, possa ter um grau significativo de desenvolvimento industrial. Esse aspecto é central, pois o grande capital encontrará inestimável fonte de lucro no processo de industrialização dos países periféricos.

Nessa teoria, a superação da condição de país dependente não é mais o resultado do desenvolvimento capitalista, mas supõe uma ruptura com o imperialismo e até com a ordem capitalista: uma revolução socialista.

Para relativizar esse caminho, partindo da noção de “dependência”, mas contrária a este desfecho, surge, primeiro na obra de Celso Furtado (2007 e 1961) e depois de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1970), uma visão “*cepalina*” da dependência: contrária à saída socialista, aceitando a “inserção autônoma” do país no cenário capitalista internacional e concebendo um processo de “industrialização dependente”, sem romper com os interesses do grande capital internacional e dos países centrais, mediante forte investimento estatal.

Porém, na atualidade, a criticada (e supostamente superada) “*teoria desenvolvimentista*” volta a se tornar referência na análise do país. Paradoxalmente reintroduzida no governo de um dos autores da “dependência”, Fernando Henrique Cardoso, e após ele nos governos Lula e Dilma, mas com nova denominação: os então chamados países “*em-vias-de-desenvolvimento*” denominam-se hoje de “*emergentes*”, repondo a concepção evolutiva e autonomista do “*desenvolvimentismo*”, em que, mantendo e consolidando-se a sua condição de periferia e dependência, pretende-se um processo de modernização conservadora.

A compreensão do desenvolvimento ou subdesenvolvimento, do moderno e atrasado, a partir de uma relação sistêmica, no contexto imperialista, de desen-

volvimento desigual e combinado, de relação de dependência, permite-nos uma abordagem crítica do processo de “*desenvolvimentismo*” vivido na América Latina nos anos 1960 até o início dos anos 1980.

É consenso entre os teóricos conceber o período emoldurado pela chamada “Guerra Fria”, que vai fundamentalmente desde o segundo pós-guerra até a extinção do bloco soviético (logo após a crise capitalista, que se inicia nos anos 1970, a queda do Muro de Berlim, em 1989, e a dissolução da União Soviética, em 1991), como um período de expansão capitalista³ “longa onda expansiva”, “expansão produtivo-comercial” etc., os “anos dourados”, enfim, do capitalismo.

Nesse contexto de ampliação da produção e do consumo mundial (na saída da crise de 1929 e das duas guerras mundiais, com o aumento da taxa de lucro, o crescimento do emprego, o desenvolvimento de políticas sociais e dos direitos trabalhistas etc.) é o que o mercado capitalista requer de sua ampliação mundial. Ampliação esta limitada pela divisão mundial em dois blocos: o capitalista (sob o comando hegemônico dos Estados Unidos) e o socialista (reunido ou vinculado à União Soviética). Assim, na nova fase “imperialista” do capitalismo (LÊNIN, 1979), o grande capital precisou promover, particularmente nos países latino-americanos, uma nova forma de colonialismo, fundado na dependência tecnológica e financeira. Segundo Lênin,

desde o momento em que, na época do imperialismo capitalista, se põe a questão da política colonial, [...] o capital financeiro e a política internacional [...] criam entre os Estados diversas formas *transitórias* de dependência. Tal época não se caracteriza apenas pelos dois principais grupos de países (possuidores de colônias e colonizados), mas ainda por variadas formas de *países dependentes* que, gozando nominalmente de *independência política*, na realidade, estão presos nas redes de uma *dependência financeira e diplomática*. Já indicamos uma destas formas: as semicolônias. Eis uma outra da qual por exemplo, a Argentina nos oferece o modelo (grifos nossos) (LÊNIN, 1979, p. 84).

A necessidade de incorporação de tecnologia de ponta, produzida nos países centrais para manter níveis de competitividade nos mercados internacionais, a livre circulação intrafirmas de mercadorias de empresas transnacionais, a dívida externa e as necessidades de crédito do Fundo Monetário Internacional (FMI) são formas mais atuais de dependência e neocolonialismo (ver MANDEL, 1982, p. 243; FURTADO, 1978, p. 83). Esse fato mantém e confirma o aspecto colonial e dependente dos nossos países, mudando apenas a modalidade e o centro da relação: Espanha-Portugal/Inglaterra/Estados Unidos.

3 Ver MANDEL, 1982; MESZAROS, 2002; ARRIGHI, 1996.

A motivação para promover este processo de “desenvolvimento” industrial nas ex-colônias, nos atuais países do chamado “terceiro mundo” (periféricos) é a procura pela maior acumulação de capital. Mandel (1982) esclarece assim o fenômeno: se no século XIX até finais da Segunda Guerra Mundial era conveniente ao capital produzir industrialmente nos centros metropolitanos (países centrais), após a crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial, faz-se importante aos interesses do grande capital transferir para a periferia algumas áreas da produção – “o padrão das indústrias exportadoras imperialistas deslocou-se cada vez mais para máquinas e bens de capital [...]. No entanto, a exportação cada vez maior de elementos de capital fixo resulta no interesse crescente dos maiores grupos monopolistas por uma industrialização incipiente do Terceiro Mundo”. Segundo o autor, “é esse fato [...] que constitui a raiz básica de toda a ‘ideologia’ do desenvolvimento” (MANDEL, 1982, p. 42, 43, 57, 243). Para ele, “o superlucro só pode ser obtido às expensas dos países, regiões e ramos industriais menos produtivos” (MANDEL, 1982, p. 70), os quais, no entanto, precisam ser desenvolvidos. Sem regiões, países e indústrias dependentes “não pode haver transferência de excedente para os desenvolvidos” (MANDEL, 1982, p. 70). Por tal motivo, continua o autor, “nos países subdesenvolvidos, a ênfase dos investimentos estrangeiros deslocou-se da pura produção de matérias-primas para a fabricação de bens de consumo” (MANDEL, 1982, p. 245).

Segundo Lênin, o que caracteriza a fase imperialista é, mais do que a exportação de mercadorias, a exportação de capitais (LÊNIN, 1979, p. 60). Conforme ele, a Inglaterra e a Alemanha, entre finais do século XIX e início do XX, investiram na Argentina, Brasil e Uruguai perto de quatro bilhões de dólares (LÊNIN, 1979, p. 60).

Os capitais monopolistas das grandes corporações transnacionais nos países centrais precisaram migrar e expandir suas fronteiras procurando os mercados dos países periféricos, especialmente semiperiféricos, particularmente na América Latina, para obter vantagens no processo produtivo (recursos naturais abundantes e baratos, força de trabalho abundante, barata e relativamente dessindicalizada e desprotegida legalmente, isenções fiscais do Estado) e expandir o mercado de consumo de seus produtos – mediante a incorporação da massa populacional desses, que tem aumentado “em um ritmo espetacular” (HOBSBAWM, 1995, p. 255) a esfera do mercado. O sistema de Industrialização por Substituição de Importações (ISI), como um mecanismo de protecionismo das indústrias locais (de capitais nacionais ou transnacionais), foi fator fundamental para promover a industrialização nos países periféricos, favorecendo o investimento industrial ao garantir boa parcela do mercado local para o consumo de sua produção, limitando ou inibindo a importação de produtos mediante barreiras alfandegárias mediante o estabelecimento de tetos e de pesadas taxas de importação.

O superlucro, neste processo migratório do capital, é processado pelo Investimento Estrangeiro Direto (IED),⁴ criando ou adquirindo fábricas (filiais) nos países periféricos, onde se produzirá valor, que será transferido da periferia para os países centrais imperialistas.

Este processo de transferência de valor não se dá mais na forma de usurpação unilateral, como na relação colonial clássica, mas seguindo a dinâmica da lógica capitalista: o processo agora é garantido pela livre circulação intrafirmas.

No seu conjunto, a volumosa parte dos lucros produzidos pela atividade produtivo-comercial nos países periféricos e semiperiféricos é retirada deles para as nações imperialistas centrais, por três vias fundamentais: a) pelo pagamento da tecnologia transferida; b) pela amortização da dívida gerada pelos empréstimos (FMI, por exemplo) e c) pela circulação de capitais intrafirmas (o lucro gerado nas filiais na periferia é transferido para suas empresas matrizes no centro).

No que tange à circulação intrafirmas, das filiais para as empresas matrizes, afirma Arrighi (1996, p. 304):

ao se expandirem transnacionalmente [...] as corporações norte-americanas transformaram-se num punhado de “cavalos de Troia” nos mercados internos de outros Estados, mobilizando recursos externos e poder aquisitivo em prol de sua própria expansão burocrática. Assim, o capital das corporações [...] beneficiou-se por ser mais capaz de neutralizar e reverter em benefício próprio o protecionismo de outros Estados, mediante investimentos externos diretos.

O crescente volume de investimento e reinvestimento estrangeiros diretos é apontado por Arrighi em quadro no qual aparece a evolução do IED: de pouco menos de 4 bilhões de dólares em 1950 para mais de 35 bilhões de dólares em 1980; com queda para perto de 12 bilhões de dólares em 1982 (ARRIGHI, 1996, p. 313).

Promover o “desenvolvimento”, portanto, nos países periféricos, particularmente latino-americanos, perseguiu a finalidade de criar as condições para o grande capital ali se instalar, produzir – a baixos custos e elevadas taxas, de mais valia e de exploração – e conseguir vender seus produtos no mercado interno, extraindo riqueza dos países periféricos para os centrais mediante, particularmente, a circulação intrafirmas dos lucros criados pelas filiais na periferia para suas matrizes. O objetivo nunca foi favorecer e ajudar os países “subdesenvolvidos” a construir sua própria indústria, mas criar as condições para que a indústria (de empresas transnacionais) dos países centrais pudesse se instalar nos países “subdesenvolvidos”, garantindo-lhes a lucratividade.

4 Capitais, em geral, oriundos dos países centrais, imperialistas, investidos na atividade produtiva (na construção ou compra de ativos fixos em empresas) no estrangeiro (particularmente em países periféricos, tendo a América Latina como destino especial).

É assim que o “desenvolvimento industrial” nasce e se expande na América Latina: subordinado aos interesses expansionistas do capital internacional e à superexploração dos países periféricos pelos centrais. Daí vem o “desenvolvimentismo”.

Mas para isso é necessário promover um processo econômico, político e social que transforme os países pobres, ex-colônias saqueadas de todas as suas riquezas naturais durante séculos, em nações industrializadas e consumidoras. Torna-se preciso, para os interesses do grande capital internacional, estimular e promover o “desenvolvimento” dos países latino-americanos. Quer dizer, desenvolver nossos mercados, de produção e de consumo, conforme os interesses hegemônicos do capital internacional. Exemplo disso é a marca do governo Juscelino Kubistchek: crescer “50 anos em 5”.

Os países “subdesenvolvidos”, com a injeção de recursos, passariam a estar “em-vias-de-desenvolvimento” para finalmente atingir a condição (ideológica) de “desenvolvidos”. E este processo se faz com a supervisão e estímulo do grande capital internacional. Ou seja, o grande capital, como parte de seu processo expansionista dentro dos limites do “mundo ocidental”, injetará recursos nos países latino-americanos para financiar sua adequação às necessidades mercantis (de produção e de consumo) para a obtenção do superlucro. A saber: a) pela via do Investimento Externo Direto (montando filiais de indústrias nestes países); b) com a transferência de recursos, na forma de empréstimos (gerando a Dívida Externa), para financiar a infraestrutura, a formação de força de trabalho e o consumo ou até c) pela doação e “colaboração” internacional, para estimular o engajamento e a participação da população local (fundamentalmente por via dos movimentos sociais) neste processo.

Para além das reais finalidades econômicas – a geração de superlucros – e dos declarados objetivos sociais – a promoção do “bem-estar social” e a diminuição da pobreza –, essas estratégias perseguiram objetivos políticos: afastar a influência dos projetos socialistas das massas. Assim, se a CEPAL visava politicamente inibir a influência que poderia ter a experiência soviética nas populações do chamado “terceiro mundo”, a Aliança para o Progresso tinha como alvo político contrapor-se à influência da revolução cubana sobre os horizontes ideológicos das massas na América Latina. Conforme afirma Schurmann (1974 apud ARRIGHI, 1996, p. 285), a essência do New Deal era marcada pelo fato de que

a ajuda aos [...] países pobres teria o mesmo efeito dos programas de bem-estar social dentro dos Estados Unidos – dar-lhes-ia segurança para superar o caos e impediria que eles se transformassem em revolucionários violentos.

Por todas essas questões, este processo desenvolvimentista nada teve a ver com uma suposta ruptura ou superação da condição de dependência ou periferia

do Brasil: o desenvolvimentismo confirma e preserva a relação de dependência e desigualdade entre países de centro e periferia; é a comprovação histórica do “desenvolvimento desigual e combinado” e do “imperialismo”.

Com isso, paralelamente, procura-se desencadear um processo de redução da insatisfação e conflitividade social, evitando ainda a influência da revolução cubana e levando atores sociais, de um processo de enfrentamento ao sistema capitalista a uma atitude de busca de melhorias do sistema: de sujeitos mobilizados contra o sistema, a atores do desenvolvimento – dentro do sistema. Atores do desenvolvimento organizados e mobilizados mediante os chamados movimentos sociais. Não que os movimentos sociais compactuassem com os interesses do capital, mas suas demandas e lutas populares passaram a fazer parte do “desenvolvimento” social e político e, portanto, também econômico.

É nesse contexto histórico que surgem e se expandem as Organizações Não Governamentais (ONGs) na América Latina entre os anos 1950 e 1980 do século XX. Elas aparecem como organizações sociais articuladas aos movimentos sociais, os quais constituem verdadeiras organizações populares formadas a partir de necessidades e demandas existentes entre os setores da população. Assim, a partir dessa relação de articulação, as ONGs se constituem intimamente atreladas aos movimentos sociais, extraíndo destes, por via de regra, os objetivos e missões, adotando-os como próprios e, também via de regra, por repasse de verbas recebidas fundamentalmente da “Cooperação Internacional”.

Assim, por um lado promovia-se o desenvolvimento que interessava ao grande capital transnacional: o desenvolvimento de infraestrutura para a produção e comercialização; o desenvolvimento social – particularmente a saúde e a educação públicas – para a formação e manutenção da força de trabalho e para a capacitação massiva do trabalhador para engrossar o Exército Industrial de Reserva e para ingressar no mercado de trabalho. Por seu turno, esses processos, financiados pela “Cooperação Internacional”, deviam ser executados com a participação das populações organizadas fundamentalmente em movimentos sociais, o que fazia com que tais projetos incorporassem (de forma setorializada e pontual) algumas demandas e reivindicações populares, envolvendo as massas mediante a participação dos movimentos sociais. Finalmente, as ONGs faziam parte deste processo em dois sentidos: adotando as demandas dos movimentos sociais como próprias, fazendo delas sua “missão”, e recebendo o dinheiro da “Cooperação Internacional”, destinando-o para tais projetos.

O “desenvolvimento”, portanto, contraditoriamente responde aos interesses do grande capital de se expandir nos países periféricos, produzir a baixos custos, ampliar seu mercado de consumo, retomando e incrementando o superlucro, mas também incorpora, de forma segmentada e pontual, interesses e demandas dos setores populares das nações periféricas.

Dessa forma, embora as ONGs e, em boa parte, os movimentos sociais, tenham se tornado atores do desenvolvimento, conforme interesse do processo de expansão capitalista e, paralelamente, a incorporação das necessidades e demandas populares, esses movimentos participaram desses processos introduzindo tensão e contradição. Os movimentos sociais e as ONGs a eles ligados promoveram também, por meio de suas lutas e mobilizações políticas, ganhos para as classes trabalhadoras e setores subalternos: conquistas de direitos humanos, sociais, civis, econômicos, políticos; ampliação da cidadania em questões raciais e étnicas, em temas ambientais, no acesso a bens e serviços etc.

Eis aqui o contraditório papel político destes sujeitos no processo de desenvolvimento na América Latina. O ator central nessa relação foi o movimento social; a ONG foi um importante ator coadjuvante, cuja missão era definida a partir dos interesses e reivindicações dos movimentos sociais.

Porém essa articulação entre ONGs e movimentos sociais esteve historicamente emoldurada na estratégia expansionista do capital no contexto da “onda longa expansiva” e da “Guerra Fria” entre os anos 1950 e inícios dos 1980. No entanto, as décadas de 1970 e 1980 reservariam profundas mudanças na ordem capitalista: a crise capitalista, o fim do bloco socialista e as transformações neoliberais impactando a relação entre movimentos sociais e ONGs, e o papel político desta última. A seguir, serão detalhadas essas questões.

1.3 CRISE DO CAPITAL, NEOLIBERALISMO E NEODESENVOLVIMENTISMO

A década de 1970, que testemunha o fim dos “anos dourados” do capital, emoldura o início do fim do chamado Regime de Acumulação Fordista-Keynesiano (HARVEY, 1993) com o início de uma nova fase de crise capitalista, que se manifesta inicialmente com a alta do preço do barril de petróleo em 1973.

1.3.1 A crise do capital e o neoliberalismo

É consenso entre os intelectuais que o sistema capitalista, após quase 30 anos de intensa expansão econômica (1945-1973), ingressa em uma profunda crise estrutural e sistêmica.⁵ Diante de tal fenômeno, uma fração da classe hegemônica (o grande capital financeiro), aliada aos capitais nacionais, desenvolve uma nova forma de enfrentar a crise, por um lado ampliando a exploração do trabalhador e, por outro, subjugando os pequenos e médios capitais. Surge assim, posteriormente a um surto de ditaduras militares, a nova resposta do capital à crise: o projeto neoliberal. A programática neoliberal representa, portanto, a atual estratégia

5 Ver MANDEL, 1980 e 1982; MESZAROS, 2002 e 2009; ARRIGHI, 1996.

hegemônica de reestruturação geral do capital – que, para a América Latina, segue o receituário do Consenso de Washington, de 1989 – frente à crise e às lutas de classes. O neoliberalismo, como projeto hegemônico nos países ocidentais, comandado pela fração financeira do capital, será o suporte teórico e político de tal transformação, tornando-se hegemônico nos países centrais nos anos 1980 – com Thatcher, na Inglaterra, em 1979; Reagan nos Estados Unidos, em 1981; e Kohl na Alemanha, em 1982 – e nos Estados latino-americanos fundamentalmente a partir da década de 1990 – com a exceção chilena, país onde o neoliberalismo foi instaurado pela ditadura de Pinochet já em 1973.

Como solução parcial à crise capitalista, o neoliberalismo pretende a reconstituição do mercado livre, reduzindo e, inclusive, eliminando a intervenção social do Estado em diversas áreas e atividades. Assim, nessa nova estratégia hegemônica (neoliberal) do grande capital, é concebido um novo tratamento à “questão social”. Cria-se uma modalidade polimórfica de respostas às necessidades individuais, diferentes conforme o poder aquisitivo de cada pessoa. Portanto, tais respostas não constituiriam um direito, mas uma atividade filantrópica/voluntária ou um serviço comercializável; também a qualidade dos serviços responde ao poder aquisitivo da pessoa; a universalização cede lugar à focalização e à municipalização; a “solidariedade social” passa a ser localizada, pontual, identificada com a autoajuda e ajuda mútua.

É assim que, no que concerne ao novo tratamento da “questão social”, a orientação das políticas sociais estatais é alterada de forma significativa. Elas são privatizadas, transferidas ao mercado e/ou inseridas na sociedade civil; por sua vez, contra o princípio universalista e de direito de cidadania, são focalizadas, isto é, dirigidas exclusivamente aos setores portadores de necessidades pontuais, o que permite sua *precarização*. Finalmente, elas são também descentralizadas administrativamente, levando as regiões pobres a ter que se contentarem com a administração de recursos insuficientes para suas respostas sociais (LAURELL, 1995 e MONTAÑO, 2002, p. 186).

Com isto ocorrem, por um lado, claras perdas de direitos conquistados pelos trabalhadores e setores subalternos da sociedade, particularmente em relação às já precárias estruturas de atenção, assistência e segurança social. Passa-se da política social e da assistência social como um direito do cidadão (garantido pela ação estatal) para a ação voluntária, filantrópica, assistencialista e clientelista desenvolvida no âmbito das organizações e pelos indivíduos da sociedade civil.

É neste contexto de crise, fundamentalmente do capitalismo ocidental, que o crescimento do bloco econômico asiático a partir dos anos 1950 e 1960, comandado pelo Japão, tem impacto negativo nos países da Europa e América. Com isso, o modelo produtivo-financeiro dos chamados “Tigres Asiáticos” mostra vantagens no concorrido mercado capitalista internacional. O que conduz, ainda

mais, os países do Ocidente à necessidade de se reestruturarem para se adequarem neste contexto de crise e melhorarem sua condição no mercado internacional.

Não obstante, paralelamente a essas questões que afetam negativamente o capital (fundamentalmente ocidental), em finais dos anos 1980 um novo fato impacta a geopolítica mundial. Com efeito, inicialmente em 1989, com a queda do Muro de Berlim, e depois em 1991, com o fim da União Soviética, extinguindo o chamado “Bloco Socialista” e findando a “Guerra Fria”, o mundo capitalista pode engolir, como uma grande mordida de um predador, a todos os países órfãos da extinta União Soviética, anexando-os então ao seu mercado (agora globalizado). Pela primeira vez na história da humanidade o mercado capitalista praticamente não reconhece fronteira alguma. Pela primeira vez o mundo é quase absolutamente capitalista e seu mercado, global. A globalização, portanto, não é mais do que aquilo que Chesnais (1996) denomina de “mundialização do capital”. Por sua vez, a extinção do bloco socialista golpeia a esquerda revolucionária nos aspectos ideológico, político e organizativo por todo o mundo, afetando negativamente o poder da classe trabalhadora, agora também ameaçada pelo desemprego cada vez maior.

Enfim, estamos assim em um novo contexto fortemente diferenciado dos “anos dourados” do capitalismo produtivo ocidental, entre 1945 e 1973 (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 180).

Tais fenômenos, podemos afirmar, levaram o grande capital e o imperialismo a abortar o processo desenvolvimentista para a América Latina. Menor resistência e ameaças socialistas, menores gastos em políticas e serviços sociais, menor excedente para ser investido na “Cooperação Internacional” e, particular e principalmente, um enorme contingente populacional e econômico (produtivo e comercial) passível de ser anexado ao mercado capitalista mundial.

Neste novo contexto, em primeiro lugar já não é mais tão necessário ao grande capital, nem conveniente, em particular para sua fração financeira no contexto de crise, continuar investindo no “desenvolvimento” dos países latino-americanos.

Diminuem drasticamente os Investimentos Externos Diretos (como capital de risco) para a América Latina, aumentando o ingresso de capital especulativo.

Segundo se afirma no site do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA):

Entre as décadas de 1960 e 1980, o Brasil recebeu grandes volumes de investimento estrangeiro direto, mas perdeu o posto para países do Leste Europeu recém-saídos do comunismo (WOLFFENBÜTTEL, 2006).

1.3.2 Neodesenvolvimentismo: enfrentamento ou adaptações do neoliberalismo?

É nesse contexto de crise e hegemonia neoliberal que, nos anos 2000, se repõe e reconfigura o projeto e o debate do “desenvolvimento”.

A proposta do chamado neodesenvolvimento é promovida, conforme aponta Castelo (2012), por três tendências principais:

- a) primeiro pela tendência que denomina de “macroeconomia estruturalista do desenvolvimento” (CASTELO, 2012, p. 629), promovida pelo ex-ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira, do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), nos governos FHC, e a intelectualidade tucana (PSDB), a partir de artigo publicado em 2004 (início do primeiro governo Lula), cujas ideias fundamentais se orientam na “primazia do mercado e seus mecanismos de produção de riqueza, com uma atuação reguladora do Estado nas falhas do mercado” (CASTELO, 2012, p. 629);
- b) a segunda corrente, chamada “pós-keynesiana” (CASTELO, 2012, p. 629), visando a tornar “o capitalismo dinâmico e revolucionário”, em um processo que “compatibilize altas taxas de crescimento econômico com equidade social” (SICSÚ; MICHEL, 2005 apud CASTELO, 2012, p. 625), sustenta sua proposta na “aliança do Estado com o mercado” (industrial), tendo o Estado o papel de “reductor das incertezas” do mercado (CASTELO, 2012, p. 629);
- c) finalmente, a terceira tendência, denominada de “social-desenvolvimentista” e articulada pela intelectualidade petista (PT), particularmente pelo ministro Aloízio Mercadante e o ex-presidente do IPEA, Márcio Pochmann, defende “um padrão de acumulação (ou modelo de desenvolvimento) que conjugaria crescimento econômico, reafirmação de soberania nacional (Brasil como credor mundial, acúmulo de reservas externas e diversificação de parceiros comerciais), reformulação do papel do Estado (reforço nas empresas e bancos públicos, aumento do funcionalismo público e o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC) e choque distributivo (aumento do salário mínimo e dos gastos sociais – previdência, assistência, seguro-desemprego e abono salarial – e expansão do crédito para pessoa física)” (SICSÚ; MICHEL, 2005 apud CASTELO, 2012, p. 625), visando-se assim à “afirmação do mercado interno via ampliação do consumo de massa” (SICSÚ; MICHEL apud CASTELO, 2012, p. 626).

Dessa forma, mesmo considerando as diferenças entre as três tendências ou correntes “neodesenvolvimentistas” ou “social-desenvolvimentistas”, as comparações dos fundamentos do “nacional-desenvolvimentismo” (“desenvolvimentismo clássico”, dos anos 1930 a 1980), o neoliberalismo (ou ortodoxia econômica liberal, a partir dos anos 1980 nos países centrais e dos anos 1990 na América Latina) e o “neodesenvolvimentismo” (considerado pelos seus promotores a par-

tir do primeiro, mas fundamentalmente no segundo governo Lula),⁶ mostram as profundas diferenças do “nacional-desenvolvimentismo” com os outros, confirmando que não se trata, em nenhum caso, de uma continuidade ou evolução do primeiro (o nacional-desenvolvimentismo) com os demais processos (o “neoliberalismo” e o “neodesenvolvimentismo”).

- Temos, assim, por um lado, o “nacional-desenvolvimentismo” (ou desenvolvimentismo clássico), inserido em um projeto industrial-nacional, fundado na ampliação da produção e do consumo, no contexto da expansão capitalista do Pós-Segunda Guerra.
- Inserido em um contexto e processo profundamente diferente, temos, por outro lado, o “neoliberalismo” como um projeto articulado hegemonicamente pelo capital financeiro, em um momento de crise, que se orienta pela contenção do gasto social do Estado, e a liberalização/desregulação mercantil.
- Finalmente, o chamado “neodesenvolvimentismo” (ou “social-desenvolvimentismo”) é percebido muito mais como uma continuidade/adaptação do “neoliberalismo” do que do “nacional-desenvolvimentismo”. Os fracassos da ortodoxia neoliberal exigiram constantes adaptações e mudanças parciais, garantindo seus fundamentos e procurando esconder esta relação de continuidade com o neoliberalismo: elas foram conhecidas como “terceira via” (nos anos 1990 e identificadas com Tony Blair e Antony Giddens, e, no Brasil, com FHC) e agora como “neodesenvolvimentismo” (a partir de 2003 e identificadas com os governos do PT Lula e Dilma).

É por tal motivo que tanto Castelo (2012, p. 623) como Sampaio Jr. (2012, p. 672) afirmam que o (nacional-)desenvolvimentismo e o (neo)desenvolvimentismo se apresentam, parafraseando a Hegel e a Marx: o primeiro como tragédia e o segundo como farsa.

Vejamos melhor: se na fase de expansão capitalista e da Guerra Fria existia um excedente econômico suficiente para financiar as políticas públicas (sociais, de infraestrutura, de promoção da produção e do consumo) e para promover o “desenvolvimento” (industrial/comercial e social) nos países centrais e particularmente nos países da América Latina (dado o interesse do grande capital na produção barata e no consumo abundante nesta região), no período de crise capitalista, fim do bloco socialista e de hegemonia neoliberal, tal excedente diminuiu drasticamente, exigindo a redução do gasto público social e da tributação ao

6 Reinaldo Gonçalves apresenta uma análise didática, utilizando quadros comparativos (ver GONÇALVES, 2012).

capital para manter as taxas de acumulação, reorientando o investimento para os países da extinta União Soviética.

Se na fase anterior, o “desenvolvimento” constituiu um processo vinculado à expansão estrutural da produção e do consumo, promovendo estruturalmente o crescimento industrial articulado a certo desenvolvimento social (principalmente nos países centrais), no período atual o “desenvolvimento” assume um caráter subordinado à lógica financeira (juros altos, austeridade fiscal, contensão do gasto social público, desregulação do mercado, redução do “custo país” etc.).

Se no contexto expansionista o desenvolvimento foi um projeto estrutural que acompanhou a expansão industrial/comercial e as conquistas políticas e sociais das classes trabalhadoras, o atual projeto “neodesenvolvimentista” constitui, na verdade, uma variante menos ortodoxa do projeto neoliberal em contexto de crise capitalista.

Se o desenvolvimentismo da fase de crescimento capitalista se sustenta em um pacto social entre o capital industrial/comercial (hegemonicamente) engajando a classe trabalhadora industrial-urbana, no atual contexto esse pacto social é substituído pela hegemonia do capital financeiro, com a exclusão das demandas dos trabalhadores.

No contexto expansionista, o desenvolvimento industrial/comercial se insere na política macroeconômica, de responsabilidade fundamentalmente estatal e empresarial, com participação importante de movimentos sociais; contrariamente, na atualidade, o desenvolvimento perde o caráter estrutural, assumindo uma forma focalizada e autorresponsabilizadora: os chamados “empreendedorismo”, “economia solidária”, por um lado; as políticas de geração de emprego e renda (focadas não em um processo estrutural, mas na promoção assistencialista e focalizada de “pessoas carentes”, desresponsabilizando o Estado e desonerando o capital, jogando a responsabilidade para a “sociedade civil” (transmutada em “terceiro setor”) e os próprios indivíduos. A dita “sustentabilidade” passa a ser o critério para esta noção de “desenvolvimento”.

O “desenvolvimentismo” (industrial e social) na América Latina, financiado a partir do Investimento Externo Direto, dos empréstimos e da “Cooperação Internacional” e processado pelos governos regionais e pelas ONGs como intermediários financeiros, articulando a participação popular mediante os movimentos sociais, que adicionam aos interesses do capital neste processo, os interesses das populações subalternas, é abandonado. No seu lugar surge, para nossa região, o chamado “neodesenvolvimentismo”, orientado a “empoderar”, estimular e promover os sujeitos nas respostas aos seus próprios problemas, em um processo de autorresponsabilização, desresponsabilizando o Estado e desonerando o capital.

1.4 A POLÍTICA SOCIAL NO NEOLIBERALISMO E NO NEODESENVOLVIMENTISMO

1.4.1 A reconfiguração da política social e o novo trato da “questão social” no neoliberalismo.⁷

No atinente ao novo trato da “questão social”, a orientação das políticas sociais estatais é alterada de forma significativa.

Por um lado, elas são retiradas paulatinamente da órbita do Estado, sendo privatizadas: transferidas ao mercado e/ou alocadas na sociedade civil.⁸ Com isso, conforme aponta Laurell (1995, p. 163), “no campo específico do bem-estar social, os neoliberais sustentam que ele pertence ao âmbito privado e que as suas fontes ‘naturais’ são a família, a comunidade e os serviços privados”, o que estaria demarcando “um avanço em relação ao passado”. Coincidentemente, para Soares registra-se com isto um claro “retrocesso histórico”, porquanto há um “retorno à família e aos órgãos da sociedade civil sem fins lucrativos, como instância do bem-estar social [para além da esfera do mercado]” (SOARES, 2000, p. 79).

Nesta clara transferência das responsabilidades estatais (e, portanto, do conjunto da sociedade) atribui-se ao próprio sujeito portador de necessidades a responsabilidade pela satisfação dos seus carecimentos, ora vinculando-se à autoajuda e à ajuda mútua, ora adquirindo os serviços como mercadorias. Aqui, o que era chamado por Oliveira de “antimercadorias” por não possuírem valor de troca – os serviços sociais e assistência estatal – (OLIVEIRA, 1988, p. 15), passa agora a constituir ora uma função filantrópica, ora uma atividade comercial, mercantil. Em ambos os casos é perdida a condição de direito de cidadania. Como bem aponta Soares, o problema não está no suposto caráter de atividade complementar à intervenção estatal, mas no seu real caráter substitutivo (SOARES, 2000, p. 80). Na verdade, o que fica no Estado, o que passa ao “terceiro setor” e o que é privatizado e passa a ser comercializado como mercadoria correspondem a um

7 Tomado de Montaña (2002).

8 Conforme o ex-ministro Bresser-Pereira, os “serviços sociais” são prioritariamente de responsabilidade das “entidades públicas não estatais” (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 101). No entanto, para ele, “a melhor forma de combater o clientelismo [estatal] é tornar-se gerencial; é dar autonomia ao administrador público, valorizando-o por sua capacidade de tomar decisões ao invés de submetê-lo a um controle burocrático vexatório” (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 23) – na verdade, deveria dizer, a um “controle democrático”. Justifica assim, o ex-ministro, a privatização dos serviços sociais. Enfim, para ele “é necessário extinguir a entidade estatal que realiza as atividades a se tornarem públicas a fim de que possam ser absorvidas por uma associação ou fundação de direito privado, criada por pessoas físicas” (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 247).

processo seletivo. Como afirma Laurell (1995, p. 167), a privatização de políticas sociais só interessa na medida em que possam ser convertidas em processo econômico rentável. Aquelas atividades e serviços sociais ou funções assistenciais que não representem um lucro interessante para a “iniciativa privada” serão mantidas no Estado, serão transferidas ao “terceiro setor” ou diretamente eliminadas. Esse processo seletivo de privatização (ver SOARES, 2001, p. 45) depende fundamentalmente das seguintes condições: que exista ou se crie uma demanda para os serviços privados – o que só ocorre quando os serviços estatais são insuficientes ou precários – e que essa demanda provenha de segmentos de renda suficiente, que existam incentivos fiscais ou transferência de fundos públicos para as empresas “cidadãs” que assumem as atividades sociais, ou até que o Estado subcontrate (de forma terceirizada) os serviços privados.

Por sua vez, essas políticas sociais estatais são focalizadas, isto é, dirigidas exclusivamente aos setores portadores de carecimentos pontuais, com necessidades básicas insatisfeitas. Assim, contra o princípio universalista das políticas sociais, e corroendo a sua condição de direito de cidadania,⁹ elas se destinam hoje apenas a uma parcela da população carente de determinado serviço pontual. Isso redundando tanto em uma baixa de qualidade para o grupo de pessoas que dependem do apoio estatal, como em uma dualidade na qualidade dos serviços e do acesso a eles.

É que, fruto da crise financeira, na impossibilidade de financiar um sistema universalista de Seguridade Social e na sua responsabilização por aquela crise, afirma-se como conveniente e necessário “focalizar” na população carente os “parcos” recursos estatais, não os “malgastando” com setores em condições de adquiri-los no mercado. Até aqui tudo parece razoável, não fosse o seguinte resultado: a realização por um lado, de um serviço social privado dirigido aos segmentos possuidores de renda e de qualidade adequada ao seu poder aquisitivo e, por outro, de políticas sociais estatais ou de entidades filantrópicas de qualidade duvidosa, sem garantia de direito e com imagem de doação;¹⁰ portanto, a criação de um sistema diferenciado de atendimento às necessidades individuais segundo o poder aquisitivo.

Processa-se, assim, uma substantiva alteração na responsabilidade pela resposta à “questão social”. Nesse sentido, se no contexto do estado de bem-estar

9 Conforme assinala Soares (2000, p. 79), a focalização apresenta um “conteúdo discriminatório, avesso a qualquer conceito de cidadania”, sendo que seu “caráter ‘emergencial’ leva a que seus recursos sejam utilizados de forma discricionária pelo Poder Executivo Federal, propiciando, entre outras coisas, o clientelismo político” (SOARES, 2001, p. 47).

10 Também Soares (2000, p. 79) afirma que “o resultado tem sido, ao evitar a inclusão [no sistema estatal de atendimento] dos ‘não pobres’, a exclusão [de um sistema adequado de respostas às suas necessidades] dos próprios pobres”. Esta focalização vai muitas vezes lado a lado da autoajuda e da ajuda mútua.

social ela é de responsabilidade do conjunto da sociedade por via do Estado, agora é fundamentalmente o próprio trabalhador quem tem o encargo de responder às suas necessidades e reproduzir-se como força de trabalho, liberando o capital deste “ônus”. Com isto promove-se uma demanda por serviços sociais respondida ora pela autoatividade dos próprios sujeitos portadores de carecimentos, ora pela ação filantrópica de entidades sociais, ora pela prestação de serviços privados (e lucrativos) para a grande parcela da população não coberta e/ou satisfeita pelos Estados (por fora do critério de focalização) nem pela ação filantrópica.

Finalmente, elas são também descentralizadas administrativamente; o que implica apenas uma desconcentração financeira e executiva, mantendo uma centralização normativa e política. Ou seja, a dita “descentralização” da atividade social do Estado, fundamentalmente realizada por via da “municipalização” e transferência para as organizações locais do chamado “terceiro setor”, tem sido realizada apenas no nível do gerenciamento e não da sua gestão. Assim, enquanto a “gestão” se refere a processos tanto administrativos como decisórios (políticos) da atividade, a racionalidade neoliberal reduz este conceito ao de “gerência”, apenas ligado à administração dos fundos e da execução. Isto é, o que se transfere à esfera local/municipal são apenas os processos administrativos, gerenciais, não os políticos e decisórios.

Por tudo isso, o novo trato da “questão social” deve ser, na moldura neoliberal, dual. Por um lado, tem-se de atender com serviços de qualidade a população com capacidade de adquirir os serviços no mercado, segundo suas possibilidades econômicas, em uma atividade claramente lucrativa. Por outro, deve-se intervir, por meio do Estado ou de entidades filantrópicas, nas demandas pontuais da população carente, com precários serviços momentâneos. Altera-se a dimensão de Seguridade Social como direito do cidadão, a universalidade da prestação do serviço, de qualidade homogênea para toda a população, o caráter não contratualista das políticas sociais e assistenciais. Assim, conforme Bresser-Pereira, produz-se uma passagem de uma visão não contratualista e incondicional de proteção social (sem contrato, contrapartida ou mercadorização), própria do pós-guerra – integrada, universalizada, preventiva (ver BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 63, 69) – para a atual visão contratualista – com abandono do compromisso pelo pleno emprego, diminuição relativa dos gastos sociais públicos, transformação dos serviços sociais universais em atenção pública seletiva e focalizada nos carentes, privilégio da lógica do contrato e do seguro, retração da participação do Estado, ênfase na responsabilidade individual (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 64-65).

Dessa forma, para cobrir os vácuos que, na previdência e serviços sociais e assistenciais, deixa esse novo Estado “minimizado” na área social, parte importante das respostas à “questão social” é privatizada e transferida ao mercado (quando lucrativa) e à “sociedade civil” ou “terceiro setor” (quando deficitária),

que vende ou fornece “gratuitamente” os serviços sociais. Enfim, em contraposição à incondicionalidade, unicidade e universalidade da resposta estatal típica do contexto keynesiano, o novo trato da “questão social”, contido no projeto neoliberal, significa a coexistência de três tipos de respostas:

(I) Por um lado, a precarização das políticas sociais e assistência estatais.

Significa sua manutenção, fornecidas “gratuitamente” pelo Estado, em um nível marginal. Este tipo de resposta, no contexto da estratégia neoliberal, exige um duplo processo complementar de focalização e descentralização das políticas sociais estatais. Isto configura o tipo de resposta do Estado à “questão social” fundamentalmente dirigido às populações mais carentes.

(II) Por outro lado, a privatização da seguridade e das políticas sociais e assistenciais, seguindo dois caminhos:¹¹

a) a remercantilização dos serviços sociais. Estes, enquanto lucrativos, são remercantilizados, transformados em “serviços mercantis”, em mercadorias, sendo traspassados para o mercado e vendidos ao consumidor, como uma nova forma de apropriação da mais valia do trabalhador.¹² Isto conforma o tipo de fornecimento empresarial de serviços sociais, dirigidos aos cidadãos plenamente “integrados”.

b) a refilantropização das respostas à “questão social” (MONTAÑO, 2002). Na medida em que amplos setores da população ficarão descobertos pela assistência estatal (precária, focalizada e descentralizada, ou seja, ausente em certos municípios e regiões e sem cobertura para significativos grupos populacionais) e também não terão condições de acesso aos serviços privados (caros), transfere-se à órbita da “sociedade civil” a iniciativa de assisti-la mediante práticas voluntárias, filantrópicas e caritativas, de ajuda mútua ou autoajuda. É nesse espaço que surgirá o chamado “terceiro setor”, atendendo a população “excluída” ou parcialmente “integrada”. Isto cai como “uma luva” na mão do projeto neoliberal.¹³

11 Bresser-Pereira os denomina de “privatização” e “publicização” respectivamente (ver BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 96, 246). Na verdade, ambas são formas de “desestatização” e de “privatização”.

12 Desta forma, segundo Mota, na atual estratégia do capital, a reforma da previdência (diferenciando uma básica, estatal, e uma complementar, privada e mercantilizada) constitui uma “forma de apropriação de parte do salário do trabalhador” (LAURELL, 1995, p. 230) que agora “compra” tais serviços, criando uma nova área produtiva rentável e passando a ser o trabalhador, mais do que o Estado, a fonte de financiamento do capital na procura do superlucro.

13 Estas instituições, ao tomarem para si tais funções “deixadas” pelo Estado acabam entrando no esquema de “desestatização” (ou privatização) das áreas “econômicas” e de remercantilização e refilantropização da “questão social”.

Como se vê, o crescimento do chamado “terceiro setor” não constitui um fenômeno isolado, nem é compensação do afastamento estatal das respostas às sequelas da “questão social”. Ele é um fenômeno integrado, complementar, parte do mesmo projeto neoliberal que, por um lado, reduz o papel do Estado na intervenção social, redirecionando sua modalidade de ação (agora, contrariamente ao que reza a Constituição de 88, precário, focalizado e desconcentrado) que, por outro lado, cria uma demanda lucrativa para os serviços privados e que, finalmente, estimula a ação voluntária e filantrópica de um “terceiro setor” dócil e supostamente substitutivo da ação estatal. São três formas de intervenção social que fazem parte do mesmo projeto neoliberal: o desmonte do padrão de respostas sociais típicas do *Welfare State* e da Constituição brasileira de 1988.

1.4.2 O chamado neodesenvolvimentismo e a ideologia e projetos do “Terceiro Setor”

Assim, constitui-se uma ideologia do “Terceiro Setor” voltada para fundamentar a autorresponsabilização dos sujeitos por suas próprias condições de vida, pela solução de seus problemas e satisfação de suas necessidades, desresponsabilizando o Estado da ação social e desonerando o capital nessa tarefa.¹⁴ Esta ideologia funda-se na ideia de que o chamado “Terceiro Setor” (como uma noção ideológica da Sociedade Civil, ver MONTAÑO, 2002) conformaria – contrariamente ao dito “Primeiro Setor” (o Estado tido como espaço da política e da lógica do poder) e ao “Segundo Setor” (o Mercado, como esfera das relações econômicas, do privado, da lógica do dinheiro) – o lugar das subjetividades, da habermasiana intercomunicação e interação humanas, do entendimento e parcerias entre atores diversos, da liberdade e democracia formais (do liberalismo), em que os sujeitos possam de-

14 A desresponsabilização social do Estado e a autorresponsabilização dos indivíduos é tipicamente neoliberal; em seu texto *Direito, legislação e liberdade* Hayek afirma: “é importante que, na ordem do mercado (enganosamente chamada de ‘capitalismo’) os indivíduos acreditem que seu bem-estar depende, em essência, de seus próprios esforços e decisões” (HAYEK, 1990 apud MONTAÑO, 2002, p. 82).

Por outro lado, a desoneração do capital pode ser conferida pela política de governo no Brasil. Em 2011, o Governo Dilma promove uma forte desoneração: dos 80 bilhões do “Plano Brasil Maior” há a desoneração do capital de encargos sobre a folha de pagamento e dos 7 bilhões investidos no consumo há cortes no IOF – Impostos sobre Operações Financeiras. Em 2012, o governo amplia os setores da economia a ser contemplados com a desoneração da folha de pagamento, e prorroga a redução do IPI – Impostos sobre Produtos Industrializados, completando 46,4 bilhões de reais. Projetaram-se para 2013 50,7 bilhões de reais de desoneração do capital prorrogando ainda a redução do IPI, e ampliando ainda mais a desoneração da folha de pagamentos (O Globo, Rio de Janeiro, 7/4/2013, p. 37; ver também O Globo, Rio de Janeiro, 16/2/2013, p. 25 e O Globo, Rio de Janeiro, 22/3/2013, p. 28).

envolver a experiência participacionista, ampliando suas potencialidades pessoais para resolver seus problemas, individual (pelo empoderamento, pelo empreendedorismo, pela autoajuda) ou coletivamente (pela solidariedade, pela parceria).

Esta ideologia, de discurso “progressista”, ecoa como um canto de sereia, que canta e encanta, seduzindo setores da esquerda, intelectual e política, lançando-os para a adesão a ela, fundando a ideologia do possibilismo,¹⁵ afogando qualquer pretensão de transformação social estrutural.

Mas este termo (ideológico) esconde um projeto. O termo “Terceiro Setor”, além da sua mistificação ideológica, oculta um projeto social: o projeto, existente na programática neoliberal, que articula os diversos subprojetos inseridos na ideologia de autorresponsabilização dos indivíduos e desresponsabilização do Estado, visando a desonerar o capital. Assim, tal ideologia materializa-se nos Projetos do “Terceiro Setor”.

O verdadeiro Projeto do “Terceiro Setor”, segundo seus fundamentos de autorresponsabilização do indivíduo e desresponsabilização do Estado, desdobra-se em diversas propostas, também disfarçadas pelos termos que as denominam, tais como: “Economia Solidária”, “Empoderamento”, “Empreendedorismo” e “Empregabilidade”, Políticas de “Combate à Fome e à Pobreza” e de “Geração de Emprego e Renda”, “Democratização da Sociedade Civil”, “Responsabilidade Social Empresarial” e “Responsabilidade Ambiental”, dentre outros. Cada uma destas propostas, destes projetos funda-se na autorresponsabilização dos indivíduos e na desresponsabilização estatal, desonerando o capital. Muitas delas são explicitamente propostas do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional (FMI), de governos neoliberais, de corporações capitalistas transnacionais.

Assim, para continuarmos na trilha da epopeia de Ulisses, relatada por Homero n’A *Ilíada* e n’A *Odisseia*, os encantos desses projetos, disfarçados na sua linguagem oriunda das esquerdas, com sua aparência progressista, mas tão ao gosto da racionalidade pós-moderna e tão funcionais no neoliberalismo, têm operado como um verdadeiro “Cavalo de Troia”.

Hoje, em sentido semelhante, setores da intelectualidade da esquerda (possibilista), da classe trabalhadora e da população em geral, são seduzidos pela origem e pela aparência destes termos (que representaram históricas bandeiras de lutas: “de-

15 A “ideologia do possibilismo” e, portanto, a “esquerda possibilista, é sustentada na seguinte ideia: “já que não é possível (pelo menos no curto e médio prazo) a transformação social, então vamos investir nossas energias militantes naquelas ações e naqueles projetos possíveis de serem realizados a curto prazo”. Funda-se assim uma “militância de resultados”, orientada ao curto prazo, ao imediato. Esta ideologia levou, num estampido, inúmeros militantes a abandonar o projeto revolucionário para se contentar com a “Economia Solidária”, a “participação local”, o “empoderamento” etc.

mocracia”, “participação”, “empoderamento”, “solidariedade” etc.), pelo poder ideológico neles contido e acabam por abrir as portas e deixar entrar para dentro das muralhas, quebrando suas defesas, aceitando e aderindo a estes projetos, como “uma oferenda dos deuses”, um “presente de grego”. Não percebem eles que, escondidos nestes projetos, nestes “cavalos de Troia”, estão, incólumes e fortes, os valores, os interesses, as visões de mundo da grande burguesia neoliberal.

REFERÊNCIAS

ARRIGHI, Giovanni. **O longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Unesp, 1996.

_____. **A ilusão do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional**. São Paulo: Editora 34, 1998.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 112, p. 613-636, 2012.

Chesnais, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DOS SANTOS, Theotonio. **Dependencia y cambio social**. Santiago: Ceso, 1972.

FRANK, André Gunder. **Reflexões sobre a crise econômica mundial**. São Paulo: Zahar, 1983.

Furtado, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

_____. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Círculo do Livro, 1978.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

_____. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GONÇALVES, Reinaldo. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 112, p. ???, 2012.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: O breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda [e] inflação e deflação**. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

LAURELL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: _____. (Org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1995.

- LÊNIN, Vladímir Ilitch. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Global, 1979.
- MANDEL, Ernest. **La crisis: 1974-1980**. México, DF: Era, 1980. (Série Popular).
- _____. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARX, Karl. **O capital: o processo de produção do capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. v. 1.
- MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica de la dependencia**. México, DF: Era, 1977. (Série Popular).
- Mészáros, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- Montaño, Carlos Eduardo. **Terceiro sector e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.
- MONTAÑO, Carlos Eduardo; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010.
- OLIVEIRA, Francisco de. O surgimento do antivalor. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 22, p. 8-28, 1988
- SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 672-688, 2012.
- SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2000.
- TROTSKY, Leon. **A história da Revolução Russa**. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.
- WOLFFENBÜTTEL, Andréa. Indicadores. **Desafios do Desenvolvimento**, Brasília, DF, v. 3, n. 22, p. 64-65, maio 2006.

2

CAPÍTULO

A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO “DESMERCADORIZADO”

José Micaelson Lacerda Morais¹

2.1 INTRODUÇÃO

Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels (1984, p. 107) afirmam que:

no desenvolvimento das forças produtivas chega-se a uma fase onde surgem forças produtivas e meios de intercâmbio que, no quadro das relações existentes, apenas causam estragos e não são mais forças produtivas, mas forças destrutivas (maquinaria e dinheiro) [...].

Escrita entre 1845 e 1846, esta formulação chega aos nossos dias como uma verdade que se mantém rigorosamente irredutível. A partir dessa citação nossa

¹ Professor associado do departamento de economia da Universidade Regional do Cariri. Doutorado em Economia da Indústria e da Tecnologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós-doutorado no Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico IE/Unicamp. Contato: micaelson_lacerda@yahoo.com, (88) 9965-8698.

discussão começa pelo caráter destrutivo que o dinheiro, como forma geral de riqueza, assumiu no quadro da reprodução das relações de produção no capitalismo contemporâneo.

No capitalismo a riqueza é abstrata, ou seja, neste regime de acumulação o dinheiro não é apenas um intermediário nas transações, mas a forma geral de riqueza e o objetivo final da concorrência entre os produtores. Enquanto conceito existente e atuante do valor, como Marx (2004, p. 160) afirma nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, “[...] o dinheiro se apresenta também contra o indivíduo e contra os vínculos sociais [...]”. De forma que é inerente à natureza do capitalismo o “[...] desprezo pelas condições particulares da existência dos povos e pelos conteúdos da vida [...]” (BELLUZZO, 2009, p. 172). Para Altvater (2010, p. 55), “[...] a continuação do capitalismo no fim da história não trará apenas, conforme sugere a euforia impensada, a democracia, a liberdade, a economia de mercado e o bem-estar, mas talvez a ‘destruição do ser’”. Considerando o desprezo pela existência dos povos, pelos conteúdos da vida, pela destruição da natureza e do ser, precisamos formular um novo enfoque para o desenvolvimento, que tenha como centro e fundamento a vida humana e seus conteúdos, não como mera retórica, mas como sentido último.

Para tanto, a vida humana precisa assumir a dimensão de um equivalente geral, em nível global, com força para sobrepujar outro equivalente geral, o dinheiro, em uma concretude que torne comum e igual o valor da vida para cada um e para todos, isto é, na produção do espaço. A vida humana entendida enquanto direito de existência igual para todos, de direito ao resultado da produção social, da distribuição da produtividade do trabalho, tendo em consideração que cada vida tem o mesmo valor em qualquer tempo e espaço. Todavia, para trilharmos esse caminho torna-se necessário o despertar de uma nova consciência global para o desenvolvimento focado no sentido da vida humana e não no da riqueza abstrata. Esta consciência tem de partir necessariamente da ideia de que nenhum homem deve subjugar outro, seja por raça, riqueza ou poder, na medida em que cada vida se equivale. Nessa perspectiva, a limitação das grandes fortunas, dos supersalários, a imposição de limites sociais à propriedade privada podem representar o primeiro passo na direção de um novo tipo de desenvolvimento. Um desenvolvimento impossível sob a apropriação privada sem freios da vida e do espaço que denominamos de desenvolvimento “desmercadorizado” e possui como conteúdo, valor e fim, a vida humana.

Posto isso, este artigo persegue três objetivos. Primeiro, resgatar o conceito de reprodução das relações de produção como elemento central de análise do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo. Conceito que pode fornecer o “fio condutor” para descrição e análise crítica do “real”, possuindo alcance global e sintético por designar um processo complexo que arrasta con-

sigo contradições antigas e novas, simultaneamente. Segundo, tratar o espaço como um elemento unificador por revelar que a vida humana tem o mesmo valor em qualquer lugar, pois é feita da mesma substância. Além de que não há como separar as formas espaciais resultantes das atividades humanas das relações de produção, de modo que as formas espaciais “contêm” os processos sociais e os processos sociais são espaciais. Terceiro, propor um novo enfoque para o desenvolvimento a partir da expressão da contradição fundamental entre o sentido da vida humana e o sentido da riqueza na sociedade capitalista. Este último ponto coloca em questão a formulação da riqueza e sua distribuição na sociedade capitalista.

O artigo está dividido em mais cinco seções. Na segunda destacamos a mudança de perspectiva que representa utilizar o conceito de reprodução das relações de produção como “bússola” de estudo nas questões pertinentes ao desenvolvimento. Na terceira seção destacamos que a concepção de espaço, do espaço produzido, apresenta-se como um elemento unificador, no sentido de dar unidade à vida humana, a unidade perdida pela classe operária. Unidade a partir da qual é possível pensar uma prática social e um projeto político na direção da valorização da vida e não do dinheiro enquanto objeto e objetivo do desenvolvimento. Na quarta seção expomos um conceito de desenvolvimento que tem como fundamento o conceito de reprodução das relações de produção. Na quinta e na última seção discutimos a possibilidade de uma nova sociedade a partir do enfoque que denominamos de desenvolvimento “desmercadorizado”.

2.2 A REPRODUÇÃO DAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO: AS CONDIÇÕES DE DOMINAÇÃO CAPITALISTA E AS CONDIÇÕES DA VIDA SOCIAL

No prefácio da obra *Para uma Crítica da Economia Política*, publicada em 1859, Marx mostra que a totalidade das relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade. Esta famosa e importante formulação está contida na seguinte passagem:

Na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência (MARX, 1982, p. 25).

Marx, ao afirmar que as relações de produção formam a estrutura econômica da sociedade, estabelece, também, que as formas sociais de consciência

são derivadas dessas relações determinadas e necessárias. Ao que acrescentamos que as formações sociais e o seu desenvolvimento também são derivados das referidas relações. Acreditamos que a relação entre estrutura econômica e relações de produção, mediada pela reprodução dessas relações, possa fornecer um novo *insight* sobre as questões do desenvolvimento ainda no quadro da formação capitalista. Para tanto, precisaremos considerar que, apesar dessas relações serem estabelecidas independentemente da vontade do homem, a sua reprodução pode ser transformada a partir da própria vontade humana. É justamente no conceito de reprodução das relações de produção que nos deteremos nessa etapa da nossa discussão.

Nessa tarefa, seremos guiados por Lefebvre (1973). Ele nos ajudará a resgatar o conceito de reprodução das relações de produção, do qual derivaremos a formulação de uma nova abordagem do desenvolvimento para além do enfoque tradicional, que tem como base teórico-metodológica a divisão social do trabalho sob condições capitalistas de produção. Faremos, então, uma leitura singular do seu texto intitulado *A re-produção das relações de produção*. Nesta obra Lefebvre destaca este conceito como o fundamento, o elemento caracterizador do capitalismo como modo de produção. Uma totalidade, mas uma totalidade nunca sistematizada, nunca acabada que se vai consumando, que se vai realizando. Por isso mesmo, um conceito que não foi “descoberto”, mas mostrou-se com esforço considerável e por aproximações sucessivas: “[...] o cotidiano – o urbano – o repetitivo e o diferencial – as estratégias – o espaço e a produção do espaço” (LEFEBVRE, 1973, p. 5). Conceito que resolve e supera “o vivido sem conceito” e o “conceito sem vida”, envolvendo o da divisão social do trabalho, que tem como função nos fazer acreditar em uma suposta impossibilidade: o desenvolvimento global e a redução das desigualdades dos padrões de vida sob um tipo de relações capitalistas que permite a apropriação privada sem freios da vida e do espaço.

A hipótese de Lefebvre é a de que a reprodução das relações de produção pode fornecer o “fio condutor”, um instrumento para descrição e análise crítica do “real”, possuindo alcance global e sintético, afastando-se das especializações científicas (sujeito e objeto) e não designando quer uma entidade (“naturalidade, historicidade”), quer uma metáfora (“fluxo, agregado, cadeia”); nem uma determinação (“dispositivo, máquina”); nem elementos sob os quais entendemos o desenvolvimento enquanto conceito. Nas palavras do autor: “Este conceito [relações de produção] designa um processo complexo que arrasta consigo contradições e não só as repete, as reduplica, mas também as desloca, as modifica, as amplifica” (LEFEBVRE, 1973, p. 6)

O que pretendemos mostrar da análise de Lefebvre é a mudança de perspectiva que representa utilizar a reprodução das relações suprarreferidas como “bús-

sola” de estudo.² Significa pôr fim às prospectivas sobre a harmonização eventual dos elementos da sociedade, sob relações capitalistas anárquicas. Ainda, perpassar a descrição dos processos parciais (reprodução biológica, produção material, consumo, símbolo). Enfim, permite desfazer a ilusão que dissimula a totalidade do processo de reprodução das relações de produção compartimentadas em suas componentes e condições biológicas, econômicas, sociológicas e na própria divisão social do trabalho. Para o autor, confundir esses níveis “no conceito geral de reprodução é um erro de método e de procedimento teórico” (LEFEBVRE, 1973, p. 7). Além disso, permite também considerar que a reprodução dessas relações sociais não foi nem é “natural” ou “normal”.

Outro ponto fundamental que destacamos da leitura de Lefebvre é o retorno à dialética por meio do conhecimento do espaço. Pois, por meio deste (“conhecimento do que nele se faz, do que nele se passa e do que nele se serve”), são detectadas e reveladas as contradições sociais. Conforme destaca Harvey (1980), existem várias maneiras pelas quais se podem pensar a respeito do espaço, mas é por meio da formulação de uma concepção adequada deste último que se pode compreender o fenômeno urbano e a sociedade em geral. Esta formulação passa em última instância pela relação entre processos sociais e formas espaciais. As formas espaciais não podem ser vistas apenas como objetos inanimados dentro dos quais o processo social se desenvolve: as formas espaciais “contêm” os processos sociais e os processos sociais são espaciais. A respeito da produção do espaço como lugar da reprodução das relações de produção e as contradições resultantes é importante destacar a seguinte citação de Lefebvre (1973, p. 95):

Não é apenas toda a sociedade que se torna o lugar da reprodução (das relações de produção e não já apenas dos meios de produção): é todo o espaço. Ocupado pelo neocapitalismo, sectorizado, reduzido a um meio homogêneo e contudo fragmentado, reduzido a pedaços (só se vendem pedaços de espaço às “clientelas”), o espaço transforma-se em paços do poder”.

Entretanto, há que se distinguir o processo de produção do espaço enquanto lógica e enquanto dialética. Lefebvre, para fazer essa distinção, usa como referência a relação centro-periferia. Podemos observar enquanto lógica que o centro organiza o que o rodeia, dispõe e hierarquiza as periferias. Enquanto dialética “o centro inclui e atrai os elementos que o constituem como tal [...] mas que em bre-

2 Para Lefebvre (1973, p. 72), “sobrepôr o modo de produção às relações de produção como a coerência à contradição, essa atitude de uma “prática teórica” tomada em separado tem apenas um sentido: liquidar as contradições, excluir os conflitos (ou pelo menos certos conflitos essenciais), camuflando o que sucede e o que procede desses conflitos” e acrescenta: “liquida-se a dialética no momento em que uma das interrogações fundamentais incide sobre a relação entre dois termos: coerência e coesão, por um lado; conflito e contradição, por outro”.

ve o saturam” (LEFEBVRE, 1973, p. 18). É este espaço “dialectizado”, marcadamente integrado por mecanismos de exploração e conectado por meios de poder,

que reproduz a reprodução das relações de produção, introduzindo nelas contradições múltiplas, vindas ou não do tempo histórico. Através de um imenso processo, o capitalismo apoderou-se da cidade histórica, fê-la explodir, gerou um espaço social que ocupou, continuando a sua base material a ser a fábrica e a divisão técnica do trabalho no seio da empresa. O resultado disto foi uma vasta deslocação das contradições, cuja análise comparada e pormenorizada terá que ser prosseguida (LEFEBVRE, 1973, p. 19-20).

O urbano e suas contradições internas, nesta perspectiva, apresentam-se como espaço privilegiado de análise porque são simultaneamente lugar(es) “da reprodução das antigas relações sociais, [...] da sua decomposição e [...] o da formação de novas relações sociais e das suas [múltiplas] contradições”, como bem nos esclarece Lefebvre (1973, p. 111). Essa multiplicidade é que nos mostra que qualquer solução para um retorno à humanidade deve partir das contradições contidas neste espaço, em especial das relações capitalistas de produção. Quer dizer também que como simultaneidade existente, dada a revolução técnico-científico-informacional, este espaço pode revelar a essência do capitalismo e os meios de sua superação.

Portanto, é por meio do conceito de reprodução das relações de produção no espaço (ocupação e produção do espaço) que conseguimos explicar como o capitalismo conseguiu sobreviver às suas crises (explosões parciais) e, nunca ainda, haver chegado a uma explosão global dos seus limites, apesar da contradição crescente entre as condições de dominação capitalista e as condições da vida social. Neste sentido o conceito também é importante porque ao fornecer conteúdo definido ao conceito de “produção”, realocaliza o indivíduo no processo produtivo e na sociedade, resgata-lhe a identidade, a partir da qual é possível pensar uma prática social e um projeto político na direção da valorização da vida e não do dinheiro enquanto objeto e objetivo do desenvolvimento.

2.3 DO CONCEITO DE REPRODUÇÃO À CONCEPÇÃO UNIFICADORA DE ESPAÇO: O SENTIDO DA VIDA HUMANA VERSUS O SENTIDO DA RIQUEZA NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Grosso modo, a reprodução das relações de produção nada mais é do que a reprodução do regime de acumulação de capital. Segundo Lefebvre (1973, p. 25), “os ‘fatores’ que permitem o crescimento das forças produtivas e a manutenção das relações de produção deterioram a vida social, a consciência da ação,

mascarando o fenômeno central”, constituído pela reprodução das relações de produção.

Não resta dúvida de que no essencial as relações de produção mantêm o seu sentido original, mas na forma atual do comando capitalista o perfil distributivo é caracterizado por uma crescente polarização da riqueza e tem como substância a privatização das condições sociais de produção e a transformação do comum em mercadoria fictícia.

Recursos públicos comuns foram expropriados com a finalidade de transformar em mercadoria as necessidades da reprodução humana cotidiana (da água potável à energia, à saúde, à proteção contra todos os riscos possíveis) e para incrementar os lucros do capital sobre eles (ROTH, 2011, p. 291).

No que diz respeito ao trabalho, Harvey (2005, p. 213) demonstra que “na atualidade, a força de trabalho está muito mais dispersa geograficamente, sendo muito mais culturalmente heterogênea, étnica e religiosamente diversa, racialmente estratificada e linguisticamente fragmentada”, refletindo processos perversos de nítida segmentação social, salarial, racial e étnica. Conclui o autor que

entre a classe trabalhadora global, as diferenças (tanto geográficas como sociais) em salários e previdência social são também maiores do que nunca. A diferença política e econômica entre os trabalhadores mais afluentes (por exemplo, alemães e norte-americanos) e os trabalhadores assalariados mais pobres da Indonésia e do Mali é muito maior do que, no século XIX, entre a assim chamada aristocracia operária europeia e seus correspondentes não especializados (HARVEY, 2005, p. 213).

Vale a pena ilustrar que a realidade dessa “globalidade nova”, de modificação qualitativa das relações reforçando a exploração, descrita pelos autores acima citados, já era explicada por Lefebvre na década de 1970 ao escrever:

Esta globalidade nova que (consciente ou não) tem como sentido e como fim a re-produção das relações de produção, mais ainda do que o lucro imediato ou o crescimento da produção, é acompanhada por uma modificação qualitativa profunda dessas relações. As relações de dominação que originalmente subtendem, reforçando-as, as relações de exploração, tornam-se essenciais, centrais. A vontade de poder (capacidades de coação e de violência) passa por cima dos gostos de lucro e proveito, da busca do superlucro (lucro máximo). As leis econômicas e sociais perdem o aspecto físico (natural) descrito por Marx e, portanto, cego e espontâneo; tornam-se cada vez mais constrangedoras a coberto do contrato (ou sem essa cobertura) (LEFEBVRE, 1973, p. 97).

A nova classe global, derivada do processo acima descrito na citação de Lefebvre e adensada pelo regime de acumulação capitalista com dominância financeira tem contribuído para o estabelecimento de novas formas de *apartheid*:

um mundo no qual a classe baixa simplesmente não existe. Žižek (2011, p. 18, grifo do autor) cita como exemplos concretos desse processo Xangai e São Paulo.

Na China contemporânea, os novos-ricos construíram comunidades isoladas de acordo com o modelo idealizado de uma cidade ocidental “típica”; perto de Xangai, por exemplo, há uma réplica “real” de uma cidadezinha inglesa, com uma rua principal, *pubs*, uma igreja anglicana, um supermercado Sainsbury etc.; a área toda é isolada das cercanias por uma redoma invisível, mas nem por isso menos real. Não há mais hierarquia de grupos sociais dentro da mesma nação: os moradores dessa cidade vivem num universo em que, em seu imaginário ideológico, o mundo circundante da “classe baixa” simplesmente *não existe* [...] São Paulo [...] ostenta 250 helipontos em sua área central. Para evitar o perigo de se misturar com gente comum, os ricos de São Paulo preferem utilizar helicópteros, de modo que, olhando para o céu da cidade, temos realmente a impressão de estar numa megalópole futurista do tipo que se vê em filmes como *Blade Runner* ou *O quinto elemento*: as pessoas comuns enxameando as perigosas ruas lá embaixo e os ricos flutuando num nível mais alto, no céu.

Portanto, o que está em jogo hoje não é somente a posse da propriedade, mas a extensão dessa posse. Essa extensão é a nova contradição do capitalismo. É ela que precisa ser combatida até o ponto em que a vida passe a ser reconhecida como um equivalente geral, de igual valor em qualquer tempo e espaço, resgatando-se o sentido de humanidade, aniquilada com violência brutal pelos defensores do *status quo*. Porque sob as atuais relações de reprodução contemporâneas somente são produzidas mais desigualdades e diferenças.

Para a construção de um novo enfoque do desenvolvimento, a concepção de espaço, o espaço produzido, apresenta-se como unificadora, no sentido de dar unidade à vida humana, a unidade perdida pela classe operária. A vida humana enquanto sentido, enquanto significado, é igual em qualquer lugar, ou seja, possui um único denominador último: a existência, podendo ser afirmada como o fundamento último de um novo enfoque de desenvolvimento. As diferenças relativas à cultura, processos históricos etc, são expressões da individualidade e da localização de um conjunto de individualidades. No entanto, guardam em comum a existência, a vida. Esse novo enfoque do desenvolvimento possibilitará estabelecer um projeto de sociedade que, apesar do poder e dos poderes,

implica uma crítica da política, em geral, dos políticos e dos partidos políticos, em particular, do Estado existente e de todo o Estado. Só um projeto global pode definir e proclamar todos os direitos dos indivíduos e dos grupos, determinando as condições do seu ingresso na prática. Entre esses direitos, recordemos: o direito à cidade (o direito a não ser afastado da sociedade e da civilização, num espaço produzido com vista a essa discriminação) – e o direito à diferença (o direito a não ser classificado à força em categorias determinadas por potências homogeneizantes) (LEFEBVRE, 1973, p. 38).

E o caminho terá que ser o de uma nova consciência (global) a respeito da vida, de seu valor e conteúdo, e de uma nova prática social e política.

2.4 POR UM NOVO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

O conceito de desenvolvimento, como será mostrado a seguir, ou de forma mais específica de alguns dos elementos e relações mais fundamentais para entender o processo de desenvolvimento sob o regime capitalista de acumulação, representa basicamente uma articulação, um aprofundamento dos desdobramentos capitalistas. Por mais que se qualifique sua natureza desigual e combinada, é impossível imaginar que as relações de reprodução como estão postas possam conduzir a sociedade a um “verdadeiro” desenvolvimento.

O desenvolvimento enquanto processo multifacetado de intensa transformação estrutural resulta de variadas e complexas interações sociais que buscam o alargamento do horizonte de possibilidades de determinada sociedade. Deve promover a ativação de recursos materiais e simbólicos e a mobilização de sujeitos sociais e políticos na busca de ampliar o campo de ação coletividade, aumentando sua autodeterminação e liberdade de decisão. Neste sentido o verdadeiro desenvolvimento exige envolvimento e legitimação de ações disruptivas; portanto, envolve tensão, eleição de alternativas e construção de trajetórias históricas, com horizontes temporais de curto, médio e longo prazos. Essa construção social e política de trajetórias sustentadas e duradouras deve ser dotada de durabilidade orgânica, sendo permanentemente inclusiva de parcelas crescentes das populações marginalizadas dos frutos do progresso técnico, endogeneizadora de centros de decisão e ter sustentabilidade ambiental. Seu estudo, portanto, exige ênfase em processos, estruturas e na identificação dos agentes cruciais e das interações entre decisões e aquelas estruturas, procurando revelar os interesses concretos em jogos [...]. É fundamental que esse processo transformador seja promovido simultaneamente em várias dimensões (produtiva, social, tecnológica, etc) e em várias escalas espaciais (local, regional, nacional, global, etc), robustecendo a autonomia de decisão e ampliando o raio de ação dos sujeitos concretos produtores de determinado território (BRANDÃO, 2008, p. 3).

A deficiência do conceito de desenvolvimento apresentado acima reside na constatação de que ele não toca no fundamental: a reprodução das relações sociais de produção. Logo, não pode ser um desenvolvimento pleno de sentido, dadas as contradições inerentes ao próprio conceito de riqueza sob capitalismo.

É o processo de valorização como finalidade última e necessária da acumulação de capital que imprime forma, conteúdo e estrutura a um lugar e determina em última instância a relação entre lugares, não o desenvolvimento dos lugares no sentido de igualização da condição da vida humana. A produção como reprodução das relações sociais imprime forma ao espaço e vice-versa. E neste processo a metamorfose do capital vai se apropriando do espaço e transformando-o em momento específico da acumulação, ou seja, o espaço vai se transformando em uma relação social, uma forma de valorização do valor, a produção do espaço passa

a fazer parte, portanto, do processo de acumulação, não do de desenvolvimento (humano). Não é que o espaço seja apenas condição para reprodução ampliada do capital, ele passa a ser a própria reprodução ampliada do capital, por meio de relações novas de reprodução e dominação.

Nossa tese é a de que no período atual existe um descompasso entre transformações nas formas de produção e forças sociais, derivado das relações de reprodução que permitem a apropriação privada sem freios da vida e do espaço. E esse descompasso é dado justamente pela desigualdade progressiva na distribuição, ou seja, na possibilidade da existência de uma superacumulação de dinheiro em nível individual que torna real o sonho do entesourador. O que precisa ser entendido é que pensar o desenvolvimento enquanto acumulação de riqueza e riqueza na forma de produzir e reproduzir mais dinheiro significa manter as estruturas capitalistas atuando na direção de um desastre.

Precisamos de um novo foco, o qual terá necessariamente que representar um equivalente geral em nível global. O único equivalente geral em nível global para questões de desenvolvimento é a vida humana e o valor da vida humana não pode ser dado por uma distribuição determinada por produtividades marginais. Para tanto, consideramos fundamental resgatar a concepção kantiana a respeito da dignidade. Kant é considerado o primeiro teórico a reconhecer que ao homem não se pode atribuir valor, justamente na medida em que deve ser considerado como um fim em si mesmo. Na sua obra *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, de 1785, a dignidade é o valor de que se reveste tudo aquilo que não tem preço e o primeiro direito fundamental de todo homem. O seu grande legado para a filosofia dos direitos humanos é a igualdade na atribuição da dignidade. Dignidade que tem como princípio a autonomia racional e que confirma a necessidade de que todos os seres humanos sejam tratados com igualdade.

Portanto, a partir da ideia da dignidade humana, o desenvolvimento “desmercadorizado” é o reconhecimento de que a vida individual e a vida coletiva não são diversas, pois derivam da mesma substância: a existência efetiva. Para que essa existência efetiva seja reconhecida com igual valor torna-se essencial a institucionalização de normas e leis que limitem salários, rendas e patrimônio, de forma que as relações de reprodução sejam conformadas por controle social e não pelas leis da acumulação capitalista, permitindo, assim, o estabelecimento de uma nova consciência. A partir dessa consciência se obterá uma solidariedade contra a acumulação pela acumulação, contra o desmonte social e contra a destruição do meio ambiente, graças a um processo de desmercadorização das relações de reprodução e, conseqüentemente, da cidade, da política, da cultura, da natureza e do próprio ser. Evidentemente, semelhante caminho não pode ser de uma região ou nação, mas tem de ser orquestrado de forma global. Ressaltamos, também, que é uma solução parcial, em função da continuidade da

propriedade privada. É que a verdadeira mudança exige uma transformação das relações sociais de produção para além do capitalismo. Žižek (2012, p. 334) está certo ao afirmar que

é ilusório esperar mudar de fato a situação, “ampliando” a democracia para a esfera econômica (digamos, reformulando os bancos para que sejam submetidos ao controle popular) [...]. Por mais radical que seja nosso anticapitalismo, nos processos “democráticos” (que podem ter um papel positivo, é claro), as soluções são buscadas apenas por meio dos mecanismos democráticos que fazem parte dos aparelhos ideológicos do estado “burguês” que garante a reprodução imperturbada do capital [...], a aceitação dos mecanismos democráticos como se constituíssem o único arcabouço para todas as mudanças possíveis [...] impede a transformação radical das relações capitalistas.

Concordamos com Žižek também quando aponta que a reforma política não é suficiente para a construção de uma nova sociedade e as mudanças radicais na esfera econômica têm de ser feitas fora da esfera dos “direitos” legais. É preciso ser muito otimista ou demasiado ingênuo para acreditar que um primeiro passo na direção de uma nova sociedade possa ser realizado por uma mudança na motivação da ação por parte dos membros da sociedade. Todavia, correremos este risco afirmando que uma transformação das relações de reprodução contemporâneas em novas relações possa ser realizada por instrumentos políticos, ainda no arcabouço da estrutura capitalista, mas com vistas à sua superação.

2.5 POR UMA NOVA SOCIEDADE

Segundo Bordieu (2004) a sociedade é definida como um sistema de relações, de modo que é preciso classificar os fenômenos sociais segundo diferentes categorias que, em última análise, correspondem aos diversos tipos de arranjo institucional. E, nesse espaço, as ideologias definem ou obscurecem as categorias sociais, estabilizam ou quebram expectativas sociais, mantêm ou enfraquecem normas sociais, fortalecem ou debilitam o consenso social e aliviam ou exacerbam tensões sociais. Tudo a depender do nível de correlação existente entre o domínio das estruturas e o domínio das práticas, expressa pelo autor por meio do conceito de *habitus*, ou sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes. Ou seja, o *habitus* constitui-se em um princípio gerador que impõe um esquema durável e, não obstante, é suficientemente flexível a ponto de possibilitar improvisações reguladas. Logo, um conceito menos restrito do que o de classe e que permite também a incorporação da prática política na teoria como um processo de transformação de relações sociais em novas relações sociais, produzidas, por sua vez, por instrumentos políticos.

Assim, as relações de poder constituem um elemento fundamental enquanto princípio de dupla relação (estruturante e estruturado), que contribui de forma decisiva para entender a direção que tomam os processos econômicos ao longo da história. Em uma palavra, a sociedade econômica não pode emergir como algo separado do estado político: a transformação implica uma mudança na motivação da ação por parte dos membros da sociedade. Somente dentro de um dado arcabouço político é possível formular a questão da riqueza, como enfatizou Polanyi (2000). E é justamente a questão da formulação da riqueza que precisa ser revista, enfatizamos! Em nossa época histórica o movimento das grandes mobilizações sociais tornou-se uma realidade, visto que as comunicações se tornaram instantâneas no mundo inteiro. De tal movimento poderá brotar uma nova política emancipatória, frente ao destrutivo modo de reprodução societária do capital. Portanto, somente o verdadeiro envolvimento das massas, em uma mobilização extraparlamentar combativa, será capaz de forçar o jogo parlamentar a realizar as alterações necessárias no quadro da reprodução das relações de produção capitalistas.

É necessário reconhecer que os grandes empreendimentos são necessários para a realização da vida (educação, saúde, habitação, serviços de utilidade pública, cultura etc.), dada a dimensão da população no planeta; mas grandes fortunas, salários exorbitantes e a propriedade privada desmedida, não. Como justificar, seja do ponto de vista dos rendimentos marginais, da produtividade= ou das necessidades humanas mais sofisticadas, salários anuais de US\$ 50 milhões? A amplitude dos 10 maiores salários dos CEOs (Chief Executive Officer) norte-americanos, no início da década de 2000, variava entre U\$ 16,8 milhões anuais (James McNerney) e 52,2 milhões (Ray Irani). Em 2012, os salários dos CEOs das grandes empresas ultrapassavam a média de US\$ 10,5 milhões ao ano. Como justificar que uma só pessoa detenha um patrimônio de US\$ 43 bilhões, mais um pacote de bônus e ações da empresa estimados em US\$ 96 milhões, como é o caso de Larry Ellison, cofundador e CEO da Oracle e a 5ª pessoa mais rica do mundo? Simplesmente o capitalismo tem criado deuses no lugar de pessoas. Isto mesmo: na vigência do modo capitalista de produção surgiu um seleto grupo de “deuses” possibilitado pela acumulação desenfreada de dinheiro e propriedade. Sob a reprodução das relações de produção capitalista alguns homens foram transformados em verdadeiras “divindades”. Tipos ideais divulgados a todo instante e inflados nas produções de autoajuda, que impregnam nossas mentes e corações como um exemplo a ser seguido. Uma sociedade do espetáculo que cria um efeito demonstração ao mesmo tempo inalcançável e conformador. Não existe desenvolvimento possível que tenha como tipo ideal o padrão de consumo de uma minoria que vive acima do bem e do mal. É este o mito do desenvolvimento a que se refere Furtado (1974).

Sassen (2010) fala de uma nova geografia de centros e margens, que reproduz e amplia as desigualdades existentes (segmentação social, salarial, racial ou étnica):

“os trabalhadores com maior formação educacional no setor corporativo enxergam sua renda aumentar a níveis inusitados, enquanto os operários e trabalhadores com pouca ou média formação enxergam a sua afundar” (SASSEN, 2010, p. 95).

Pelas considerações acima e outras evidências colocadas anteriormente torna-se clara a impossibilidade do capitalismo atual. Ao mesmo tempo os meios informacionais tornaram instantânea nossa integração em tempo real. E acreditamos que essa instantaneidade possa nos colocar no caminho de uma nova consciência pelo reconhecimento da perversidade das relações sociais no capitalismo contemporâneo. Como destaca Brandão (2008, p. 1-2): “avalio que hierarquias, hegemonias, tensões e conflitos são reforçados em todas as escalas espaciais e as determinações mais gerais do movimento de acumulação estão cada dia mais explícitas, inclusive em sua manifestação territorial”.

Integração que, além de permitir vislumbrar a direção do desastre humano, permite também entender que nossas etnias, culturas, línguas representam ao mesmo tempo o singular e o plural de uma mesma dimensão, a dimensão humana: ponto de partida para qualquer mudança substancial na sociedade que hoje temos. Todas as vidas humanas precisam ser compreendidas como iguais no sentido de sua existência, guardadas as dimensões de etnias, culturas, línguas, religiões, enfim, todos os aspectos superestruturais que diferenciam as pessoas e os lugares, mas que não modificam o sentido último: a vida humana em sua essência, a equivalência das vidas humanas. Compreensão que implica nova consciência de que, por meio de instrumentos políticos se possam criar mecanismos garantidores de que nenhum homem pode ter o direito de subjugar outro, seja por raça, riqueza ou poder, na medida em que cada vida se equivale. Para tanto, torna-se essencial a institucionalização de normas e leis que limitem salários, rendas e patrimônio, de forma que as relações de reprodução sejam conformadas por controle social e não pelas leis da acumulação capitalista.

É importante ressaltar que a limitação das grandes fortunas, dos supersalários e dos exageros da propriedade privada não é um cerceamento de liberdade. Não há liberdade no capitalismo, há ideologia. A liberdade se existe é para um conjunto de “deuses” que dispõem de dinheiro “ilimitado”. A grande massa, em qualquer região ou país, não conhece liberdade, conhece apenas o ideal dessa liberdade dos “deuses”. Portanto, não estamos discutindo a abolição da propriedade privada ainda, mas o “limite” da propriedade privada e dos supersalários.

Quando em algum lugar perdemos as nossas utopias também perdemos o sentido do que é “ser humano”. É urgente, pois, resgatar esse sentido. Como afirma Altvater (2010, p. 334), “a utopia concreta está presa com âncoras pesadas no fundo real da sociedade capitalista”, reificada, fetichizada nas relações de reprodução. É preciso resgatar a utopia, resgatar um sentido de humanidade, um fundamento comum pelo qual lutar. Até o momento nem as teorias do desenvol-

vimento econômico nem o aprofundamento da questão ambiental e suas soluções parcelares conseguiram chegar ao âmago dessa questão, justamente porque não tocaram no ponto fundamental: a monstruosidade das relações de reprodução no capitalismo contemporâneo. É preciso desfazer estes e outros mitos em direção a uma utopia realizável. A condição de ser humano pode ser o fundamento de uma nova utopia: a utopia concreta do desenvolvimento “desmercadorizado”.

Será ingênuo o pensamento de Von Thünen, citado por Harvey (2005, p. 103), segundo o qual

na percepção da verdade e da justiça, e no controle do egoísmo, fazendo que, de modo voluntário, os privilegiados desistam do que injustamente possuem, residem os meios de a humanidade, pacífica e alegremente, obter maior desenvolvimento e alcançar objetivos superiores?

Será que podemos estabelecer uma nova utopia, tendo como fundamento que a reprodução das relações sociais não foi nem é “natural” ou “normal”, que é preciso colocá-la sob controle social, neutralizando e canalizando os mecanismos do mercado para que o século XXI não produza uma proletarianização global e a destruição do ser? Para Žižek (2011, p. 83), “corremos o risco de perder tudo: a ameaça é que sejamos reduzidos a sujeitos abstratos vazios de todo conteúdo substancial, despossuídos de nossa substância simbólica, nossa base genética fortemente manipulada, vegetando num ambiente inóspito”.

Resta-nos a esperança de uma nova consciência, de uma nova política e de uma nova práxis social que em algum momento torne evidente a equivalência da vida humana em qualquer ponto do planeta. Será um despertar diante da grande degeneração, do ponto zero apocalíptico, da possibilidade da destruição do ser e da mãe-terra.

Para Harvey (2013), a partir da descentralização do poder que o capitalismo demanda, a esperança está emergindo em uma variedade de iniciativas locais, com base em inovações e experimentações com formas coletivas de governança democrática e de decisão comunal. O problema para o referido autor consiste em “como reuni-las de maneira a construir uma alternativa viável ao neoliberalismo de mercado” (HARVEY, 2013, p. 33). A resposta parece estar nas ruas:

Foi nas ruas que os tchecos se libertaram em 1989 de opressivas formas de governança; foi na Praça da Paz Celestial que o movimento estudantil chinês buscou estabelecer uma definição alternativa de direitos; foi através de massivos comícios que a Guerra do Vietnã foi forçada a terminar; foi nas ruas que milhões protestaram contra o prospecto de uma intervenção imperialista norte-americana no Iraque em 15 de fevereiro de 2003; foi nas ruas de Seattle, Gênova, Melbourne, Quebec e Bangkok que os direitos inalienáveis à propriedade privada e da taxa de lucro foram desafiados (HARVEY, 2013, p. 33).

De acordo com Žižek (2013, p. 104), o que une as ondas de protestos que ganharam o mundo desde 2011, pela Europa, Oriente Médio, Estados Unidos, Brasil

é o fato de que [...] todos lidam com uma combinação específica de (pelo menos) duas questões: uma econômica, de maior ou menor radicalidade, e outra político-ideológica, que inclui desde demandas pela democracia até exigências para a superação da democracia multipartidária usual.

Há, portanto, um questionamento do sistema capitalista como tal que dependerá da capacidade de se organizar uma solidariedade global. Esperamos, pois, que a ideia do desenvolvimento “desmercadorizado” contribua para a organização dessa solidariedade global.

2.6 CONCLUSÃO

Há possibilidade de implantação de um novo projeto de sociedade? Acreditamos que sim. O desenvolvimento “desmercadorizado” significa o desenvolvimento focado na vida humana e não no sentido da riqueza da sociedade capitalista, significa o reconhecimento da igualdade da vida humana em qualquer lugar e tempo. Nesta perspectiva, a limitação institucional das grandes fortunas, a limitação dos supersalários e a imposição de limites sociais à propriedade privada pavimentarão o caminho para um desenvolvimento “desmercadorizado”; o primeiro movimento de um novo desenvolvimento, de uma nova sociedade.

O aprofundamento das crises nos países centrais, em termos de frequência e intensidade com o conseqüente aumento da desigualdade e o aprofundamento da crise ambiental poderão fazer surgir uma nova consciência, um despertar para a humanidade? Acreditamos, como Altvater (2010), que são as condições históricas e as ideias germinais que encorajam a realização de uma utopia concreta. Na nossa conjuntura histórica somente as grandes mobilizações sociais, a mobilização extraparlamentar de massas a que se refere Mézáros (2011), poderão fazer frente ao destrutivo modo de reprodução societária do capital que força o jogo parlamentar a realizar as alterações necessárias no quadro da reprodução das relações de produção capitalistas. Portanto, a nova política emancipatória brotará não de um agente especial em particular, mas da combinação explosiva de diversos agentes, como também destaca Žižek (2011). As grandes mobilizações sociais são uma realidade em uma sociedade em que as comunicações se tornaram instantâneas no mundo inteiro. Eis o lado positivo da nossa época histórica, eis a grande esperança para surgimento de uma nova consciência e de uma nova *práxis* social, frente à apocalíptica proletarização pela qual estamos ameaçados.

REFERÊNCIAS

- ALTVATER, Elmar. **O fim do capitalismo como o conhecemos: uma crítica radical do capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga. **Os antecedentes da tormenta: origens da crise global**. São Paulo: Unesp; Campinas: Facamp, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- BRANDÃO, Carlos. Desenvolvimento, territórios e escalas espaciais: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar. In: RIBEIRO, Maria Teresa Franco; MILANI, Carlos R. S. **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar**. Salvador: Editora da UFBA, 2008. p. 150-185.
- _____. Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 107, p. 57-76, jul./dez. 2004.
- FERGUSON, Niall. **A grande degeneração: a decadência do mundo ocidental**. São Paulo: Planeta, 2013.
- FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- _____. **A produção social do espaço capitalista**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005.
- _____. A liberdade da cidade. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo; São Paulo: Carta Maior, 2013.
- KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- LEFEBVRE, Henri. **A re-produção das relações de produção**. Porto: Publicações Escorpão, 1973. (Cadernos O homem e a sociedade).
- MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- _____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec, 1984.
- MÉSZÁROS, Istiván. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- ROTH, Karl Heinz. Crise global, proletarização global, contraperspectivas. In: FUMAGALLI, Andrea; MEZZADRA, Sandro (Org). **A crise da economia global: mercados financeiros, lutas sociais e novos cenários políticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- SASSEN, Saskia. **Sociologia da globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- ŽIŽEK, Slavoj. **Primeiro como tragédia, depois como farsa**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. **Vivendo no fim dos tempos**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. Problemas no paraíso. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

3

CAPÍTULO

TRANSFORMAÇÕES DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA AS POLÍTICAS SOCIAIS

Ana Samilly Alexandre Moreira¹

Luma Rodrigues de Oliveira²

Cynthia Studart Albuquerque³

3.1 INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de uma pesquisa documental e bibliográfica que teve como objetivo analisar as transformações contemporâneas do capital e suas implicações para as políticas sociais.

1 Graduanda do curso de Serviço Social do IFCE - *Campus* Iguatu. Contato: samillyifce@hotmail.com, (88) 9972-6608.

2 Graduanda do curso de Serviço Social do IFCE - *Campus* Iguatu. Contato: lumaoliveira_ll@yahoo.com.br, (88) 9762-3249.

3 Doutoranda em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Docente do curso de Serviço Social do IFCE - *Campus* Iguatu. Contato: cynthiastudart@yahoo.com.br, (85) 9921-3335.

O capital, em busca de reestabelecer sua taxa de lucratividade desde as décadas de 1980 e 1990 do século XX, se apoia em um tripé que dá sustentabilidade à nova forma de acumulação de capital, ou seja, acumulação produtiva: a reestruturação produtiva, com mudanças nas formas de produzir, na recomposição do exército industrial de reserva bem como a desregulamentação das condições trabalhistas; a mundialização do capital a partir das estratégias de financeirização para obtenção de mais lucros; e as investidas neoliberais que atingiram os Estados-Nacionais que, tencionados pela crise dos anos de crescimento do capital, outrora marcados pelo alargamento dos direitos e políticas sociais com base no modelo fordista⁴ de produção atrelada ao modelo keynesiano,⁵ passam de um Estado interventor para práticas de cunho liberal.

Não se pode desconsiderar que no Brasil esses processos se configuraram de forma diferente, haja vista que não tivemos situação de pleno emprego. Nesse contexto vivíamos a crise do Estado desenvolvimentista que ampliou o mercado interno de produção e consumo, segundo Behring (2006, p. 1), “sem nunca chegar à sombra do pleno emprego, do pacto social democrata e do *welfare state*”, tendo, portanto, uma série de fatores agravados, principalmente no que diz respeito às condições de vida e trabalho da classe operária.

As consequências dessa ascensão das investidas de cunho liberal pelo Estado refletem-se sobremaneira nos gastos sociais, que são cada vez mais reduzidos, chegando muitas vezes a retroceder no que diz respeito aos direitos anteriormente conquistados pelos trabalhadores. As políticas sociais são o exemplo mais contundente dessa nova dinâmica do capital que, pela diminuição na participação orçamentária, têm perdido o caráter universal e se tornado cada vez mais focalizadas e seletivas.

Nesse sentido nos deteremos em uma discussão inicial, tendo em vista a complexidade dessa temática, analisando, em um primeiro momento, os desdobramentos da crise do final dos anos 1970 e as estratégias do capital para reesta-

4 Entendido como um modelo de organização do trabalho que se expande no período posterior à Segunda Guerra Mundial, em que se ampliou uma série de inovações tecnológicas e organizacionais já em curso no século XX. A base de produção era centrada em produtos homogêneos, rígida linha de montagem, maior número de trabalhadores no processo produtivo, máquinas especializadas, rotinas de trabalho padronizadas e, ainda, sem exigência de qualificação do/a trabalhador/a. Promoveu inovação ao incutir nos seus contemporâneos a postura de consumidores de massa de produtos padronizados.

5 O modelo keynesiano pode ser entendido como as concepções que se expandem no período posterior à Segunda Guerra Mundial (século XX), nos países de capitalismo avançado, cujo eixo está nas mudanças na economia e na intervenção incisiva dos Estados na regulação social, assumindo a proteção social em sua plenitude.

belecer essa taxa de lucratividade, acarretando o aumento da informalidade, do subemprego e da precarização das formas de trabalho e suas relações.

Em seguida nos deteremos na análise de como o neoliberalismo se coloca como base para o reestabelecimento de lucros e como isso tem incidido sobre a classe trabalhadora, principalmente com relação às políticas sociais que a partir desse novo direcionamento do Estado tomaram por consequência outro caráter.

3.2 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E RETROCESSO DE DIREITOS

A crise estrutural experimentada pelo capital a partir da década de 1970 do século XX exige readaptações e reestruturações para buscar a recomposição da taxa de lucratividade e novas formas de acumulação.

Essa crise resulta do esgotamento dos “anos dourados” da acumulação capitalista, que teve como base o modelo fordista de produção atrelada ao modelo keynesiano, cedendo lugar à lógica da reestruturação produtiva, embebida pela ideologia neoliberal como mecanismo de superar a lucratividade decrescente, retomando a elevação da taxa de acumulação. O referido período foi caracterizado pela produção em massa, associado ao crescimento dos gastos, promovendo um patamar de consumo antes inexistente para a classe trabalhadora, com expansão de políticas sociais de caráter universal e de direitos trabalhistas.

Isso só foi possível devido ao aumento da lucratividade do capital que, em momento posterior de crise e estagnação, apontou como alternativa a reestruturação produtiva e a pragmática neoliberal, incidindo no retrocesso dos ganhos materiais da classe trabalhadora e das políticas sociais.

O capital sem saída para tal situação usa um dos suportes do sistema de regulação social: acusa o movimento sindical, responsabilizando-o pelos gastos públicos e, ao mesmo tempo, introduzindo algumas alterações que se opõem às utilizadas nos “anos dourados”, modificando o circuito produtivo fordista/keynesiano para uma produção e acumulação mais flexíveis.

A resposta do capital à superação da crise, com vista à sua autorreprodução e acumulação, foi contundente para a classe trabalhadora. Como diz Panaiago (2010, p. 116), “a recuperação das taxas de lucratividade em queda levou o capital a uma corrida incessante à busca de aumentos de produtividade e, por consequência, à redução dos postos do trabalho vivo, acentuando a tendência ao desemprego estrutural”.

Dessa forma, as novas formas de produção atingem diretamente as condições de trabalho, aumentando a precarização das condições de vida dos trabalhadores e acentuando o desemprego e a informalidade trabalhista.

Tal contexto expressa o retrocesso nas relações de trabalho, o qual colide com o interesse do capital, uma vez que esse modelo tem como base a exploração, como o sustentáculo da ampliação dos lucros. Como defende Paniago (2010), o capitalismo é um sistema de produção voltado para a expansão e acumulação do capital, ultrapassando todas as barreiras humanas, sociais e naturais que se colocam em seu caminho.

Assim, a reestruturação produtiva implementada pelo capital desencadeou profundas e severas alterações nos processos e relações do trabalho, ocasionando perdas significativas para a classe trabalhadora. Ressaltamos que, nesse contexto, o desenvolvimento das forças produtivas implica no mecanismo de acionar formas de extrair o trabalho não pago, ou seja, formas de produzir a mais-valia e, no momento de crise, o ônus recair fundamentalmente sobre a classe trabalhadora.

A atual lógica de acumulação capitalista se investe ideologicamente na retórica do trabalhador por conta própria, do tempo livre e da possibilidade de construir o próprio horário e ser seu próprio patrão. O reforço e o enaltecimento da informalidade do trabalho se traduzem na possibilidade de cada trabalhador se “virar no mercado de trabalho”, sob quaisquer condições, em muitos casos de forma degradante.

A esse propósito, Tavares explica:

Nesse contexto, sob o discurso da autonomia e da independência, cria-se a configuração de um trabalhador livre, que não tem patrão, que não precisa de sindicatos, que na arena do mercado é um agente econômico que vai ao encontro de outros em condição de igualdade. Essa perspectiva fomenta o empreendedorismo, a empregabilidade, a pequena empresa, o trabalho por conta própria, as potencialidades dos serviços, os arranjos produtivos locais, nas tentativas de obscurecer limites objetivos, para os quais o capital já não pode criar postos de trabalho sem atingir suas taxas de lucro (TAVARES, 2009, p. 3).

O que antes, nos anos dourados, parecia “controlável” adquire outras dimensões, principalmente no que diz respeito à classe trabalhadora e aos seus direitos. A crise do capital, que tomou dimensão estrutural nos últimos anos, a todo instante tenta solapar do trabalhador os direitos deste em busca de maior taxa de lucros. Vamos nos deter adiante nas posturas estatais para garantir ao capital essa “inviolação” de lucros.

3.3 REORDENAMENTO ESTATAL: AVANÇO PARA O CAPITAL E RECUELO PARA OS TRABALHADORES

Pode-se entender o neoliberalismo como uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista, como forma de superação da estagnação econômica do fim dos denominados “anos de ouro” do capital.

A partir de 1980 a maior parte dos governos passaram a assumir os ideários desse tipo de gestão que possibilitava a flexibilização e globalização política e econômica, a redução por parte do Estado nos investimentos sociais, o retrocesso dos movimentos sindicais, bem como o aumento do desemprego, a privatização de serviços, sobretudo em empresas estatais, e o retrocesso de grande parte dos direitos alcançados pelos trabalhadores.

Segundo Soares (2003), essas reformas de cunho neoliberais acabam por realizar um verdadeiro “desastre social”. É que o Estado passa a se desresponsabilizar pela área social com a justificativa de crise do capital. Entende-se, portanto que a ofensiva destrutiva das políticas sociais é na verdade resposta uma às determinações econômicas.

É um Estado que se minimaliza no social, subordinando sua atuação às exigências da rentabilidade do capital. Assim, preside a sua atuação no social por uma lógica contábil-financeira, transformando-a numa mera questão técnica de custos do Estado, ou melhor, numa questão contábil (CARVALHO, 2007, p. 8).

Nesse quadro, cada vez mais se destroem as bases da política social universal, que defenda o direito ao acesso de todos, aliando assim a retração dos investimentos estatais à responsabilização do indivíduo por suas carências, reforçando por sua vez o discurso tão vigente atualmente a respeito da solidariedade humana.

No Brasil, essa submissão do Estado aos ditames da economia mundial passa os últimos 15 anos. Começa pela breve permanência de Fernando Collor de Mello na presidência, caracterizada pela corrupção e desorganização no Estado. Em seguida, tem-se Itamar Franco que pregava a solidariedade entre estado e sociedade civil para a estabilização econômica do país e, conseqüentemente, a desresponsabilização no provimento das políticas sociais e garantia dos direitos constitucionais. Prevalece a priorização na questão econômica e o sucateamento dos serviços públicos.

Porém foi no governo de Fernando Henrique Cardoso que se efetivou o projeto do capital financeiro e internacional com direção contrária aos interesses da classe operária, garantindo a inviabilidade do projeto social previsto na constituição de 1988. Dentre algumas medidas do seu governo é preciso destacar as maciças privatizações de empresas públicas, a reforma previdenciária que atingiu diretamente a classe trabalhadora, a redução dos investimentos na área social e a crescente focalização das políticas públicas.

Essa direção econômica e política tem continuidade no governo de Lula e Dilma, pela manutenção da política de estabilização econômica, marcada pelo reforço ao populismo, mas, sobretudo, sem deixar de atender às demandas do capital.

O que se nota, portanto, é que as políticas sociais brasileiras imprimem um caráter conservador direcionadas à seletividade e à focalização, sempre em uma direção compensatória e com enfoque nos programas de distribuição de renda, cuja característica é apenas minimizar uma situação preexistente. Tais programas diminuem os índices de pobreza, mas não propiciam a redução da desigualdade social. Deste modo, a direção política assim assumida distancia os princípios de universalidade e igualdade de acesso.

As políticas sociais entram nesse cenário caracterizadas por meio de um discurso nitidamente ideológico. Elas são paternalistas, geradoras de desequilíbrios, custo excessivo do trabalho e devem ser acessadas via mercado. Evidentemente, nessa perspectiva deixam de ser direito social. Daí as tendências de desresponsabilização e desfinanciamento da proteção social pelo Estado, que aos poucos [...] vai configurando um Estado mínimo para os trabalhadores e máximo para o capital (NETTO, 1993 apud BEHRING, 2008, p.64).

O que se vê no cenário atual, portanto, é a privatização das políticas sociais, no que diz respeito à apropriação privada delas, sucumbindo assim o seu caráter público. A saúde e a educação, por exemplo, que seriam um bem público, tornam-se privadas, disponíveis para a compra no mercado.

Nesse sentido, Pereira (2010) afirma que existem dois principais fatores para essa inversão, a saber: a disseminação da ideologia neoliberal de que os direitos sociais não são de fato direitos, pois dependem diretamente das condições objetivas difíceis do Estado que as financia e a abdicação do Estado de suas responsabilidades como garantidor de direitos.

Prevalece, assim, a lógica de que o setor privado atende as necessidades dos trabalhadores e o Estado e as instituições filantrópicas privadas, com ênfase nestas, atendem minimamente as necessidades emergenciais daqueles que não estão inseridos no mercado de trabalho. A esse respeito um exemplo contundente dessa dinâmica é a ampliação de vagas nos hospitais filantrópicos que crescentemente acontecem todo o ano, financiadas pelo Estado.

Segundo o Ministério da Saúde serão destinados mais de R\$ 2 bilhões por ano para aumentar o número de leitos nos hospitais (BRASIL, [2013]) filantrópicos. A previsão para o ano de 2013 é realizar essa parceria com mais de 200 hospitais, gerando impacto financeiro de R\$ 305,7 milhões/ano. Percebe-se, claramente, a transferência dos recursos públicos e da responsabilização do Estado na oferta de serviços para o setor privado.

O mesmo tem acontecido com a educação em relação aos investimentos feitos pelo governo à iniciativa privada por meio dos programas de inserção dos estudantes nas instituições de Ensino Superior privadas como forma de remediar a falta de investimento e de ampliação na educação pública, o que na verdade é

uma estratégia estatal para favorecer as “grandes corporações” da educação, isto é, o capital. Um exemplo disso é a Lei nº 12.791, assinada pela presidente Dilma Rousseff e publicada no dia 1º de março de 2013 no *Diário Oficial da União* que destina ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) o crédito extraordinário de R\$ 1.683.716,400 para financiar estudantes matriculados em instituições privadas, precarizadas e de baixa qualidade de Ensino Superior.

Outros exemplos em que não nos deteremos de forma aprofundada são os fundos de pensões e a privatização dos hospitais por meio da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

Tudo isso aponta as investidas do capital sempre em busca de mais lucros e as transformações e rearranjos estatais para fornecer as bases dessa exploração. Infelizmente essas práticas atingem negativamente a classe trabalhadora que cada vez mais passa pelo processo da descaracterização das políticas sociais como direito e volta ao perfil clientelista e paternalista para aqueles que não possuem condições objetivas de pagar por elas.

3.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O capitalismo, após passar pela estagnação financeira do final dos anos XX, buscou métodos para recompor a sua taxa de lucratividade. Os meios utilizados para isso foram a reestruturação produtiva, a mundialização e financeirização do capital e as investidas neoliberais.

O Estado tomou partido desta última medida, deixando de lado o seu caráter interventor, absorvendo o discurso neoliberal de que a culpa da crise eram os gastos excessivos oriundos dessa intervenção. Dessa forma, passou a tomar uma série de medidas no sentido de garantir ao capital o subsídio necessário para a obtenção de lucros.

Essa mudança por parte do Estado refletiu incisivamente sobre a classe trabalhadora, pois houve um processo de diminuição nos gastos públicos com o social que passou a injetar robustos volumes de recursos na iniciativa privada.

As políticas sociais foram o principal alvo dessa transposição, pois perderam seu caráter universal garantido nos períodos de bem-estar social e passaram a ter um viés focalizado, seletivo, que visa apenas a medidas paliativas para os casos mais emergenciais.

No Brasil essas medidas começaram a ser adotadas a partir do governo de Fernando Collor, porém tomaram proporções ainda maiores na era FHC, com um caráter mais “popular”, mas não menos incisivo nos governos Lula e Dilma.

Desse modo, o cenário visto atualmente é de completa desregulamentação dos direitos sociais, que cada vez mais perpassam a lógica mercantilista: aqueles

que podem pagar para satisfazer as suas necessidades e os que ficam, na maioria, das vezes à margem desse processo, já que nessa conjuntura tudo é direcionado somente para solucionar os casos de extrema necessidade.

Esse cenário configura, portanto, a constante transformação do capital para sobressair de suas estagnações econômicas e os rearranjos estatais para possibilitar as bases desse processo, que atualmente tem refletido sobremaneira no planejamento e execução das políticas sociais, e consequentemente atingem a classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Entenda como o MS irá ampliar o atendimento e recuperar finanças das santas casas**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://www.blog.saude.gov.br/servicos/32513-infografico-entenda-como-o-ms-ira-ampliar-atendimento-e-recuperar-financas-das-santas-casas.html>>. Acesso em: 9 set. 2013.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 12.791, de 28 de março de 2013. Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 1.683.716.400,00, para o fim que especifica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1 abr. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12791.htm>. Acesso em: 9 set. 2013.

CARVALHO, Alba Maria Pinto de. **Reorganização do Estado brasileiro na contemporaneidade: desafios das políticas públicas como direito de cidadania**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2007.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. A crise estrutural do capital, os trabalhadores e o Serviço Social. In: COSTA, Gilmaísa Macedo da; PRÉDES, Rosa; SOUZA, Reivan (Org). **Crise contemporânea e Serviço Social**. Maceió: EDFUAL, 2010. p. 111-126.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Política Social do Segundo pós-guerra: ascensão e declínio. **Revista Serviço Social & Saúde**, Campinas, v. 9, n. 10, p. 11, 2010.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. **O desastre social**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

TAVARES, Maria Augusta. Liberalismo e Neoliberalismo: semelhanças e diferenças. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 4., 2009, São Luís. **Anais...** São Luís: UFMA, 2009.

4

CAPÍTULO

PRIVATIZAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NA CONJUNTURA NEOLIBERAL: OS “NOVOS MODELOS DE GESTÃO” E OS DESAFIOS AO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Jediane Freitas da Silva¹

Luciana Dantas Tenório²

1 Assistente Social do Ministério Público do Estado de Alagoas; Especialista. Contato: jedianefreitas@yahoo.com.br, (82) 9658-9882.

2 Psicóloga do Ministério Público do Estado de Alagoas; Especialista. Contato: ludan_35@yahoo.com.br, (82) 9134-5350.

4.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O processo que está em curso desde meados da década de 1970, com a crise do capital, deu tônica a um redimensionamento do papel do Estado no trato da questão social e da ruptura “com o pacto dos anos de crescimento, com o pleno emprego keynesiano-fordista e com o desenho social-democrata das políticas sociais” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 112). Nesse ínterim, assistiu-se a uma sistemática desresponsabilização do Estado para com a reprodução da classe trabalhadora e com o desenvolvimento de políticas sociais públicas que efetivasse os direitos atinentes a essa classe.

Os denominados “novos modelos de gestão” das políticas sociais, cujo marco é o processo de contrarreforma do Estado brasileiro implementado por governos que seguiram à risca os ditames neoliberais dos oligopólios internacionais, estão regulamentados pelas leis nº 9.637/98, 9.790/99 e pela PLC nº 92/2007 apresentados ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo em 13 de julho de 2007. Esses mecanismos legais preveem a criação de Organizações Sociais (OSs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e Fundações Estaduais de Direito Privado para, mediante contratos de gestão ou termos de parceria, atuarem na execução e gestão das políticas públicas nas áreas de saúde, assistência social, desporto, meio ambiente, cultura, pesquisa científica, ensino e desenvolvimento tecnológico.

A partir das questões acima citadas levantamos a seguinte indagação: quais os desdobramentos que o processo de privatização das políticas sociais, comandado pelo Estado sob orientações (neo)liberais, trará para a prática dos assistentes sociais – para o presente e para futuro da profissão – e para a consolidação do projeto ético-político da profissão?

Para responder a tais indagações é preciso compreender a priori quais são as mediações existentes entre as políticas sociais públicas e o projeto ético-político da profissão.

4.2 O SERVIÇO SOCIAL E AS POLÍTICAS SOCIAIS: MEDIAÇÕES, LIMITES E POSSIBILIDADES DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DA PROFISSÃO

O Serviço Social se institucionaliza enquanto profissão, nos marcos do capitalismo dos monopólios, quando a questão social passa a ser objeto de intervenção contínua, sistemática e estratégica do Estado por meio da implementação de políticas sociais públicas (NETTO, 2007).

Nesses termos, não há dúvidas de que a razão de ser do Serviço Social na sociabilidade capitalista é a denominada “questão social”,³ pois é sobre as suas expressões que o Serviço Social atua, estando inserido no processo de elaboração, execução, implementação e avaliação das políticas sociais, conforme reza a Lei nº 8.662/93 (BRASIL, 1993) que regulamenta a profissão de assistente social no Brasil.

É nesse campo de intervenção social que se situam as políticas sociais e o Serviço Social; por isso podemos considerar que nas formas organizadas de enfrentamento dos desdobramentos da *questão social* está situada a base sócio-ocupacional do Serviço Social (grifo da autora) (PRÉDES, 2007, p. 17).

As políticas sociais constituem a forma sistematizada pela qual o Estado “administra” as expressões da questão social. Sua emersão na sociedade capitalista está relacionada ao protagonismo histórico da classe trabalhadora e ao seu ingresso no cenário político em busca do seu reconhecimento enquanto classe e por melhores condições de vida e de trabalho.⁴ Nesse sentido, a “questão social”, do ponto de vista das classes dominantes, se apresenta como uma ameaça ao ordenamento social burguês, pois representara uma “perspectiva efetiva de sua eversão” (NETTO, 2007, p. 154). A partir de então, as classes dominantes no poder, mediadas pela intervenção do Estado, passam a desenvolver estratégias

3 Segundo Iamamoto (2001, p. 16), “a questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos”. A autora ainda aponta que lá pelos idos da segunda metade do século XIX, no contexto da Revolução Industrial, tivemos um acirramento das desigualdades atinentes ao capitalismo. Nessa conjuntura, aumentam-se as condições de exploração do trabalho e a incorporação de capital constante em detrimento do capital variável. Com isso há um decréscimo na incorporação de força viva de trabalho e a exploração do trabalho torna-se cada vez mais extenuante (baixos salários, jornadas de trabalho excessivas etc.). Consequentemente, as condições de vida da classe trabalhadora tornam-se cada vez mais precárias, o que confluí para aumentar a miséria da referida classe e o que se convencionou chamar de pauperismo. Nesse sentido, há uma “acumulação da miséria relativa à acumulação do capital” (IAMAMOTO, 2001, p. 15). A partir de então, temos o ingresso da classe operária no cenário político, reivindicando melhores condições de vida e de trabalho, “por meio das lutas desencadeadas em prol dos direitos atinentes ao trabalho” (IAMAMOTO, 2001, p. 17) e o seu reconhecimento enquanto classe pelo bloco dominante no poder, especialmente pelo Estado. “Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos. Esse reconhecimento dá origem a uma ampla esfera de direitos sociais públicos atinentes ao trabalho – consubstanciados em serviços e políticas sociais –, o que, nos países centrais, expressou-se no *welfare state*, Estado Providência ou Estado Social” (IAMAMOTO, 2001).

4 Ver nota 3. Cf. NETTO, 2007.

sistemáticas de equacionamento da questão social, como vimos, mediante a viabilização de políticas sociais.

Dito isso, podemos compreender que as políticas sociais estão inseridas no campo da luta de classes e são atravessadas pelas contradições pertinentes ao ordenamento social capitalista. Desse modo, elas surgem para atender a interesses de classes diversos e antagônicos, pois acolhem tanto as demandas das classes dominantes como, de maneira contraditória, incorporam, também, as demandas das classes trabalhadoras (CORREIA, XXXX).⁵ O Serviço Social, enquanto profissão, inserida em uma totalidade social e na prática social supracitada, não está alheio a este movimento contraditório.

Nesse sentido, conforme aponta Iamamoto (1985, p. 75) o Serviço Social

Reproduz, também, pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história.

Situamos, até agora, ainda que muito brevemente, as mediações que se estabelecem entre o Serviço Social, enquanto profissão que atua sobre as expressões da questão social e as políticas sociais, enquanto respostas (em geral setorizadas e fragmentadas) desenvolvidas pelas classes dominantes, mediadas pela intervenção do Estado nas manifestações da “questão social” no contexto da sociabilidade burguesa (BEHRING; BOSCHETTI, 2008). Desse modo, enfatizamos as contradições presentes na intervenção do Estado na execução das políticas sociais públicas e, da mesma forma, o aspecto conflitante que transversaliza a prática profissional dos assistentes sociais. Agora cabe enfatizar a relação que se estabelece entre as políticas sociais e o projeto ético-político da profissão.

O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro é síntese de um processo coletivo em construção pela categoria profissional nas últimas três décadas, sintonizado com os processos societários que ocorreram no país nesse período histórico. Esse projeto, que coroa a perspectiva de ruptura da profissão com suas bases teórico-metodológicas e ético-políticas conservadoras é qualificado por Netto (1999, p. 95 apud BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 194) como um conjunto de

valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas

5 Cf. NETTO, 2007 e IAMAMOTO, 1985.

de sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais.

Barroco (2008, p. 141) assinala que é a partir da década de 1960 que se inicia, no Brasil um processo de “erosão com as bases do *ethos* tradicional do Serviço Social”. Esse processo faz parte do movimento de renovação da profissão quando esta passou a questionar e redimensionar seus aportes teórico-metodológicos e ético-políticos. Tal processo evidenciou a dimensão político-ideológica da profissão e possibilitou o surgimento de uma vertente crítica, que visava a romper com o conservadorismo profissional. Netto denomina essa vertente de “intenção de ruptura”.

De acordo com Netto (2006), o debate acerca do projeto ético-político do Serviço Social ainda é muito recente; sua história remonta à transição da década de 1970 para 1980.⁶ Nesse sentido, foi no bojo da efervescência política que caracterizou essas duas décadas, em sintonia com os movimentos de contestação ao regime militar que se instaurou no país desde o golpe de 1964 que a profissão passou a questionar suas bases de legitimação, como já assinalamos, abrindo precedentes para o seu redimensionamento⁷ crítico.

Foi no contexto de reorganização política, de lutas da sociedade civil em torno da democratização do país e da ampliação dos direitos civis, políticos e sociais que “os valores ético-políticos inscritos no projeto de ruptura adquirem materialidade, o que se evidencia na organização política da categoria, na explicitação da ruptura com o tradicionalismo profissional e o amadurecimento da reflexão de bases marxistas” (BARROCO, 2008, p. 168).

Ante o exposto, é inegável, então, a relação orgânica que se estabelece entre o Serviço Social e as políticas sociais, não somente porque estas constituem a base da profissionalização do Serviço Social na sociedade capitalista e o campo prioritário de atuação desta profissão, conforme afirmamos acima; mas também, sobretudo, porque, no que denominamos hoje como o “projeto ético-político” da profissão está presente o compromisso com a defesa da liberdade, enquanto valor ético central e com a defesa intransigente dos direitos humanos, prevendo-se a

6 Não está em nossas pretensões aprofundar, neste momento, as discussões sobre o processo de constituição do projeto ético-político do Serviço Social na sociedade brasileira. Nosso objetivo é pontuar alguns elementos pertinentes às mediações entre tal projeto, os direitos sociais e as políticas sociais, com vistas a refletir sobre as consequências da privatização dessas políticas para a efetivação do projeto ético-político.

7 É válido salientar que, conforme aponta Netto (1999), a categoria profissional dos assistentes sociais não é um todo homogêneo; portanto, existem na profissão a concorrência entre projetos diferentes. No entanto, a partir dos anos 1990 o projeto ético-político de intenção de ruptura com as bases conservadoras que, até então legitimava a profissão, torna-se hegemônico.

radicalização da democracia (concebida enquanto socialização não somente dos direitos e deveres políticos, mas dos bens e riquezas coletivamente produzidos) e a construção de uma nova ordem societária (NETTO, 2006). Nesse sentido, mesmo não rompendo com a estrutura de classes da sociedade capitalista, que é a matriz geradora das desigualdades sociais, as políticas sociais, no dizer de Behring e Boschetti (2008, p. 195), ocupam um lugar estratégico no processo de efetivação dos direitos sociais e na socialização dos bens e riquezas coletivamente produzidas, mesmo nos limites da ordem social burguesa. Para essas autoras,

reafirmar direitos e políticas sociais no âmbito do capitalismo e lutar por eles, tendo como projeto uma sociedade justa e igualitária, não significa contentar-se com os direitos nos marcos do capitalismo. Essa é uma estratégia para o estabelecimento das condições objetivas de construção de uma outra forma de sociabilidade (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 195).

O Código de Ética de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão dos Assistentes Sociais e as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) explicitam uma concepção de direitos e cidadania que conforma o projeto ético-político do Serviço Social. Nessa perspectiva, a cidadania só pode ser concebida mediante a efetivação de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais por meio da viabilização de políticas universais. Entretanto, conforme analisam Behring e Boschetti (2008) este projeto profissional não se limita ao desenho social-democrata, mas propõe a superação do ordenamento societário capitalista e a construção de uma outra sociabilidade em que haja, efetivamente, a emancipação humana e a ruptura com toda forma de exploração ou opressão.

Conforme já assinalamos, o processo de constituição do projeto ético-político do Serviço Social não pode ser pensado em dissonância com a totalidade social. Naquele contexto em que a profissão passava por um redimensionamento crítico, no Brasil e nos demais países da América Latina, o projeto do capital se aprofundava e impunha mediações particulares às relações sociais burguesas não somente nesses países, mas no mundo. As políticas sociais e o Serviço Social, enquanto profissão cuja intervenção é mediada pela questão social, não estão alheios a este processo, tendo em vista que não podem ser pensados fora da totalidade social.

4.3 A OFENSIVA NEOLIBERAL: PRIVATIZAÇÃO E OS NOVOS MODELOS DE GESTÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

Os anos que sucederam a reconstrução do segundo pós-guerra foram caracterizados por longa fase de expansão capitalista que se estendeu até meados da década de 1970. Esse período, denominado pelo historiador Eric Hobsbawm

como “era de ouro do capitalismo mundial”, que teve como pilar de sustentação o pacto fordista-keynesiano⁸ (HARVEY, 1995 apud MOTA, 2009, p. 55), foi caracterizado por altas taxas de crescimento, ampliação dos empregos e salários e uma forte intervenção do Estado nas esferas política e econômica (HARVEY, 1995 apud MOTA, 2009, p. 55). Todos esses fatores deram substância à conformação do pacto que fundou o *welfare state*, o Estado de Bem-Estar Social, Estado Social e o *État Providence*, moldando, desse modo, os alicerces políticos, econômicos e ideológicos de legitimação do longo período expansivo do capital.

Estava posta a equação subjacente ao pacto fordista-keynesiano, ou seja, a incorporação das demandas trabalhistas, aumento da produção e do consumo operário e o estabelecimento de uma relação negociada entre Estado, capital e trabalho, como expressão concreta de ideologias que defendiam a possibilidade de compatibilizar capitalismo, bem-estar e democracia (MOTA, 2009).

Nesse quadro, há uma progressiva ampliação e generalização das políticas sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2008), sobretudo nos países capitalistas centrais.

O denominado “consenso dos pós-guerra”, que deu base para a conformação de uma aliança de classes,

Institucionalizou a possibilidade de estabelecimento de políticas abrangentes e mais universalizadas, baseadas na cidadania, de compromisso governamental com aumento de recursos para expansão de benefícios sociais, de consenso político em favor da economia mista e de um amplo sistema de bem-estar e de comprometimento estatal com crescimento econômico e pleno emprego (PIERSON, 1991 apud BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 92).

Os países periféricos se situam nessa dinâmica de forma muito peculiar. Mota (2009, p. 57) assinala que nessa época, enquanto nos países capitalistas centrais havia um pacto para garantir a relação entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social, na periferia do mundo, a inexistência desse pacto marca

8 Behring e Boschetti (2008) apontam que o objetivo do pacto fordista-keynesiano era conter a queda da taxa de lucros e controlar o ciclo do capital sob a égide do Estado, que deveria atuar como promotor do equilíbrio econômico e do bem-estar social. A base teórica que alimenta esse pacto advém do legado do economista britânico John Maynard Keynes, cujas ideias forjavam uma saída capitalista para a crise desencadeada a partir de 1929-1932. Para Keynes, o Estado deveria intervir amplamente no plano político e econômico, com vistas a manter a margem de lucros do capital e gerar demanda efetiva para evitar a crise. Para tanto, o Estado deveria articular alguns mecanismos como: a planificação da economia, no sentido de evitar os riscos advindos das flutuações periódicas; a intervenção na relação capital/trabalho, por meio da política salarial e do controle de preços; a política fiscal; a oferta de créditos aliada a uma política de juros e a ampliação das políticas sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 86).

a defesa do desenvolvimentismo como meio de integração desses países na ordem econômica mundial.

Merece destaque a inexistência da experiência do *welfare state* no Brasil apesar da criação de algumas políticas de proteção social, instituídas a partir dos anos 1940, mas somente redefinidas nos anos 1980, quando se instituem as bases formais e legais que poderia ser um Estado de Bem-estar Social, na Constituição Federal de 1988 (MOTA, 2009, p. 57).

O desenvolvimentismo no Brasil deu base para um processo de modernização conservadora que, de certo modo, consolidou o crescimento econômico e o processo de industrialização. No entanto este crescimento não foi redistribuído entre a maioria dos trabalhadores (MOTA, 2009).

A plena absorção das economias periféricas no processo de reprodução ampliada do capital ocorreu somente na década de 1970 quando os pilares de legitimação dos anos dourados do capital começam a se desgastar.

Os “anos de ouro” do “capitalismo regulado” começam a se exaurir no final dos anos 1960 (HOBSBAWM, 1995). As taxas de crescimento, a capacidade do Estado de exercer suas funções *mediadoras civilizadoras* cada vez mais amplas, a absorção das novas gerações no mercado de trabalho, restrito já naquele momento pelas tecnologias poupadoras de mão de obra, não são as mesmas, contrariando as expectativas de pleno emprego, base fundamental daquela experiência. As dívidas públicas e privadas crescem perigosamente... A explosão da juventude em 1968, em todo o mundo, e a primeira grande recessão – catalisada pela alta dos preços do petróleo em 1973-1974 – foram os sinais contundentes de que o sonho do pleno emprego e da cidadania relacionada à política social havia terminado no capitalismo central e estava comprometido na periferia do capital, onde nunca se realizou efetivamente (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 103).

Nesse contexto, estavam postas as condições objetivas que configuraram a implosão de uma crise econômica que evidenciou os “limites históricos do capital” (ALENCAR, 2009). Esse processo não ocorreu de forma mecânica, retilínea ou casual como em um conjunto de regras econômicas formais que independem da ação dos homens e que obedecem a uma dada processualidade imutável, conforme defende o pensamento econômico sobre a égide de algumas teorias tradicionais. Foi no bojo das relações e práticas sociais, econômicas e políticas que conformaram a onda longa expansiva e os anos dourados do capital que estavam sendo gestadas as possibilidades de sua eversão. A eversão desse longo ciclo expansivo implicou uma crise econômica que se alastra até os dias atuais, em que os “limites históricos do capital” se expõem mais agudamente.

Ante a crise desencadeada a partir da década de 1970 o capital articulou uma ampla reorganização na esfera da produção e nas relações sociais, bem como

envidou esforços no sentido de reconfigurar os mecanismos sóciopolíticos e institucionais necessários à manutenção da produção e reprodução social (MOTA, 1995 apud ALENCAR, 2009).

De acordo com Anderson (1995 apud BEHRING, 2009), a retomada radical do liberalismo econômico sob outras particularidades histórico-conjunturais, promovida pelos neoliberais a partir dos anos 1970, representa uma reação teórica e política ao Keynesianismo e ao *welfare state*. A gênese do neoliberalismo deita raízes no período do Pós-Segunda Guerra Mundial com as formulações teóricas de Friedrich Hayek. Estas ideias consistiram em uma “reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar” (ANDERSON, 1995). Nesse sentido, “trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política” (ANDERSON, 1995).

Esse pensamento adquire um novo fôlego político e econômico, sobretudo a partir da crise do capital, cuja gênese remonta aos anos finais da década de 1960 e se alastra até os dias atuais, conforme já expusemos acima.

As ideias neoliberais apontavam como causas da crise o “poder excessivo dos sindicatos”, cuja pressão sobre os salários e sobre os gastos sociais do Estado estimularia a diminuição das margens de lucro das empresas e a inflação (ANDERSON, 1995). Nessa perspectiva a crise é entendida como um resultado do Keynesianismo e da intervenção excessiva do Estado (BEHRING, 2009), principalmente no tocante à reprodução dos trabalhadores.

Em síntese, o remédio neoliberal para a crise perpassou as seguintes questões: a) a assunção de um Estado forte, no sentido de romper com os sindicatos e controlar a moeda; b) a redução do Estado para os gastos sociais e regulamentações econômicas; c) a busca pela estabilidade monetária como meta principal; d) contenção dos gastos sociais e manutenção das taxas de desemprego com vistas a recompor o exército industrial de reserva, enquanto mecanismo de regulação dos salários e restrição dos direitos sociais e trabalhistas, com o objetivo de elevar as taxas de mais-valia; e) reforma fiscal, diminuindo a tributação sobre os rendimentos mais altos; f) desmonte dos direitos sociais, desvinculando a política social desses direitos (BEHRING, 2009) e relegando-as ao terreno do mercado. Essas formulações somente foram assimiladas como programa de governo a partir do final dos anos 1970, cujas expressões mais ilustres foram Margareth Thatcher (Inglaterra, 1979), Ronald Reagan (EUA, 1980) e Helmut Khol (Alemanha Ocidental, 1982).

O neoliberalismo se espalhou pela América Latina a partir da década de 1980, tendo como experiências pioneiras o Chile e a Argentina, que a ele aderiram a esta programática em plena vigência de regimes ditatoriais.

No Brasil, o ideário neoliberal ganha corpo de forma bastante particular. O neoliberalismo entre nós, segundo Elaine Behring (2009), ocorreu de forma tardia. Esse processo relaciona-se às particularidades conjunturais e econômico-políticas brasileiras naquelas décadas em que a programática neoliberal toma vulto no mundo. Behring (2009) também analisa que o processo de democratização do país adquire especial relevância para retardar os efeitos do neoliberalismo, que somente se consolida formalmente no país em meados dos anos de 1990.

Ao fazer um balanço do neoliberalismo, Anderson (1995 apud BEHRING, 2009, p. 309), constata que as promessas neoliberais foram cumpridas apenas parcialmente; pois até houve um controle da inflação, mas não houve uma reanimação do capitalismo, cujas taxas de crescimento permaneceram praticamente estáticas, como no período anterior. Os gastos públicos não diminuíram. O crescimento do desemprego aumentou a demanda por proteção social (ANDERSON, 1995 apud BEHRING, 2009). O que mudou de direção, no entanto, foram as formas de intervenção do Estado na questão social.

Nas palavras do autor (ANDERSON, 1995 apud BEHRING, 2009),

o peso do Estado de bem-estar não diminuiu muito, apesar de todas as medidas tomadas para conter os gastos sociais. Embora o crescimento da proporção do produto bruto nacional consumida pelo Estado tenha sido notavelmente desacelerado, a proporção absoluta não caiu; pelo contrario mais ou menos, de 46% para 48% do PNB médio dos países da OCDE durante os anos 1980. Duas razões básicas explicam este paradoxo: o aumento dos gastos sociais com o desemprego, que custaram bilhões ao Estado, e o aumento demográfico dos aposentados na população, que levou o Estado a gastar outros bilhões em pensões.

Nos limites deste estudo, cabe analisar os rebatimentos do neoliberalismo para as políticas sociais, enfatizando o processo de privatização – via “novos modelos de gestão” – que vem sendo propugnado por governos de orientações neoliberais, e as consequências desse processo para a efetivação do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro.

O legado neoliberal nos anos 1990 e primeira década dos anos 2000 para as políticas sociais é desalentador. De acordo com Netto (1993 apud BEHRING, 2009, p. 318), as tendências que operam no âmbito das políticas sociais são:

A desresponsabilização do Estado e do setor público com uma política social de redução da pobreza articulada coerentemente com outras políticas sociais (de trabalho, emprego, saúde, educação e previdência). O combate à pobreza opera-se com uma política específica;

a desresponsabilização do Estado e do setor público, concretizada em fundos reduzidos, corresponde à responsabilização abstrata da “sociedade civil” e da “família” pela ação assistencial; enorme relevo é concedido às organizações não governamentais e ao chamado terceiro setor;

desdobra-se o sistema de proteção social: para aqueles segmentos populacionais que dispõem de alguma renda, há a privatização/mercantilização dos serviços a que podem recorrer; para os segmentos mais pauperizados, há serviços públicos de baixa qualidade;

a política voltada para a pobreza é prioritariamente emergencial, focalizada e, no geral, reduzida à dimensão assistencial.

A partir desse contexto, a relação política e econômica entre o Estado e a sociedade civil assume novos contornos. Ante o processo de reestruturação econômica e política, enquanto estratégia de restabelecimento das margens de lucro do capital, é engendrada pelo bloco dominante no poder uma reorientação do papel do Estado no trato à questão social. Por esta via, as políticas sociais direcionadas para garantir o pleno emprego, o Estado de Bem-Estar, a distribuição de renda e consumo de massas, tornam-se conceitos ultrapassados. Há evidente predominância de políticas restritivas ao crescimento econômico, atendendo cada vez mais às condicionalidades do controle inflacionário, com vistas a fortalecer o equilíbrio fiscal e a estabilidade financeira (ALENCAR, 2009).

Nesse íterim o capital propõe a ruptura com qualquer mecanismo democrático que o impeça de retomar as margens de lucro (CORREIA, 2008). Esse ideário conforma com o denominado Estado mini-max (SADER, 1999 apud CORREIA, 2008, p. 3), ou seja, mínimo para a reprodução da classe trabalhadora e máximo para o capital.

De acordo com Behring (2009, p. 71),

o Estado acompanha os períodos longos do desenvolvimento do capitalismo de expansão e estagnação e se modifica histórica e estruturalmente, cumprindo seu papel na reprodução social do trabalho e do capital, e expressando a hegemonia do capital, nas formações sociais particulares, ainda que com traços gerais e comuns.

Aumenta a dívida pública, principalmente dos países periféricos, que passam a atender cada vez mais as condicionalidades dos organismos financeiros internacionais, inclusive, no âmbito das políticas sociais. Behring (2009) aponta que nesse quadro, há um ajuste estrutural proposto pelos organismos internacionais no sentido de impor que as economias nacionais se acomodem às novas condições da economia mundial. O ajuste estrutural propõe, em linhas gerais, a redução do *deficit* fiscal e dos gastos públicos, perpassando uma ampla política de privatização, capitalização da dívida e um maior espaço para o capital internacional, inclusive enquanto condicionalidade para a concessão de empréstimos aos países periféricos (BEHRING, 2009).

No âmbito das políticas sociais, observamos forte disposição para a focalização das ações, com ênfase em programas compensatórios de transferência de

renda que de certo modo servem para fomentar o consumo entre as camadas subalternizadas; a descentralização das ações para as esferas locais com o objetivo de desincumbir o Estado do ônus de responder às sequelas da questão social e um progressivo apelo à “solidariedade” individual e voluntária, com vistas a transferir a execução de políticas públicas para Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, enquanto justificativa ideopolítica para a privatização. Desse modo, busca-se consolidar o desenho neoliberal para as políticas sociais, sustentado no tripé: descentralização, focalização e privatização.

Segundo Vianna (2007) as estratégias de enfrentamento da questão social na conjuntura neoliberal se fundamentam em algumas premissas. O primeiro pressuposto está relacionado à redução da questão social ao terreno da pobreza – por essa via de entendimento, a questão social é esvaziada de seu caráter econômico e político. Nesse sentido, a pobreza é entendida como uma condição de indivíduos desprovidos de certos dotes que, uma vez adquiridos, delimitam o seu pertencimento (ou não) na denominada “linha da pobreza”.

A segunda premissa está assentada no pressuposto de que

políticas públicas de natureza coletiva, universal, são formas anacrônicas e ineficazes de lidar com a questão social (são caras, desperdiçam recursos, penalizam investimentos, etc; inovadoras são as estratégias que se dirigem a indivíduos, a pequenos grupos, a segmentos específicos da população pobre, que devem ser tratados de modo diverso, em respeito à diferença que guardam entre si) (VIANNA, 2007, p. 11).

Nesses termos, as políticas sociais atendem aos critérios da focalização nos segmentos de extrema pobreza e da fragmentação desses setores.

O último aspecto diz respeito à premissa de que o termo inclusão significa ingressar nas relações de consumo e nos padrões de mercado. “Incluído não é mais o cidadão portador de direitos civis, políticos e sociais; é o produtor / consumidor de mercadorias” (VIANNA, 2007).

De acordo com o que já assinalamos, o ingresso do Brasil nas relações neoliberais ocorreu de modo bastante peculiar e os indícios histórico-sociais e ideopolíticos desse traço de peculiaridade são perceptíveis, inclusive, nas políticas sociais e no modo como ocorreu a reorientação da intervenção social do Estado em nosso país. Já apontamos que não houve, no Brasil, a conformação de nenhum pacto social-democrata. Entretanto, na década de 1980, enquanto nos países capitalistas centrais se propalava a diminuição dos gastos sociais e a quebra do pacto fordista-keynesiano, houve uma tentativa de se forjar esse pacto em nosso país, ao menos no plano da legalidade, com a Constituição Federal (CF) de 1988.

Segundo Vianna (2007), a CF de 1988 abriu precedentes para uma reforma democrática do Estado brasileiro, nos marcos das relações sociais capitalistas.

A Carta Magna Brasileira de 1988 nasceu sob forte paradoxo: enquanto no âmbito jurídico-normativo há um reconhecimento da responsabilidade do Estado no provimento da proteção social, que deveria ser viabilizada mediante a efetivação dos direitos sociais pertinentes ao conceito de seguridade social, cuja inspiração remonta ao pacto social-democrata; na prática se efetivou uma progressiva regressão e diminuição do Estado no tocante à materialização desses direitos, abrindo um fosso demasiadamente profundo entre a garantia formal e a efetividade prática dos direitos sociais na vida real da maioria dos cidadãos brasileiros.

As mudanças econômicas propostas para o país na década de 1990 surgiram como alternativa neoliberal à crise dos anos de 1980. No final desta última década, a crise se acirrou, o que ficou explícito pela estagnação econômica, aumento excessivo da inflação etc. No âmbito social, há um aumento do desemprego, deterioração das condições de trabalho via flexibilização dos vínculos e dos direitos (VIANNA, 2007). Nesse sentido, portanto, o que se consolidou na virada dos anos 1990 foi uma ofensiva das classes dominantes, representadas no país por frações da burguesia industrial e financeira e pela burguesia estatal a ela associada. As bases do projeto neoliberal foram fincadas mediante a constituição de uma cultura política da crise que advogava a retomada do crescimento econômico, da inserção do Brasil na economia internacional e da redefinição do papel do Estado (MOTA, 1995 apud ALENCAR, 2009, p. 453). Ainda segundo Alencar (MOTA, 1995 apud ALENCAR, 2009), nessa conjuntura alguns ranços históricos marcantes da política social brasileira são reatualizados e aprofundados, como a tendência à privatização, por exemplo: “Essas fortes tendências, convivem, hoje, com as novas formas de gestão pública” (MOTA, 1995 apud ALENCAR, 2009) e privada das políticas sociais.

As contrarreformas (BEHRING, 2009) implementadas pelos governos neoliberais desde a década de 1990 têm se constituído, ao longo das duas últimas décadas, na mola indutora do processo de desresponsabilização estatal para com a execução de políticas sociais públicas. Nesse quadro, há um repasse dessa incumbência para as denominadas novas modalidades de gestão das políticas públicas, quais sejam: as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), as Organizações Sociais (OSs) e as Fundações Estatais de Direito Privado.

Como dissemos, os denominados “novos modelos de gestão” das políticas sociais, cujo marco político-ideológico fundante é o processo de contrarreforma do Estado brasileiro implementado por governos de orientações neoliberais, foram gestados a partir do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRE, 1995) elaborado pelo Ministério de Administração e Reforma do Estado, dirigido, na ocasião, ministro Bresser-Pereira, na conjuntura do governo de Fernando Henrique Cardoso. O PDRE apresentou, de forma pioneira essas “novas formas de gestão”, pois uma de suas propostas consistia na assunção de OSs e

OSCIPs na execução de políticas públicas. Ainda de acordo com este plano, as funções do Estado deveriam ser de coordenação e financiamento e não de execução das políticas sociais (REZENDE, 2007).

Referida proposta também impusera uma série de mudanças regressivas que ferem frontalmente a Constituição Federal de 1988, principalmente no tocante aos direitos sociais que compõem a Seguridade Social no Brasil. Nos artigos que reconhecem tais direitos está explicitada, formalmente, a responsabilidade do Estado para com a execução, coordenação, implementação e financiamento das políticas sociais. Datam desta quadra histórica os principais mecanismos jurídicos que preveem a adoção dessas modalidades de gestão no campo do serviço público.

As Organizações Sociais foram instituídas como instrumento de viabilização e implementação das políticas sociais. As OSs foram regulamentadas pela Lei nº 9.637/98, que tem por objetivo central “a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, como organizações sociais, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde” (art. 1º). Esse repasse das atividades estatais no tocante às políticas sociais se dá mediante o contrato de gestão (REZENDE, 2007).

As OSS podem contratar funcionários sem concurso público, adquirir bens e serviços sem processo licitatório e não prestar contas a órgãos de controle internos e externos da administração pública, porque essas são consideradas “atribuições privativas do Conselho de Administração”, que podem ademais “aprovar por maioria, no mínimo de dois terços de seus membros, o regulamento próprio contendo os procedimentos que deve adotar para a contratação de obras, serviços, compras e alienações e o plano de cargos, salários e benefícios dos empregados da entidade” (REZENDE, 2007, p. 29).

A Lei Federal nº 9.790/99 propõe a qualificação como pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs). A referida lei prevê que as OSCIPs executem projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio da doação estatal de recursos físicos, humanos e financeiros. Para tanto, institui o termo de parceria, a saber: um mecanismo que firma a cooperação entre o poder público e essas organizações, resguardando-se a consulta preliminar aos conselhos das políticas públicas (REZENDE, 2007). Nas OSCIPs a execução de serviços públicos é transferida para organizações não governamentais (ONGs), cooperativas e associações da sociedade civil por meio de parcerias com o poder público.

As Fundações Estatais de Direito Privado foram regulamentadas mais recentemente, no governo Lula, por meio do Projeto de Lei Complementar

nº 92/2007. Esse PLC propôs a regulamentação do inciso XIX, do artigo 37 da CF de 1988, com vistas a definir as áreas de atuação das fundações instituídas pelo poder público.

Propõe que, mediante lei específica, poderá ser instituída ou autorizada a instituição de fundação sem fins lucrativos, integrante da administração pública indireta, com personalidade jurídica de direito público ou privado, e, somente direito privado, para o desempenho de atividade estatal que não seja exclusiva do Estado, nas seguintes áreas: saúde, incluindo os hospitais universitários – neste caso, precedido de manifestação do conselho universitário –, assistência social, cultura, desporto, ciência e tecnologia, meio ambiente, previdência complementar do servidor público (art. 40, §§ 14 e 15, da CF), comunicação social e promoção do turismo nacional (REZENDE, 2007, p. 39).

Correia (2010) e Granemann (2007)⁹ fazem um balanço crítico das novas modalidades de gestão das políticas sociais. Nessas autoras, encontramos alguns elementos em comum, que nos fornecem subsídios para analisar o processo de privatização das políticas públicas brasileiras mediante a adoção dos denominados “novos modelos de gestão”.

Nos textos de Correia e de Granemann encontramos diversos argumentos que dão sustentação ao pressuposto de que esses novos modelos de gestão são expressões contundentes do processo de privatização das políticas sociais, sob o comando da programática neoliberal. As autoras fazem um balanço crítico das Organizações Sociais, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e Fundações Estatais de Direito Privado.

O primeiro desses argumentos relaciona as citadas modalidades de gestão com o processo de contrarreforma do Estado brasileiro, enquanto componentes que não só aprofundam, mas justificam o processo de privatização do setor público brasileiro e de desmonte dos direitos sociais, tão caramente conquistados pelos trabalhadores (CORREIA, 2010). Nesse sentido, integra o projeto de refuncionalização estatal, sob os moldes capitalistas, para fortalecer o projeto de redução do Estado para a reprodução dos trabalhadores, em detrimento de sua ampliação no processo de reprodução ampliada do capital. Segundo Granemann (2007, p. 45),

A contra-reforma estatal que permitiu à iniciativa privada transformar quase todas as dimensões da vida social em negócios, ao definir de modo rebaixado o que são as atividades exclusivas do Estado – ação que permitiu a entrega das estatais ao mercado pela via das privatizações – tem no Projeto Fundação Estatal um estágio aprofundado da transformação do Estado em mínimo para o trabalho e máximo para o capital.

9 Em Correia (2010) encontramos a crítica geral das três modalidades de gestão aqui mencionadas (OSs, OSCIPs, FEDPs). O texto de Granemann (2007) especifica sua análise para as FEDPs.

A segunda premissa não se dissocia da primeira, pois está relacionada à privatização das políticas sociais mediante transferência da execução para entidades privadas sem fins lucrativos. Segundo Correia (2010, p. 1), essas modalidades de gestão constituem mecanismos de privatização do que é público, pois consistem “no repasse da gerência e da gestão de serviços e de pessoal [...] para grupos privados, por meio de ‘Contratos de Gestão’ e ‘Termos de Parcerias’”.

Em terceiro lugar, esses modelos de gestão colidem frontalmente com os mecanismos legais que regulamentam os direitos sociais no Brasil, o que constitui uma grave ameaça a esses direitos (CORREIA, 2010; GRANEMANN, 2007). De acordo com os argumentos que já expusemos, só é possível falar em direitos sociais mediante o reconhecimento da responsabilidade estatal para com a sua implementação. Vimos que o Estado burguês administra as expressões da questão social mediante a implementação de direitos, que são viabilizados por políticas sociais. Nesses termos, as OSs, OSCIPs e FEDPs constituem uma afronta aos direitos sociais, pois se localizam no âmbito das políticas públicas – que viabilizam esses direitos –, como: saúde, assistência social, cultura, desporto, ciência e tecnologia, meio ambiente, previdência complementar do servidor público, comunicação social, turismo etc. (CORREIA, 2010; GRANEMANN, 2007).

Além disso, essas formas de gestão não preveem o controle democrático das políticas sociais, já que as decisões são tomadas por um conselho administrativo sem a participação social. Nesse sentido, o controle de segmentos organizados na sociedade civil sobre o Estado – previsto nas políticas públicas ao menos no âmbito da legalidade –, definindo, inclusive, a alocação de recursos públicos para que estes atendam aos interesses da coletividade, em especial, das classes subalternas, (CORREIA, 2005) se vê frontalmente ameaçado. Além disso, esse projeto tem sido combatido e rejeitado pelas instâncias de controle social, a exemplo dos Conselhos Nacional e Estadual de Saúde, que se têm posicionado contra esses modos de gestão mediante a elaboração de pareceres e resoluções.

Esses novos modelos de gestão possuem um caráter amplamente regressivo para a classe trabalhadora tanto do ponto de vista da fragilização dos vínculos e dos direitos trabalhistas e sociais que garantem a reprodução dessa classe, quanto do que diz respeito à fragilização de suas lutas e capacidade de organização. De acordo com Granemann (2007), a forma de contratação nestas modalidades de gestão é feita de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o que conflui para a quebra da estabilidade do servidor público (CORREIA, 2010) e para uma flexibilização dos vínculos empregatícios. A remuneração, os tipos de vínculo e enquadramento são variáveis, seguindo as diretrizes de cada OS, OSCIP e/ou FEDP. Essas condições de trabalho incidem no processo de organização dos trabalhadores “porque a fragmenta a torna frágil para lutar por melhores condi-

ções de vida universalizadoras” (GRANEMANN, 2007) e de trabalho, bem como pelo fortalecimento de seu projeto de classe.

Retomando o pensamento de que o Serviço Social, atualmente, tem nas políticas sociais o campo predominante de seu espaço sócio-ocupacional e de que, no plano imediato, a profissão se compromete eticamente com a defesa dos direitos sociais (que só podem ser viabilizados mediante políticas públicas), os novos modelos de gestão de cunho privatizante representam um caráter regressivo para a profissão, principalmente no tocante à materialização de seu projeto ético-político.

Ante esse contexto, estão postos os desafios para a efetivação do projeto ético-político do Serviço Social, tendo em vista que a ofensiva neoliberal

vem promovendo (ao arrepio da Constituição de 1988) a liquidação de direitos sociais (denunciados como “privilégios”), a privatização do Estado, o sucateamento dos serviços públicos e a implementação sistemática de uma política macroeconômica que penaliza a massa da população (NETTO, 2006, p. 18).

É válido ressaltar que o projeto ético-político não se limita à luta pela implementação dos direitos e das políticas sociais, nos marcos da sociedade capitalista, mas se compromete com um projeto de eversão dessa sociabilidade e com a construção coletiva de um novo ordenamento social, em que a classe trabalhadora se afirme enquanto protagonista da história e os sujeitos sociais sejam efetivamente emancipados.

4.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante as questões expostas, entendemos que o processo de privatização das políticas sociais mediante a transferência da responsabilidade estatal da gestão das políticas sociais públicas para as OSs, OSCIPs e FEDPs colide frontalmente com o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, imprimindo novos desafios à efetivação desse projeto.

Como vimos, esses modelos de gestão impõem um conjunto de medidas regressivas aos trabalhadores, ou seja, imprimem sérios entraves ao projeto da classe com a qual nos comprometemos ética e politicamente, no sentido de afirmar o seu protagonismo na superação dessa sociedade. Como já mencionamos acima, a privatização das políticas sociais, via novas formas de gestão, afeta a classe trabalhadora em dois sentidos, quais sejam: na precarização e flexibilização das condições de trabalho (formas de contratação, assalariamento etc), o que de certo modo conflui para a desarticulação das lutas e da organização dessa classe e no âmbito da satisfação das suas necessidades sociais imediatas, cujo atendimento via OSs, OSCIPs e FEDP é transferido ao foro das relações privadas.

O Serviço Social, enquanto profissão, é afetado na medida em que o referido projeto contribui para o processo de precarização das condições objetivas da práxis profissional dos assistentes sociais. Isso ocorre, pois este profissional, certamente, será submetido, quando contratado, para atuar em espaços geridos por OSs, OSCIPs e FEDP, a condições precárias de assalariamento e de contratação. No que diz respeito ao nosso compromisso ético com a defesa dos direitos das classes subalternas, lançamos a seguinte provocação: como atuar na perspectiva da viabilização dos direitos que atendem as necessidades sociais dos trabalhadores se a satisfação de tais necessidades está sendo transferida para a esfera privada (ou seja, está sendo expulsa do campo dos direitos sociais, só podendo ser implementada mediante a garantia da responsabilidade do Estado na viabilização de políticas públicas)?

Ressaltamos que, no plano mais imediato, no projeto ético-profissional estão presentes a defesa dos direitos, da cidadania e a radicalização da democracia. Esses princípios são profundamente feridos quando falamos em privatização via novas modalidades de gestão. Em primeiro lugar porque é impossível falar em direitos e cidadania sem que haja a garantia do reconhecimento da responsabilidade estatal para com a viabilização de políticas públicas universais que atendam as necessidades da coletividade. Rememoremos que, de acordo com o que já argumentamos, as OSs, OSCIPs e FEDP consistem em mecanismos que permitem o repasse das responsabilidades do Estado com a garantia de direitos sociais para o âmbito privado. Segundo porque é impossível falar em democracia sem que haja a socialização não somente da política, mas dos bens e riquezas coletivamente produzidos (BARROCO, 2008; CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1993).

A última premissa que gostaríamos de levantar é a de que esse processo de privatização (via OSs, OSCIPs e FEDP) fortalece o projeto do capital, na medida em que contribui para a destruição de todos os óbices ao processo de sua reprodução e obtenção de mais-valia, pois desonera o Estado da gestão de políticas sociais públicas que atendam as necessidades sociais dos trabalhadores em detrimento de sua constante e sistemática intervenção no processo de reprodução ampliada do capital, conforme apregoa o ideário neoliberal. Em outros termos, essas modalidades de gestão fazem parte do processo de redução do Estado para a classe trabalhadora em benefício de sua maximização para o capital, enquanto estratégia da reestruturação política e produtiva para retomar suas taxas de crescimentos, conforme expusemos acima.

Está posto o desafio ao Serviço Social, que, na contratendência desse processo de privatização do que é público, propalado pela programática neoliberal, deverá articular estratégias de fortalecimento da resistência e de luta dos trabalhadores, não somente em torno da satisfação de suas necessidades imediatas, via políticas sociais universais, mas também na direção da superação dessa sociabilidade.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Mônica. O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas. In: CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009. p. 449-460.
- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23. Disponível em: <<https://www.paje.fe.usp.br/~mbarbosa/cursograd/anderson.doc>>. Acesso em: 19 set. 2016.
- BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Políticas sociais: fundamentos e história**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BEHRING, Elaine. Expressões políticas da crise e as novas configurações do Estado e da sociedade civil. In: CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009. p. 69-86.
- _____. Política social no contexto da crise capitalista. In: CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009. p. 301-322.
- BRASIL. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. **Portal da legislação do Governo Federal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm>. Acesso em: 5 nov. 2010.
- _____. Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. **Portal da legislação do Governo Federal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9637.htm>. Acesso em: 5 nov. 2010.
- _____. Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. **Portal da legislação do Governo Federal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9790.htm>. Acesso em: 5 nov. 2010.
- _____. Projeto de Lei Complementar nº 92, de 2007. **Portal da Câmara dos Deputados**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=484676&filename=Avulso+-PLP+92/2007>. Acesso em: 5 nov. 2010.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de ética dos assistentes sociais**, 1993. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2010.
- CORREIA, Maria Valéria Costa. **Desafios para do controle social: subsídios para a capacitação de conselheiros de saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.
- GRANEMANN, Sara. Fundações estatais: projeto de estado do capital. In: BRAVO,

Maria Inês Souza (Org.). **Política da saúde na atual conjuntura: modelos de gestão e agenda para a saúde**. Rio de Janeiro: UERJ, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1985.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. **Temporalis: revista da ABEPSS**, Brasília, DF, v. 2, n. 3, p. 15-17, 2001.

_____. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009.

MOTA, Ana Elisabete. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. In: CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009. p. 51-68.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do serviço social. In: MOTA, Ana Elisabete et al. (Org.). **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional**. 2006. Disponível em: <www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-1.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2010.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PRÉDES, Rosa. **Serviço Social, políticas sociais e mercado de trabalho profissional em Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2007.

VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck. Reforma do Estado e política social: notas à margem do tema. In: BRAVO, Maria Inês Souza (Org.). **Política da saúde na atual conjuntura: modelos de gestão e agenda para a saúde**. Rio de Janeiro: UERJ, 2007.

5

CAPÍTULO

A RECENTE PRODUÇÃO TEÓRICA EM TORNO DOS DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE

Julliane Bispo Pereira¹

Diego de Oliveira Souza²

5.1 INTRODUÇÃO

A partir do movimento da Reforma Sanitária Brasileira, em meados da década de 1980, observamos um considerável aumento da produção acadêmica sobre a saúde enquanto processo social. Além da conjuntura propícia para o aumento

1 Graduanda em Enfermagem pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) - *Campus* Arapiraca. Contato: jullianebispo@hotmail.com, (82) 9997-4702.

2 Enfermeiro, especialista em Enfermagem do Trabalho, mestre em Serviço Social, doutorando em Serviço Social e docente do curso de bacharelado em Enfermagem da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) - *Campus* Arapiraca. Contato: enf_ufal_diego@hotmail.com, (82) 9631-8810.

deste tipo de produção teórica, à época da Reforma, devemos destacar as importantes contribuições que alguns autores nacionais e estrangeiros vinham trazendo desde a década de 1970. Dentre eles, vale mencionar a brasileira Cecília Donnangelo e a mexicana Asa Cristina Laurell.

Donnangelo é considerada uma das pioneiras na construção de um pensamento social em saúde. Destacamos duas de suas obras: *Medicina e Sociedade e Saúde e Sociedade*, além de outros trabalhos publicados na metade dos anos 1970, nos quais propõe uma reflexão entre medicina/saúde/sociedade. Donnangelo investiga a organização do setor de produção de serviços de saúde, interpretando-o a partir da dinâmica das relações de classe na área urbano-social da sociedade brasileira. Além disto, trata a medicina como prática social em dada estrutura social e a constituição da medicina comunitária como uma prática assumida por determinadas sociedades, bem como pela produção de serviços de saúde em suas relações com a política do bem-estar social (NUNES, 2008).

Laurell, por sua vez, foi uma das teóricas responsáveis pelo impulso da discussão sobre a determinação social da saúde na década de 1980. Essa autora vê a relação saúde-doença como resultado de um processo histórico-social movido pela luta de classes. Ao defender a determinação social da doença, Laurell percebe que os extratos ou grupos sociais (em última estância: as classes sociais) constituem espaços, cada um com as suas particularidades próprias, para o desenvolvimento do processo saúde-doença, implicando substanciais diferenças de saúde entre estes grupos (LAURELL, 1982).

Atualmente a discussão está balizada no que se convencionou chamar de determinantes sociais da saúde (DSS). Contudo, ressaltamos que essa discussão vem ocorrendo por caminhos teórico-metodológicos diversos, afastando-se e, por vezes, contrapondo-se à matriz teórica original, que fundamentou as análises empreendidas nas décadas de 1970 e 1980 pelas autoras citadas acima.

Tal condição não representaria prejuízo caso se desenvolvesse enquanto debate de concepções divergentes. No entanto, temos notado que ela tem se configurado como uma colagem eclética de teorias e argumentos antagônicos e excludentes, conferindo caráter de incoerência e inconsistência à parte da produção sobre o tema, com distorção, inclusive, das formulações teóricas clássicas. Não obstante, as inconsistências se reproduzem nas propostas de intervenção sobre os supostos DSS. Diante disto, julgamos necessário realizar esta investigação, com o objetivo de analisar a recente produção teórica brasileira sobre os DSS.

Demonstraremos os fatores que correspondem ao fenômeno dos DSS, tais como a pobreza, as iniquidades de saúde, a globalização, entre outros. Durante o desenvolver dos capítulos, algumas conclusões vão sendo adiantadas para serem retomadas nas considerações finais.

5.2 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa realizada no ano de 2012. Buscamos publicações na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) por meio do uso dos seguintes descritores em ciências da saúde (DeCS): condições sociais; problemas sociais; saúde pública.

Os critérios de inclusão das publicações foram: 1) terem sido publicadas no período entre janeiro de 2007 e dezembro de 2012; 2) possuírem como tema central a determinação social da saúde ou tratarem das iniquidades em saúde, da “questão social” e da relação sociedade \times saúde em geral. Foram excluídos os artigos que discutiam apenas um determinante isolado, bem como aqueles que retratavam apenas a doença (ponto de vista meramente biológico).

A análise do material se deu por meio da Técnica de Análise Imanente, que consiste em fichar detalhadamente o artigo para identificar as teses e categorias centrais do texto, entendendo a lógica interna e os princípios teóricos implícitos. No segundo momento deste tipo de análise, empreendemos um movimento para fora do texto, realizando uma crítica ontológica.

Esse tipo de crítica fundamenta-se na teoria social e no método Marxiano. Para Karl Marx é preciso estar sempre voltado para o processo histórico (real) do objeto estudado, ou seja, sua origem, natureza e função social. Neste sentido, a abordagem ontológica põe três referenciais metodológicos decisivos para a problemática do conhecimento: a categoria totalidade, a abordagem genética e o percurso de “ida e volta”.

A priori, o pesquisador (sujeito da pesquisa) deve apreender a essência do objeto, o que implica ir além da aparência, isto é, esfera fenomênica, imediata e empírica. Em um segundo momento, a abordagem genética torna-se necessária para conhecer as formas do objeto e desvendar as suas origens, elucidando a historicidade do ser.

Após alcançar a processualidade histórica, pode-se retomar a dimensão fenomênica do objeto, revelando suas múltiplas determinações, o que constitui o chamado caminho de “ida e volta”. O percurso de ida representa a decomposição analítico-abstrata do objeto. Partimos da realidade imediatamente dada, percebendo que, neste momento, não conseguimos apreender o que o objeto é, mas apenas o que ele não é. Nesse sentido, após analisar as partes e as mediações existentes, alcançando as ditas “determinações mais simples”,³ faz-se um caminho inverso, até recompor o objeto (SOUZA, 2011).

3 Possui nexos categoriais tais como a interação entre singular-particular-universal e entre essência-fenômeno, a capacidade de abstração e de generalização, a relação entre objetividade e subjetividade e a causalidade, reunidos em um complexo de complexos (NETTO, 2011).

Por conseguinte, o texto será descrito em quatro seções. A primeira seção evidencia a caracterização dos textos revisados. Feito isso, faremos uma breve exposição sobre a teoria dos DSS a fim de compreender sua definição e relações/ mediações. A terceira seção constitui o eixo *Pobreza e Iniquidades de Saúde*, no qual abordaremos estes temas de forma relacionada. A quarta seção faz um balanço crítico, resgatando os autores revisados.

5.3 CARACTERIZAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES REVISADAS

A seleção realizada na BVS resultou em um total de 43 publicações. Ver Figura 5.1.

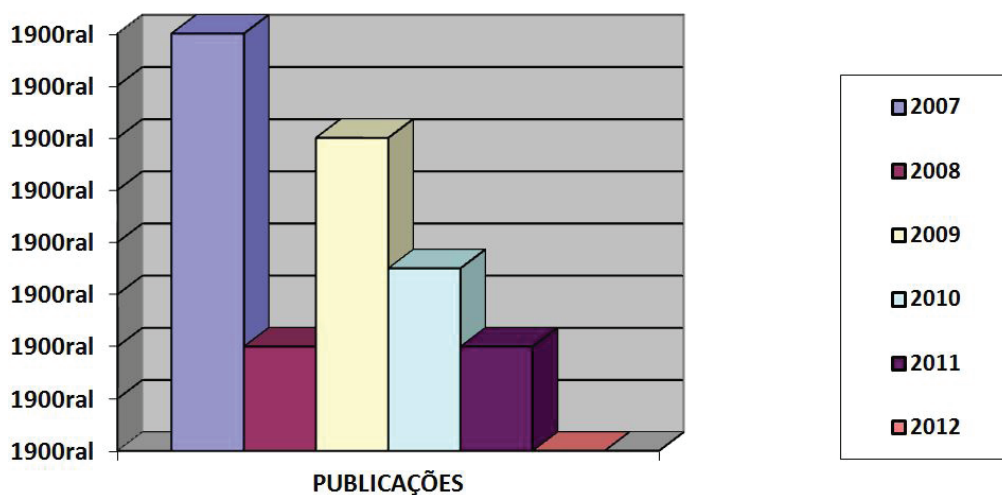


Figura 5.1 – Gráfico da produção científica sobre DSS publicada na Biblioteca Virtual de Saúde, 2007-2012.

Fonte: informações reunidas pelo autor da pesquisa mediante busca na Biblioteca Virtual de Saúde.

De acordo com os dados referentes ao ano de publicação das produções sobre os DSS, obtivemos 16 publicações do ano de 2007, 4 publicações do ano de 2008, 12 publicações do ano de 2009, 7 publicações do ano de 2010, 4 publicações do ano de 2011. Não houve qualquer publicação que atendesse aos critérios de seleção no ano de 2012. As revistas e periódicos que apresentaram maior produção de DSS nestes anos foram: *CEBES* (34%), *Cadernos de Saúde Pública* (14%) e *Ciência e Saúde Coletiva* (11%). Em relação ao tipo de produção, uma correspondeu ao tipo quali-quantitativa (2,3%) e as demais são qualitativas (97,7%).

Nossa análise permitiu identificar algumas linhas categóricas abordadas nos 43 artigos. A discussão apresentada a seguir guia-se pelos eixos: 1) a concepção de determinantes sociais da saúde; 2) pobreza e iniquidades de saúde.

5.4 O QUE SÃO DETERMINANTES SOCIAIS DE SAÚDE?

De certo, uma das tarefas dos pesquisadores em torno de um objeto de estudo em comum é a de defini-lo, apontar o seu significado mais substancial e o contexto que o requisita. No caso da produção científica brasileira sobre os determinantes sociais da saúde, a mais bem desenvolvida consta em artigo de Paulo Marchiori Buss e Alberto Pellegrini Filho (2007), não só por apresentar uma concepção bem definida, mas também por apresentar um debate por meio do qual se chegou a ela. Referido artigo será a base da discussão desta seção, junto a outras contribuições.⁴

Para Buss e Pellegrini Filho (2007), o conflito entre os enfoques biológicos e sociais a respeito do processo saúde-doença está no centro do debate entre vários estudiosos em todo o mundo. Levando em consideração que o paradigma biologicista da saúde imbricado no modelo biomédico está presente desde os primórdios da sociedade, os referidos autores destacam sua forte influência nas práticas de saúde até os dias de hoje. Contudo, a tensão entre diferentes explicações (mais ou menos centradas no biológico) vem desde o século XVIII.

Martins (2010) afirma que no final do século XVIII, já existia a convicção de serem, saúde e doenças, fenômenos de muita importância para o indivíduo, para a comunidade e para o Estado. A percepção sobre as causalidades das doenças passou a se concentrar nos fatores externos. Vale destacar que entre os diversos paradigmas explicativos do fenômeno do contágio e da disseminação de doenças consta o predomínio da teoria dos miasmas por um bom tempo. Em meados do século XIX, a teoria miasmática tentava explicar os problemas de saúde, decorrentes dos novos processos de industrialização e urbanização, afirmando que a doença era causada por miasmas provindos de dejetos emanados do solo (BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007).

Ao final do século XIX, o trabalho dos bacteriologistas Koch e Pasteur resultou em novo paradigma, que direcionava o estudo do processo saúde-doença para o âmbito laboratorial, baseando-se em ramos da microbiologia e na intervenção

4 O Relatório Final da Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS), intitulado *As Causas Sociais das Iniquidades em Saúde no Brasil* (2008) também apresenta uma concepção bem definida. O documento analisa o impacto dos DSS em seus diversos níveis de atuação, com especial ênfase nas iniquidades em saúde. Contudo o artigo de Buss (2007) demonstra um direcionamento mais objetivo, além de ter caráter mais acadêmico, enquanto aquele relatório tem caráter mais técnico.

sobre doenças específicas, devido às epidemias da época, como a de varíola, por exemplo (BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007).

Com o advento da medicina social,⁵ no século XX, estabelece-se um conflito entre o enfoque social e o biológico no processo saúde-doença, mas ainda prevalece o conceito de saúde pública orientado para o controle de doenças específicas. Desse modo, as ações da saúde pública se distanciam das questões políticas e das reformas sociais e sanitárias (BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007).

A criação da Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1948 foi importante para a formulação de uma nova concepção de saúde, que leva em consideração sua dimensão social, sem negar a dimensão biológica. A definição de saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não meramente a ausência de doença ou enfermidade, inserida na Constituição da OMS. Para Buss e Pellegrini Filho (2007) é uma clara expressão de concepção bastante ampla da saúde, para além de um enfoque centrado na doença.

Entretanto, entendemos que esta definição apresenta algumas limitações. Souza (2012), baseado em Rezende (1989), afirma que equiparar saúde ao bem-estar é pura tautologia, uma redundância que nada diz. Ademais,

o adjetivo “completo” expressa uma condição de estado absoluto, na qual ou se tem saúde ou não se tem, não existindo um processo, busca ou conflito. Nesta concepção, o suposto bem-estar se configura como um equilíbrio entre o físico, mental e social, e a doença seria o desequilíbrio, persistindo uma dicotomia entre saúde e doença (tanto quanto a concepção anterior, que a OMS tentou combater). A definição da OMS não leva em consideração que os homens, ao se depararem com situações que ameaçam a sua saúde, podem instituir um conflito, um embate, na busca por transformar o que lhes é hostil. Neste enfrentamento, eles não estão nem “sãos” (em equilíbrio) nem “doentes” (em desequilíbrio); estão lutando. Ao desconsiderar este conflito, cancela-se a dinamicidade do processo saúde-doença, conferindo-lhe caráter estático (SOUZA, 2012, p. 153).

Apesar disso, sem dúvida, a definição da OMS abre a possibilidade, ao menos, de questionamento do modelo biomédico de saúde. Desta possibilidade é que observamos o surgimento da discussão sobre os determinantes sociais da saúde (DSS), especialmente a partir da década de 1990. Assim, os DSS são entendidos como as condições sociais em que os indivíduos vivem e trabalham (BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007).

5 “Com o aparecimento da Medicina Social entre os séculos XVIII e XIX é que surgem as primeiras investigações sistemáticas sobre as relações entre saúde e condições de vida de grupos e classes sociais, como também um conjunto articulado de proposições para a intervenção. A Medicina Social tem se preocupado em entender como a dinâmica do processo saúde/doença, a relação entre a estrutura da atenção e da sociedade, contribuem para a obtenção de níveis cada vez melhores de saúde e bem-estar” (FOUCAULT, 2003 apud MARTINS, 2010, p. 28).

No caso brasileiro, vemos que em 13 de março de 2006, por meio de Decreto Presidencial, foi criada a Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS) no país. Para tanto, a CNDSS define os Determinantes Sociais da Saúde (DSS) como os fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população (BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007).

Essa discussão avançou consideravelmente na passagem do século XX para o XXI, surgindo diversos modelos explicativos. Buss e Pellegrini Filho (2007) destacam dois deles: o modelo Dahlgren e Whitehead e o modelo de Diderichsen e Hallqvist. A seguir, um resumo de ambos.

O modelo de Dahlgren e Whitehead explica os DSS organizados em camadas. Cada camada possui um grau diferente de determinação sobre o processo saúde-doença, sendo maior a determinação quanto mais externa for a camada. Assim, a camada mais interna possui o menor grau de determinação; a mais externa, o maior. De acordo com este modelo, os fatores individuais (idade, sexo, fatores genéticos etc.) estão situados na camada mais interna. Na camada seguinte, observa-se o estilo de vida dos indivíduos, seguida por uma camada para representar a coesão social (redes sociais e comunitárias). Na penúltima camada temos os fatores relacionados às condições de vida e de trabalho; e, na última, aquela de maior determinação, encontramos as condições socioeconômicas, culturais e ambientais (BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007).

Já o modelo de Diderichsen e Hallqvist retrata a estratificação social gerada pelo contexto social e os diferenciais de saúde resultantes deste mecanismo. Afirma-se, em linhas gerais, que a exposição a riscos, a vulnerabilidade à doença e o diferencial de consequências sociais ou físicas são determinadas pela posição social do indivíduo (BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007).

Em suma, a discussão sobre os DSS permite compreender que os diversos problemas sociais (pobreza, miséria, violência, crise ambiental etc.) e o contexto político-econômico interferem nos níveis de saúde da coletividade humana. No caso da produção científica brasileira sobre a temática, dentre os aspectos que citamos, constatamos que há ênfase para a relação pobreza e iniquidades de saúde e para a caracterização do contexto político-econômico atual (globalizado) dos DSS, além de, a partir daí, surgirem propostas de intervenção.

5.5 POBREZA E INIQUIDADES DE SAÚDE

Como afirma Carvalho e Buss (2009), estudos que relacionam a saúde das populações e as desigualdades nas condições de vida constatam que, uma vez superado um determinado limite de crescimento econômico de um país, um crescimento adicional da riqueza não se traduz, necessariamente, em melhorias sig-

nificativas das condições de saúde. A partir desse nível, o fator mais importante para explicar a situação geral de saúde de um país não é sua riqueza total, mas a maneira como ela se distribui. Para Magalhães (2007) entender os diferentes perfis de doença e suas mediações sociais ultrapassa, portanto, o estudo de variações biológicas e incorpora o foco na dimensão social das vulnerabilidades e nos mecanismos complexos que sustentam a relação entre a dinâmica das desigualdades e as condições de saúde.

Magalhães (2007) também reconhece que a pobreza e a desigualdade social possuem múltiplas faces e dimensões, portanto, estas não se articulam apenas em uma “causalidade bidirecional”. Por seu turno, a pobreza consiste em um conceito multidimensional e por assim dizer, uma situação real de vida. Diante disso, a autora esclarece que, embora haja uma articulação entre renda per capita e condições de saúde, alguns estudos mostram que à medida que se avança nas classes de renda, o efeito desta variável tende a diminuir. Ou seja, o aumento da renda parece ter mais impacto na saúde dos mais pobres.

Diante da problemática da pobreza, Fleury-Teixeira (2009) aponta a exposição a agentes biológicos, químicos ou físicos danosos, a deficiência nutricional, o desgaste físico generalizado ou o esforço repetitivo no trabalho como características das condições sociais de pobreza ou miséria que ainda acometem a maior parte da população mundial. Por seu turno, a pobreza não representa apenas a falta de acesso a bens materiais ou a falta de voz ante as instituições do Estado e da sociedade como citam Carvalho e Buss (2009). A pobreza remete o indivíduo a um quadro de vulnerabilidade social que compromete a capacidade de atuar a favor de sua saúde e da coletividade.

Reforçando com esta temática, Rigotto e Augusto (2007) levantam a discussão a respeito de mais alguns aspectos relacionados à pobreza, demonstrando que a insuficiência de serviços básicos de saneamento, de coleta e destinação do lixo e condições precárias de moradia, tradicionalmente relacionadas à pobreza e ao subdesenvolvimento, incluindo-se a poluição ambiental, atuam diretamente nas condições de saúde da população.

De fato, os indicadores apontam que a diferença na esperança de vida ao nascer alcança 27 anos entre os países mais ricos e mais pobres; a mortalidade infantil é de 100 por mil nascidos vivos nos menos desenvolvidos e de apenas 6 por mil nos países de alta renda; e a diferença na mortalidade de menores de 5 anos é ainda maior: 159 por mil nascidos vivos nos países menos desenvolvidos e 6 por mil nos de renda alta (BUSS, 2007).

Entendemos que não podemos ignorar os dados, uma vez que eles nos indicam a complexidade da problemática. Nesta lógica de produção é que surgem as iniquidades em saúde. Whitehead as define como as desigualdades sociais que podem ser evitáveis e que além de sistemáticas e relevantes são também injustas

e desnecessárias (WHITEHEAD, 2000). Diante das disparidades, alguns autores citam fenômenos que ocorrem em âmbito mundial. Meneghel et al. (2009), por exemplo, aponta que a exploração sexual de crianças e adolescentes se dá por meio da prostituição, do turismo sexual, da pornografia e do tráfico para fins sexuais. Já Costa e Tambellini (2009) pontuam que os empregos precários já não resultam da ausência de crescimento econômico, uma vez que se tornaram inerentes ao próprio modelo de crescimento. Isto equivale a dizer que desenvolvimento econômico não mais significa desenvolvimento social.

Convém ressaltar que o processo de precarização do trabalho é resultado do novo sociometabolismo do capital. A principal forma histórica de precariedade social é o sistema do trabalho assalariado que predomina nas sociedades burguesas há séculos. No processo de produção, os trabalhadores são excluídos do aproveitamento do que eles mesmos construíram. Neste contexto é que Alves (2007) diferencia os conceitos de precariedade e precarização do mundo do trabalho, afirmando que a precariedade constitui uma condição socioestrutural que caracteriza o trabalho vivo e a força de trabalho enquanto mercadoria. Por outro lado, a precarização

diz respeito a um modo de reposição sócio-histórica da *precariedade*. Se a precariedade é uma *condição*, a precarização é um *processo* que possui irremediável dimensão histórica determinada pela luta de classes e pela correlação de forças políticas entre capital e trabalho (grifo do autor) (ALVES, 2007, p. 114).

Diante das contribuições destes autores, parece ser inegável o entrelaçamento entre a pobreza e os demais problemas sociais, indicando a existência de uma questão una, apesar de se expressar de diferentes formas. Contudo, neste quesito, constatamos que falta, aos autores aqui revisados, uma aproximação com o debate sobre a questão social, em suas raízes materiais e humanas, o que acreditamos possibilitar uma argumentação mais próxima da real dinâmica das relações sociais capitalistas.

5.6 REPENSANDO OS DSS A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA CRÍTICA

A concepção de DSS que vem sendo apresentada não desvela a base nem a dinâmica social que estão na raiz da problemática da saúde, uma vez que retrata cada problema social como se fosse um fragmento da realidade. De fato, podemos perceber que alguns autores (podemos citar: BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2010; BUSS, 2007; MARTINS, 2010) até consideram o problema em questão e do ponto de vista mais imediato atribuem a causa às desigualdades sociais e econômicas, mas eles param por aí. Não constroem o caminho de volta à raiz do problema, de

modo que o conhecimento produzido se torna insuficiente, incapaz de relacionar verdadeiramente as condições de vida das pessoas e seu estado de saúde, não reconhecendo o fio condutor que há entre eles.

Em uma perspectiva contrária à apresentada por tais autores, podemos mencionar Pimentel (2007). Ele aborda a “questão social”⁶ como um fenômeno que adquire conotação política no momento em que a classe trabalhadora percebe o quanto a pobreza crescia à medida que a sociedade se tornava capaz de produzir mais bens e serviços, passando a reagir às condições de vida geradas pelo pauperismo, organizando-se como classe em torno de interesses comuns. Neste sentido, reconhecemos a questão social em suas dimensões humana, social e material. Sua raiz humana e social, em seu caráter político, decorre do momento em que a classe trabalhadora toma consciência de sua exploração e luta contra isso. A raiz material da questão social é a lei geral de acumulação do capital, a qual origina toda a questão social.

Em seu resgate à lei geral de acumulação capitalista, Pimentel (2007) indica a existência de dois momentos diferentes, explicando que inicialmente há composição constante do capital, resultando em acúmulo de capital variável (força de trabalho – único elemento do trabalho capaz de gerar valor) e aumento de salários, mas até certo limite, de modo a não se tornar uma ameaça para o próprio sistema. Passado esse momento, o capital passa a exigir produtividade crescente. Portanto, a massa de capital constante (meios de produção) aumenta em relação ao capital variável. Acumular capital variável e, conseqüentemente, mais-valia é um requisito imprescindível para esse modo de produção. Acrescenta-se, a isto, a formação de um exército industrial de reserva (EIR), isto é, uma massa de desempregados que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, em decorrência do aumento do capital constante em relação ao variável enquanto requisito da produtividade crescente. Desse modo,

o pauperismo se constitui na camada social que perdeu a capacidade de vender sua força de trabalho e tem que mendigar a caridade pública. Ele se expressa na forma como o capital se apropria da força de trabalho da classe trabalhadora, com a finalidade de assegurar a sua reprodução e a acumulação da riqueza por parte dos capitalistas e, contraditoriamente, produz a acumulação da miséria da classe que gerou seu produto como capital (PIMENTEL, 2007, p. 52).

Os autores revisados ignoram a origem do pauperismo, bem como anulam o fio condutor que há entre eles, considerando os problemas como se estivessem, de

6 A expressão “questão social” foi utilizada inicialmente por volta da década de 1930 do século XIX como resultado dos impactos gerados pela onda industrializante iniciada no século XVIII. A expressão surge para denominar o fenômeno que tomava forma em larga escala na Europa ocidental: o pauperismo, bem como seus desdobramentos (NETTO, 2001).

fato, isolados. Carvalho e Buss (2009) explicam a situação geral de saúde de uma população por meio da distribuição de sua riqueza material. Magalhães (2007) se limita a reconhecer que o desemprego traz profundas repercussões nas condições de saúde, mas não aponta o caráter estrutural do desemprego e sua dinâmica a partir da lógica de acumulação. Ademais, Fleury-Teixeira (2009) e Carvalho e Buss (2009) atribuem a causa da pobreza à má distribuição de renda. Significaria dizer que caso houvesse uma melhor distribuição, a pobreza seria extinta. Isto não é verdade. Nesta lógica de produção, o pauperismo, assim como a criação do EIR são necessidades para o acúmulo e a expansão do capital.

Meneghel et al. (2009) trazem mais algumas considerações ao examinar a desigualdade social decorrente da organização socioeconômica produtora de iniquidades e exclusões como o determinante fundamental da exploração sexual de crianças e adolescentes na sociedade atual. Tambellini e Costa (2009) também reconhecem as condições de vida, acrescentando que estas são “determinadas” pelo “lugar que cada um ocupa na hierarquia social”. Entendemos que não podemos ignorar a dimensão apontada por estes autores, uma vez que eles nos indicam a complexidade da problemática. No entanto, além disto, é necessário perceber que os fatores que prejudicam a saúde são gerados pelo antagonismo capital-trabalho, devido à exploração da força de trabalho vivo para gerar capital, condição decorrente da lei geral de acumulação capitalista.

Em razão disso, a noção de iniquidades compreende uma condição estrutural de antagonismo entre capital e trabalho, uma vez que a dinâmica do capital produz, ao mesmo tempo, acúmulo de riqueza por um lado e pobreza do outro. Significa ainda que enquanto houver acúmulo do capital, isto é, a expropriação pelos capitalistas do que é produzido pela classe trabalhadora, haverá as expressões da questão social, compreendidos pelos autores como determinantes sociais de saúde, em uma visão fragmentada que cancela a origem única de cada suposto determinante.

Neste contexto, os modelos em torno dos DSS determinam intervenções apenas pontuais a fim de minimizar os problemas no âmbito social dos indivíduos e grupos. Não poderia se esperar mais do que isso, uma vez que os modelos não compreendem detalhes acerca das relações e mediações entre os níveis e a gênese das iniquidades.

Em meio a isto, ficam bem claros os limites das políticas sociais. Nos moldes do “Estado social”, as políticas sociais são sufocadas pelo neoliberalismo, isto é, atuam no sentido de reproduzir o capital. Alguns direitos são concedidos parcialmente à classe trabalhadora na intenção de controlar as reivindicações pelos direitos. Citamos como exemplo as políticas relacionadas ao mercado de trabalho, educação e seguridade social. Há, sob esse ponto de vista, a necessidade de um sistemático acompanhamento de políticas econômicas e sociais para avaliar seu

impacto e diminuir seus efeitos sobre a estratificação social, com manutenção da mesma estrutura societária, quando não reproduzindo-a (LESSA, 2011).

Acreditamos que intervir nas sequelas da questão social, apesar de ter alguma importância, constitui uma tarefa que deixa intactas suas raízes mais profundas. Isto se reproduz no enfrentamento específico da problemática da saúde, que se encontra plasmada na questão social. Resgatemos o pensamento de Laurell (1982) ao se apropriar do materialismo histórico e dialético, quando afirma que o processo saúde-doença é determinado pelo modo como o homem se apropria da natureza em um dado momento, isto é, a apropriação que se realiza por meio de processo de trabalho baseado em determinado desenvolvimento das forças produtivas e relações sociais de produção. Os mesmos processos que determinaram a estrutura da sociedade são os que geram as desigualdades sociais.

Acreditamos nas políticas sociais como proposta de intervenção desde que estejam articuladas a uma proposta revolucionária que se deve dar com a conscientização da classe trabalhadora. Para nós as estratégias de intervenção devem estar associadas à luta prioritária, ou seja, em conformidade com a classe trabalhadora, principal interessada em que haja mudança.

Por fim, em uma perspectiva da totalidade, preferimos compreender que existe, sim, uma determinação social da saúde, mas que não se segmenta em diversos determinantes. Ao invés disto, a problemática da saúde encontra suas raízes na sociedade capitalista, em uma relação direta com a “lei geral da acumulação capitalista”, como a mola mestra que produz a pauperização de uma grande massa de homens. Em meio a este processo de pauperização, a degradação/aviltamento da saúde comparece, dialeticamente, enquanto expressão e requisito.

5.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atuais produções limitam-se apenas a descrever os DSS. Algumas, ainda que de forma limitada, propõem estratégias de intervenção, embora sequer apontem em que sociedade elas têm sido produzidas. Desse modo, percebemos que a temática vem sendo discutida a partir de uma fragmentação da realidade social em fatores que parecem ser autônomos e sem uma determinação comum, isto é, ocultam a raiz da problemática e desconsideram a natureza e a dinâmica da sociedade capitalista.

Para tal, os recentes estudos se aproximam das formulações de clássicos como Asa Cristina Laurell ou Cecília Donnangelo quando reconhecem que existe uma determinação social, mas depois se afastam ao ponto de se tornarem contrapostos, centrando a discussão nos fatores isolados e ignorando a totalidade que os produziu. Por assim dizer, estes autores revelaram-se convencidos de que as atividades da CNDSS e seus desdobramentos futuros seriam uma valiosa contribuição

para o avanço do processo de reforma sanitária brasileira e para a construção de uma sociedade mais humana e justa. Nós estamos convencidos de que a construção de uma sociedade mais humana e justa só seria possível com a superação do capital e, portanto, do trabalho baseado na exploração do homem pelo homem, uma vez que nesta forma de trabalho se consubstancia, inclusive, o momento predominante da determinação social do processo saúde-doença.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**. 2. ed. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SARDER, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BUSS, Paulo Marchiori. Globalização, pobreza e saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, p. 1575-1589, nov./dez. 2007.
- BUSS, Paulo Marchiori; FILHO, Alberto Pellegrini. A Saúde e seus determinantes sociais. *Physis: Revista Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, vol. 17, n.1, p.77-93, 2007.
- CARVALHO, Antonio Ivo; BUSS, Paulo Marchiori. Determinantes sociais na saúde, na doença e na intervenção. In: GIOVANELLA, Lígia et al. (Org.). **Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. p. 141-166.
- FLEURY-TEIXEIRA, Paulo. Uma Introdução Conceitual à Determinação Social da Saúde. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 83, p. 380-387, set./dez. 2009.
- GIFFIN, Karen Mary. Financeirização do estado, erosão da democracia e empobrecimento da cidadania: tendências globais? *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, p. 1491-1504, nov./dez. 2007.
- LAURELL, Asa Cristina. La salud-enfermedad como proceso social. *Revista latinoamericana de salud*, México, v. 1, n. 2, p. 7-25, 1982.
- LAVINA, Lena. Gasto social no Brasil: programas de transferência de renda *versus* investimento social, *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, p. 1463-1476, nov./dez. 2007.
- LESSA, Sergio. **Capital e Estado de Bem-Estar: o caráter de classe das políticas públicas**. Maceió: Instituto Luckács, 2011. Mimeografado. No prelo.
- MAGALHÃES, Rosana. Monitoramento das desigualdades sociais em saúde: significados e potencialidades das fontes de informação. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 667-673, maio/jun. 2007.
- MARTINS, Ana Maria Barbieri Bedran. **Análise da Produção Científica sobre os Determinantes Sociais de Saúde na Faculdade de Saúde Pública - USP**. 2010. 117 p. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

NETTO, João Paulo. Cinco notas a propósito da questão social. **Temporalis**: revista da ABEPSS, Brasília, DF, v. 2, n. 3, p. 45-49, 2001.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão popular, 2011.

NUNES, Everardo Duarte. Cecília Donnangelo: pioneira na construção teórica de um pensamento social em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, n.3, p. 909-916, maio/jun. 2008.

PIMENTEL, Edlene; COSTA, Gilmaísa Macedo. Questão social e desigualdade: novas formas, velhas raízes. **Revista Ágora**: políticas públicas e serviço social, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 1-26, jul. 2006.

REZENDE, Ana Lúcia Magela de. **Saúde**: dialética do pensar e do fazer. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

SOUZA, Diego de Oliveira. **A problemática do conhecimento**. 2011. Arapiraca. Aulas de metodologia científica no curso de graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Alagoas, *campi* Arapiraca. Mimeografado.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. O neoliberalismo em debate. In: TEIXEIRA, Francisco José Soares et al. **Neoliberalismo e reestruturação produtiva**: as novas determinações do mundo do trabalho. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

WHITEHEAD, Margaret. **The concepts and principles of equity and health**. Copenhagen: World Health Organization Regional Office for Europe, 2000.

6

CAPÍTULO

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS MODELOS DE PRODUÇÃO E SEUS REFLEXOS SOBRE A DESREGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Rosane da Silva Valois¹

Isabela da Silva Valois²

1 Graduada em Direito pela Universidade Regional do Cariri - URCA. Contato: rosane.valois@oi.com.br, (88) 8142-0768.

2 Professora substituta do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri - URCA e mestre em Economia Rural pela UFC. Contato: isabelavalois@ig.com.br, (88) 3521-1397.

6.1 INTRODUÇÃO

A busca pela máxima utilização do trabalho remonta ao período clássico dos estudos econômicos, quando o capitalismo ainda firmava suas bases. Com sua consolidação, observou-se que os movimentos de expansão (recuperação) e refreamento (recessão) econômicos provocaram oscilações desarmônicas entre os produtos potencial e real, configurando hiatos característicos de um crescimento cíclico. Assim, modelos paradigmáticos de produção surgem da tentativa de dar sobrevida ao sistema econômico capitalista, quando este se insere em um contexto de crise, de modo que as formas de exploração das riquezas pelo capital por meio da reestruturação produtiva são resultados da evolução histórica dos processos de produção capitalista (ANGELI, 2008).

Nesse sentido, as mudanças ocorridas no processo de trabalho desde a produção artesanal e os estágios da manufatura e maquinaria até as transformações mais recentes, envolvendo os modelos de produção taylorista e fordista, aos métodos de acumulação flexível, como o toyotismo, contribuíram de forma fundamental para acelerar o processo de desregulamentação do mercado de trabalho (ou desregulação do trabalho), passando pela desapropriação dos instrumentos de trabalho, até a destruição e reconstrução das habilidades intelectuais do trabalhador, culminando com a precarização das relações trabalhistas, intensificada principalmente a partir da década de 1970, em um contexto de crescente globalização da economia quando, na tentativa de reorganizar o capital, as ideologias neoliberais ganharam força por meio das privatizações e desregulamentação dos direitos trabalhistas, flexibilização do trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo.

Este artigo realizado com base em pesquisa bibliográfica tem o objetivo de verificar os rebatimentos das transformações dos modelos produtivos sobre o mercado de trabalho e se divide em duas partes além da introdução e da conclusão. Na primeira parte é descrita a evolução histórica dos processos de trabalho, a começar por Karl Marx com sua visão sobre cooperação, manufatura e maquinaria, passando, na sequência, pela administração científica de Taylor; pela ultraespecialização do trabalho no fordismo até alcançar as bases da acumulação flexível de que é exemplo o Toyotismo. Na parte seguinte, são feitas algumas considerações sobre o rebatimento dos modelos reestruturantes de produção sobre o mercado de trabalho no Brasil, pela ótica da desregulamentação do modo de trabalho.

6.2 PROCESSOS DE PRODUÇÃO E TRABALHO E SUA EVOLUÇÃO HISTÓRICA

6.2.1 Considerações de Marx

6.2.1.1 Cooperação

Para Marx, a produção capitalista efetivamente começa quando operários deixam de trabalhar para si mesmos e passam a vender sua mão de obra a detentores dos meios de produção. Pela soma expressiva desta força de trabalho, forma-se uma espécie de aglomeração que irá produzir de maneira cooperativa.

Mas a cooperação, para Marx (1994), não tem o sentido de uma aglomeração de trabalhadores produzindo para si e dividindo o lucro da venda entre os cooperados. Cooperação é antes o emprego simultâneo de um grande número de trabalhadores a desenvolverem processos de produção de maneira coordenada.

Essa organização surgiu a partir da ideia e da observação de que certa quantidade de trabalhadores reunidos produz mais e mais rapidamente do que a mesma quantidade de trabalhadores ocupados individualmente em todos os processos geradores de um produto. Ou seja, a cooperação contribui para que se alcance um resultado que nenhum homem isolado poderia alcançar, dado que o trabalho combinado dos diferentes trabalhadores (trabalho coletivo) não corresponde ao realizado pelo trabalhador individual, uma vez que se eleva a força produtiva individual por meio de uma nova força produtiva: a força coletiva. A cooperação também eleva a produtividade em escala, além de intensificar a redução dos custos.

Não ocorre ainda nenhum tipo de desenvolvimento da produção capitalista dado que o processo de trabalho se mantém em nível artesanal.

6.2.1.2 Manufatura

A manufatura se desenvolveu de meados do século XVI ao final do século XVIII, a partir da concentração de trabalhadores sob o comando de um mesmo capitalista. Inicialmente era realizada pela reunião de trabalhadores que executavam diferentes operações independentes, trabalhando o produto até seu acabamento final; com o passar do tempo, tornando-se um sistema de produção dividida em diversas operações especializadas, se executava a mesma e única tarefa e a soma dos trabalhos parciais gerava o produto final.

Marx dividia a manufatura em dois tipos: a orgânica (na qual o artigo passava de uma mão para outra e cada mão deixava nele impresso um trabalho parcial que cada artesão ia completando até que alcançasse o último operário; este o concluiria); e a heterogênea (cuja a produção era fracionada em vários processos com tempos desiguais de trabalhos parciais, embora combinados em determinada proporção e força de trabalho com diferentes graus de formação, permitindo assim o estabelecimento de uma hierarquia na escala salarial).

A manufatura inaugurou a divisão do trabalho, convertendo o operário “num trabalhador que, por toda a vida, executa uma única operação transformando seu corpo em órgão automático e especializado” (MARX, 1994, p. 381).

Nesse estágio a exploração do trabalhador se traduz na destituição do conhecimento total das etapas de produção e na aceleração das atividades em que se imprime cada vez menos tempo de trabalho em um nível cada vez maior de produto.

6.2.1.3 Maquinaria

A partir do século XVIII, com a Revolução Industrial e a incorporação das inovações tecnológicas que dispensavam grande parte do trabalho manual, as máquinas começaram a ter um papel de destaque nos processos produtivos. Nesse período, as operações que cada operário deveria realizar foram simplificadas ao extremo e o trabalho humano aderiu características secundárias de apenas corrigir manualmente o erro das máquinas, manuseá-las e observar seu funcionamento; cabia agora às máquinas a atividade de transformar matéria-prima em produto.

Na produção mecanizada desaparece o princípio subjetivo da divisão do trabalho. Nela o processo por inteiro é examinado objetivamente em si mesmo, em suas fases componentes e o problema de levar a cabo cada um dos processos parciais e entrelaçá-los é resolvido com a aplicação técnica da mecânica, da química etc. [...] Na manufatura, o isolamento dos processos parciais é um princípio fixado pela própria divisão do trabalho; na fábrica mecanizada, ao contrário, é imperativa a continuidade dos processos parciais (MARX, 1994, p. 433).

Na manufatura enquanto o fundamento do processo de produção era a habilidade profissional do trabalhador, na indústria moderna, ele passa a ser o instrumento do trabalho, que se converte em maquinaria.

Esse processo acarretou a desqualificação da mão de obra operária, fazendo com que cada operário se responsabilizasse por uma parcela cada vez menor e mais simples do processo de produção e, deste modo, surgisse, mais rapidamente, uma quantidade maior de pessoas prontas para assumir um posto de trabalho. Nesse momento, em que a maquinaria acabou por tornar dispensável a força muscular do trabalhador masculino (sendo substituída pela força motriz mecâni-

ca, a vapor ou hidráulica), abriu-se espaço para o trabalho feminino (e infantil) nas primeiras indústrias, desvalorizando-se a mão de obra e aprofundando-se a desigualdade de remuneração entre os gêneros.

Na verdade, as máquinas além de reestruturarem todo o processo produtivo, buscam recompor a taxa de lucro do capital, ao mesmo tempo em que geram uma profunda desagregação das classes menos favorecidas, impedindo a organização dos trabalhadores em partidos, sindicatos e associações, os quais assim enfrentariam as investidas do capital, contribuiriam muito mais para aumentar a mais-valia do que para reduzir o tempo de trabalho humano, expondo mulheres e crianças à exploração capitalista, aumentando a jornada de trabalho além dos limites humanos.

Com o decorrer do tempo, a intensificação do trabalho provocou reação da sociedade que, depois de muitas manifestações, conseguiu que a jornada fosse legalmente limitada entre 1844 e 1850. Mesmo assim, já que para os capitalistas essa medida trazia prejuízo aos lucros, o trabalho continuou intenso. Os capitalistas passaram a exigir do trabalhador mais dinamismo e maior velocidade de trabalho em um período mais curto, prejudicando a saúde do operário e, por consequência, a própria força de trabalho; em contrapartida, elevava a produtividade ao mesmo nível do período anterior à limitação da jornada.

A maquinaria também precarizou as relações de trabalho e destruiu a segurança que o trabalhador artesanal ou manufactureiro possuía, transformando e alocando a mão de obra das indústrias em cargos perfeitamente rotativos sem interrupção do processo produtivo.

Mesmo assim, segundo Marx, economistas burgueses tais como Mill, Torrens e Senior afirmavam que a maquinaria não seria responsável pelo desemprego dos trabalhadores do ramo industrial e acreditavam que, caso a maquinaria os dispensasse, eles poderiam ser realocados em outros ramos, correspondendo, desta maneira, ao que os autores chamaram de teoria da compensação.

O processo de organização da força de trabalho dá um salto significativo no século XX, com a incorporação, no processo produtivo, das ideias que ficaram conhecidas como taylorismo.

6.2.2 O processo taylorista de produção

Quando Frederick Winslow Taylor (1856-1915) assumiu a chefia da Midvale Steel Company, no final do século XIX, nos Estados Unidos, revolucionou não apenas o seu ambiente de trabalho, mas a relação que o homem tinha com o trabalho em todos os lugares do mundo. Seu objetivo principal era aumentar a produtividade da empresa em que trabalhava e, para isso, fez uma análise geral da estrutura da empresa, começando pelos trabalhadores da produção, identifi-

cou causas para a baixa produtividade e sugeriu modificações que iniciaram uma nova fase de reestruturação produtiva na busca de reverter a queda tendencial da taxa de lucro do investimento produtivo (GUILHERMETI, 2004).

É preciso enfatizar que nesse período, segundo Guilhermenti (2004), o contexto vivido pelos Estados Unidos era de crise geral do capitalismo. O desenvolvimento industrial, que até então se baseava em lucros comerciais, levou a capacidade de absorção das mercadorias ao declínio e o aumento da produtividade era visto como a única alternativa para a expansão das indústrias e para a geração de lucros. Em tal cenário, Taylor edificou seus postulados a partir da necessidade de ampliação do ritmo de produção e do barateamento do custo do trabalho vivo, por meio de sua redução a trabalhos elementares que dispensavam a qualificação profissional.

O termo taylorismo pode ser definido, portanto, da seguinte maneira:

a soma total das relações de produção interna do processo de trabalho que tendem a acelerar a conclusão do ciclo mecânico dos movimentos do trabalho. Essas relações são expressas num princípio geral de organização que reduz o grau de autonomia dos trabalhadores e os coloca sob uma permanente vigilância e controle das ordens de produção (MORAES NETO, 1989, p. 69).

Segundo Taylor, o operário não tinha capacidade intelectual, nem formação, nem meios para analisar cientificamente o seu trabalho e estabelecer racionalmente qual o método ou processo mais eficiente para realizá-lo. Mesmo assim as operações de produção ficavam sob o livre arbítrio dos operários, porque a própria administração desconhecia os processos e o tempo necessário de produção do produto que eles fabricavam. Para Taylor esta era a grande fraqueza da administração: o absoluto domínio que os operários tinham de seu ofício.

Para solucionar o problema, Taylor retirou da responsabilidade do operário a obrigação de “pensar”, criando um sistema que expropriou a criatividade e a iniciativa dos trabalhadores, transformando-os em meras máquinas vivas que deveriam seguir um processo já planejado:

A chave da administração científica estabelecida por Taylor [...] é o princípio que separa a concepção da execução, ou seja, a separação do trabalho mental e manual; o conhecimento científico é apenas um suporte para que o capital, por um lado explore as particularidades do homem enquanto máquina, e por outro, aperfeiçoe os mecanismos de controle dos passos do trabalhador coletivo (MORAES NETO, 1989, p. 41-43).

Para tanto, Taylor estudou o tempo e os padrões de produção mediante aplicação de vários testes até encontrar a combinação ótima de cada processo; estudou também a supervisão funcional, padronizou ferramentas e instrumentos, planejou tarefas, providenciou a execução, utilizou régua de cálculo e instrumen-

tos para economizar o tempo, aplicou fichas de instruções de serviço. Associou, ainda, a execução eficiente de tarefas a prêmios de produção, classificou produtos e materiais utilizados na manufatura e criou um sistema de delineamento da rotina de trabalho. A partir destas providências, segundo Guilhermenti (2004), formulou e inseriu princípios científicos de administração das atividades operárias resumindo em quatro conjuntos:

1. Princípio do planejamento - os processos de produção deveriam ser planejados pela administração a partir de estudos científicos;
2. Princípio da preparação dos trabalhadores - os operários deveriam ser selecionados de acordo com suas habilidades específicas para atender às exigências do trabalho e receber instruções sistemáticas e treinamentos que os preparassem para seguir uma rotina de trabalho preestabelecida, com métodos planejados de produção, a fim de que assim produzissem mais em menos tempo e com maior qualidade;
3. Princípio do Controle - o trabalho deveria ser controlado por meio da supervisão do cumprimento das normas estabelecidas e segundo o plano previsto;
4. Princípio da Execução - tarefas distintas deveriam ser distribuídas de acordo com as aptidões dos operários para que a execução do trabalho fosse mais disciplinada.

A substituição de métodos empíricos e rudimentares por métodos científicos nos processos de produção, na tentativa de eliminar desperdícios e aumentar a produtividade, introduzida por Taylor, ficou mundialmente conhecida como Organização Racional do Trabalho (ORT). Trata-se também de uma nova divisão do trabalho, caracterizado pela separação da concepção e execução das tarefas do trabalho físico e mental, além de um modelo paradigmático de reestruturação produtiva.

O modelo taylorista de conceber a produção invadiu as indústrias americanas e rompeu as fronteiras do mundo. Seus métodos, aceitos e utilizados até hoje, vigoraram com força total até meados dos anos 1970, junto ao Fordismo, que remodelou os princípios da administração científica de Taylor ao aplicá-los nas linhas de produção de suas fábricas.

6.2.3 O sistema de produção fordista

O período em que se caracteriza o fordismo (1913) coincide com a Primeira Guerra Mundial e sua consolidação se dá no pós-guerra. É nesse contexto que surgem as estruturas monopolistas de produção. O regime que impera é o de acumulação intensiva baseado em ganhos de produtividade; mas o cenário econômi-

co já dava evidências de que a redução da demanda provocaria um excessivo nível de produção que dificilmente encontraria caminhos para ser escoada. No entanto, o modelo fordista nos anos que antecedem à crise de superprodução de 1930, e os anos que a sucedem, como uma nova forma de reestruturação da produção, tenta superar os hiatos do ciclo econômico, reinventando o modo de produção e de controle gerencial, injetando dinheiro na economia (por meio dos salários dos operários) para incentivar a demanda efetiva, produzindo em massa para gerar demanda em massa.

Para Ford este modelo artesanal de produção não se encaixava às novas exigências do mercado. Resolveu, portanto, remodelar o seu sistema de produção aprofundando o taylorismo no processo de trabalho. Na prática, ele procurou aplicar os métodos da organização científica de Taylor concentrando-se em cinco transformações principais (MORAES NETO, 1991, p.70):

- a racionalização das operações efetuadas pelos operários, com o fim de reduzir o tempo de produção, os custos e conseqüentemente o preço de venda do automóvel:

O fordismo desenvolveu ainda mais a mecanização do trabalho, incrementou a sua intensidade do trabalho, radicalizou a separação entre trabalho manual e trabalho mental, submeteu rigorosamente os trabalhadores à lei da acumulação e tornou o progresso científico contra ele como um poder a serviço da expansão uniforme do valor (AGLIETTA, 1989 apud MORAIS NETO, 1991, p. 72).

- a desqualificação dos operários;
- a criação da linha de produção (esteira rolante) que fixa o operário no local determinado de modo a executar as tarefas em uma seqüência cooperativa que uniria os trabalhos individuais por meio do movimento do produto ao longo do processo;
- a padronização das peças (por meio da integração vertical), que reduziria os movimentos dos operários a gestos simples, sem desperdício de tempo para adaptação do componente ao automóvel;
- automatização das fábricas (esteiras automáticas) para reduzir tempo de produção de um automóvel de doze horas e meia para duas horas e trinta e oito minutos.

Um dos problemas a serem resolvidos por Ford era a falta de mão de obra não especializada. Para garanti-la, estipulou jornada de trabalho de oito horas diárias com intervalo para consumo e lazer, além de um salário de cinco dólares ao dia, enquanto a concorrência pagava apenas 2,5 dólares. Assim, em apenas dois dias, tinha à sua inteira disposição dez mil homens que concorriam às cinco mil vagas de sua fábrica.

O pensamento de Ford estava em sintonia com o pensamento de Keynes, pois, como visto, acreditava que a produção em massa gerava o consumo em massa. Deste modo, era necessário manter um nível elevado de salários de forma a garantir renda disponível para efetuar a demanda efetiva.

Ford acreditava que o novo tipo de sociedade poderia ser construído simplesmente com a aplicação adequada ao poder cooperativo... e era tal a sua crença no poder corporativo de regulamentação da economia com um todo que a sua empresa aumentou os salários no começo da Grande Depressão na expectativa de que isso aumentasse a demanda efetiva, recuperasse o mercado e restaurasse a confiança da comunidade de negócios. Mas as leis coercitivas da competição se mostraram demasiado fortes mesmo para o poderoso Ford, forçando-o a demitir trabalhadores e cortar salários. Foi necessário o New Deal de Roosevelt para salvar o capitalismo – fazendo-o através da intervenção do Estado o que Ford tentara fazer sozinho (HARVEY, 1989, p. 122).

Mesmo assim, com a rígida aplicação do taylorismo somado às linhas de produção, apesar do aumento dos custos salariais, Ford consegue reduzir o preço de venda do veículo porque a produção se intensifica com maior velocidade, assim como o consumo em massa de seus automóveis. Seu estilo de produção conquista rapidamente o mercado norte-americano, e em seguida os mercados mundiais, chegando em 1921, apenas sete anos depois da aplicação da estratégia fordista, a representar 53% dos veículos consumidos no mundo; além de “elevar o capital de sua empresa de 2 milhões de dólares em 1907, para 250 milhões em 1919” (GOUNET, 1999, p. 20). Logo:

A nova organização do trabalho implica certa adesão dos operários, ao menos durante o tempo necessário para que o sistema se generalizasse. É o que levou Henry Ford a propor a diária de 5 dólares para atrair os operários às suas fábricas e retirá-los dos seus concorrentes. Ele pôde fazê-lo graças aos ganhos fenomenais que obteve com os novos métodos de produção... os rivais foram obrigados a segui-lo para não desaparecerem ou saírem do mercado. O sistema se estendeu a ponto de restarem apenas as empresas que o adotaram (GOUNET, 1999, p. 22).

Apesar disso, o fordismo enfrentou inicialmente problemas para se disseminar. A familiarização do trabalhador com processos rotinizados que dispensavam habilidades manuais tradicionais e o conhecimento ou o controle do trabalhador sobre o projeto, além do próprio ritmo e da organização do processo produtivo e da altíssima rotatividade da mão de obra eram ponto de pauta para constantes discussões com os sindicatos dos trabalhadores. Essas associações acabaram por fortalecer a esfera da negociação coletiva nas indústrias de produção em massa, garantindo certo controle sobre as especificações de tarefas de produção, segurança, promoções, benefícios, salário mínimo, seguridade social etc. Mas o próprio modelo de produção em massa enfrentou resistência das indústrias europeias antes da metade dos anos 1930.

O acúmulo de trabalhadores nas fábricas, organizados em sindicatos, era uma ameaça constante de fortalecimento do poder da classe trabalhadora. Por isso, a colaboração com o sistema fordista de produção só se dava por meio de ganhos de salário que estimulassem a demanda efetiva. É nesse estágio que a intervenção do Estado se torna fundamental para a manutenção do sistema. Ele teria que funcionar como um regulador social (*welfare state* ou Estado de bem-estar social) que, além de atacar politicamente os elementos radicais do movimento operário, principalmente a partir de 1945, deveria ser capaz de criar uma situação de demanda para os automóveis, de modo a garantir por meio do crescimento da produção e do consumo, o relativo pleno emprego. Além disso, o Estado adotaria políticas redistributivas que fornecessem à população excluída do modelo de produção fordista (mulheres, negros e uma minoria desprivilegiada), espécies de salários sociais, seguridade social, assistência médica, educacional etc.; ou seja, elementos que visassem remediar as desigualdades geradas pela rigidez no mercado de trabalho (que empregava basicamente homens brancos) e a insatisfação das massas.

O cenário internacional também influenciou o fordismo, que só conseguiu ser implantado na Europa e no Japão a partir de 1940, e sua expansão e consolidação ocorreu no pós-guerra, quando os mercados exteriores passaram a receber ajuda financeira americana por meio do Plano Marshall, além de significativos investimentos diretos. A absorção do método Ford de produção também se beneficiou do poder econômico e financeiro dos Estados Unidos, baseado no domínio militar, principalmente após o acordo de Bretton Woods (1944), que transformou o dólar em moeda-reserva mundial.

Embora o modelo fordista tenha se mantido forte até 1975, já em meados dos anos 1960 começaram a surgir indícios de sérios problemas que viriam pôr fim, estagnar o sistema. A recuperação das economias europeia e japonesa provocou redução da demanda efetiva para os produtos americanos (principalmente automóveis). Os Estados Unidos direcionaram sua economia para a corrida aeroespacial e para a guerra contra o Vietnã; mas problemas fiscais somados à aceleração inflacionária tornaram a moeda instável, desvalorizando-se em 1973 (quebra do acordo de Bretton Woods). Adicionalmente destaca-se a concorrência dos países recém-industrializados, a formação dos euromercados (1966-1967) e a substituição das taxas de câmbio fixas por taxas flutuantes. Nesse período, o fordismo também sofre consequências da crise do Estado de bem-estar social, deflagrada pela insustentabilidade de manutenção dos programas sociais em razão do endividamento do Estado, além da crise do petróleo em 1973.

Com todas essas flutuações e crises, depois de quase meio século, esgotava-se o modelo fordista de produção em massa, abrindo espaço para novos modelos

reestruturantes de acumulação, mais adequados a um ciclo econômico com demanda desaquecida, associado a um novo sistema político em que o Estado deixa de ser interventor e passa a ter orientação neoliberal.

6.2.4 O modelo de acumulação flexível

A partir de meados da década de 1970 o mundo passou por profundas transformações nos métodos de organização produtiva. A rigidez do modelo fordista de produção entrou em confronto com o novo cenário econômico de desaceleração da demanda, quando a produção em massa já não podia mais ser absorvida. A recuperação das economias no pós-guerra, somada às novas economias dos países recém-industrializados, aumentou incrivelmente a competição entre as indústrias, parcelando os mercados em fatias cada vez menores, reduzindo as margens de lucro e aumentando a taxa de desemprego. Nesse estágio a economia de escala da produção fordista teve que ser substituída pela economia de escopo, com produção de bens variados, a preços baixos e em pequenos lotes.

A ideia principal da acumulação flexível, ao contrário do modelo fordista que alcançava lucros exorbitantes, é a de manter as empresas no mercado por meio da máxima eliminação de custos, da tecnologia multifuncional e da tecnologia de informação. Esse regime emerge para satisfazer necessidades muito específicas das empresas que já não podiam manter características fordistas tais como a rigidez salarial e a estabilidade do emprego, que praticamente deixam de existir nesse novo contexto de reestruturação produtiva, dando lugar aos contratos de trabalho mais flexíveis, às subcontratações, ao trabalho autônomo e ao agenciamento temporário. O trabalhador desqualificado (parcial) agora assume características de trabalhador multifuncional; as esteiras das linhas de montagem, que antes individualizavam o trabalho do operário, abrem espaço para a organização celular, ou seja, ao trabalho em equipe; a integração vertical é também outra característica do método Ford de produzir que a modernização flexível não consegue manter devido aos altos custos que ela representa.

A flexibilidade veio também para adequar as empresas à demanda que também sofre transformações drásticas em relação às preferências do consumidor, agora ditadas por modas fugazes. Ou seja, os produtores teriam que acelerar o tempo de giro da produção e dos estoques (de matéria-prima e de produto pronto) em função do novo tempo de giro do consumo.

Os arranjos de empregos flexíveis (subcontratação, temporários e toda categoria de emprego periférico, ou seja, sem estabilidade) da nova estrutura do mercado de trabalho dos anos 1970 abriram espaço para a proliferação de um mercado paralelo – o setor informal – que cresceu rapidamente nos países subdesenvolvidos e também nos capitalistas avançados. Mesmo os empregos que ainda

permaneceram formais e com certa estabilidade sofreram precarização: a perda do poder sindical trabalhista abriu espaço para que o capitalismo trouxesse de volta a antiga exploração do trabalho com extensão da jornada (hora extra) ao invés de realizar novas contratações, prejudicando, deste modo, a saúde do trabalhador. Além disso, a antiga preferência pela mão de obra feminina e mal paga nesse cenário de transição para a acumulação flexível passa a ter um papel de maior consistência nas organizações produtivas. A participação das mulheres no mercado de trabalho, portanto, aumentou cerca de 40%, segundo Harvey (1989, p. 146), em muitos países de capitalismo avançado, ainda que em condições de trabalho pouco favoráveis.

A flexibilização, para Antunes (2003, p. 25), possibilitou a criação ou recriação de novas formas produtivas, permitiu a articulação do desenvolvimento tecnológico com a desconcentração produtiva, baseando-se em empresas médias e pequenas que produzem para um mercado mais localizado e regional. Ou seja, a especialização da produção buscou adequar os agentes produtivos a um novo cenário econômico com mercados segmentados e instáveis por meio da flexibilização dos processos, que nada mais eram do que uma forma de reestruturar a produção por meio da combinação de modelos baseados, inclusive, no próprio fordismo, mas com modificações mais específicas. Como exemplo, tem-se o toyotismo que foi um dos modelos readaptados às novas formas de rentabilidade em um novo contexto do capitalismo, no qual é marcante a crise de produção e os padrões da demanda, implantado no Japão antes mesmo da extinção do método Ford.

6.3 RÁPIDAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL

A crise estrutural do capital permitiu a expansão de princípios liberais, afetando fortemente o mundo do trabalho, subjugando o trabalhador a novos moldes reestruturantes de produção demarcados pelo avanço tecnológico e a acumulação flexível. Nesse contexto, antigos valores e ideais do liberalismo político e econômico, herdados do pensamento iluminista e da evolução econômica decorrentes da Revolução Industrial ocorrida no final do século XVIII, são retomados a partir da década de 1970, configurando-se como uma “nova doutrina”, agora chamada de neoliberalismo, a qual buscou reduzir a um nível mínimo, a participação do Estado na economia mediante a realização de privatizações, terceirizações, além de forte resistência aos movimentos sindicais trabalhistas.

No Brasil, entre as décadas de 1920 e 1930, a classe trabalhadora também tentou resistir à implantação do modelo paradigmático taylorista uma vez que a normatização de suas novas técnicas produtivas ultrapassaria o estágio de no-

vidade técnico-organizacional, passando a interferir diretamente no movimento de destituição e instituição de direitos trabalhistas. Seguindo a mesma tendência, também o modelo fordista, implementado ainda no governo Kubitschek (1956-1961), foi repudiado pela classe trabalhadora e pelos sindicatos. Porém, após o golpe de 1964, por intermédio da coerção e da força que reprimiu as lutas sociais opositoras ao projeto, tal modelo foi consolidado. Entretanto, segundo Druck (1999), o desemprego estrutural crônico preexistente no cenário econômico brasileiro impediu a instauração do pleno emprego proposto pelo fordismo e o bem-estar social não pôde acontecer.

A crise econômica da década de 1970, deflagrada no bojo da implementação do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento, que buscava eliminar as lacunas da estrutura industrial brasileira e os problemas cambiais da segunda crise do petróleo), impactou o modelo político desenvolvimentista brasileiro, revertendo a tendência de crescimento econômico do país.

A desmontagem dos direitos sociais dos trabalhadores, o combate cerrado ao sindicalismo classista, a propagação de um subjetivismo e de um individualismo exacerbados, a cultura “pós-moderna” bem como a clara animosidade contra qualquer proposta socialista contrária aos valores e interesses do capital são traços marcantes deste período recente (ANTUNES, 2003, p. 40).

As práticas neoliberais, primeiro adotadas na Inglaterra, ganharam destaque no cenário econômico mundial por meio da política econômica conservadora da primeira ministra Margareth Thatcher em 1979. Nos Estados Unidos, o paradigma neoliberal passou a vigorar a partir de 1981, servindo de modelo para os países latino-americanos que enfrentavam consequências de inflações crônicas. Os novos postulados permitiram que o governo norte-americano sustentasse o país na liderança do capitalismo mundial por meio da prática de rígida política externa que defendia os interesses políticos e econômicos, além da implantação de política econômica interna com vistas à redução do poder estatal sobre a economia.

O Brasil absorve o neoliberalismo ainda na primeira metade da década de 1980 durante o governo Figueiredo quando o país teve que enfrentar a maior recessão de sua história – a crise de 1981-1983 que caracterizou os anos 1980 como “a Década Perdida” –, intimamente associada à difícil situação das contas externas do país e ao segundo choque do petróleo (1979). O cenário de choques externos expôs a vulnerabilidade da economia brasileira (quadro de inflação, crescimento da dívida externa, elevadas taxas de juros, desestruturação do setor público), gerando necessidade de ajustes que desaceleraram o crescimento econômico (VALOIS, 2007). Nesse cenário em que, segundo Pochmann (2001), a taxa média anual de crescimento do PIB nacional era de apenas 3%, o processo de privatização das empresas estatais, inseridas em um

panorama de desgaste financeiro e elevado grau de endividamento, passou a fazer parte das novas estratégias públicas de desenvolvimento, concentradas em elevar a competitividade e a eficiência econômica do Brasil, além de reequilibrar suas finanças públicas, libertando o Estado de atividades improdutivas (ANDRADE; QUEIROZ, 2008).

As práticas neoliberais no Brasil continuaram no governo Sarney na segunda metade da década de 1980, porém com menos ênfase nas privatizações. Nesse período, a desarticulação do modelo de desenvolvimento industrial, além das fracassadas tentativas de ajustamento econômico (1979/1983) que conduziram o país à estagnação, também rompeu com o padrão estrutural do mercado de trabalho, refletindo em realocação setorial das ocupações urbanas, inflação do desemprego e informalidade, tendência à precarização do trabalho com vistas para a inconsistência salarial, perda de direitos sociais, previdenciários e trabalhistas, elevação do período de jornada de trabalho e subemprego; além do aumento da disparidade distributiva da renda, iniciando-se uma trajetória de desregulação do trabalho, configurada pelas transformações dos parâmetros mínimos de utilização do trabalho (regulamentação das condições de contratação, demissão e jornada de trabalho; regulamentação dos direitos sociais e trabalhistas, política previdenciária, requalificação profissional e ação sindical (CARDOSO Jr., 2001). Antunes (2003) também aponta o desmoronamento da União Soviética e do Leste Europeu como um fator responsável pelo desmoronamento dos movimentos sindicalistas nesse período.

A partir de 1990, as reformas econômicas idealizadas no Consenso de Washington no mesmo período, focadas em políticas de abertura comercial e minimização do Estado por meio da privatização das atividades produtivas, foram acatadas pelo governo Collor (1990-1992) e seus postulados, aprofundados pelo governo Fernando Henrique Cardoso (1994-1998) quando o processo de privatização das empresas públicas e a redução dos gastos governamentais foram mais impactantes. Paralelo a essas mudanças, também ocorria o intenso processo de abertura comercial e financeira, que expôs as empresas nacionais à forte concorrência internacional e aos novos modelos reestruturantes de produção, desencadeando um processo de realocação espacial da indústria.

Nesse período (1990-1999) quando, segundo Pochmann (2001) o crescimento anual do país chega a apenas 1,7%, o aumento dos níveis de desocupação e o desemprego aberto surgem como fatores que intensificam o fenômeno da desestruturação do mercado de trabalho, associados também aos impactos da abertura comercial e financeira, além das consequências da implementação do Plano Real que, apesar de ter alcançado relativo sucesso no combate à inflação, influenciou as baixas taxas de crescimento, principalmente durante a segunda metade da década de 1990, conduzindo a economia brasileira a armadilhas tais como

estagnação econômica em que se constata certa incapacidade das forças de mercado em operar o milagre da retomada do crescimento sustentado, em claros sinais de que a estabilização sem crescimento do produto não pode se manter indefinidamente; [...] a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro, na qual se verifica o crescente esgotamento dos mecanismos clássicos de financiamento das contas públicas; [...] e os próprios sustentáculos da estabilização, cujos anteparos têm se mostrado extremamente vulneráveis e dependentes das condições do mercado internacional. A abertura não seletiva com câmbio flutuante (pós-desvalorização em janeiro de 1999) impacta negativamente o crescimento. A estagnação econômica com juros elevados inviabiliza qualquer tentativa de recomposição das condições de financiamento do setor público. Por fim, o estado em situação financeira *ponzi* acelera a deteriorização do cenário político, sintoma inequívoco do aprofundamento da crise latente no país (CARDOSO JR., 2001, p. 12).

O cenário macroeconômico recessivo somado à ineficácia, ou mesmo ausência de políticas públicas de garantia de renda e assistência social aos trabalhadores e desempregados na década de 1990, contribuiu para a aceleração do processo de desestruturação no mercado de trabalho (ou desregulação do trabalho) iniciado nos anos 1980, caracterizado, principalmente, segundo Cardoso Jr. (2001), pelo crescimento patológico do setor terciário (resultado da migração intersetorial das ocupações, além de relativa contribuição do número de jovens e mulheres na composição da população economicamente ativa – PEA); expressivo crescimento das relações informais de trabalho (incrementado pela onda de terceirização das ocupações, declínio relativo do emprego formal e elevação do desassalariamento voluntário e involuntário pode ser resultado da racionalização produtiva das empresas impostas pelos novos padrões de concorrência internacional, afetando a demanda por mão de obra e conseqüentemente elevando o desemprego); a precarização das relações de trabalho (intensificada pela informalização das ocupações, mas também pelo processo de reorganização produtiva e tecnológica que introduziu a flexibilização das relações trabalhistas que afetaram os níveis de renda, jornada de trabalho e de estabilidade das relações trabalhistas, elevando, conseqüentemente, a rotatividade do emprego no Brasil); estagnação da dinâmica distributiva funcional da renda e da distribuição pessoal dos rendimentos (compõe o quadro mais geral da desestruturação do mercado de trabalho brasileiro, no qual a ausência de força sindical, de políticas públicas de transferência de renda e proteção social se reflete em hiatos permanentes entre ganhos de produtividade e repasses reais dos salários, fazendo com que a participação dos salários na renda nacional apresente defasagens por força dos ganhos de produtividade obtidos pelas empresas quase nunca serem convertidos em aumentos reais dos salários, contribuindo para uma deficiente distribuição da renda).

Apesar do histórico de crise econômica se arrastar desde a década de 1980, refletindo-se negativamente na situação do trabalhador em todos os campos do

trabalho, Cardoso Jr. (2001) ainda afirma que somente a partir de 1994, durante o Governo Itamar Franco, é que se contextualizam as primeiras iniciativas de desregulamentação do trabalho, no tocante às condições de contratação e de jornada de trabalho, por meio de leis como a Lei das Cooperativas (Lei nº 8.949) que extingue os vínculos empregatícios entre cooperativas e associados, destituindo os trabalhadores de direitos trabalhistas essenciais (registro em carteira, férias, 13º salário, previdência social, descanso semanal remunerado etc.) constituindo em uma forma de flexibilização extrema do uso da mão de obra que precarizou as condições e relações trabalhistas, dado que os trabalhadores ficaram desprotegidos da regulamentação do trabalho, expostos à excessiva jornada, além de rendimentos menores. A Lei nº 9.601 e MP nº 1.709 de 1998 que, apesar de assegurar os direitos essenciais do trabalhador, legaliza a contratação temporária estendida por um período máximo de dois anos, contribuindo para o aumento da rotatividade do emprego no Brasil. Nesse sentido, trabalhadores do setor público também foram afetados pela desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho, quando a MP nº 1.522 de dezembro de 1997 autorizou a demissão de servidores públicos para a realização do ajuste quantitativo do quadro de pessoal, provocando a extinção dos cargos esvaziados e a posterior regularização da contratação temporária também para este setor (CARDOSO Jr., 2001).

A remuneração do trabalhador também foi afetada por leis de desindexação que proibiram seu reajuste automático (CARDOSO Jr., 2001). A reorientação das leis para a realização da reforma do sistema previdenciário brasileiro também buscou reduzir e mesmo eliminar as aposentadorias proporcionais por tempo de serviço, mediante a introdução do fator previdenciário, que rebaixou o valor final dos benefícios, reforçando ainda mais a situação de prejuízo para o trabalhador na histórica trajetória de transformações do mundo capitalista do trabalho, relegando ao operário o papel de coadjuvante no processo produtivo e no capital (ou o próprio capitalismo) o papel principal, cuja atuação jamais poderá ser prejudicada, mesmo que para isso (e como tem sido sempre), o coadjuvante tenha que ser sacrificado.

6.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discontinuidades e incertezas conjunturais dos ciclos econômicos mundiais, na incessante busca pela retomada do crescimento (pós-crise) têm reinventado as formas de exploração do capital, desde a consolidação do modelo capitalista, irradiando reflexos negativos sobre o campo do trabalho.

Para Marx (1994) a própria consolidação do capitalismo já constitui uma forma inexorável de prejuízo ao trabalhador que, destituído de suas ferramentas, torna-se um “homem mercadoria”, um “fator de produção”, por meio da reprodução do seu trabalho em um ambiente cooperativo.

O processo produtivo manufatureiro, em um período seguinte, caracterizou-se em uma nova etapa simplificada de reestruturação produtiva, uma especialização das operacionalidades do trabalho, que ganhou um caráter de contribuição parcial por parte do trabalhador nas etapas do processo produtivo.

Em mais um estágio do capitalismo, dada a emergência de uma nova fase, as forças produtivas inseridas em um contexto de inovação incorporam a tecnologia da máquina nos processos produtivos, elevando o nível de exploração do trabalho, que passou a exigir do trabalhador mais dinamismo em menos tempo, aumentando a jornada de trabalho a níveis extremos.

A administração científica do modelo taylorista no final do século XIX, substituindo métodos empíricos e rudimentares por métodos científicos no processo de produção por meio da separação da concepção e execução das tarefas (trabalho físico e mental), mais uma vez afeta as relações de trabalho e a condição do trabalhador em favor da recuperação do capital, inserido em um contexto de crise. A identificação de métodos pré-estabelecidos que tornaram a produção mais eficiente significou também a utilização de métodos mais intensos de trabalho, além de redução do grau de autonomia do trabalhador, destituindo-o de sua capacidade intelectual, expropriando-lhe a criatividade e a iniciativa, transformando-o em “máquina viva”.

Com a reorientação econômica voltada para a acumulação intensiva baseada em ganhos de produtividade a fim de potencializar o consumo em massa por meio da produção em massa com baixo custo, a partir de 1913 o fordismo remodela os princípios tayloristas da administração científica, introduzindo a linha de produção (automatização das fábricas por meio de esteiras rolantes) e a padronização das peças (integração vertical), além de mais uma vez proceder a mudanças no papel do trabalhador no contexto produtivo, por meio de um novo estágio de intensificação da racionalização das operações efetuadas (agora em muito menos tempo) e o parcelamento das tarefas em níveis muito pouco complexos (estimulando a rotatividade do emprego), promovendo, desta forma, a desqualificação do trabalhador, o qual perderia a visão geral do processo produtivo e teria sua participação reduzida a uma tarefa muito simplificada.

A recuperação das economias europeia e japonesa no segundo pós-guerra e consequente redução da demanda efetiva dos produtos americanos estagnaram o sistema fordista de produção em massa. O novo cenário de crise fiscal, a instabilidade da moeda americana, a aceleração inflacionária, a concorrência de países recém-industrializados, a crise do estado de bem-estar, além de mais um choque do petróleo, exige uma reinvenção do capitalismo. Nesse contexto, a reorientação neoliberal a partir de meados da década de 1970 afasta o Estado das atividades produtivas e abre espaço para novos modelos reestruturantes da produção.

A acumulação flexível, marcadamente representada pelo toyotismo, reconfigura o modo de produzir e a posição do trabalhador no cenário produtivo. As empresas agora, com o acirramento da competição em nível global, buscam se manter no mercado por meio da máxima eliminação de custos, tecnologia multifuncional e tecnologia de informação. O “novo” trabalhador, tendo que se adaptar a uma nova realidade de desemprego estrutural, volatilidade dos contratos de trabalho, terceirização e subempregos, submete-se ao trabalho multifuncional com organização celular, ampliação da jornada de trabalho (hora extra), complexidade das tarefas executadas que exigem polivalência e elevado grau de qualificação que não condiz com os retornos salariais, devido ao enfraquecimento dos sindicatos.

O Brasil também tem acompanhado as tendências mundiais de transformação do trabalho em favor do capitalismo e em prejuízo do trabalhador, desde o taylorismo entre 1920 e 1930, passando pelo fordismo a partir de 1964 e intensificando as mudanças do mundo do trabalho principalmente a partir da década de 1990, quando os princípios neoliberais foram mais fortemente adotados pelo país e a abertura causou intenso impacto sobre as empresas nacionais e, conseqüentemente, sobre o mercado de trabalho, que tem apresentado tendencial crescimento do desemprego estrutural e aumento da informalidade, inclusive acelerado por iniciativas de desestruturação por meio de leis que extinguiram direitos trabalhistas e precarizaram as nossas relações de trabalho.

REFERÊNCIAS

- ANGELI, José Mario. Produção, reestruturação produtiva e educação profissional: no contexto de crise do capitalismo. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, n. 85, p. 1, jun. 2008.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- CARDOSO Jr., José Celso; POCHMANN, Márcio. *Raízes da concentração de renda no Brasil: 1930 a 2000*. Brasília, DF: IPEA; Campinas: CESIT, 2000.
- CARDOSO Jr., José Celso. *Crise e desregulação do trabalho no Brasil*. Brasília, DF: Ipeadata, 2001.
- COSTA, Orlando Teixeira da. Direito alternativo ou flexibilização. *Revista LTr*, São Paulo, v. 56, n. 7, p. 779-781, jul. 1992.
- DRUCK, Maria Graça da. *Terceirização: (des)fordizando a fábrica. Um estudo do complexo petroquímico*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- GOUNET, Thomas. *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- GUILHERMENTI, Paulo. O taylorismo e a expropriação do saber. In: *Portal do CELUNI*, Guararapes, p. 1-3, 18 abr. 2004.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

MARX, Karl. **O capital: crítica à economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1994.

PASTORE, José. **Flexibilização dos mercados de trabalho e contratação coletiva**. São Paulo: LTr, 1994. p. 96-97.

PEREIRA, Gislaine dos Santos. Reestruturação produtiva e a degradação do mundo do trabalho: um estudo de caso. **Revista de Iniciação Científica da FFC, Marília**, v. 4, n. 3, p. 117-132, 2004.

POCHMANN, M. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2001.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia do século XXI**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

VALOIS, Isabela da Silva. **O mercado de trabalho feminino na indústria cearense nos anos de 1990**. 2007. 63 f. Monografia (Graduação em Economia) – Universidade Regional do Cariri, 2007.

7

CAPÍTULO

A EDUCAÇÃO SUPERIOR E OS LIMITES ABSOLUTOS DO CAPITAL: PRECARIZAÇÃO DO TRABALHADOR QUALIFICADO E CONTRADIÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM TEMPOS DE CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

Edilvan Moraes Luna¹

Ana Paula dos Santos Brito²

1 Especialização em Metodologia e Docência do Ensino Superior pela Faculdade Vale do Salgado (FVS). Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Professor do Instituto Dom José de Educação e Ensino. Contato: edilvanmoraes@hotmail.com, (88) 9692-4125.

2 Bolsista de iniciação científica do CNPq do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Regional do Cariri (URCA). Contato: paula187eco@gmail.com, (87) 9965-471.

7.1 INTRODUÇÃO

A partir da década de 1970, observou-se nas economias capitalistas um movimento na organização socioeconômica que apontava para uma tendência de esgotamento da promessa do *welfare state* e dos “anos dourados” que se seguiram à Segunda Guerra Mundial. O esgotamento do sistema capitalista pode ser observado pelas crises que ele enfrenta e pelas estratégias empregadas na tentativa de superá-las.

As crises do sistema capitalista, a partir da década de 1970, apresentou peculiaridades que distaram das crises anteriores. As anteriores à década citada restringiam-se a esferas específicas do sistema capitalista, atingindo mercados locais, com prazos limitados e cíclicos e, por fim, com erupções e colapsos abruptos; as que se deram após a década de mencionada tiveram caráter universal, de alcance global com escala de tempo contínua e desdobramentos rastejantes, o que tornam estruturais as atuais crises do capital (MÉSZÁROS, 2002).

Na tentativa de superar as crises que ameaçam sua legitimidade, surgem formas de reestruturação produtivas que acentuam a pressão sobre a natureza, o homem e, principalmente, o operário e o trabalhador assalariado. Figura emblemática da tentativa de reestruturação produtiva é o sistema Toyota de produção. A doutrina difundida por Taiichi Ohno, criador do Sistema Toyota de Produção, se apropria tanto do físico como do subjetivo do trabalhador (ALVES, 2011). Essa dupla apropriação, apoiada em valores-fetiches, expectativas e utopias de mercado, tende a gerar pressões psicofísicas que colocam os indivíduos diante de uma situação de “subjetividade em desefetivação” (ALVES, 2011). Essa tentativa de reestruturação em tempos de crise também coloca em xeque os sonhos e esperanças dos indivíduos, principalmente dos jovens, que, experimentando a promessa do consumismo e alcançando padrões de escolaridade elevada, se veem diante de uma organização econômica incapaz de suprir seus sonhos (ALVES, 2012).

Diante do cenário de crise estrutural do capital, a educação formal, “ativo” apontado como capaz de gerar a almejada mobilidade social na organização socioeconômica capitalista, se vê desvalorizada na prática. Em um ambiente no qual a educação é valorizada simbolicamente ou, em outras palavras, em um ambiente em que reina a “apologia da aprendizagem útil para a empregabilidade” (LIMA, 2012, p. 27), o mercado não é capaz de cumprir a promessa dessa empregabilidade para todos, revelando-se, o capitalismo, uma sociedade do desperdício, já que desbarata a “futuridade de jovens altamente escolarizados, penhorando-se suas perspectivas de carreira e mobilidade social” (ALVES, 2012). Isso acentua ainda mais a precariedade do trabalho, acrescentando ao conceito de trabalhador precarizado uma nova dimensão, a que corresponde à inserção em trabalhos de baixa condição um número cada vez maior de jovens qualificados com Nível Superior de Ensino.

Nos países em desenvolvimento, a precariedade do trabalho se torna imperceptível devido ao ofuscamento causado por um valor-fetichismo da empregabilidade. Se o emprego cresce mesmo em condições precárias, ele é divulgado e celebrado como vitória de um povo, não trazendo à luz as contradições e limitações presentes no momento, confundindo o real com o existente. Enquanto o existente é estático, visão de um momento em particular, o real é um processo dinâmico e complexo (TEIXEIRA; FREDERICO, 2008). O existente da empregabilidade, portanto, esconde o processo dinâmico que compõe o mundo do trabalho contemporâneo.

É no contexto de procurar observação da realidade do trabalho e do trabalhador brasileiro que esta pesquisa pretende dar início a uma análise que tem como foco central a precariedade brasileira, especificamente, a sua face escolarizada e altamente qualificada, na busca de resposta para a seguinte pergunta: neste início de século, diante das declarações da vigência de uma nova sociedade (pós-industrial, pós-moderna, pós-fordista, sociedade da informação etc.), baseada no conhecimento e na informação, será que há espaço no mercado de trabalho brasileiro para todos aqueles que terminam um curso de graduação, espaço este que esteja à altura de sonhos e pretensões naturais em quem possui Nível Superior?

A hipótese que fundamenta a pesquisa é delineada da seguinte forma: a organização socioeconômica capitalista tende a limites absolutos; no cenário da luta de classes, dos conflitos de interesses e das relações de poder, tais limites são inaceitáveis, já que representam a perda de legitimação de um sistema que se mantém por meio de um poder simbólico calcado na promessa de bem-estar e democracia da riqueza. Embora inaceitáveis, os limites absolutos do sistema capitalista estão cada vez mais presentes, tornando as promessas legitimadoras contraditórias. Assim, em vista do sistema precário de trabalho que se está proposto a enfrentar, se na procura por manter os padrões de crescimento de uma economia, enfatiza-se o papel do conhecimento como insumo para a inovação, por outro lado, na mesma sociedade, dita do conhecimento e da informação, aqueles que alcançam níveis de escolarização mais altos, diplomas de Nível Superior, não encontram espaço no mercado de trabalho no nível de sua formação e de sonhos e pretensões. Longe de tal tendência ser justificada pela falta de competência do indivíduo, a dificuldade de jovens altamente escolarizados se enquadrarem no mercado de trabalho à altura dos sonhos que idealizaram é devida a limitações do próprio mercado, da própria economia, do próprio sistema capitalista que, por seguir a lógica da valorização do capital, age em detrimento do trabalho por ser este considerado um custo ou uma despesa. Assim restam para muitos jovens com Nível Superior empregos precários, ou seja, aqueles trabalhos: a) cuja duração e continuidade no emprego é incerto; b) direitos sociais e trabalhistas tendem a ser desrespeitados; c) baixa remuneração (1 a 2 salários mínimos, aproximadamente); d) condições

de trabalhos inadequadas; e) não se permitir a realização da ascensão social e de uma maior qualidade de vida. Os trabalhos precários são, portanto, os “trabajos que reducen de forma significativa lacapacidad del trabajador de planificar y controlar su presente y su futuro” (CANO, p. 80, p. 1996).

A pesquisa objetiva estudar o trabalho precário do brasileiro na sua dimensão escolarizada ao longo deste início de século e milênio (2000 a 2013), por ser esse período representado tanto por um crescimento da economia brasileira, marcada fortemente pela expansão do poder de consumo da classe média brasileira, como também pela expansão do Ensino Superior, envoltos, ambos, por um contexto político de despolitização da classe trabalhadora no governo do Partido dos Trabalhadores (PT) e de políticas públicas federais que, centradas no aumento do consumo da população, escondem as crises existentes no mundo do trabalho na sociedade brasileira (BRAGA, 2012).

Para alcançar o objetivo proposto anteriormente, contudo de maneira específica, serão cumpridos antes os seguintes objetivos: estudar o conceito de crise estrutural do capital presente nos trabalhos de István Mészáros, principalmente em sua obra *Para além do Capital*, além de outros autores consagrados da Sociologia e da Economia do Trabalho de forma que se obtenha subsídio teórico para reflexões acerca do mundo do trabalho contemporâneo; observar o conceito de trabalho precário, procurando captar sua complexidade e suas diferentes faces (repercussões no âmbito social, econômico, político); observar o contexto econômico e educacional do Brasil nos últimos dez anos, descrevendo a evolução de variáveis quantitativas, tais como Produto Interno Bruto (PIB), renda, emprego, expansão das Instituições de Ensino Superior (IES), dos cursos de Nível Superior, do número de concludentes de Ensino Superior; relacionar a expansão do número de concludentes do Nível Superior com o incremento da precarização do trabalho no Brasil.

Espera-se que o desenvolvimento da pesquisa possa contribuir para o debate acerca da precarização do trabalho no Brasil, apontando tanto o real como o existente, favorecendo a superação do desafio de “dar sentido ao trabalho humano, tornando a nossa vida também dotada de sentido humano e social dentro e fora do trabalho” (ANTUNES, 2009, p. 238).

7.2 A SOCIEDADE DO CONHECIMENTO E DA INFORMAÇÃO

Nas últimas décadas, de forma específica, a partir da década de 1970 e 1980, se intensificou nos meios intelectuais uma discussão que tem por base o fim da sociedade do trabalho e o advento de uma nova sociedade, a do conhecimento.

Diante do avanço tecnológico presenciado, chegou-se a conjecturar o fim do trabalho abstrato, com a substituição do trabalho humano pelo trabalho de autômatos (SCHAFF, 1990) ou até mesmo uma Computopia na Terra com sugere Masuda (KUMAR, 2006).

Tendo em vista o contexto histórico, econômico e político que alteraram as condições de vida humana nas últimas décadas, alguns autores afirmam estarmos vivendo uma nova sociedade, um novo cenário socioeconômico distinto do de duas, três décadas atrás. Esse novo cenário, ora definido como pós-moderno, ora definido como pós-industrial, para ficarmos nas duas definições mais comuns, possui um leque de distinções com seus antecessores (a sociedade moderna ou a sociedade industrial).

Dentre os eixos principais, ressaltemos aquele que é fundamental para desenvolvermos a tese do presente trabalho: o conhecimento e a informação. Esses dois conceitos, na caracterização da sociedade pós-industrial serão alçados ao status de modo de produção, matéria-prima e mercadoria. Porém, esses três status serão compreendidos pelos autores que defendem a nova sociedade como que detentora de aspectos específicos que a tornam diferente das características que possuíam os modos de produção e as mercadorias tradicionais antes do advento da Revolução Científico-Tecnológica.

Um dos primeiros intelectuais a popularizar o conceito de sociedade pós-industrial foi Daniel Bell em seu livro *O Advento da Sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social*. Nesta obra, Bell (1977) propõe separar a evolução da sociedade em três etapas: a sociedade pré-industrial, a industrial e a pós-industrial. A primeira compõe a sociedade organizada em torno da terra e da sua propriedade, sendo a produção, portanto, de tipo agrário e em moldes tradicionais a base da organização socioeconômica. A sociedade industrial, por sua vez, gira em torno da produção industrial, sendo caracterizada, principalmente, pela materialidade da mercadoria, a mensuração dos fatores de produção usados e a predominância do capital e do trabalho como fatores de produção determinantes. Na sociedade industrial a teoria do valor-trabalho possui um significativo caráter explicativo das relações sociais de produção.

Contudo, com a redução do setor industrial como motor dinâmico da economia, perdendo lugar, por sua vez, para o setor de serviços, surge uma nova sociedade pautada nas tecnologias de comunicação e informação, no conhecimento e na informação, sociedade a que Bell (1977) nomeia de pós-industrial. Essa sociedade tem como postulado o fato de que “conhecimento e informação estão se tornando os recursos estratégicos e os agentes transformadores da sociedade pós-industrial” (BELL, 1980 apud KUMAR, 2006, p. 48). O Quadro 7.1 descreve as distinções societárias segundo Bell.

Quadro 7.1 – Divisão da sociedade de acordo com Daniel Bell

	Pré-industrial	Industrial	Pós-industrial
Modo de produção	Extrativo	Fabril	Processo; reciclagem; serviços
Setor econômico	Primário Agricultura, mineração, pesca, madeira Óleo e gás	Secundário Produção de mercadorias, manufatura, produtos duráveis Produtos não duráveis, indústria de construção	Terciário Transportes Utilidades Quartanário Comércio, Finanças Seguros, Setor imobiliário Quinário Saúde, educação, pesquisa, governo, recreação
Fonte de transformação	Força natural Vento, água, tração animal, músculos humanos, matéria-prima	Energia criada Eletricidade – óleo, gás, carvão, força nuclear	Informação Computadores e sistema de transmissão de dados
Recursos estratégicos	Matéria-prima	Capital financeiro	Conhecimento
Tecnologia	Artesanato	Tecnologia maquinaria	Tecnologia intelectual
Base de competências	Trabalho artesão, manual, fazendeiro	Engenheiro, trabalhadores semiquali- ficados	Cientistas, técnicos e profissionais liberais
Metodologia	Senso comum, tentativa e erro, experiência	Empiricismo, experimentação	Teorias abstratas, modelos, simulações, teorias das decisões, sistema de análises,
Perspectiva de tempo	Orientação ao passado	Adaptações ad hoc, experimentação	Orientação para o futuro: previsão e planejamento
Design	Jogo contra a natureza	Jogo contra futuro já feito	Jogo contra futuros
Princípio axial	Tradicionalismo	Crescimento econômico	Codificação do conhecimento teórico

Tendo diante de si o cenário pós-industrial descrito anteriormente, Bell (1977) atribui uma centralidade para o fator conhecimento e informação a ponto de propor não mais uma teoria do valor-trabalho como instrumento de compreensão social, mas sim uma teoria do valor conhecimento (KUMAR, 2006).

Assim, com o setor de serviços ocupando um espaço cada vez maior na economia, como propõe Bell (1977), o autor defende a tese de que na sociedade pós-industrial há a diminuição da sindicalização operária enquanto ocorre o aumento da sindicalização de outros profissionais assalariados da classe média. Essa característica da sociedade pós-industrial é devida, vale ressaltar, à perda de espaço da indústria para o setor de serviços, criando um mercado de trabalho que demanda profissionais tais como engenheiros, economistas, publicitários e administradores, por exemplo, em detrimento de operários para a linha de montagem. Não é sem razão, portanto, que De Masi (2000, p. 35) afirma que Bell “fixa em 1956 a data do nascimento da sociedade pós-industrial, ano em que, pela primeira vez nos Estados Unidos, os trabalhadores da área administrativa superaram em termos numéricos os da área da produção”.

Essa nova configuração social, muda, no entender de Bell (1977), as relações entre classes sociais, de maneira que o conflito de classes deixa de ser entre operários e capitalistas para ser entre os que detêm conhecimento e os que não o detêm. Nesta nova sociedade, pelo fato de o saber deter uma centralidade, o conhecimento, a informação, a ciência se tornam base de novas relações de poder, diferindo da sociedade industrial em que as relações de poder se centravam na posse da propriedade privada.

Além de Bell, Alain Touraine também teorizou a sociedade de sua época, preferindo defini-la como sociedade programada. Como a sociedade pós-industrial de Bell, a sociedade programada de Touraine (2008) também tem no conhecimento a força motriz da economia contemporânea e os vínculos sociais são desenvolvidos por meio de redes de comunicação, em um cenário em que os bens materiais dão lugar a bens de conhecimento e culturais. Para o autor,

o caráter mais geral da sociedade programada é o facto de as decisões e os combates económicos já não possuírem, nessa sociedade, a autonomia e a centralização que tinham num tipo anterior de sociedade, definido pelo seu esforço de acumulação e de recolha antecipada de lucros sobre o trabalho directamente produtivo (TOURAINÉ, 1970, p. 9).

7.3 A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO E DA INFORMAÇÃO

Após a Segunda Guerra Mundial as economias capitalistas dão um longo passo em direção à recuperação de suas economias. Essa marcha será marcada tanto pelo crescimento econômico como pela construção de um sistema de pro-

teção e seguridade social comandado pelo Estado. Desta forma, de 1947 a 1973, “os países desenvolvidos viveram uma fase conhecida como anos dourados, com alto crescimento econômico, estabilidade monetária, pleno emprego e redução das desigualdades sociais” (POCHMANN, 2008, p. 54). Durante os “anos dourados” os Estados Unidos da América desempenharam papel de liderança mundial, já que durante toda a Segunda Guerra Mundial, embora tenham entrado em combate, não experimentaram a destruição que o território europeu havia vivenciado. Com uma posição bem melhor do que a Europa no pós-guerra, os Estados Unidos passaram a financiar a recuperação da Europa e do Japão, conseguindo o que, no entender de Arrighi (1996), nenhum outro país conseguiu até então, transformar grande parte da sua dívida externa em ativos.

Contudo, ao longo dos anos dourados, os padrões de crescimento econômico e de seguridade do *welfare state* apontavam contradições e limitações que acenavam para o esgotamento de um modelo de organização social que por longos anos se concentrou na volta de padrões tecnológicos fordistas com uma estrutura social rígida, tendo no setor industrial o sinônimo de progresso.

Como exemplo das contradições e limitações presentes nos anos de recuperação pós-guerra da economia global, tem-se o seguinte: as próprias limitações da exploração a força de trabalho impostas pela própria constituição do *welfare state* (ALVES, 2011); o acirramento da concorrência nos mercados globais, por volta da década de 1960, proveniente da recuperação da Europa e do Japão e da entrada de países do Terceiro Mundo no cenário industrial por meio de suas políticas de substituição de importação e o movimento das empresas multinacionais em direção a condições empresariais mais favoráveis (ALVES, 2011); o agravamento de problemas de natureza socioeconômica que atingiam o coração do capitalismo pós-guerra, como nos Estados Unidos, por exemplo; o agravamento dos “problemas fiscais decorrentes, por um lado, da queda da produtividade e da lucratividade, por outro, do combate à pobreza e da guerra do Vietnã” (ALVES, 2011, p. 13) que só seriam tratados à custa da aceleração da inflação; e a crescente importância das finanças em detrimento da economia real, com mudanças de direção das poupanças, saindo dos investimentos em direção a especulação (NEFFA, 2010).

Os limites que surgem nas economias globais para manter suas taxas de crescimento e bem-estar crescentes se fazem sentir de forma intensa a partir da crise de 1973. Crise esta vista por Mészáros (2002) como o início das crises estruturais do capital. É neste cenário que foram adotadas as ações intervencionistas que geraram impactos significativos no mundo do trabalho. As principais ações intervencionistas adotadas foram a introdução progressiva do capital privado nas empresas estatais de serviços públicos como um passo em direção à privatização; o incremento das tarifas de serviços públicos para reduzir, assim, os subsídios e a

penetração da lógica mercantil no funcionamento das instituições de seguridade social; a atração de investimentos estrangeiros diretos; a redução de barreiras aduaneiras para obtenção de acesso aos mercados exteriores, o que acirra a competição não só entre firmas, mas entre nações; o desregulamento dos mercados para estimular a competência; o aumento das taxas de juros para frear o consumo e estimular a poupança e os investimentos das famílias; maior controle dos gastos públicos sociais para reduzir o *deficit* fiscal, considerado como causador de inflação; a moderação nos aumentos de salário para compensar a inflação, ficando eles abaixo do incremento da produtividade; e o freio à demanda para aumentar as taxas de investimento (NEFFA, 2010).

Estas medidas ao invés de superarem os limites absolutos do capital (MÉSZÁROS, 2007) tendem a intensificá-los já que se as reformas nas relações de produção vencem os obstáculos em curto prazo para a acumulação de capital, em longo prazo os limites são de ordem socioeconômica e se relacionam à própria constituição do sistema do capital que, em busca de maiores retornos, termina por gerar pressões sobre o ecossistema e sobre o homem em seu trabalho. A lógica do capital, centrada em torno de variáveis quantitativas possui seus limites, pois, como observou Mézáros (2007, p. 250-251):

a verdade da questão é que a quantificação auto-orientada não pode, na realidade, sustentar-se de maneira alguma como uma forma de estratégia produtivamente viável mesmo no curto prazo. Pois é parcial e míope (senão inteiramente cega), preocupada apenas com as quantidades correspondentes aos obstáculos imediatos que impedem a realização de uma dada tarefa produtiva, mas não com os *limites estruturais* necessariamente associados ao próprio empreendimento socioeconômico que – quer se saiba ou não – decide tudo em última instância (grifo nosso).

Tanto as pressões sobre o ecossistema como sobre o mundo do trabalho apontam como limites a expansão da lógica capitalista. Ambas as pressões merecem atenção detalhada, contudo por questões metodológicas a serem explicadas posteriormente, limitamo-nos aqui a estudar as pressões sobre o mundo do trabalho, principalmente a sua forma mais perversa sentida na forma da precarização do trabalho.

No sistema do capital, a geração de lucro surge a partir da exploração do trabalho vivo que, por transformá-lo em um fator de produção e submetê-lo a condições técnicas, termina por pressionar tanto o físico como o subjetivo do trabalhador (HARVEY, 2005; ALVES, 2011). É neste ponto que as observações de Harvey (2005, p. 131) de que “um maior padrão material de vida para o trabalhador não é necessariamente incompatível com um aumento da taxa de exploração”, desmistifica a visão de autores que, por verem na contemporaneidade uma sociedade da informação e do conhecimento e, portanto, capaz de tornar o

trabalho atrativo e melhor, distante do cenário do trabalho industrial do século XIX descrito por Engels (2010) e Thompson (1997), escondem a importância do trabalho como categoria sociológica fundante do ser social (LUKÁCS, 2010), chegando ao ponto de substituírem a teoria do valor-trabalho por uma teoria do valor-conhecimento (BELL, 1977).

É a partir do conhecimento como nova categoria determinista das relações socioeconômicas que se desenvolverá um fetiche sobre a sociedade do conhecimento. A intenção aqui não consiste em uma tentativa de eliminar a importância e os impactos das tecnologias de comunicação e informação nas relações socioeconômicas, mas sim observar a hipótese de que por trás da exaltação da sociedade da informação – recorde-se a computopia na terra de Masuda (KUMAR, 2006) ou as previsões de Schaff (1990) – e do fim do proletariado, esconde-se a exploração e a precarização do trabalho, pois “o que se vê não é o fim do trabalho, e sim a retomada de níveis explosivos de exploração do trabalho, de intensificação do tempo e do ritmo de trabalho. Vale lembrar que a jornada pode até reduzir-se, enquanto o ritmo se intensifica” (ANTUNES, p. 202).

Assim, a precarização do trabalho, escondida por trás da exaltação do crescimento econômico impulsionado pelas inovações, estas filhas da sociedade do conhecimento e da informação, desponta como uma das faces mais intensas da pressão do sistema do capitalismo sobre o trabalho e a vida humana, pois, embora o conceito de precarização ainda esteja longe de um consenso, pode ser entendido por uma perspectiva social mais ampla, já que as pessoas terminam por ter “un tipo de empleo que no le permite consolidar un estatus o un nivel de vida, una profesión, una estabilidad que permita planificar el futuro” (ALÓS, 1988 apud CANO, 1996, p. 80).

O trabalho precário pode ser entendido assim: a relações de trabalho: a) cuja duração e continuidade no emprego são incertas; b) direitos sociais e trabalhistas tendem a ser desrespeitados; c) baixa remuneração; d) condições de trabalho inadequadas. Essas condições de trabalho pressionam a qualidade de vida do trabalhador no seu lugar de trabalho; no contexto mais amplo e complexo da vida, está o trabalhador inserido em um contexto sociocultural que estabelece padrões mínimos (embora de custos altos) de consumo como forma de bem-estar e de inserção social. Vê-se ainda a incapacidade de obtenção de uma renda capaz de suprir seus anseios. Tudo isso termina conduzindo o trabalhador tanto para o esgotamento físico – aqueles que trabalham em mais de um posto de trabalho para incrementar a renda – como psicológico, que Giovanni Alves observa como um processo no qual se tem a “subjetividade em desefetivação”, expressa, fortemente, por exemplo, “pelo surto de estresse que atinge a civilização do capital” (ALVES, 2011, p. 152). É desta forma que se a precarização do trabalho como limite e sinal das contradições da lógica da sociedade do capital está cada vez

mais notória que o sonho do bem-estar promovido pelo capitalismo, não se encontra mais tão próximo e evidente como se imaginava. E isso se acentua ainda mais, quando se inserem na fileira dos trabalhadores precários jovens altamente escolarizados, com Nível Superior que, por estarem na “sociedade da informação”, deveriam ser os agentes principais dessa sociedade. Terminam, no entanto, diante de trabalhos precários, não por culpa própria, mas, pela incapacidade do mercado de gerar trabalho à altura das pretensões e dos sonhos que almejam e que correspondem à ideia tão bem valorizada pela mesma sociedade da informação. Em outras palavras, a contradição se acha no fato de que em uma sociedade onde a inovação e, por conseguinte, a informação são os arautos do desenvolvimento econômico, da geração de emprego, renda e, principalmente, qualidade de vida, os agentes, mesmo possuidores de alta escolaridade, não encontram nela espaço nenhum.

Desta forma, tanto o conceito de precariedade se estende, não se limitando apenas à noção comum de os mais precários postos de trabalhos ficarem para os que não se qualificam, como revela o fetiche da sociedade da informação e as contradições do sistema do capital. Corrobora-se, nesse caso, a afirmação de Mészáros (2002) de que estamos a presenciar as crises estruturais do capital e que podemos estar caminhando para um sociometabolismo da barbárie, caracterizado por “suas tendências [do capitalismo] destrutivas e por seu companheiro natural, o desperdício catastrófico” (MÉSZÁROS, 2003, p. 45).

Diante do exposto, trazendo a análise para o Brasil, a exposição de Mészáros (2003) sobre o caráter destrutivo e de desperdiçador catastrófico do sistema do capital é observável na precarização do trabalho no Brasil. Essa precarização adota várias faces no cenário brasileiro, atingindo diferentes parcelas da população em menor ou maior grau de intensidade. Assim, para uma sociedade na qual o trabalho compõe a base da pirâmide social (POCHMANN, 2012), a precarização do trabalho se encontra, por exemplo, em proporção significativa, nos trabalhos terceirizados e nos trabalhos com contratos temporários (POCHMANN, 2012), na forma “louvável” do empreendedorismo (VASAPOLLO, 2005), na feminização do trabalho (NOGUEIRA, 2004) ou, como já abordado, mesmo nos setores mais informatizados da economia (WOLFF & CAVALCANTE, 2006). São relações de trabalho precárias que, na linha de pensamento de Mészáros (2003), destroem e desperdiçam tanto força física como sonhos (ALVES, 2011), pois em um país que desde os anos 2000 “aponta para a constituição de um novo modelo de desenvolvimento, que procura combinar de maneira favorável os avanços econômicos com os progressos sociais (POCHMANN, 2012, p. 31), sobre a sombra do crescimento econômico se encontra, por exemplo: baixa remuneração, não mais de 1,5 salário mínimo mensal no setor primário e autônomo; trabalho temporário, no Brasil, em 2009, observou-se que “os micro e pequenos empreendimentos

registram 13,3% de seus empregados com contrato de trabalho inferior a três meses de tempo de serviço”, enquanto “as grandes empresas apresentavam somente 8% do total de seus ocupados nessa condição de emprego temporário”. Tais porcentagens em um contexto em que do total de 4,3 milhões de postos de trabalho na condição de curta duração, 47,5% pertencem à micro e pequenas empresas (estabelecimentos com até 49 funcionários; trabalho terceirizado formal, que, no país, entre 1985 e 1995, cresceu a uma média de 9% seguida do crescimento das empresas de terceirização a média de 22,5% ao ano, enquanto que entre 1996 e 2010 foi de 13,1%, seguido pela média anual para o crescimento das empresas de terceirização: 12,4%).

A esses pontos, acrescenta-se a situação dos que possuem maior escolaridade, principalmente, os que possuem diplomas de Nível Superior. Embora um diploma repercuta fortemente no rendimento salarial, tem-se que observar que um diploma em si não é garantia de empregabilidade, nem de empregabilidade em setores não precários. Como bem observa Pochmann (2012, p. 36):

Na década de 2000, quase 85% do total das vagas abertas destinavam-se a trabalhadores de salário de base com escolaridade equivalente ao Ensino Médio, ao passo que aos ocupados que possuíam Ensino Superior restou uma parcela bem menor do total dos postos de trabalho. Nos anos 1990, as vagas abertas aos trabalhadores de salário de base com Ensino Médio representaram 68,3% do total; para o Ensino Superior, menos de 5%.

Ou, como reporta Alves (2012):

no decorrer da década de 2000, o desemprego aumentou significativamente entre aqueles com mais de 11 anos de estudos (36,82% em 2002, 39,84% em 2003; 43,16% em 2004; 46,19% em 2005; 47,81% em 2006; 50,70% em 2007; 52,92 em 2008; e 56,46% em 2009, segundo dados do IBGE/PME), com leve decréscimo daqueles com 18 a 24 anos (1,5% entre 2002 e 2009) e um pequeno crescimento entre aqueles 25 a 49 anos (2,4% entre 2002 e 2009).

Tudo isso em um contexto em que o número de universitários cresceu significativamente, “segundo dados do Censo da Educação Superior, de 2001 a 2011, o crescimento de universitários no País foi de 110%” (ALVES, 2012). Se em um primeiro momento a economia pode se beneficiar da expansão da mão de obra cada vez mais qualificada, por outro lado a expansão do Ensino Superior em um contexto socioeconômico em que o setor de serviços comerciais (responsável por absorver 8,5 milhões do assalariado em 2011) é predominante e no qual o paradigma empresarial dominante é o de poupador de mão de obra (salário é custo ou despesa, portanto deve ser reduzido ao máximo sem afetar a produtividade). A propagada ideia de que educação pode tudo, até mesmo romper com a desigualda-

de socioeconômica, se encontra obstaculizada pela incapacidade das economias de absorverem a mão de obra qualificada que cresce a cada ano, o que enfatiza ainda mais os limites absolutos do sistema do capital, como já exposto anteriormente.

Além do mais, para realçar o caráter da nova precariedade, aquele altamente escolarizado com relações de trabalho precárias, recordemos as observações de Bourdieu (2007) sobre a inflação de diplomas: os diplomas se desvalorizam em função de o número crescente de portadores de diplomas ser mais rápido do que o crescimento da quantidade de cargos para os quais são destinados os diplomas. A perda de valor dos diplomas aquece a procura de níveis educacionais cada vez mais altos, freando a mobilidade social. Como apontou Peugny (2009), conforme aumentam as credenciais, aumenta o perigo de mobilidade descendente no futuro.

Assim, a figura do novo precariado (ALVES, 2012) deixa transparecer questionamentos acerca dos limites da Educação Superior como elemento de mobilidade socioeconômica ascendente (PEUGNY, 2009), além de evidenciar os limites da sociedade do capital (MÉSZÁROS, 2002), trazendo à luz as relações de trabalho precário contemporâneo existente em pleno tempo da “sociedade da informação e do conhecimento”.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. **A educação do precariado**. 17 dez. 2012. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2012/12/17/a-educacao-do-precariado/>>. Acesso em: 31 ago. 2013.
- _____. **Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ANTUNES, Ricardo Luiz Coutro. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed.. São Paulo: Boitempo, 2009.
- _____. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Org.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX: Dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BELL, D. **O advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social**. São Paulo: Editora Cultrix, 1977.
- BOURDIEU, Pierre. Classificação, desclassificação, reclassificação. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). **Escritos de educação**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- CANO, Ernest Cano. El trabajo precario: concepto y dimensiones. In: LA ROCA, Francesc; Sánchez, Amat (Ed.). **Economía Crítica: trabajo y medio ambiente**. València: Universitat de València, 1996. p. 79-92.

- DE MASI, Domenico (Org.). **A Sociedade Pós-Industrial**. 3. ed. São Paulo: Senac, São Paulo, 2000.
- ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- KUMAR, Krishnan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- LIMA, Lício C. **Aprender para ganhar, conhecer para competir: sobre a subordinação da educação na “sociedade da aprendizagem”**. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 41.).
- LUKÁCS, György. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. **O século XXI: socialismo ou barbárie**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Campinas: Unicamp; São Paulo: Boitempo, 2002.
- NEFFA, Julio César. **Naturaleza y significación del trabajo/empleo precario**. In: BUSSO, Mariana; PÉREZ, Pablo (Coord.). **La corrosión del trabajo: estudios sobre informalidad y precariedad laboral**. Buenos Aires: Miño y Dávila: CEIL-PIETTE, 2010. p. 17-50.
- NOGUEIRA, C. M. **A feminização do mundo do trabalho**. Campinas: Autores Associados, 2004.
- PEUGNY, Camille. **Le déclassé**. Paris: Grasset & Fasquelle, 2009.
- POCHMANN, Marcio. **Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. **O emprego no desenvolvimento da nação**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- SCHAFF, A. **Sociedade informática**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- TEIXEIRA, Francisco; FREDERICO, Celso. **Marx no século XXI**. São Paulo: Cortez, 2009.
- THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa I: a árvore da liberdade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- TOURAINÉ, A. **Crítica da Modernidade**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- TOURAINÉ, Alain. **A sociedade post-industrial**. Lisboa: Moraes editores, 1970.
- VASAPOLLO, Luciano. **O trabalho atípico e a precariedade**. São Paulo, Expressão Popular, 2005.
- WOLFF, Simone; CAVALCANTE, Sávio. **O mundo virtual e reificado das telecomunicações: o caso SERCOMTEL**. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. cap. 13.

8

CAPÍTULO

ECONOMIA DE COMUNHÃO: UM ESTUDO NA PERSPECTIVA DE RETOMADA DO DEBATE ÉTICO NA ECONOMIA

Francisco Rafael Félix de Sousa¹

Pedro Ferreira Barros²

8.1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento capitalista enfrenta crises na atualidade por tratar-se de um sistema que tem por base o aumento constante da rentabilidade econômica e da competitividade nos mercados, desprezando os aspectos sociais. A organiza-

1 Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Contato: rafa.sal.jesus@hotmail.com, (88) 8823 6507.

2 Professor Adjunto do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri (URCA). Mestre em Sociologia e doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Contato: pf_barros@ymail.com, (88) 3511-3610.

ção democrática da sociedade faz surgir também movimentos sociais e políticos que entram em contradição com os princípios utilitarista e individualista provenientes do capitalismo. Por razões de necessidade, iniciativas alternativas de organização do trabalho ou de gestão visam a garantir a subsistência e melhor qualidade de vida às pessoas afetadas pelos rumos que foram tomados pelas nações das quais fazem parte.

Dentre as propostas alternativas, a Economia de Comunhão, ou, como é mais popularmente chamada, EdC, surge com a finalidade principal de luta contra a miséria como um meio para construção de um mundo mais justo e mais fraterno, objetivando contribuir para a edificação de um sistema econômico e de uma sociedade de comunhão sob a inspiração dos princípios cristãos. Estes princípios são defendidos por um movimento ligado à Igreja Católica conhecido como Movimento dos Focolares³ (MF). Os focolares se constituem em um movimento ecumênico, de inspiração cristã, aberto ao diálogo e à parceria com aqueles que, mesmo não professando uma fé, querem construir a unidade, o Mundo Unido, a fraternidade universal.

Para autores como Sen (1999) a economia nasce de duas vertentes: a engenharia e a ética. Em busca de uma ciência mais “neutra”, as Ciências Econômicas foram esquecendo cada vez mais a segunda vertente como se a omissão dos valores extinguisse a sua existência. Já a Economia de Comunhão surge embasada em uma proposta espiritual, podendo ser considerada como uma proposta que privilegia a questão dos valores e da ética nas escolhas econômicas.

Os sujeitos produtivos da EdC são empresários, trabalhadores, até mesmo clientes e fornecedores, e demais agentes empresariais, que buscam inspiração em princípios fundamentados em uma cultura diferente da prática e da teoria econômica vigente. Essa cultura pode ser definida como “cultura do dar” em antítese a “cultura do ter”.

O dar econômico é a expressão do “dar-se” no sentido de “ser”. Em outras palavras, revela uma concepção antropológica que não é individualista e nem coletivista, mas de comunhão. A “cultura do dar” não se confunde com filantropia nem com assistencialismo, ambas, virtudes da abordagem individualista.

Considerando que a essência da pessoa é estar em comunhão, a EdC se caracteriza como cultura de comunhão. As empresas são a espinha dorsal do projeto. Estas são empresas inseridas no mercado, que adotam as formas jurídicas comuns, mas que, por decisão livre dos seus titulares, se propõem destinar os seus lucros de acordo com critérios ditados pelo bem comum.

3 Movimento dos Focolares (do italiano: *focolare* = fogo-lareira, lar).

Bruni (2011b) argumenta que essa nova cultura de comunhão é para ser uma nova ordem econômico-social que repensa e liga duas realidades hoje opostas no capitalismo: a empresa e a pobreza. Nesse sentido, uma economia que mostra o perfil da comunhão e, portanto, uma economia com perfil realmente humano.

Assim, diante dessa nova economia, nos propomos a este estudo, buscando compreender a sua forma de inserção entre as abordagens teóricas das Ciências Econômicas, relevando a sua vertente ética. Posto isso, procuramos estudar a fundamentação dessa proposta, princípios ético-filosóficos e fundamentos social e econômico, bem como o contexto de seu surgimento, com o intuito de apreender a EdC enquanto práxis e retomada do debate ético na economia.

8.2 UMA QUESTÃO PARA A ATUALIDADE

O sistema econômico vigente, orientado cada vez mais para a produção de riquezas, tem sido apresentado como produtor e reproduzidor da desigualdade social. A pobreza e a miséria são, portanto, consequências da concentração da riqueza nas mãos de alguns, enquanto a maioria não consegue satisfazer adequadamente suas necessidades básicas. Nesse sentido, a pobreza está para além da insuficiência de renda e engloba outros aspectos, como a falta de acesso aos alimentos, à moradia, à proteção, à saúde e à educação.

Os desequilíbrios da concentração de renda entre países e entre classes sociais, principalmente nos países periféricos, permanecem como um dos grandes problemas da atualidade. As instituições econômicas, sociais, políticas e culturais que foram concebidas nesse sistema reproduzem a desigualdade social e muitas vezes se amparam em um arcabouço teórico-econômico, trazendo modelos de desenvolvimento que reduzem a complexidade das escolhas econômicas, desconsiderando o debate ético.

Também o processo de globalização nesse contexto capitalista que o mundo vem vivenciando faz com que os mercados se tornem altamente competitivos de forma que podem comprometer a sobrevivência de produtores pequenos que não possuem capitais suficientes para manter-se. Segundo Sposati (1997), o processo de globalização dos mercados consiste na disseminação de ideias neoliberais que têm, entre outros objetivos, o da unificação do capital. O processo de globalização tem acarretado sérios problemas sociais e econômicos, principalmente para os países que buscam o desenvolvimento como é o caso do Brasil.

No Brasil as consequências desse novo paradigma já podem ser notadas. Trata-se dos vários desempregados que o país possui. Eles estão desempregados porque não tiveram oportunidade de se inserir no mercado de trabalho ou foram expulsos deste por não terem a capacitação desejada. Esses são alguns dos

entraves para o desenvolvimento que, segundo Bertucci et al. (2010), está em crise. Afirmam eles:

A expansão da atual concepção de desenvolvimento, compreendido como crescimento econômico se tem início, a partir da metade do século XX, após a Segunda Guerra Mundial, quando foi criado um clima favorável ao chamado “desenvolvimentismo”, cujo carro-chefe era formado pela industrialização e urbanização. O crescimento da economia, medido pelo aumento da produtividade e da produção de riquezas, pela ampliação da capacidade de consumo nas cidades e pela modernização tecnológica, na produção e nos bens de consumo, virou sinônimo de desenvolvimento (BERTUCCI et al., 2010, p. 11).

No entanto, os indicadores econômicos e sociais marcam as fronteiras da pobreza e da riqueza entre continentes, países e suas populações. Os modelos de desenvolvimento capitalista hoje enfrentam crises, pois se trata de modelos que têm por base o aumento constante da rentabilidade econômica e da competitividade nos mercados, desprezando os aspectos sociais e fragmentando a relação economia-sociedade.⁴ Sendo assim, os debates teóricos e políticos em torno da dialética econômico-social se subdividem

em dois “partidos”: os que concebem o campo econômico e os mercados, como construtores do campo social, e os que, ao contrário, consideram o campo econômico em conflito endêmico com o social. A tradição da economia política liberal está incluída no primeiro partido, enquanto a tradição sociológica no segundo. Os teóricos da economia liberal (desde Adam Smith, no passado, a Amartya Sen, na atualidade) consideram o mercado expressão da sociedade civil; o desenvolvimento econômico, indicador do desenvolvimento social; a liberdade econômica, pré-requisito de outras liberdades. [...] No lado oposto a essa primeira tradição, encontramos autores que consideram os campos econômico e social realidades conflitantes entre si. Essa tradição, que conta entre seus expoentes autores muito diferentes entre si, como Marx e Polanyi, Weber e Simmel, considera a esfera econômica regida por princípios substancialmente em conflito com os princípios que regem a esfera social (BRUNI, 2011a, p. 16-17).

Em diversos países, em períodos iguais ou distintos, na maioria dos casos, por razões de necessidade, iniciativas alternativas de organização do trabalho ou de ges-

4 A visão da relação economia-sociedade típica da Economia de Comunhão (EdC) alinha-se com a tradição da chamada economia civil, tradição essa que aprofunda suas raízes no pensamento clássico, no período medieval cristão e no humanismo civil italiano (especialmente na escola napolitana do século XVIII, de Antonio Genovesi) e age, por conseguinte, a partir de uma perspectiva radicalmente diferenciada das duas visões hoje predominantes. A ideia central é olhar a experiência da sociabilidade humana e da reciprocidade dentro da vida econômica normal; nem ao lado, nem antes nem depois. Ela afirma que os princípios outros, que não o lucro e a troca instrumental, podem – querendo – encontrar espaço dentro da atividade econômica.

tão procuram garantir a subsistência e melhor qualidade de vida às pessoas negativamente afetadas pelos rumos que foram tomando as nações de que fazem parte.

Com isso é possível pensar em outras possibilidades de organização da economia que não seja orientada pela ganância, pela sede de lucros que vão sendo acumulados e geram desigualdade. Ainda segundo Bruni (2002, p. 47),

Muito embora o individualismo da ciência econômica tenha sobrevivido e saído fortalecido de todo gênero de crítica, um número sempre crescente de economistas está insatisfeito com essa orientação da teoria econômica predominante, porque houve uma tomada de consciência do fato que ter expulsado da economia a dimensão relacional impede a compreensão de muitas realidades e comportamentos econômicos.

É possível, então, repensar a economia a partir de outros valores – da justiça, da igualdade, da solidariedade. E esse não é só um convite de grupos de cristãos católicos, por exemplo, mas algo que vem sendo defendido por autores das Ciências Econômicas, como Amartya Sen (1999). A economia, assim, pode ser também geradora de igualdades, desde que seja orientada pela justiça social, que significa a partilha justa dos bens e recursos que possam satisfazer as necessidades de todos e não apenas de alguns.

A economia pode ser uma alternativa de geração de emprego e renda para as pessoas que acreditarem neste novo modo de vê-la. Diante de um mercado globalizado, altamente competitivo e individualista surge uma economia que coloca o homem no centro do processo, constituindo unidades produtivas alicerçadas na comunhão e na solidariedade.

É nesse cenário que se apresenta a EdC: ela tenciona promover uma visão do agir econômico como compromisso para a promoção integral das pessoas e da sociedade, por meio de ações e comportamentos inspirados na fraternidade. A EdC é uma variante da Economia Social e da Economia Solidária. É um movimento que promove alternativas às tradicionais relações econômicas, considerando a pessoa e o seu crescimento no centro da economia.

A EdC é uma proposta de geração de riqueza dentro do sistema capitalista. Ainda não é amplamente conhecida por todos: no entanto, para aqueles que têm contato com ela, ocorre uma curiosidade e uma admiração por esta via que prevê um modo mais justo e fraterno de ampliação da oferta de bens e serviços. Desde o seu nascimento, em 1991, por ocasião de uma visita a São Paulo pela sua idealizadora Chiara Lubich, esta nova economia tem aumentado o número de adeptos (empresários, empresas, associações, instituições econômicas, intelectuais, estudantes, trabalhadores, consumidores, simpatizantes, pobres, ricos e muitos outros). Mas como surgiu essa novidade? Que ideal motivou esse novo jeito de ver e fazer a economia?

A seguir, apresentaremos de forma um tanto breve a gênese e o desenvolvimento da proposta da EdC, procurando fazer esta identificação descritiva sem descuidar de conferir ao relato o necessário aprofundamento para que o leitor possa compreender a sua essência como uma nova cultura econômica.

8.3 ECONOMIA DE COMUNHÃO: HISTÓRIA E PROFECIA

A EdC é fruto da inspiração da sua fundadora Chiara Lubich (1920-2008), uma italiana idealizadora de um carisma, o Movimento dos Focolares (MF), que nasceu em Trento, na Itália, em 1943, em meio à Segunda Guerra Mundial. Em reuniões à beira de fogueiras com suas amigas adolescentes em um cenário de destruição provocado por bombardeios, Chiara teve a intuição “sobre quem é verdadeiramente Deus: é Amor” (LUBICH, 2000, p. 37). Diante dessa intuição ela assumiu que, postas em prática, as palavras do Evangelho provocariam uma revolução.

Ali mesmo começaram a fazer o que podiam. Preocupavam-se em ajudar o próximo, encontrando refúgio para os desabrigados, alimentos para quem tinha fome, preocupando-se sempre com os mais necessitados, fazendo comunhão de bens a fim de minimizar os efeitos sobre as pessoas das consequências da guerra.

Assim, é possível perceber claramente na origem do Movimento dos Focolares seu cunho religioso e social. Em 1962 o Movimento foi aprovado pela Igreja Católica,⁵ com o nome oficial de Obra de Maria e em 1967 já era responsável por mil obras sociais no mundo. Apesar de ser um movimento católico, participam dele pessoas de diversas denominações, inclusive pessoas sem vínculos religiosos, mas todas ligadas ao propósito de construir um mundo unido e fraterno. Assim o diálogo interreligioso também é um traço fundamental do movimento. No Movimento existem pessoas das mais diversas crenças e convicções. Há judeus, muçulmanos, budistas, hinduístas, ortodoxos e muitos outros que resolveram viver essa cultura da partilha e da unidade. Há também pessoas sem convicção religiosa, os chamados ateus, que lutam junto ao movimento por um mundo de mais solidariedade, justiça e paz.

Espalhando-se pelo mundo, o MF chegou ao Brasil, em 1958. Já no ano seguinte dois centros de formação foram abertos no Recife e logo o movimento se espalhou por todo o país. Atualmente no Brasil há em torno de 55 bases do Movimento, estando ele presente em quase todas as capitais brasileiras. A sede do movimento no Brasil fica em São Paulo, na cidade-modelo (ou cidade-testemunho)

5 Em 1962 acontece a primeira aprovação pontifícia *ad experimentum*. O papa João XXIII reconhece o Movimento com o nome de Obra de Maria. Disponível em: <<http://www.focolare.org/pt/movimento-dei-focolari/storia/>>. Acesso em: 27 maio 2013.

Mariápolis Ginetta,⁶ na região de Vargem Grande Paulista, no estado de São Paulo. Há ainda outras duas Mariápolis no País, a Mariápolis Glória em Benevides, no Pará e a Mariápolis Santa Maria em Igarassu, em Pernambuco. Hoje, de acordo com o site oficial, o Movimento conta com mais de 2,2 milhões de adeptos entre membros e simpatizantes espalhados por 182 países em todo o mundo.

O MF possui uma estreita ligação com o social. Frequentemente o movimento se reúne para discutir assuntos ligados ao social com o intuito de fazer brotar novas ideias para tentar minimizar as barreiras sociais. Surgidas nessa área, existem pessoas das mais diversas profissões as quais colocam suas capacidades intelectuais a serviço da organização e de todos, afinal, o objetivo principal dos Focolares é divulgar a partilha em todas as suas dimensões. Com isso, sociólogos, economistas, empresários e muitos outros profissionais discutem questões e apresentam ideias para solução de problemas mundiais e locais.

No campo econômico, o grande projeto deste Movimento é sem dúvida a Economia de Comunhão. Uma iniciativa desafiadora diante da realidade econômica do Brasil e do mundo. A EdC, versão empresarial e econômica do Movimento, surgiu no Brasil em 1991. A ideia central é a criação de empresas dirigidas por pessoas éticas, honestas e competentes, que se disponham livremente a partilhar parte dos lucros a serviço do bem comum.

É interessante saber, de forma mais precisa, como brota a ideia de EdC. A esse respeito Chiara Lubich narra que enquanto atravessava a cidade de São Paulo para chegar à comunidade do movimento, foi vendo de um lado prédios imensos e luxuosos e, do outro, um subúrbio e uma pobreza alarmante.

Aqui existe carência, sobretudo de amor verdadeiro e autêntico, especialmente se pensarmos na “coroa e espinhos” (como o cardeal de São Paulo, D. Evaristo Arns, fala do cinturão de pobreza e miséria da periferia), coroa que circunda a cidade repleta de arranha-céus. É o grande problema destas terras em via de desenvolvimento, um dos maiores problemas de nosso Planeta, pelo qual nós poderemos fazer muito pouco. Mas Deus Pai pode cuidar da solução. E também pela nossa fé de filhos seus (LUBICH, 1991 apud QUARTANA, 1992, p. 15).

Isso fez com que ela pensasse em como o movimento poderia ajudar para minimizar e, quem sabe, extinguir essa desigualdade no Brasil e no mundo.

6 As cidades-testemunho – Mariápolis permanentes – do Movimento dos Focolares são “laboratórios de uma pequena cidade”, cuja lei fundamental é o Mandamento Novo de Jesus, o amor mútuo vivido entre todos. Elas contêm todas as expressões da vida: trabalho, estudo, oração etc. Desejam ser o esboço de uma “sociedade nova”, totalmente renovada pelo evangelho. Hoje existem trinta e três delas nos cinco continentes.

Recorremos ao relato de Quartana (1992) para conhecer o pensamento de Chiara a fim de saber como se dá a inspiração para idealizar a Economia de Comunhão:

Em 1900 São Paulo era uma cidade pequena. Agora é uma Floresta de arranha-céus. É grande o poder do capital nas mãos de alguns e tamanha é a exploração dos outros. E pergunto: mas por que este poderio todo não se orienta para a solução dos imensos problemas do Brasil? Porque falta amor ao irmão; o que domina é o interesse, o egoísmo [...]. Que caricatura é o mundo sem Jesus (LUBICH, 1991 apud QUARTANA, 1992, p. 15).

Diante da conjuntura de pobreza, que naquela época já assolava o cenário mundial, e motivada pela cena de enorme desigualdade social presenciada de modo pessoal e específico em São Paulo, a italiana Chiara Lubich, inconformada, decidiu lançar um projeto com o objetivo de colaborar para a diminuição das desigualdades sociais e a erradicação da miséria. Esse projeto denominado Economia de Comunhão foi lançado em 29 de maio de 1991 na sede do Movimento no Brasil, em São Paulo.

Compreende-se que esse projeto tenha nascido justamente no Brasil devido às desigualdades que este país possui. A conjuntura econômico-social que sofria e sofre ainda hoje com uma intensa desigualdade social, tendo muito poucos ricos e milhares ou até milhões de pessoas muito pobres, corroborou a criação da EdC. O projeto Economia de Comunhão na Liberdade,⁷ como também ficou conhecido inicialmente, consistiu na ideia de criar uma rede social que envolve essas empresas que destinassem parte do lucro aos pobres, relacionando a atividade econômica à promoção da fraternidade entre os homens.

A inspiração da italiana é então objetivada na forma de intervenção econômica por meio da criação e do gerenciamento de empresas também capitalistas, mas diferenciadas daquelas já existentes movidas exclusivamente pela ambição do lucro. Chiara Lubich propunha algo viável economicamente e não um estilo de produção utópica, conforme afirma:

Embora eu não seja especialista em problemas econômicos, pensei que poderiam ser criadas, por pessoas do movimento, empresas que canalizassem capacidades e recursos de todos para juntos produzirem riqueza, em prol dos que se encontravam em dificuldade. Sua gestão deveria ser confiada a pessoas competentes, capazes de fazê-las funcionar com eficácia e obter lucros (LUBICH, 2002, p. 15).

⁷ Costuma-se dizer que o projeto Economia de Comunhão se apresenta como uma experiência de liberdade, ou seja, é totalmente livre a participação de uma empresa ou pessoa neste projeto. As medidas a serem tomadas e a coerência com o projeto dependem do próprio indivíduo (ver BRUNI, 2002, p. 95).

Vemos, então, que a proposta inicial de Chiara de criar empresas e polos produtivos e anos depois um movimento cultural que fornecesse “dignidade científica” à prática das empresas dentro do sistema econômico vigente não caiu no vazio: ela foi acolhida por milhares de pessoas, na maioria dentro, mas, recentemente, também fora do Movimento dos Focolares; pessoas e instituições que estão tentando fazer frutificar aquela semente lançada há 22 anos.

De acordo com relatórios mais recentes da EdC,⁸ em outubro de 2012 havia 861 empresas das mais variadas dimensões: Europa, 501 (das quais 242 na Itália); América do Sul, 257; Estados Unidos e Canadá, 35; Ásia, 25 e África, 43. Segundo o site oficial da EdC, nos últimos cinco anos 115 empresas decidiram aderir a esta ação econômica; 32 delas em 2012. Esta nova cultura econômica visa a apoiar um novo conceito do agir econômico, não apenas utilitarista, mas orientado para a promoção integral e solidária do homem e da sociedade.⁹ Também já foram realizadas diversas teses acadêmicas e artigos científicos que contribuem para a formação teórica de um projeto que nasceu da prática e da insatisfação empírica com a desigualdade.

Os dados têm evidenciado a capacidade da “coragem carismática” da EdC em enfrentar todos os desafios que têm-se levantado na economia no decorrer da história a essa proposta de um novo modelo econômico. Dessa forma vê-se a profecia de Chiara se configurar-se na história: dispor de condições para dar a sua contribuição ao bem comum dos homens e mulheres de hoje (e de amanhã), difundindo uma nova cultura econômica dentro e fora dos mercados.

8.4 UMA NOVA CULTURA ECONÔMICA: EDC

Assim como o capitalismo necessita para o seu crescimento da acumulação constante e crescente, a EdC necessita da formação e difusão de uma cultura que não seja pautada puramente pelos princípios capitalistas, mas que traga uma distinção primordial.

Segundo Ferrucci (1998) e Mulatero (2001), a EdC busca ser uma resposta pacífica aos desafios contemporâneos, especialmente no combate à pobreza, por meio da promoção de uma nova cultura, pautada no uso moderado e na partilha dos bens (materiais e não materiais). Os autores afirmam ainda que as empresas

8 Relatório Economia da Comunhão 2010/2011. Os dados sobre a destinação dos lucros, o censo das empresas no mundo, a cultura de comunhão e uma sondagem sobre a Identidade da EdC estão disponíveis na íntegra no site: <<http://www.edc-online.org/br/quem-somos/partilha-dos-lucros/2186-il-rapporto-economia-di-comunione-20102011-e-online.html>>. Acesso em: 5 dez. 2012.

9 Disponível em: <<http://www.edc-online.org/br/quem-somos/a-difusao.html>>. Acesso em: 5 dez. 2012.

de EdC promovem a distribuição da riqueza por meio de doações monetárias, criação de empregos, investimento em projetos de expansão, compartilhamento de experiências e patentes entre as empresas que participam do projeto e financiamento para criação de novas empresas de EdC.

Na EdC a cultura da partilha se contrapõe ao individualismo e à competição, estruturando-se sobre relações baseadas em princípios de amor, solidariedade, gratuidade e unidade em busca da consolidação dos bens relacionais capazes de suportar as fragilidades do sistema econômico dominante. É nesse contexto que a EdC contribui com seu *modus operandi* pautado no respeito ao ser humano, colocando-o como centro da empresa. As firmas vinculadas à EdC “são empresas privadas, inseridas no mercado, que salvaguardam a propriedade particular dos bens, colocando o lucro em comunhão: uma visão humanista cristã do mundo dos negócios” (LEITÃO e SPINELLI, 2008, p. 453 apud LADAIN; COSTA; SALLES, 2012, p. 859).

Segundo Calliari (2000), a ideia inicial do projeto Economia de Comunhão, denominado antes de “Projeto Brasil”, era ajudar os membros e simpatizantes do movimento que estavam em necessidades. Neste sentido, Chiara propôs a ideia de formar pessoas com capacidade de gestão que pudessem gerir empresas. Elas gerariam impostos para a região e o lucro seria partilhado em três partes: uma voltaria para a empresa na forma de reinvestimento, outra seria para a formação de “homens novos” e a última para ajudar os necessitados.

Chiara, ao deparar-se com a urgência de fazer algo para modificar aquela realidade, toma como exemplo aquilo que criou na Itália: o testemunho dos Focolares.

Naqueles primeiríssimos dias, a ideia delineou-se de modo mais preciso. O lucro das empresas deveria ser colocado em comum, mas destinado a três objetivos precisos: 1) para o desenvolvimento da empresa; 2) para a difusão da chamada “cultura da partilha” e da comunhão; 3) para os pobres, primeiramente para aqueles que frequentam as comunidades dos Focolares (BRUNI, 2011, p. 27).

A primeira parte é altamente necessária para a manutenção da empresa que vive no sistema capitalista e que precisa de recursos para operar, portanto, o reinvestimento se destina à compra de matérias-primas e manutenção de capital de giro capaz de atender as necessidades imprevistas da unidade produtiva.

A segunda parte destina-se à formação de “homens-novos”. Compreende a formação de pessoas que possam ter esse carisma da unidade do Movimento Focolares, ou seja, essa parte do lucro serve para a difusão da Economia de Comunhão, de forma que o movimento possa ter cada vez mais adeptos dessa nova maneira de pensar a economia e a sociedade. Trata-se de desenvolver e espalhar por todo o mundo a chamada “cultura da partilha”.

A terceira parte consiste na preocupação que a EdC tem com os marginalizados pela sociedade, ou seja, aqueles que não possuem vida digna e que, algumas vezes, já perderam a esperança. Dessa forma, na empresa de Economia de Comunhão, os dirigentes e os funcionários conversam e escolhem uma comunidade pobre para então ajudar seus integrantes em suas necessidades. Essa é a parte principal do projeto, pois, de acordo com o site,¹⁰ ao longo desses vinte e dois anos de Economia de Comunhão, milhares de pessoas foram ajudadas.

É preciso ressaltar que a ajuda aos mais necessitados não precisa ser necessariamente financeira. O movimento não tem o objetivo de fazer filantropia. É algo que vai além disso. Segundo Bruni (2000), a proposta é fazer (re)nascem nessas pessoas a autoconfiança, a solidariedade e, conseqüentemente, uma melhor qualidade de vida. Nesse caso, a ajuda pode ser efetuada por meio de cursos de alfabetização, mutirão de casas, por exemplo. O objetivo é despertar na comunidade carente uma atividade econômica que possa suprir as necessidades dela. Enfim, não se trata de um assistencialismo e sim de mostrar para essas pessoas que elas são capazes de, por si mesmas, superar as suas dificuldades.

Nessa tentativa de responder aos desafios contemporâneos, Gui e Bruni (2001) afirmam que a EdC não entra em conflito com o capitalismo, visto como a própria distribuição dos lucros não é tida como algo revolucionário e novo. Para eles, o radicalismo da proposta encontra-se nos aspectos antropológico e cultural, ao se propor um modelo econômico pautado na comunhão, no amor, na gratuidade e na reciprocidade. Tais afirmações geram certa perplexidade: não é contraditório afirmar que uma proposta que introduz tais conceitos não entre em conflito com um modelo econômico pautado na acumulação, competição, instrumentalidade e individualismo como é o capitalismo?

A resposta é clara, pois a EdC não perde de foco a realidade econômica na qual está inserida. Ela vai ao encontro da principal finalidade do lucro de uma empresa capitalista, a saber: maximizar a riqueza dos acionistas, além das duas tradicionais destinações: distribuição para os acionistas e reinvestimento na empresa. A EdC pauta-se por uma nova forma de partilhar o lucro, uma das suas principais características.

Contudo, não se trabalha somente para a obtenção do lucro ou de salário. Como afirma Ferrucci (1992), o objetivo maior é mudar a mentalidade dos indivíduos que trabalham, fazendo crescer entre todos, dirigentes e operários, uma comunhão em todas as dimensões. Carvalho e Guareschi (2009) acrescentam que, para a EdC, a busca pelo lucro não deve ser vista como um fim em si mesmo ou como por objetivo apenas para o enriquecimento do empresário, mas como uma finalidade social, que deve ser gerado para depois ser distribuída pela sociedade.

10 Site: <<http://www.edc-online.org/br/>>. Acesso em: 5 dez. 2012.

Nas empresas de Economia de Comunhão desenvolve-se a cultura de maximização das relações sociais e não de pura maximização do lucro como nas empresas puramente capitalistas ou guiadas por uma racionalidade utilitarista. O centro da empresa deve ser o homem. Portanto o objetivo de abrir empresas com o espírito de comunhão é exatamente fazer desenvolver-se naquele local e em outros uma relação entre as pessoas de forma que possa nascer e desenvolver-se entre elas a fraternidade.

Para alcançar este objetivo foi criado um movimento internacional, em formato de rede social envolvendo empresas que se comprometem a gerar nova riqueza: fundar postos de trabalho, com criatividade e inovação e partilhar seu lucro: uma parte para os mais pobres, outra para a promoção de “homens novos” que Lubich (2002) define como homens e mulheres que, formados em uma nova cultura, poderão contribuir para a realização de uma sociedade nova, renovada, mais justa e mais fraterna, que valorize a pessoa humana. Uma terceira parte é reinvestida na própria empresa.

Os sujeitos produtivos da economia de comunhão são empresários, trabalhadores, até mesmo clientes e fornecedores, e demais agentes empresariais, que buscam inspiração em princípios fundamentados em uma cultura diferente da prática e da teoria econômica vigente. Contudo, as empresas são a espinha dorsal do projeto. São instituições inseridas no mercado, que adotam as formas jurídicas comuns, mas que, por decisão livre dos seus titulares, se propõem a destinar os seus lucros de acordo com critérios ditados pelo bem comum.

Semelhante cultura pode ser definida como “cultura do dar” em antítese à “cultura do ter”. O dar econômico é a expressão do “dar-se” no sentido de “ser”. Em outras palavras, revela uma concepção antropológica que não é individualista nem coletivista, mas de comunhão. A “cultura do dar” que também não se confunde com filantropia nem com assistencialismo, virtudes de abordagem individualista. A essência da pessoa é estar em comunhão. Portanto, a EdC se caracteriza pela cultura de comunhão.

Bruni (2011b) argumenta que essa nova cultura de comunhão busca ser uma nova ordem econômico-social que repensa e liga duas realidades hoje opostas no capitalismo: a empresa e a pobreza. Em uma demonstração de economia com perfil da comunhão e, portanto, com perfil realmente humano.

De acordo com Lubich (2000), a visão religiosa também é um traço marcante do projeto. A Economia de Comunhão é, também, antes de tudo, um projeto inspirado da ética cristã. Essa visão religiosa é a que dá aos indivíduos o otimismo de que seus empreendimentos podem dar certo, principalmente, entre os dirigentes das empresas que acreditam na ação da Providência Divina em resolver alguns problemas como folha de pagamento ou encomendas inesperadas. Atribui-se a isso a presença de Deus na empresa.

Essa atitude gera um ambiente de otimismo dentro da unidade produtiva. Por isso, Lubich cunhou na base da economia de comunhão vínculos antecedentes com o Evangelho a serem afirmados na prática pelos empresários, trabalhadores e membros da comissão de EdC, que voluntariamente se integraram à proposta.

O quadro apresentado em seguida permite visualizar os fundamentos da economia clássica e da economia de comunhão. Alertamos que o quadro não tem caráter comparativo tendo em vista o estatuto de ciência que detém a primeira.

Quadro 8.1 – Fundamentos da Economia Clássica e da Economia de Comunhão

Economia Clássica	Economia de Comunhão
Adam Smith fundador da economia política clássica. Um homem.	Chiara Lubich fundadora da economia de comunhão. Uma mulher.
Modo de produção capitalista.	Modo de produção de economia de comunhão.
A linha original de continuidade entre ética e economia é interrompida.	A linha de originalidade entre ética e economia é retomada.
O individualismo na base das relações econômicas.	A solidariedade na base das relações econômicas.
Cultura do ter.	Cultura do dar.
A racionalidade consiste na utilidade, na acumulação e em elevar ao máximo o lucro privado.	A racionalidade consiste na doação e partilha do lucro e pressupõe a personalização do relacionamento e a felicidade humana.
<i>Homo Economicus, Homo Consumérico</i> individualista, hedonista, egoísta.	<i>Homo doador. Solidário. Homo espiritual.</i>
Oposição entre bem individual e bem social.	Sem oposição entre o bem individual e o bem social.
O capital tem primazia em relação ao homem.	O homem tem primazia em relação ao capital.
A relacionalidade incorpora sempre o elemento de condicionalidade.	A relacionalidade incorpora sempre o elemento de gratuidade.
Prevalência da racionalidade instrumental.	Prevalência da racionalidade substantiva, da razoabilidade que, segundo Aristóteles, contém elementos de sabedoria. Racionalidade do eu com todos.
Racionalidade do eu.	
Os indivíduos não estão ligados uns aos outros por nexos indivisíveis antes de iniciar a troca.	Os indivíduos estão ligados uns aos outros por nexos indivisíveis antes de iniciar a troca.

(continua)

Quadro 8.1 – Fundamentos da Economia Clássica e da Economia de Comunhão (continuação)

Economia Clássica	Economia de Comunhão
A cultura do ser para si.	A cultura do ser com o outro.
Apropriação privada do excedente.	Apropriação privada do excedente e partilhada com dois atores beneficiários fora do processo produtivo.
Foco na avaliação.	Foco nos atores sociais.
Esquecimento da premissa antropológica.	Afirmação da premissa antropológica.
Empresa e sociedade.	Empresa na sociedade.
Isenção de valores religiosos.	Inclusão de valores religiosos.

Fonte: Gonçalves (2005, p. 83).

Esse modelo de economia, tendo em vista os muitos casos de sucesso, vem se apresentado como viável. Bruni (2011a) aponta alguns casos que exemplificam essa temática, haja vista que com a valorização do trabalho torna-se palpável uma interligação entre os setores organizacionais.

Há muitas experiências a esse propósito. Por exemplo, há uma empresa italiana cujos sócios, a fim de tornar visível a primazia da comunhão inclusive na organização da empresa, perceberam a exigência de institucionalizar uma reunião periódica com todos os componentes da empresa, de modo que, antes de serem dirigentes, ou trabalhadores, eles sentissem uma relação de reciprocidade (BRUNI, 2011a, p. 82).

Segundo Bruni (2000), a Economia de Comunhão faz nascerem, na Ciência Econômica, novas categorias que diferem de outras categorias já existentes dentro da Ciência. Uma delas é a categoria comunhão.

A categoria comunhão apresenta-se, portanto, como algo diferente da troca de equivalentes (de mercado). A doação, a reciprocidade e a solidariedade emergem, neste contexto, como categorias explicativas da Economia de Comunhão e, ao mesmo tempo, fornecem um paradigma de referência também para o mais amplo movimento da economia civil (BRUNI, 2000, p. 53-54).

Hoje este modelo de economia está presente em empresas de mais de 40 países dos cinco continentes, atuando em praticamente todos os ramos de atividades, produção, comércio, serviços, levando uma nova realidade para aqueles que aderem a este modelo econômico. Dentre estas empresas, algumas estão inseridas em Polos Industriais (ou produtivos). A ideia dos Polos Produtivos faz parte dos elementos básicos que compõem a primeira intuição da EdC. São concebidos como um laboratório visível e ponto de referência ideal e operativo também para as outras empresas do projeto. Existem polos empresariais na Argentina, na Itália, na Croácia, na Bélgica e no Brasil.

O Brasil, pioneiro do projeto, já apresenta mais de 140 empresas de Economia de Comunhão e três polos industriais: o polo Ginetta, no Recife (PE), François Neveux, em Belém (PA), Spartaco, em Cotia (SP), a 50 km da capital. Esses polos podem ser considerados como embriões de solidariedade e fraternidade aplicados ao modelo de gestão empresarial cuja centralidade é a cultura da partilha dentro e fora da empresa.

Há vários relatos que atestam ser eficaz e viável à Economia da Comunhão. Eis um deles:

Uma empresária das Filipinas explicava porque a empresa de consultoria que ela fundara para participar do projeto, largando seu emprego num banco, tornara-se, em cinco anos, a mais importante do Sudoeste da Ásia no seu setor: “Deus nos ajuda porque temos muitos irmãos carentes a ajudar, crianças que, se não forem tratadas logo, ficarão cegas” (BRUNI, 2002, p. 39).

A cultura da partilha é a cultura da doação, não um doar contaminado pelo poder, pelo assistencialismo, pelo utilitarismo, pelo interesse privado, mas um doar gratuito sem a expectativa de retribuição; nele as relações humanas são vividas como dom e não esperam retribuição. Porém, há que se manifestar os conceitos de reciprocidade e as estruturas de comunhão. Uma gratuidade de valores e de dons pessoais e não somente materiais (ARAÚJO, 2001).

Com essa visão muitas empresas estão mudando o paradigma dominante e a ideologia produtivista que lhe dá sustentação ao se orientarem para uma forma de economia solidária, de partilha. Essas empresas trazem em sua bagagem conceitual o germe da mudança. Talvez o mais importante neles seja estarem demonstrando o quanto pode ser feito quando se tem vontade política para fazê-lo, diferenciando-se o que é factível da utopia a partir de uma motivação de origem espiritual.

Uma vez que as empresas de Economia de Comunhão não buscam apenas o lucro, mas também um crescimento sustentável, que considere igualmente o meio ambiente, seus funcionários e pessoas necessitadas da comunidade em que está inserida. Os efeitos positivos se estendem para fora de seus limites empresariais. O movimento de EdC pode adquirir assim dimensões de fenômeno social. Porém, ao contrário de organizações filantrópicas ou assistenciais, que atuam somente como iniciativas de cunho social, a Economia de Comunhão é uma tentativa de inserir o social no cerneda economia (SORGI, 1998, p. 34).

8.5 EDC E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA DISTINÇÃO NECESSÁRIA

Observa-se desde o final do século XX e início do século XXI uma série de mudanças que as relações econômicas, especialmente as relações de trabalho, vêm

sofrendo, mas que não chegam a superar o modo de produção capitalista que continua central.

Carvalho e Guareschi (2009) afirmam que, nesse cenário, para legitimar e garantir a reprodução das relações básicas de produção capitalistas, novas construções sociais, ideológicas, políticas e religiosas (dentre outras) estão surgindo. Nesse contexto, apresentam-se iniciativas que surgiram na sociedade a partir do século passado. Iniciativas que têm no princípio da solidariedade a força motriz de sua implementação. Dentro dessa perspectiva, dois modelos merecem ser discutidos e diferenciados: o da EdC, cujo estudo é objeto deste trabalho e o da Economia Solidária (ES).

A EdC oferece possibilidades para enfrentar os desafios que a atualidade impõe à sociedade. Em conjunturas como essa é esperado que surjam alternativas para conceber a economia de um modo diferente. A EdC também propõe uma maneira de reagir à situação atual de mal-estar e aridez da economia capitalista, fundamentando-se no princípio da solidariedade.

Neste sentido, a EdC mostra-se como uma filosofia empresarial que se materializa no modo de gestão, cujas relações internas e externas se dão de modo a atuar a partilha, a ética e o respeito frente aos agentes relacionados à empresa. Como foi explanado em outro momento, ela nasce no Brasil, em 1991, por inspiração de uma italiana e, a partir de então, é adotada por empresários brasileiros e de diversos outros países que se identificaram com a proposta. O que ela propõe, todavia, é uma nova mentalidade de gestão que pode fazer o meio empresarial perder sua característica típica de acumulação para evidenciar outras práticas, como a da comunhão, necessárias nos dias atuais.

Para realizar esta proposta, a EdC investe na atividade laboral e se estrutura com base na economia moderna. Além disso, orienta-se no sentido de colocar em comum os recursos disponíveis, revitalizados por homens dispostos a viver o princípio da solidariedade, abertos ao exterior em direção a uma economia a serviço da comunidade local e mundial.

A EdC vai além da proposta da comunhão de bens porque se trata da vivência dessa comunhão; não se limita mais a doá-los simplesmente, mas esses bens são colocados em circulação na sociedade para que outros produzam com ele. Ela propõe a expressão econômica de uma vida de comunhão concretizada nas relações econômicas entre homens que doam livremente em função do bem comum, os talentos, as capacidades empresariais, o profissionalismo ou o próprio dinheiro.

A Economia Solidária, por sua vez, apresenta-se como um conceito ainda em construção, divergente entre alguns autores ou interpretado de forma diferenciada, podendo abranger um numeroso leque de atividades. Essa falta de coesão de seu conceito, todavia, é vista como algo positivo por ser a ES um ato de vontade

no sentido de construir uma sociedade melhor do que a que vem se apresentando. Assim é que Paul Singer (2005) entende a multiplicidade de conceitos em torno da Economia Solidária como algo positivo, uma riqueza para a própria conceituação. Diz ele:

Temos o direito de conceber a Economia Solidária de acordo com nossos princípios e de acordo com nossos valores. Por isso que há tantas concepções diferentes de Economia Solidária. Eu acho essa diferença desejável. Eu acharia uma perda se nós nos colocássemos agora em acordo e disséssemos “Economia Solidária é isso e quem não achar isso está errado” (SINGER, 2005, p. 11).

Singer (2002) sustenta que a Economia Solidária surgiu como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criada e recriada periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. Para Singer (2002) e Santos (2002), o início da Economia Solidária é contemporâneo do capitalismo industrial na Grã-Bretanha, recebendo influência dos socialistas utópicos, como Owen, justamente em função da onda de desemprego que a industrialização causou na época. Este autor e alguns outros, portanto, fazem referência às origens da ES como sendo coincidentes com a origem do cooperativismo.

Alguns autores relacionam a ES com o cooperativismo, remetendo-a para o início do ano de 1844 com os chamados *Pioneiros de Rochdale* – 28 tecelões de uma pequena cidade da Inglaterra chamada Rochdale –, os quais se juntaram e formaram uma sociedade cooperativa, também embasada no pensamento dos chamados socialistas utópicos, entre eles Robert Owen.¹¹

A unidade característica da Economia Solidária é a cooperativa de produção, cujos princípios organizativos são: posse coletiva dos meios de produção por parte das pessoas que os utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta (quando o número de cooperados não é grande) ou por representação, repartição da receita líquida entre os cooperados por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos; destinação do excedente anual (denominado “sobras”) também por critérios acertados entre todos os cooperadores.

11 Em meio à exploração dos trabalhadores pelos industriais, comum na época, entre os próprios industriais destacaram-se alguns que tiveram uma visão diferenciada do modo de se relacionar com os trabalhadores, como Robert Owen. Ele decidiu limitar a jornada de trabalho de seus operários e passou a não aceitar crianças trabalhando; ao invés disso as incentivou a estudar. Esse modo de gerir sua indústria lhe trouxe também maior lucratividade, pois aumentou a produtividade. Owen se transformou em um dos mais importantes socialistas utópicos mediante a criação de várias comunidades industriais. Fonte: Brasil Escola <www.brasilecola.uol.com.br>. Acesso em: 5 dez. 2012.

Havendo nascido em um contexto europeu de condições de trabalho precárias, o seu início no Brasil deu-se na década de 1980, desenvolvendo-se de modo mais expressivo a partir da década de 1990.

A ES conquistou o interesse de estudiosos, do poder público e da sociedade civil, mostrando-se hoje ao país de maneira mais articulada por meio, inclusive, de uma Secretaria dentro do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Ela objetiva, por meio de modos de organização de produção e de consumo diferenciados, criar alternativas de melhores condições de vida, sobretudo para pessoas que se encontram à margem do sistema. Funciona assim como solução alternativa para o desemprego.

A EdC e a ES são duas propostas de cunho social e empresarial ao mesmo tempo, que buscam a promoção do ser humano. Por terem objetivos semelhantes, assim como seus próprios nomes que sugerem algo voltado para o social, a clareza a respeito de cada uma dessas iniciativas muitas vezes é comprometida no meio acadêmico.

A partir da visão de Singer (2005), seria possível afirmar que a EdC estaria inserida no contexto da ES, dada a flexibilidade do conceito de ES que o autor propõe. Todavia, o conhecimento das duas iniciativas leva a uma análise diferenciada; afinal, academicamente falando, essa singularidade dos termos e do que eles significam tem também a sua relevância.

Chiara, quando lançou a EdC, certamente não estava pensando em movimento datado anteriormente pela experiência dos *Pioneiros de Rochdale*,¹² em vez disso, a EdC nasceu da realidade brasileira dos anos 1990, que, inclusive, se assemelha em grande parte com aquela presente nas origens da ES.

A Economia de Comunhão, por tudo o que já foi visto a seu respeito, tem sua origem igual e distinta da ES ao mesmo tempo. Igual porque foi inspirada pela situação de pobreza presente no Brasil, mesma problemática da Inglaterra na época, onde essa mesma situação se apresentava nas duras condições de trabalho às quais se submetiam os trabalhadores. Distinta porque nasceu de dentro de uma comunidade, com uma filosofia própria que inspirou a comunhão já vivida internamente nessa comunidade no sentido de estender-se ao meio empresarial.

Além disso, a forma do próprio empreendimento é distinta, uma vez que na ES encontram-se o cooperativismo e a autogestão como algumas de suas princi-

12 Apesar de Singer remeter a origem da ES à Owen e aos demais autores denominados socialistas utópicos, ele vê a ES como sendo não o fruto da criação intelectual de alguém. Segundo Singer (2003a, p. 13) “a Economia Solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores contra o capitalismo”. O que a ES condena no capitalismo, na visão do autor, é a ditadura do capital da empresa que dá ao empresário o direito de tomar atitudes segundo sua vontade mesmo em detrimento do trabalhador e de seu emprego. De fato, “a empresa solidária nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo” (SANTOS, 2002, p. 83).

país características. A EdC, por outro lado, tem como base a empresa capitalista. Nela é o proprietário dos meios de produção que tem a oportunidade de fazer algo, enquanto na ES são os próprios trabalhadores que se organizam entre si. Enquanto a EdC propõe um modelo alternativo de gestão, a ES propõe um modelo alternativo de organização da produção.

Algo a ser colocado em evidência é que a EdC e a ES, entre tantas outras iniciativas, são, cada uma a seu modo e segundo seus próprios princípios, formas alternativas que nossa conjuntura vem forçando a existir, ou seja, o país passa por um momento em que a sociedade civil se encontra no papel de pressionar o poder público e de fazer ela mesma a sua parte para buscar formas alternativas de gestão e produção, que propiciem às pessoas recuperar, em última instância, sua condição de cidadão (MARTINS et al. 2006. p. 12).

Nesse sentido, surge a seguinte questão: uma empresa de Economia Solidária não é também uma empresa de Economia de Comunhão e vice-versa? Até que ponto um modelo não contém também o outro?

Segundo Bruni (2005), a Economia Solidária traz à tona um novo formato de empresas, como o caso das cooperativas, que se caracterizam, principalmente, pelo fato de não terem fins lucrativos. A Economia de Comunhão por sua vez não propõe novas formas de empresas, mas uma nova cultura que estimula a comunhão entre as pessoas na organização. Na saída do processo, o lucro gerado – perpetuando a perspectiva de comunhão, que não se limita à organização – é colocado em comum com aqueles que não conseguem suprir suas necessidades materiais e uma parte contribui com a difusão desta proposta em favor do bem comum e da formação de “homens novos”. Bruni acrescenta que se a comunhão não se tornar cultura não haverá qualquer esperança de a EdC durar no tempo.

Como se pode ver, a Economia Solidária e a Economia de Comunhão nasceram da identificação e necessidade de resolver o problema social, mas com estrutura e perspectivas diferentes. Assim, as compreensões das especificidades, o alcance de cada uma dessas iniciativas e a distinção de seus conceitos podem assegurar a importância de cada uma e, sobretudo, oferecer melhor compreensão da própria EdC. Todavia, é importante acrescentar que o objetivo não é de estabelecer qualquer tipo de hierarquia da Economia de Comunhão, mas compreender melhor o tema proposto a fim de poder contribuir para sua difusão e desenvolvimento.

8.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na EdC não se modificam as características e os princípios do capitalismo, mas renova-se sua dimensão cultural para descobrir a verdade integral sobre o homem e permitir assim se relacionar com o mesmo dinamismo econômico,

porém com uma ética autenticamente humana que respeite a dignidade e liberdade do homem. Sendo a economia uma ciência social, uma aproximação às questões éticas é de todo inevitável pelos teóricos da economia.

Sen (2006), por exemplo, afirma que o empobrecimento das teorias econômicas modernas se dá devido ao distanciamento entre economia e ética. A EdC instiga esse debate ao reintroduzir a ética nas relações de produção, distribuição e consumo, retomada por muitos economistas, fornecendo hoje para a Teoria Econômica a capacidade de exercer as atividades que são pertinentes à Economia no que tange à produção de bens em um ambiente ético e harmônico, mostrando que é possível conciliar crescimento econômico e empresarial com ética e solidariedade.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Vera. Qual homem e qual sociedade para a economia de comunhão? *Abba*, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 39-48, 2001.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL POR UMA ECONOMIA DE COMUNHÃO. Disponível em: <<http://anpec-edc.com.br/>>. Acesso em: 20 set. 2012.
- BERTUCCI, Ademar et al. **Economia solidária: uma outra economia a serviço da vida** acontece. Brasília, DF: Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2010.
- BRUNI, Luigino. **Comunhão e as novas palavras em economia**. São Paulo: Cidade Nova, 2011a.
- _____. **Desafios e perspectivas: folder economia de comunhão**. São Paulo, 2011b. 1 folder.
- _____. **Economia de comunhão: uma cultura econômica em várias dimensões**. São Paulo: Cidade Nova, 2002.
- _____. Para uma Teoria Econômica de Comunhão. In: BUREAU INTERNACIONAL DA ECONOMIA E TRABALHO, 2000, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Cidade Nova, 2000.
- CARVALHO, Maria Luiza; GUARESCHI, Pedrinho. Economia de comunhão: responsabilidade social, ideologia e representações sociais. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 29, n. 1, p. 88-101, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v29n1/v29n1a08.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2013.
- ECONOMIA DE COMUNHÃO. Site oficial da EdC. Disponível em: <<http://edc-online.org/br>>. Acesso em: 1 set. 2012.
- FERRUCCI, Alberto. Considerações sobre a economia de comunhão. In: COSTA, Rui et al. **Economia de comunhão: projeto, reflexões e propostas para uma cultura da partilha**. 2. ed. São Paulo: Cidade Nova, 1998, p. 69-92.
- _____. Considerações sobre a economia de comunhão. In: QUARTANA, Pino. **Economia de Comunhão**. São Paulo: Cidade Nova, 1992.
- GONÇALVES, Heloisa Helena A. Borges Q. **A experiência dos pioneiros da economia de comunhão na liberdade no primeiro decênio (1991-2001) no Brasil: absurdo e**

graça da mudança de mentalidade do empresário. 2005. 348 p. Tese (Doutorado em Ciências de Engenharia de Produção) – Coppe – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.

LADAIN, Maria Célia Vieira; COSTA, Isabel de Sá Affonso da; SALLES, Denise Medeiros Ribeiro. As práticas de gestão de pessoas nas empresas de economia de comunhão: estudo de caso no Polo Spartaco. *Cad. EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p.858-882, dez. 2012.

LUBICH, Chiara. O Movimento dos Focolares e a Economia de Comunhão. In: BUREAU INTERNACIONAL DA ECONOMIA E TRABALHO, 2000, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Cidade Nova, 2000.

_____. **Economia de Comunhão: história e profecia**. São Paulo: Cidade Nova, 2004.

MOVIMENTO DOS FOCOLARES. Site oficial brasileiro. Disponível em: <<http://focolares.org.br/sitenacional/>>. Acesso em: 30 set. 2012.

MARTINS, Cláudia Herrero; CRUCIAL, Cristiane Vercesi; ARAÚJO, Evandro José da Cruz. Economia e comunhão e economia solidária: uma distinção de conceitos. In: Encontro da ANPAD, 30., 2006, Salvador. *Anais eletrônicos...* Salvador: ANPAD, 2006. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-aps-0853.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2013.

MULATERO, Caterina. Os pobres, “atores” do projeto de EdC. **Economia de Comunhão: uma nova cultura**, Vargem Grande Paulista, v. 13, n. 1, p. 12. jun. 2001. Suplemento.

QUARTANA, Pino. A economia de comunhão no pensamento de Chiara Lubich. In:_____. **Economia de Comunhão**. São Paulo: Cidade Nova, 1992.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SEN, Amartya. **Sobre ética e economia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Org.). **Economia Solidária no Brasil: a autogestão como proposta ao desemprego**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 11-28.

_____. Introdução. In: MELLO, Sylvia Leser de (Org.). **Economia Solidária e autogestão: encontros internacionais**. São Paulo: NESOL-USP, 2005. p. 9-16.

SORGI, Tammaso. A cultura do dar. In: COSTA, Rui, et al. **Economia de comunhão: projeto, reflexões e propostas para uma cultura da partilha**. 2. ed. São Paulo: Cidade Nova, 1998. p. 31-68.

SPOSATI, Aldaíza. Globalização: um novo e velho processo. In: DOWBOR, Landislau et al. (Org.). **Desafios da Globalização**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 43-49.

9

CAPÍTULO

AS BASES TRADICIONAIS DA EXPERIÊNCIA NEOLIBERAL NO CEARÁ: A FORÇA ELEITORAL DOS CLÃS POLÍTICOS FAMILIARES

Cristiane Maria Marinho¹

Maria Cristina de Queiroz Nobre²

9.1 INTRODUÇÃO

1 Pós-doutora em Filosofia da Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora de Filosofia da Universidade Estadual do Ceará. Contato: c-marinho2004@ig.com.br, (85) 3226-0147.

2 Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora do Curso de Serviço Social e do Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social da Universidade Estadual do Ceará e coordenadora do Laboratório de Pesquisas e Estudos em Serviço Social / CESA. Contato: cristina.nobre@uece.br, (85) 3232-3939.

Em função de grandes secas, clima instável, descaso político, dependência econômica e política, dentre outras questões, há no Ceará uma economia periférica em relação ao Sul do país e, por sua vez, ao capital estrangeiro. Pode-se, por isso, afirmar que tem sido uma economia dependente, desde o início da colônia até a atual fase republicana, e marcada por um capitalismo também periférico e dependente.

Dessa forma, é possível compreender que nesse contexto a estrutura das elites políticas e econômicas sempre se mostrou frágil, significando muitas vezes a impossibilidade da sua permanência continuada no governo do Estado ou na hegemonia política local: “Daí a alternância das facções da classe dominante no poder ou a formação de grandes coligações, bem como a grande influência da política cearense sobre o que se passava nacionalmente – os fatos políticos e econômicos nacionais repercutiam no Estado, visto que as divergentes elites locais não tinham condições de se opor em bloco” (FARIAS, 2012, p. 370). Assim, a alternância de grupos no poder e as coligações são significativas da frágil estrutura das nossas elites.

Ainda segundo Farias (2012, p. 371), a fragilidade estrutural das elites cearenses fez com que até mesmo as maiores oligarquias tivessem de “se coligar com outros grupos políticos menores para ganharem as eleições ou mesmo governarem o Estado”. Evidencia-se nessas elites, portanto, a ausência de uma ideologia comprometida com a coletividade, bem como a necessidade de se fazer coligações para a permanência no poder. Tais coligações implicam acordo com desfecho incerto na medida em que sempre há o risco de traição e disputas sobre a ocupação dos cargos mais importantes. Contudo, esses acordos são necessários no âmbito da fragilidade das elites cearenses, pois evitam “as desgastantes disputas entre as facções políticas maiores e afasta-se a possibilidade de mudanças da ordem socioeconômica e/ou a divisão do poder com grupos emergentes. São, em geral, acordos de cúpulas, que não levam em conta as necessidades da população” (FARIAS, 2012, p. 377).

A debilidade da elite cearense se mostra mais evidente se considerarmos, por exemplo, que ela nunca apresentou oligarquias fortes e influentes como aconteceu na região açucareira de Pernambuco e da Bahia. Pelo contrário, diz-nos Farias (2012, p. 389), “um traço peculiar das elites cearenses foi sua debilidade estrutural”, forçada a diversas coligações para se manterem no poder.

As coligações sempre tiveram presentes na história cearense, mas destaque-se aqui apenas a década de 1970, período coberto pela nossa pesquisa, e que é muito representativo desta reflexão sobre a fragilidade das elites cearenses obrigadas a apoiar em coligações. Foi então marcante a presença dos três grupos oligarcas de coronéis na política do Estado: Virgílio Távora, Adauto Bezerra e César Cals.

Sobre a dependência, fragilidade e coligações em torno desses grupos, assim se manifesta Farias (2012, p. 404):

Não havia um grupo político local forte o suficiente para impor seu domínio sozinho. Na realidade, o próprio controle que os coronéis exerciam sobre o Ceará decorria, sobretudo, de um fator externo, isto é, o apoio que recebiam da ditadura militar brasileira. Com o centralismo político imposto no país após 1964, a escolha dos grupos dominantes estaduais passava pela aprovação do regime militar, circunstâncias que as fracas elites locais aceitaram ou foram obrigadas a aceitar.

O *Acordo dos Coronéis*, como ficou conhecido historicamente, é representativo da impossibilidade de a elite cearense protagonizar o poder de forma solitária. Daí a formação de um pacto, o rodízio de seus componentes no poder e as grandes coligações que deram sustentação à sua longa permanência no governo estadual, de forma a que o poder não se dividisse com outros grupos emergentes e fosse adiante o processo de modernização conservadora pautada na industrialização promovida por esses grupos.

Dessa forma, a questão que se coloca aqui, como um dos nortes da pesquisa que estamos apresentando, é a de que forma essa característica de fazer coligações das elites dirigentes cearenses, em função de sua fragilidade, permanece no período seguinte ao do *Acordo dos Coronéis*, em fins da década de 1980, que passa a ser comandado pelo representante do projeto burguês industrial, Tasso Jereissati, nascido no seio do Centro Industrial do Ceará (CIC) em uma suposta perspectiva de superação da política anterior dos coronéis. Como vamos observar, em termos de necessidade de existência de coligações para a sustentação de poder, não houve muita diferença.

Tem-se ainda que saber em que bases as coligações permanecem nesse “novo” contexto político e econômico do ciclo de poder conhecido como “Era Tasso”. Tais coligações, além de viabilizarem as diversas vitórias eleitorais que mantiveram o grupo de empresários do CIC no poder, deram as condições para a realização de um conjunto de medidas que inauguraram no Brasil o processo de contrarreforma neoliberal com sua perspectiva modernizante da máquina burocrática e que em alguns momentos tencionam as bases da política clientelista tradicional (Cf. NOBRE, 2008).

De fato, os governos da “Era Tasso” se caracterizaram pelo esforço em modernizar a máquina burocrática por meio de medidas que depois se tornaram clássicas na experiência neoliberal em termos nacionais, tais como ajuste fiscal, redução do quadro funcional a partir da extinção e fusão de secretarias e setores diversos e da terceirização de serviços. Tudo isto teve como efeito a redução do gasto com funcionalismo, o que também foi ajudado pela contenção salarial. Na medida em que se concretizaram as condições legais em âmbito nacional para a

contrarreforma, os governos locais puderam reduzir ainda mais os gastos com pessoal mediante adoção de suas novas regras para a previdência cearense. O resultado geral foram as novas condições financeiras e administrativas que levaram a cabo um processo de modernização conservadora responsável pelo crescimento econômico do Ceará, manutenção de sua histórica desigualdade social e das mesmas estruturas asseguradoras da extrema concentração fundiária.

No âmbito das políticas sociais, os governos da “Era Tasso” se propuseram a superar o histórico assistencialismo desenvolvido no período de Virgílio Távora, coordenado pela primeira-dama Luíza Távora, a Mãe dos pobres, e sua relação com o fortalecimento e favorecimento das coligações voltadas para a compra de votos. Nessa perspectiva, os governos do novo ciclo de poder destacam-se pelo trabalho desenvolvido na Secretaria de Ação de Social, o qual tinha o claro objetivo de formar novas lideranças comprometidas com o governo, infiltrar o governo nos movimentos populares, diminuir a penetração das esquerdas nos movimentos populares, preparar terreno para a futura eleição e favorecer as coligações já realizadas e de sustentação do governo (Cf. FARIAS, 2012, p. 432). Na mesma linha, os chamados “Governos das Mudanças buscaram criar novas relações com os movimentos sociais, as comunidades locais e suas associações por meio do Projeto São José, que financia os projetos de infraestrutura e de atividades produtivas diretamente para organizações populares, buscando romper com a dependência de políticos locais.

Nos dois casos, no assistencialismo e na intermediação por lideranças políticas de recursos públicos para obras locais, estão postos os mesmos mecanismos que resultam nas trocas do favor por votos e acabam por manter a frágil política, precisamente o que os Governos das Mudanças prometeram erradicar. Entretanto, esses governos não conseguiram avançar em suas propostas modernizantes e, ao mesmo tempo, romper com as antigas bases da política local, tendo que manter as mesmas coligações e alianças políticas dos seus antecessores. Em outros termos, foram governos que implementaram as políticas modernizantes de caráter neoliberal em consonância com a velha política, ainda que tenham utilizado novos recursos políticos e novas estratégias eleitorais e de governo que diferem do modo tradicional de conquistar apoio político, bem como tenham se sustentado no discurso de superação do velho clientelismo.

Contudo, estas últimas questões precisam ser mais bem desenvolvidas ao longo da nossa pesquisa. No momento vamos apresentar somente a continuidade das coligações nos governos da Era Tasso, constatando a predominância da tradicional característica de se proceder a coligações das elites cearenses para ir além de sua fragilidade e permanecer no poder. O que se torna relevante é o fato de que, em suas bases de apoio político, encontra-se a predominância de clãs políticos familiares como representação da força da política local.

9.2 OBJETIVOS E ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA SOBRE OS CLÃS POLÍTICOS NO CEARÁ

Em nossa pesquisa, estamos nos concentrando nos dados que revelam a força eleitoral de clãs políticos familiares nas décadas de 1970 a 2010. O objetivo foi obter um mapeamento desses clãs que têm dominância na política local e caracterizar sua irradiação para a política em âmbito estadual em momentos diversos: o da Ditadura Militar, o da retomada dos direitos políticos e o de constrangimentos à democracia dado o caráter conservador do projeto neoliberal.

Nossa pesquisa consistiu em levantamento documental e bibliográfico sobre os clãs familiares a partir dos relatórios e mapas eleitorais gerados pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Nesse momento, identificamos os membros de clãs que participaram dos processos eleitorais de 183 municípios cearenses (excetuando-se Fortaleza) para prefeito e para vereadores, com análise de seus desempenhos em cada eleição. Ao mesmo tempo, a pesquisa também se voltou para a visualização da trajetória dos políticos cearenses eleitos para a Assembleia Legislativa e para a Câmara Federal que iniciaram sua carreira política nas Prefeituras em virtude da dominância política do clã familiar a que pertencem. Nessa fase, fizemos pesquisas em banco de dados de instituições públicas que reúnem informações relevantes sobre a política cearense, tais como: a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará e a Associação dos Prefeitos do Estado do Ceará, e ainda nos principais jornais locais. Essa coleta de informações também foi enriquecida com dados captados de páginas virtuais de conteúdo político dos jornais *O POVO* e *Diário do Nordeste*. Nossa pesquisa também se pautou em estudo bibliográfico sobre a política no Ceará, em especial obras capazes de contribuir para a reconstrução histórica dos clãs familiares, como as biografias de personalidades públicas e estudos de analistas políticos do período histórico estudado.

Nossa expectativa é que essa pesquisa possa contribuir para estudos sobre a força dos grupos políticos tradicionais e sua persistente presença em fases diversas da história política cearense. A pretensão é que, ao contribuir com novas determinações da dinâmica política local, possamos encontrar subsídios para a superação dessa realidade particular e suas irradiações sobre o conjunto da sociedade. Por sua vez, o que motivou tal estudo é o pressuposto de que a permanência da política tradicional na esfera local tem impacto sobre o resultado e a eficiência das políticas sociais. Mantemos, assim, como horizonte de novas pesquisas, a preocupação de, ao mapear os clãs familiares atuantes no Ceará, podermos analisar o alcance de suas práticas na conformação das políticas sociais, em especial, sobre a política de assistência social nas últimas décadas com a criação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), haja vista que a área social tem sido tradicionalmente utilizada para fins clientelistas voltados para a reprodução da força política de grupos no poder.

9.3 ALTERAÇÕES NA POLÍTICA CEARENSE A PARTIR DA REDEMOCRATIZAÇÃO

Na esteira do processo de redemocratização do Brasil, na transição da década de 1970 para de 1980, a política cearense passou por mudanças significativas. De um lado, verificou-se a recuperação de forças de setores democráticos com a abertura política, o retorno do exílio e das prisões de antigas lideranças, a legalização de partidos de esquerda e a criação de novos. Por sua vez, identificamos nesse período a emergência de movimentos sociais populares nos bairros e sua organização em frentes mais amplas (Federação de Bairros e Favelas, Jornada de Luta contra e, depois, estruturada na União das Comunidades da Grande Fortaleza), a rearticulação do movimento sindical e maior visibilidade da luta pela reforma agrária, que havia resistido, nos difíceis anos, graças à Igreja Católica por meio de suas pastorais sociais. De outro lado, era a própria sociedade cearense que havia mudado como consequência do crescimento urbano. Este decorreu tanto da industrialização, que se acelerou nos anos 1970 encorajado no fundo público, quanto pela continuidade dos processos migratórios devido à persistência das secas periódicas em contexto de concentração fundiária.

Nesse novo cenário, os processos eleitorais vão ganhando novos contornos. Ainda nas disputas pelo governo estadual de 1982, quando a oposição ao regime militar conseguiu eleger 10 dos 22 governadores, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) obteve grande votação em Fortaleza para o seu candidato majoritário, Mauro Benevides, embora tivesse sido derrotado pelos votos do interior do Estado. Tinha-se, já naquele momento, o indício de que o eleitorado urbano passava a tencionar as antigas relações clientelistas que sustentavam a política tradicional.

Em dois momentos posteriores, essa realidade vai se ampliando. Primeiro, com a eleição em 1985 de Maria Luiza Fontenele para a Prefeitura de Fortaleza pelo ainda jovem Partido dos Trabalhadores (PT), sendo esta cidade a primeira conquista de uma capital por esse partido. Segundo, com a eleição de Tasso Jereissati para o governo estadual em uma frente de centro-esquerda comandada pelo PMDB, o que ocorreu em um confronto direto com antigas lideranças tais como as dos três últimos governadores (Virgílio Távora, César Cals e Aduino Bezerra).

Essas eleições de 1985 e 1986 apresentam também novas determinações. A partir daquele momento tornaram-se decisivos os recursos do marketing político, construindo imagens e modelando discursos, e das pesquisas eleitorais como base para a elaboração de estratégias políticas de conquista de votos (OLIVER COSTILLA; NOBRE, 2012). Com essas novas condições políticas, havia que se perguntar sobre a permanência ou não de elementos da política tradicional e como esta se conformava nos processos eleitorais do novo período democrático.

9.4 A DOMINÂNCIA POLÍTICA DOS CLÃS FAMILIARES NA “ERA TASSO”

Em um esforço de investigação sobre a “Era Tasso” (NOBRE, 2008), pudemos perceber claramente como a relação entre o novo na política e a permanência do tradicional se conjugam com toda a expressividade. De fato, os governantes daquele período histórico, que compreende os três governos de Tasso Jereissati e o de Ciro Gomes (de 1987 a 2002), apoiaram-se fortemente nos novos recursos do marketing político. Da mesma forma, buscaram produzir novas lideranças e alianças políticas sintonizadas com seu projeto de modernização da estrutura estatal como suporte local à expansão capitalista em tempos de transnacionalização do capital.

A despeito dos esforços realizados na modernização da estrutura burocrática do Estado, em muitos momentos contrariando interesses de antigas lideranças políticas e suas tradicionais práticas, os governos da Era Tasso tiveram em sua base de apoio 52,70% de deputados estaduais oriundos de clãs familiares (NOBRE, 2008, p. 196.). Em vários casos, os clãs familiares marcaram presença no poder legislativo estadual com mais de um deputado do mesmo clã. Em seu conjunto, os deputados que apoiavam os chamados Governos das Mudanças demonstravam também muita força política, na medida em que 82,43% deles tiveram mais de um mandato, sendo mais expressivo o fato de que 16,22% estiveram em todos os cinco mandatos do período: eleitos entre 1986 e 1998 (NOBRE, 2008, p. 190-191).

Quanto à realidade da política municipal, identificamos que em 45,66% dos municípios cearenses houve a dominância de um ou dois clãs familiares nas eleições de 1988 a 2004, período que corresponde àquele ciclo político. O impacto dessa dominância política está indicado também no fato de em 71,74% dos municípios cearenses ter se verificado o predomínio de uma única liderança na política local, enquanto em 21,74% isso se deu a partir de duas lideranças (NOBRE, 2008, p. 189-190).

Mesmo considerando apenas o período eleitoral que corresponde à Era Tasso (1980-1990), aquela pesquisa possibilitou a identificação de 89 clãs com forte dominância municipal. Desse total 65,16% chegaram a vencer três das cinco eleições municipais, 25,84% foram vitoriosos em quatro e 6,74% obtiveram êxito em todas as eleições de municipais desse vasto período (NOBRE, 2008, p. 196). Estão incluídas, nessa última situação, as seguintes famílias: Martins de Carnaubal, Rodrigues de Catarina, Pinheiro de Jaguaribe, Rocha de Morrinhos, Pinho de Poranga e Osterno, de Marco.

Com o balanço das eleições estaduais e municipais da “Era Tasso” pode-se constatar a permanência de traço fundamental da cultura política brasileira nesse

período histórico, conformando os próprios interesses modernizantes da elite empresarial que ascendeu ao poder com Tasso Jereissati. Por sua vez, foi possível revelar como a influência na política local está estreitamente articulada com a condução da política no Estado como um todo a partir da relação do poder legislativo com o executivo estadual.

Na medida em que a referente pesquisa teve um marco temporal limitado, restrito à “Era Tasso”, tornou-se relevante aprofundar o estudo sobre a dominância dos clãs familiares no Ceará em período anterior àquele ciclo de poder (nas eleições da década de 1970), e também como tal dominância se configurou em novo cenário político, o da realização de outro ciclo de poder hegemônico agora sob o comando de um clã familiar: Ferreira Gomes.

9.5 A DOMINÂNCIA POLÍTICA DOS CLÃS FAMILIARES NO CEARÁ: DA ESFERA MUNICIPAL PARA A ESTADUAL

A partir da pesquisa da “Era Tasso”, quando identificamos clãs familiares com ascendência do poder municipal para o poder legislativo estadual durante as eleições de 1986 a 1998, buscamos fazer uma atualização incorporando os dados das eleições municipais de 2000, 2004 e 2008 e as estaduais de 2002, 2006 e 2010. Portanto, aprofundamos a pesquisa anterior ao incorporar novas informações sobre alguns dos clãs políticos familiares que marcaram presença desde o ciclo de poder dos empresários e sobre seus desempenhos nas eleições posteriores.

Ampliando a pesquisa, e ainda em termos de amostra dos municípios cearenses, partimos daqueles casos que demonstravam grande dominância no poder municipal na “Era Tasso” e podemos perceber um quadro ainda mais significativo. Em Carnaubal, a família Martins venceu 66,7% das eleições entre 1972 e 2008, ficando durante cinco mandatos consecutivos à frente do poder municipal. Nas ocasiões em que esteve ausente dessa esfera de poder (1972, 1982 e 2008) foi substituída por membros da família Chaves. No caso do município de Catarina, a família Rodrigues está na administração municipal em seis mandatos seguidos, tendo vencido as eleições de 1988 até a de 2012, além de outro mandato conquistado em 1976. Isso representa vitórias em 77,8% das eleições do período. Esse desempenho também é repetido pelo clã Pinheiro em Jaguaribe que só ficou ausente do poder municipal nas eleições de 1972 e 1982. O mesmo percentual de vitórias eleitorais no período estudado é registrado também para a família Osterno no município de Marco, sendo que conseguiu estar à frente do executivo durante sete mandatos consecutivos, o que foi fundamental para eleger o deputado Francisco Rogério Osterno Aguiar, como veremos mais adiante. Em Morrinhos, o clã Rocha conseguiu ficar no poder a partir da eleição de 1988 até a de 2004; foram

cinco vitórias consecutivas, representando 55,6% do total realizado no período. O caso mais exemplar de força política está representado pelo clã Pinho, que, ao longo dessas décadas, só não fez prefeito em Poranga na eleição de 1976, sendo que o líder mais destacado é Abdoral EufRASINO de Pinho: quatro mandados de prefeito naquele município.

No âmbito deste trabalho, interessa destacar as informações sobre alguns deputados estaduais que pertencem a clãs familiares e fizeram parte da base de apoio dos Governos das Mudanças, embora o período de análise se estenda àquele ciclo de poder. Por sua vez, alguns dados biográficos sobre cada deputado e sua herança política familiar foram retirados da coleção *Deputados Estaduais* publicada pela Assembleia Legislativa do Ceará, Edições INESP, entre 1999 e 2006.

Em termos do poder legislativo cearense alguns casos chamam atenção pela presença, em várias eleições seguidas de representações parlamentares do mesmo clã político familiar naquela casa. Incluem-se como a expressão de maior dominância desses clãs familiares na “Era Tasso”:

- 1) Antônio Leite TAVARES: foi eleito deputado estadual em 1982, 1986, 1990 e 1994. Após sua indicação para o Tribunal de Contas do Estado (TCE), por Tasso Jereissati, seu filho, Marcos TAVARES, passou a desempenhar o mandato de deputado estadual, sendo eleito em 1998 e 2002. Este clã familiar representa, ao todo, seis (6) mandatos consecutivos na Assembleia Legislativa. Ainda em 1988, Antônio TAVARES renunciou ao mandato parlamentar para ser prefeito do município de Barro. Naquele município a família TAVARES ocupou, desde 1972, o executivo em seis mandatos. Esse mesmo clã possui também influência em município próximo, de Abaiara, com outros três mandatos no executivo. Nesta última cidade, desde 1996, têm predominado candidatos eleitos do clã Sampaio, com quatro mandatos consecutivos e outro em 1976;
- 2) Alexandre Figueiredo: seu pai, Francisco Figueiredo de Paula Pessoa, foi eleito deputado estadual em 1978 e 1982. Nos dois mandatos seguintes a vaga na Assembleia foi ocupada por Alexandre (nas eleições de 1986 e 1990). Quando também foi indicado para o Tribunal de Contas do Estado (TCE), por Ciro Gomes, assume Cândida Figueiredo para mais três mandatos, com eleições em 1994, 1998 e 2002. Por último, no pleito eleitoral de 2006, foi eleito Tomás Figueiredo Filho também para aquela casa, enquanto em 2010 teve votação para suplente de deputado federal. O clã familiar esteve presente na Assembleia Legislativa, de forma consecutiva, por oito (8) mandatos, representando quase 30 anos naquela esfera do poder político. Por sua vez, esse clã familiar, o mesmo do senador

- Paula Pessoa, exerce forte liderança em Santa Quitéria, onde Tomás Albuquerque de Paula Pessoa esteve em três mandatos na prefeitura daquela cidade (eleito em 1992, 2000 e 2004);
- 3) Carlos Cruz: um dos mais antigos “caciques políticos” de Juazeiro do Norte, com duas passagens na prefeitura daquela cidade (eleições de 1988 e 2004), foi eleito para quatro mandatos de deputado estadual, em 1978, 1982, 1994 e 1998. Após sua saída daquela casa, assumiu sua filha Ana Paula Cruz, com mandatos conseguidos nas eleições de 2002 e 2006. Neste último, esteve na suplência, mas assumiu o mandato nos primeiros meses do ano legislativo;
 - 4) Ciro Ferreira Gomes: outro líder político da “Era Tasso”, antes de seu mandato de governador e de carreira política em âmbito nacional. Foi eleito deputado estadual em 1982 (suplente) e 1986. Neste último mandato, não completado porque se afastou da Assembleia Legislativa para disputar as eleições para a Prefeitura de Fortaleza, foi o líder do governo naquela casa. Nas duas eleições seguintes, em 1990 e 1994, foi eleito para deputado estadual o seu irmão, Cid Ferreira Gomes, atual governador do Ceará em seu segundo mandato. Cid Gomes também se afastou da Assembleia para ocupar, por duas vezes, a administração municipal de Sobral e foi substituído por outro irmão, Ivo Ferreira Gomes, eleito em 2002, 2006 e 2010. Este clã familiar, que ocupa o poder legislativo há sete mandatos, também tem fortes raízes políticas em Sobral, cuja administração já fora ocupada pelo pai dos três deputados, José Euclides Ferreira Gomes, além do fato espetacular de dois irmãos terem sido eleitos para governar o mesmo estado federativo em tão curto espaço de tempo. Ainda representando a força do clã Ferreira Gomes está Patrícia Saboya que foi casada com Ciro Gomes. Ancorada na influência do marido, aliança mantida mesmo depois do fim do casamento, Patrícia foi eleita vereadora, deputada estadual (ocupando mandato atualmente) e senadora em 2002. Ela é neta do senador cearense Plínio Pompeu Saboya;
 - 5) Maria Lúcia Magalhães Corrêa foi eleita para deputada estadual em quatro momentos (1978, 1986, 1990 e 1994), seguida pela filha, Inês Arruda, para mais dois mandatos (nas eleições de 1998 e 2002) e a neta, Lívia Arruda em 2006. O clã também tem participação em três administrações municipais no período estudado: 1982, com o marido de Maria Lúcia (Danilo Correa), o genro Gerardo Arruda (1996) e a filha Inês em 2004. Além da presença na administração de Caucaia, da presença na Assembleia Legislativa em sete mandatos, o clã também participa da Câmara Federal com Gerardo Arruda;

- 6) Francisco de Paula Rocha Aguiar, eleito para cinco mandatos no legislativo cearense (1986, 1990, 1994, 1998 e 2002), sucedendo a seu pai, o ex-deputado Murilo Aguiar (eleito em 1947, 1958, 1962, 1966 e 1982). Este clã familiar tem forte presença na política de Camocim, com vários mandatos no poder executivo daquela cidade: Murilo Aguiar (eleito em 1954), Murilo Rocha Aguiar Filho (1988) e Sérgio Aguiar (vitorioso nas eleições de 1996 e 2000). O próprio pai de Murilo Aguiar, o Coronel Moyses Cavalcante Rocha, também fora prefeito de Camocim. Mais recentemente, nas eleições de 2004 e 2008, o clã Aguiar sofreu duas derrotas na disputa municipal para Francisco Maciel Oliveira (PP), conhecido como Chico Vaulino. Na primeira eleição a disputa foi com Antônio Alberto Rocha Aguiar (irmão do ex-deputado Francisco de Paula Rocha Aguiar) e a segunda com Mônica Aguiar (esposa do ex-prefeito Sérgio Aguiar). O irmão do Deputado Murilo Aguiar, Francisco Rocha Aguiar, foi eleito prefeito de Ipu em 1966 e em 1972 elegeu sua esposa para o mesmo cargo: Maria Antonieta Rocha Aguiar. Francisco Rocha Aguiar também foi deputado estadual por um mandato (1979/1983). Dando continuidade ao clã na esfera do poder legislativo estadual, identificamos Sérgio Aguiar (filho de Francisco de Paula Rocha Aguiar), que está em seu segundo mandato de deputado estadual (eleições de 2006 e 2010). Em seu conjunto, o clã Aguiar tem estado presente na Assembleia Legislativa por 13 mandatos consecutivos;
- 7) Francisco Rogério Osterno Aguiar, atualmente no seu quarto mandato, e a irmã, a ex-deputada Shylene Aguiar, com um mandato naquela casa. O próprio deputado Rogério Aguiar ocupou o cargo de prefeito de Marco antes de ser eleito para a Assembleia Legislativa, além de outros mandatos de prefeitos exercidos por parentes seus naquela cidade, como já referido, com comando político desde 1976 (naquele ano foi eleito prefeito Guy Neves Osterno). Mais recentemente, foram prefeitos de Marco, o seu irmão (José William Osterno Aguiar) em 1996, um primo (Jorge Stênio Osterno) em 2000 e 2004 e outro parente, Geraldo B. Osterno Aguiar (também eleito prefeito em 1982), que sucedeu a Rogério Aguiar em 1992. Além disso, o seu filho (Francisco Rogério Osterno Aguiar Filho) foi vice-prefeito daquela cidade em 1996 e 2000;
- 8) Manoel Duca da Silveira Neto, eleito cinco (5) vezes para a Assembleia Legislativa, tendo renunciado ao mandato em 2005 para exercer o de prefeito de Acaraú. Manoel Duca já havia sido prefeito daquela cidade de 1977 a 1983, além de outros três mandatos exercidos por seus parentes:

o avô Manoel Duca da Silveira, o tio Geraldo Benone da Silveira, e seu irmão Aníbal Ferreira Gomes que está em seu quinto mandato de deputado federal. Este clã familiar tem grande ascendência no poder legislativo cearense, com mandatos exercidos por seu avô, José Filomeno Ferreira Gomes, em 1947 e 1951, pelo seu pai, Amadeu Ferreira Gomes, em 1958 e 1962, e um tio, Orzete Filomeno Ferreira Gomes, que foi deputado estadual em 1970, 1974, 1978 e 1982. Assim, contabilizando somente o período mais recente, o clã completou nove (9) mandatos consecutivos naquela casa, além dos outros quatro (4) exercidos pelo pai e avô. O próprio deputado Manoel Duca esteve envolvido em disputa política de seu clã familiar, em episódio em que seu primo, João Jaime Ferreira Gomes, que estava exercendo o mandato de prefeito, foi assassinado. O ex-deputado, junto com dois irmãos, foi acusado do referido assassinato que teria beneficiado um de seus irmãos no comando do executivo municipal de Acaraú, Amadeu Ferreira Gomes, que depois acabou renunciando. O ex-deputado Manoel Duca também é acusado de envolvimento no crime de Afonso Henrique Fontes Neto, que disputou a eleição para deputado federal em 1986;

- 9) a família Arruda, do município de Granja, com cinco décadas à frente do poder local tem ascendência também na política estadual. Dessa família fazem parte o ex-deputado federal, suplente de senador pelo PSDB e atual prefeito de Granja: Esmerino Coelho Arruda; o seu irmão e deputado federal Vicente Arruda; o atual deputado estadual Esmerino Arruda Coelho Filho, conhecido por Gony Arruda, que está em seu terceiro mandato. Gony Arruda é filho também de Carmem Sales Oliveira Arruda, duas vezes prefeita do mesmo município e sobrinho de Eliezer Oliveira de Arruda Coelho Filho, prefeito eleito em 1992, intercalando os mandatos de Esmerino Arruda e Carmem Arruda. O pai de Esmerino e Eliezer Arruda, Eliezer Oliveira de Arruda Coelho, também foi eleito prefeito de Granja em 1972 e 1982 e eleito na suplência de deputado estadual em 1978;
- 10) a família Girão, de Morada Nova, da qual faz parte o ex-deputado, por dois mandatos, Francisco Xavier Andrade Girão. Franciné Girão, como é conhecido, conduziu o executivo daquele município por três vezes (eleito em 1982, 1996 e 2000). O seu pai, Perboyre Teófilo Girão já havia sido prefeito daquela cidade, enquanto seu irmão Francisco Andrade Teófilo Girão foi eleito vereador em 1970 e deputado estadual em 1982 e 1987. Após a morte prematura deste último, em 1988, sua mulher, Maria Auxiliadora Damasceno Girão, foi eleita prefeita, sucedendo a Franciné Girão,

enquanto o filho do casal, Adler Damasceno Girão, foi também eleito prefeito em 2004. Em seu conjunto, a família Girão completou seis (6) mandatos no executivo municipal, sofrendo derrotas em 1992 e 2008 para Glauber Barbosa Castro;

- 11) a família Azevedo de Trairi, com cinco mandatos consecutivos no executivo municipal: Jonas Henrique Azevedo (eleito em 1982 e 1992) e Henrique Mauro de Azevedo Porto (1988, 1996 e 2000), além das seguidas vezes em que o ex-deputado José Henrique Azevedo foi eleito suplente de deputado estadual, tendo assumido o mandato nas quatro ocasiões em que isto ocorreu. Nas eleições municipais de 2008, Henrique Mauro de Azevedo Porto Filho foi derrotado ao concorrer para o cargo de prefeito. Antes da família Azevedo, o município de Trairi esteve dominado pela família Ribeiro desde a década de 1950, que ficou à frente do município por quatro mandatos;
- 12) o clã familiar do ex-deputado Tomás Antônio Brandão, deputado estadual por sete (7) mandatos e líder do PSDB, além de ter sido prefeito de São Benedito em 1972, antes de seu primeiro mandato no Legislativo Estadual. Tomás Brandão é sobrinho de Francisco Júlio Filizola, deputado estadual (1955 a 1958) e também prefeito da mesma cidade, exercendo o cargo por 12 anos. Embora não tenha persistido na legislatura estadual, Filizola influenciou na eleição do sobrinho Tomás Brandão e fez outro também prefeito: Paulo Roberto Filizola (1988 a 1992). A mulher de Tomás Brandão, Simone de Freitas Brandão, foi vice-prefeita no período de 2000 a 2006; o filho João Almir Freitas Brandão, falecido em 1998, foi eleito para o mandato no executivo em 1996; e o outro, Tomás Antônio Brandão Júnior, foi eleito mais recentemente em 2008. Outro mandato de prefeito esteve nas mãos do clã, José Hudson Filizola, eleito em 1992;
- 13) deputado Pedro Timbó, de Tamboril. Foi deputado estadual em quatro mandatos consecutivos, de 1991 a 2006. A administração da cidade de Tamboril esteve sob o controle de sua família por vinte e oito anos. Por exemplo, o seu irmão Francisco Timbó Camelo foi prefeito em quatro mandatos (1976, 1988, 1996 e 2000). Intercalando esses mandatos, esteve uma tia, Julieta Alves timbó, eleita em 1982.

9.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um contexto democrático, com condições mais livres para a escolha de nossas representações políticas e para conquistas de direitos e políticas sociais, impressionam os dados que apontam para a permanência do controle político de

administrações municipais por parte de clãs familiares, bem como sua transcendência para a política estadual. E isto ocorre em termos muito amplos, como já revelam os dados apresentados a partir das amostras de municípios nas eleições para prefeito, como o próprio quadro de deputados estaduais que marcam presença na Assembleia Estadual desde a década de 1970.

Esta pesquisa, embora considere apenas a realidade do estado do Ceará, já nos permite ter uma clara compreensão de que a cultura política brasileira, marcada pelo clientelismo e o patrimonialismo, está associada a essa dominância política. Com isto, ficam prejudicadas as possibilidades de conquista e de fortalecimento da própria cidadania e de superação das desigualdades políticas, sociais e econômicas.

Nosso esforço, ao concluir esse levantamento das eleições municipais e estaduais do Ceará contemporâneo, é o de investigar como se combina essa dominância eleitoral dos clãs familiares com o desempenho da política de assistência social em alguns municípios a serem selecionados, o que será realizado em outra pesquisa. Em outros termos, interessa-nos não apenas conhecer um quadro geral da política cearense com essa característica da dominância de clãs familiares, mas também avançar na análise de como isto influi no desenvolvimento de uma política social que tradicionalmente serviu de moeda nas trocas políticas.

REFERÊNCIAS

- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ. **Memorial Deputado Pontes Neto**. Deputados Estaduais 18º Legislatura 1971-1974. Fortaleza: INESP, 1999.
- _____. **Memorial Deputado Pontes Neto**. Deputados Estaduais 19º Legislatura 1975-1978. Fortaleza: INESP, 2000.
- _____. **Memorial Deputado Pontes Neto**. Deputados Estaduais 20º Legislatura 1979-1982. Fortaleza: INESP, 2002.
- _____. **Memorial Deputado Pontes Neto**. Deputados Estaduais 21º Legislatura 1983-1986. Fortaleza: INESP, 2003.
- _____. **Memorial Deputado Pontes Neto**. Deputados Estaduais 22º Legislatura 1987-1990. Fortaleza: INESP, 2004.
- _____. **Memorial Deputado Pontes Neto**. Deputados Estaduais 14º Legislatura 1955-1958. Fortaleza: INESP, 2006.
- _____. **Memorial Deputado Pontes Neto**. Deputados Estaduais 15º Legislatura 1959-1962. Fortaleza: INESP, 2006.
- _____. **Memorial Deputado Pontes Neto**. Deputados Estaduais 23º Legislatura 1991-1994. Fortaleza: INESP, 2006.
- BARREIRA, César. **Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no Sertão**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

- BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.
- FARIAS, Airton. **História do Ceará**. 6. ed. rev. e ampl. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012.
- LAVAREDA, Antonio. **A democracia nas urnas: o processo partidário-eleitoral brasileiro, 1945/1964**. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Iuperj; Revan, 1999.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- LEMENHE, Maria Auxiliadora. **Família, tradição e poder: o (caso) dos coronéis**. São Paulo: Annablume: UFC, 1995. (Selo Universidades, v. 44).
- MATOS, Francisco José Lima; ALCÂNTARA, Sérgio V. Sousa; DUMMAR, Wânia Cysne (Org.). **Cenários de uma política contemporânea**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1999.
- MARINHO, Cristiane Maria. **Pensamento pós-moderno e educação na crise estrutural do capital**. Fortaleza: EdUECE, 2009.
- MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MOTA, Aroldo. **História política do Ceará. 1947-1966**. Rio de Janeiro; São Paulo: ABC, 2005.
- NOBRE, Maria Cristina de Q. **O Estado na ordem do capital: o significado e o alcance das mudanças na “Era Tasso”**. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: UFC, 1999.
- _____. Estado capitalista, lutas políticas e eleições: uma análise com Gramsci. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 35, n. 2, 2004, p. 71-83.
- _____. **Modernização do atraso: a hegemônica burguesa do CIC e as alianças eleitorais da “Era Tasso”**. Tese de Doutorado. Fortaleza: UFC, 2008.
- OLIVER COSTILLA, Lucio Fernando; NOBRE, Maria Cristina de Q. **Dominação e hegemonia burguesa na transnacionalização do capital: o Ceará na “Era Tasso”**. Fortaleza, EdUECE, 2011.
- REES, Laurence. **Vende-se política**. Rio de Janeiro: Revan, 1995.
- SANTOS, Arnaldo; LEITÃO, Juarez. **Verbo Cívico: visão histórico-sociológica da Assembléia Legislativa do Ceará**. Fortaleza: Expert, 2002.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. **O ex-Leviatã brasileiro: do voto disperso ao clientelismo concentrado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SITES CONSULTADOS

- SOARES, Afranio. Dr. Francisco Rocha Aguiar. **Portal de Notícias Aconteceu Ipu**. Disponível em: <<http://afraniosoares.blogspot.com.br/2010/05/dr-francisco-rocha-aguiar>>.

html>. Publicado em: 19 maio 2010. Acesso em: 3 jul. 2012.

CHICO VAULINO SERIA REELEITO, MAS IBOPE APONTA EQUILÍBRIO.

Diário do Nordeste. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=569272>>. Publicado em 4 set. 2008. Acesso em: 3 jul. 2012.

CARNAUBAL (CEARÁ). **Wikipédia.** Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Carnaubal_%28Cear%C3%A1%29>. Acesso em: 3 jul. 2012.

NOMES E HISTÓRICO. **Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.** Disponível em: <<http://www.al.ce.gov.br/index.php/deputados/nomes-e-historico/20-partidos/pdt/111>>. Acesso em: 3 jul. 2012.

10

CAPÍTULO

A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE INCLUSÃO: O PROJETO REVIVER DO CARIRI (CEARENSE) E A (RE)INTEGRAÇÃO SOCIAL DE DEPENDENTES QUÍMICOS

Camila Pereira Brígido Rodrigues¹

Maria Aline Pereira de Brito²

Izak Batista de Araújo³

Francisca Laudeci Martins Souza⁴

1 Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Bolsista de Iniciação Científica CNPQ. Contato: camilabrigido@hotmail.com.

2 Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Bolsista PIBIC-CNPq. Contato: linny_brito@hotmail.com, (88) 9949-8728.

3 Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri(URCA). Contato: izak-b@hotmail.com, (88) 9943-1362.

4 Doutora em Educação pela UERJ, professora associada do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri (URCA) e Coordenadora do Grupo ECOS de estudos em Economia Solidária e Sustentabilidade. Contato: laudecimartins@yahoo.com.br, 9911-6085.

10.1 INTRODUÇÃO

As modificações estruturais, de ordem econômica e social, ocorridas no mundo nas últimas décadas, fragilizaram o modelo tradicional da relação capital - trabalho, de modo que é crescente o aumento da informalidade e precarização das relações formais. Nesse contexto, a economia solidária procura resgatar as lutas históricas dos trabalhadores que tiveram origem no início do século XIX, sob a forma de cooperativismo, como uma das maneiras de resistência contra o avanço avassalador do capitalismo industrial. No Brasil, ela ressurgiu no final do século XX como resposta dos trabalhadores às novas formas de exclusão e exploração no mundo do trabalho.

Novos modos de existência econômica, que se pautem em princípios diferentes daqueles propagados pela economia tradicional, ganham corpo e se fortalecem no século XXI. Isso porque os tempos que correm são marcados por crises que se justificam menos na conjuntura do que na estrutura da economia clássica. Ou seja, cresce o movimento que cada vez mais questiona os objetivos de maximização da produção, minimização dos custos e maximização dos lucros como alternativa única de produção e consumo. Neste cenário, partilha, comunhão e consumo consciente são apenas alguns dos conceitos que emergem a partir dos princípios da solidariedade e sustentabilidade.

Muito embora a economia solidária se manifeste no século XIX com o surgimento e avanço de outras formas de organização do trabalho, consequência, em grande parte, da necessidade dos trabalhadores de encontrarem alternativas de geração de renda, no século XXI a intensificação da destrutividade ambiental, por exemplo, tem colocado a humanidade em face de um conjunto de problemáticas que impactam direta ou indiretamente as condições de reprodução da vida planetária.

O aumento exponencial do lixo, a contaminação e redução das fontes de água potável, o aquecimento global, o desmatamento, a descartabilidade e a redução da biodiversidade são alguns dos fenômenos cada vez mais evidentes, afetando as possibilidades de reprodução do sistema do capital, além de impactarem as múltiplas formas de vida orgânica, sobretudo, a dos segmentos mais pauperizados das classes trabalhadoras. As alternativas, hegemonicamente presentes no debate ambiental, apontam para um conjunto de iniciativas de ordem técnica e comportamental, caucionadas na defesa do aprimoramento e da ecologização do capital: trata-se de um discurso que propala a capacidade do sistema de compatibilizar “desenvolvimento econômico e preservação ambiental”, desde que os indivíduos adotem posturas mais respeitosas para com a natureza. Sob o manto da responsabilidade socioambiental, os meios de comunicação enfatizam, cotidianamente, experiências bem sucedidas, iniciativas empresariais “sustentáveis”, revelando uma ofensiva ideológica sem par, cujo fim é convencer a todos que é possível superar a degradação ambiental sob o signo do capital (SANTOS et. al., 2012, p. 96).

Ou seja, as crises em curso no século XXI são transversais e interdisciplinares na medida em que suas causas e conseqüências não se assentam somente no mundo da economia pois perpassam o mundo da cultura, do ambiente, da educação e da justiça social, entre outros. Assim o são porque, menos do que advindas das relações históricas estabelecidas entre trabalho e capital, são questionamentos feitos à própria estrutura do capital e suas externalidades crescentemente negativas.

O aprofundamento dessa crise abriu/abre espaço para o surgimento e avanço de outras formas de organização do trabalho, conseqüência, em grande parte, da necessidade dos trabalhadores no sentido de alternativas de geração de renda. Experiências coletivas de trabalho e produção vêm se disseminando nos espaços rurais e urbanos, por meio das cooperativas de produção e consumo; das associações de produtores; das redes de produção, consumo e comercialização; das instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários; das empresas de autogestão entre outras formas de organização.

No Brasil, a economia solidária se expandiu a partir de instituições e entidades que apoiavam iniciativas de associações comunitárias, constituição e articulação de cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de cooperativismo e economia solidária, etc. Atualmente, a economia solidária tem-se articulado em vários fóruns locais e regionais, resultando na criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Hoje, além do Fórum Brasileiro, existem 27 outros estaduais com milhares de participantes (empreendimentos, entidades de apoio e rede de gestores públicos de economia solidária) em todo o território brasileiro. Foram fortalecidas ligas e uniões de empreendimentos econômicos solidários e foram criadas novas organizações de abrangência nacional (MTE, 2013).

A temática da economia solidária, aos poucos, se torna uma realidade no cenário econômico brasileiro. Seus conceitos de solidariedade e participação se espalham gerando novas iniciativas e afetando as antigas, buscando, assim, um mercado mais humanizado e menos utilitarista. Mesmo estando diante de um sistema competitivo e individualista, essas iniciativas solidárias vêm ganhando seu espaço de forma significativa (ADDOR, 2006).

Em 1994, Laville caracterizava a economia solidária como um conjunto de atividades econômicas cuja lógica é diferente tanto da lógica do mercado capitalista quanto da lógica do Estado. Ao contrário da economia capitalista, que se volta para o capital a ser acumulado, funcionando a partir das relações competitivas com objetivos de sempre buscar os interesses individuais, a economia solidária é estabelecida com base em fatores humanos, o que favorece a valorização do laço social por meio da reciprocidade, adotando formas comunitárias de propriedade. Ela se distingue também da economia estatal que exhibe autoridade central e formas de propriedade institucional (LAVILLE, 1994 apud LECHAT, 2002).

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária define a Economia Solidária como “fruto da organização de trabalhadores e trabalhadoras na construção de novas práticas econômicas e sociais fundadas em relações de colaboração solidária”. Neste contexto, destaca-se a importância dos valores culturais, que apresentam o ser humano como sujeito e também finalidade da atividade econômica.

Nascimento (2006) afirma que as ciências econômicas por meio da economia solidária devem buscar o bem-estar da população:

Independentemente do sistema produtivo e das relações políticas da sociedade, as ciências econômicas devem buscar o bem-estar da população. Não faria sentido que todo esforço empreendido pelo Estado objetivasse apenas reduzir a relação dívida/ PIB ou mesmo aumentar o superávit primário das contas públicas. Aparentemente, esses parâmetros buscam em sua essência criar expectativas positivas para a economia, buscando pavimentar o caminho para os investimentos produtivos (NASCIMENTO, 2006, p. 4).

A Economia Solidária pode apresentar várias características. Por se tratar de ideologia, ela possui uma forma diferente de qualidade de vida e de consumo, partindo da integração e da solidariedade de toda a população mundial. O trabalho, o conhecimento e o atendimento das necessidades sociais da população são apontados como os calores centrais da Economia Solidária, iniciando-se, por uma gestão com responsabilidade perante os recursos públicos (NASCIMENTO, 2006).

A Economia Solidária pode representar uma importante ferramenta de combate à exclusão social conforme se apresentem alternativas viáveis para a geração de trabalho e renda que satisfaçam as necessidades humanas, colocando fim às desigualdades materiais e propagando os valores da ética e da solidariedade. Ela se mostra também como um grande projeto de desenvolvimento integral voltado para a sustentabilidade, a democracia participativa, a justiça econômica e social, além da preservação do meio ambiente por meio do uso racional dos recursos naturais, estabelecendo o compromisso dos poderes públicos em democratizar o poder, a riqueza e o saber, instigando uma formação estratégica de alianças entre organizações populares para que vigorem ativamente os direitos e deveres da cidadania (NASCIMENTO, 2006).

Segundo Nascimento (2006, p. 9),

A Economia Solidária propõe uma atividade econômica enraizada no seu contexto mais imediato, e tem a territorialidade e o desenvolvimento local como marcos de referência. Consumidores de diversos países definem conscientemente seus níveis de consumo com base em princípios éticos, solidários e sustentáveis.

É muito provável que o sentido mais preciso de Economia Solidária seja o de que ela é formada por um conjunto de organizações econômicas que se

caracterizam pela propriedade coletiva dos meios de produção, pela própria gestão do trabalho por meio de mecanismos para a tomada de decisões coletivas e pela formação comunitária. A partir desta definição a unidade mais simplificada de Economia Solidária é o Empreendedorismo Econômico Solidário, que pode assumir a forma de uma cooperativa, uma associação ou até mesmo um grupo informal. Com isso não se confunde com as práticas de solidariedade assistencial, de caridade ou até de responsabilidade social e ambiental, mas, antes de tudo, está interligada a uma concepção de solidariedade social fundamentalmente associada às condições de organização e autogestão do trabalho, relacionando-se também com a repartição de benefícios (BERTUCCI, 2010).

A partir desta concepção, podemos tomar quatro variações, que dizem respeito à forma com que se analisa o potencial desses empreendimentos. Para os mais otimistas, o crescimento desse tipo de empreendimento econômico mostraria um caminho evidente que, através de uma prática socialista, levaria à superação do capitalismo. Isso quer dizer que, neste ponto de vista, a organização da produção através de empreendimentos autogestionários se tornaria hegemônica (BERTUCCI, 2010, p. 52).

Para Nascimento (2006),

A Economia Solidária busca fundamentalmente a unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade, mas exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso aos seus benefícios, gerando crises recessivas, hoje de alcance global.

A economia solidária compreende quaisquer práticas econômicas populares que se posicionam aquém do assalariamento formal e que englobam ações individuais ou de grupos, resultando daí a solidariedade como fator da produção econômica. Essa ideia remete ao termo economia popular, que antecede o da economia solidária. Mesmo que se entenda a solidariedade como um elemento essencial, compreende-se o movimento da economia solidária para além da produção popular (BARBOSA, 2007 apud GONÇALVES, 2010).

A Economia Solidária é também um projeto de desenvolvimento integral que busca a sustentabilidade, a justiça econômica e social e a democracia participativa, além da preservação ambiental e a utilização racional dos recursos naturais. Ademais, a Economia Solidária exige o compromisso dos poderes públicos com a democratização do poder, da riqueza e do saber, e estimula a formação de alianças estratégicas entre organizações populares para o exercício pleno e ativo dos direitos e responsabilidades da cidadania.

Ainda nesse âmbito, Irion (1997, p. 39) contribui para o presente trabalho salientando que a compreensão do termo Economia Solidária está em entendermos por economia solidária:

aquela que se fundamenta na organização dos trabalhadores em empresas que tenham por base a pessoa e não o capital, a democracia, a autogestão, o livre acesso e a solidariedade entre os atuais participantes e a solidariedade para os que virão no futuro depois dos primeiros associados. Empreendimentos deste tipo se caracterizam por individualizar o capital de cada sócio e por gerarem fundos indivisíveis entre os sócios, como solidariedade futura.

Para melhor compreensão e entendimento dos termos conceituais supracitados, diz-se que a economia solidária é a resposta organizada à exclusão pelo mercado, por parte dos que não querem uma sociedade movida pela competição, da qual surgem incessantemente vitoriosos e derrotados. É antes de qualquer coisa uma opção ética, política e ideológica, que se torna prática quando os optantes encontram os de fato excluídos e juntos constroem empreendimentos produtivos, redes de trocas, instituições financeiras, escolas, entidades representativas etc., que apontam para uma sociedade marcada pela solidariedade, da qual ninguém é excluído contra a vontade.

De acordo com Gaiger (2003), os empreendimentos de economia solidária (EES) constituem a célula básica da economia solidária. Uma de suas características é a preexistência de alguma relação social entre seus trabalhadores, ou pelo menos entre uma boa parte deles, seja por já dividirem outros ambientes de trabalho, seja por serem camponeses de uma mesma localidade, ou vizinhos, familiares ou até mesmo por pertencerem a grupos étnicos afins. No caso brasileiro, os EES se organizam das mais variadas formas, como empresas recuperadas e administradas pelos próprios trabalhadores, cooperativas, associações ou grupos informais de produção de caráter suprafamiliar e comunitário, caracterizando um verdadeiro “polimorfismo” que não necessariamente está relegado à parcela mais pobre da população.

Concomitante ao exposto, devemos salientar que, além dos EES, existem no país diversas organizações que atuam no plano do fomento e fortalecimento das formas de expressão da economia solidária, tais como Organizações Não Governamentais (ONGs), movimentos sociais, fóruns nacionais e estaduais entre outros, tanto no meio urbano como no meio rural (SILVA, 2010).

Nesta pesquisa constituímos como exemplo dessas organizações solidárias o Projeto Reviver em Juazeiro do Norte (CE). Ele surgiu por meio da verificação da forte incidência de dependência química entre jovens e adultos trabalhadores na Região Integrada do Cariri Araripe,⁵ bem como na constatação da inexistên-

5 A RICA é constituída pelos municípios de Abaiara, Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Aurora, Baixio, Barbalha, Barro, Brejo Santo, Campos Sales, Caririçu, Cedro, Crato, Farias Brito, Granjeiro, Ipaumirim, Jardim, Jati, Juazeiro do Norte, Lavras da Mangabeira, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Nova Olinda, Penaforte, Porteiras, Potengi, Salitre, Santana do Cariri, Tarrafas, Umari, Várzea Alegre, no Ceará; Araripina, Bodocó, Cedro, Exu, Granito,

cia de unidades que promovam o tratamento e reestruturação dos dependentes químicos da região.

O objetivo central do Projeto Reviver é recuperar dependentes químicos, pessoas “esquecidas” pela sociedade e pela própria família, haja vista que em muitos casos, tais dependentes estão na marginalidade para sustentar o vício e assim provocam grandes impactos familiares e sociais. Desta feita, o trabalho de cunho associativo com foco na solidariedade requer uma série de capacidades que não estão necessariamente inseridas na dinâmica capitalista de produção. Portanto, esse tipo de organização do trabalho é tido como experiência coletiva de organização econômica, na qual os indivíduos se associam para produzir e reproduzir meios de vida por meio de relações de reciprocidade e igualdade.

A partir disso, a grande questão desta pesquisa é indagar de que maneira o princípio da solidariedade que deve perpassar as iniciativas de Economia Solidária constitui estratégia de superação da marginalidade vivenciada pelos dependentes químicos. Ou seja, a instituição de um modo de existência que contemple a inclusão social como objetivo principal de uma Economia Solidária, ou seja, mais preocupada com o ser humano do que com as empresas, com a relação entre os povos do que com os meios de produção.

Para dar conta da questão central e tomar o Projeto Reviver como campo da pesquisa, objetivamos identificar na Economia Solidária estratégias de superação da marginalidade produzida pela dependência química. Especificamente, objetivamos conceituar Economia Solidária; discorrer acerca da utilização da Economia Solidária como combate à marginalidade e compreender o processo de superação da marginalidade por meio do Projeto Reviver, a fim de construir um quadro característico dos beneficiados pelo projeto.

10.2 A INSTITUIÇÃO DE UM CAMINHO METODOLÓGICO

10.2.1 Sobre o projeto

O Projeto Reviver do Cariri, criado em 2006, é uma instituição privada que cuida da recuperação de dependentes químicos cujo princípio fundamental é a solidariedade a partir da fé. Conforme o Pastor Fernandito, coordenador da instituição:

Ipubi, Moreilândia, Ouricuri, Santa Cruz, Santa Filomena, Serrita, Trindade, em Pernambuco; Acauã, Alegrete, Belém do Piauí, Betânia do Piauí, Caldeirão Grande, Campo Grande, Caridade do Piauí, Curral Novo, Francisco Macedo, Fronteiras, Marcolândia, Padre Marcos, Paulistana, Pio IX, São Julião, Simões, Vila Nova, no estado do Piauí; Bom Jesus, Bonito de Santa Fé, Cachoeira dos Índios, Cajazeiras, Conceição, Guarabira, Monte Horebe, Santa Inês, São José de Piranhas, na Paraíba.

A base é a palavra de Deus [...]. Temos as terapias operacionais e a partemédica, que é a parte da saúde, como enfermeiro, psicólogo e psiquiatra. Assistente social, nós temos essa parte que completa o tratamento e a desintoxicação. Nós temos cursos, oficinas, cursos que são ministrados como relações humanas e outros cursos que são ministrados aqui, mas, o que forma, o que muda o caráter, é o que ele vai aprender dentro da palavra de Deus.

Presentemente o projeto atende homens e mulheres – jovens e idosos – distribuídos em três unidades em conformidade com o processo de desintoxicação química. O processo tem uma duração que varia de nove a doze meses de internamento em que se trabalha com terapias ocupacionais, esportes, palestras, estudos bíblicos, artes, música, acompanhamentos médico e espiritual.



Figura 10.1 – Fachada do Projeto Reviver do Cariri.

O projeto se destina a todos aqueles que por livre vontade ou por ordem judicial buscam o Projeto Reviver do Cariri, não importando variáveis como condições financeiras, gênero, raça, partido político, entre outras.

Segundo o próprio site da instituição⁶, alguns dos objetivos do projeto são amparar os adolescentes, adultos e idosos em situação de risco, estendendo a assistência social a suas famílias; desenvolver programas beneficentes de inclusão, proteção, prevenção; articular e integrar ações públicas e privadas em rede;

6 Disponível em: <<http://projutoreviverdocariri.com.br/>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

comprometer-se com a promoção da comunidade local, incentivando o trabalho comunitário e participativo e a integração na sociedade; oferecer o espaço para o lazer sadio, oficinas criativas em socialização e desenvolvimento humano, cultural e social; fornecer aos alunos uma formação profissional para integrá-los no mundo do trabalho e na família; oferecer e desenvolver a educação básica familiar; difundir a importância da cultura por meio da expressão artística e desportiva; promover, oferecer e desenvolver a educação para o exercício da cidadania por meio da educação moral, cívica e religiosa.

Aos dependentes que aderem ao projeto é oferecido um tratamento adequado, viabilizando o acompanhamento dos internos no primeiro mês. Eles permanecem inclusos até o nono ou duodécimo mês, quando se desintoxicam e retornam à sociedade.

10.2.2 Sobre os dados e os procedimentos

Para atender os objetivos deste trabalho utilizou-se uma base primária de dados constituídos a partir de entrevistas.

O trabalho de campo utilizou como método a pesquisa-participante, que, segundo Soares e Ferreira (2006, p. 92), “implica necessariamente a participação, tanto do pesquisador no contexto, grupo ou cultura que está a estudar, quanto dos sujeitos que estão envolvidos no processo da pesquisa”.

Segundo Garjado (1986) apud Carvalho (2013) os aspectos da pesquisa-participante, são:

- a) o objetivo é o de trabalhar com os grupos excluídos, em situações comuns de trabalho e estudo e trocar informações para colaborar na mudança das condições de dominação;
- b) o ponto de partida, o objeto e a meta da pesquisa participante são o processo de aprendizagem dos que fazem parte da pesquisa;
- c) em vez de manter distância entre o pesquisador e o grupo que vai ser examinado, tal como se exige nas ciências sociais tradicionais, propõe-se a interação. Trabalhar, talvez viver, no grupo escolhido, a fim de elaborar perspectivas e experimentar ações que perdurem, inclusive depois de terminado o projeto;
- d) no desenrolar do estudo, aspira-se a uma comunicação o mais possível horizontal entre todos os participantes; e
- e) utiliza-se o diálogo como meio de comunicação mais importante no processo conjunto de estudo e coleta de informação.

10.3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE SUPERAÇÃO DA EXCLUSÃO SOCIAL PRODUZIDA PELA DEPENDÊNCIA QUÍMICA: O CASO DO PROJETO REVIVER DO CARIRI

10.3.1 Dependência química: uma abordagem conceitual

Em pleno século XXI a dependência química é vista como resultado de uso e abuso de substâncias psicoativas. Drogas lícitas e ilícitas que vêm a ter um crescimento progressivo, levando graves consequências à saúde física, psíquica e social do ser humano, refletindo-se na família e na sociedade (SANTOS, 2008).

Conforme a Organização Mundial da Saúde, citada por Santos (2008, p. 15), as substâncias psicoativas:

Ao entrarem em contato com o organismo, sob diversas vias de administração, atuam no sistema nervoso central produzindo alterações de comportamento, humor e cognição, possuindo grande propriedade reforçadora sendo, portanto, passíveis de autoadministração.

A dependência química pode ser considerada como sinônimo de escravidão, pois a pessoa chega a perder o amor próprio, o respeito por si mesmo e também a se distanciar de tudo o que faz ou poderia lhe fazer bem: é considerada uma doença grave e até mesmo incurável, podendo, porém ser controlada. Visualizando-se como doença, trata-se de um transtorno, que faz a pessoa perder totalmente o controle do uso da substância, acabando assim com sua vida emocional, psíquica, espiritual e física. É considerada doença química, pois o que provoca a dependência é uma reação química no metabolismo do corpo; a circunstância básica e única dessa “doença interna” é o uso do produto, existindo aspectos internos relacionados ao organismo que atuam ao mesmo tempo direta e indiretamente que colaboram para a alocação da doença, causando uma predisposição física e emocional para a dependência; é considerada como uma doença progressiva; trata-se de uma doença crônica que se apresenta como incurável que atinge de certa forma toda a família (SANTOS, 2008).

Conforme Silveira (2003), citado por Santos (2008, p. 17), a dependência química é:

o impulso que leva a pessoa a usar droga de forma contínua (sempre) ou periodicamente (frequentemente) para obter prazer. Alguns indivíduos podem também trazer o uso constante de uma droga para aliviar tensões, ansiedades, medos, sensações físicas desagradáveis, etc. O dependente caracteriza-se por não conseguir controlar o consumo de drogas, agindo de forma impulsiva e repetitiva.

Quando o indivíduo sente um impulso indomável é a dependência psicológica impondo a ele a necessidade de fazer o uso das drogas a fim de evitar o mal-estar. A dependência psicológica mostra várias mudanças psíquicas favorecendo a obtenção do hábito. O hábito, por sua vez, é um dos aspectos mais importantes que se considera na toxicomania, pois a tolerância junto com a dependência psíquica significa que se faz necessário o aumento das doses para adquirir os efeitos desejados. E essa tolerância é o fenômeno responsável pela necessidade constante de o indivíduo aumentar o uso da droga. Em estado de dependência psíquica, o desejo repetitivo de tomar várias doses é transformado em necessidade que, se não satisfeita, deixa o indivíduo em estado de profunda angústia (estado depressivo). Esse estado de angústia por falta da droga é bastante comum em praticamente todos os dependentes e viciados (SANTOS, 2008).

Entender e ver o fenômeno como uma doença vem amenizar para o dependente o fato na esfera moral e social. Muitos ainda desconhecem esse caso como doença. Reconhecer, como doença, aceitar, principalmente a família, seria estar iniciando o processo de resolver a temática da dependência dentro do próprio lar (SANTOS, 2008, p. 18).

Diante de todo esse contexto, pode-se afirmar que a Dependência Química é a dependência causada por qualquer substância psicoativa, ou seja, qualquer droga que modifique o comportamento e que provoque dependência (álcool, maconha, cocaína, crack, calmantes indutores de dependência ou faixa preta, entre vários outros. A dependência passa a se caracterizar a partir do momento em que o indivíduo sente que a droga é necessária para a vida, indispensável como o alimento, a água, a repouso etc. Em suma, a dependência química é uma síndrome que se caracteriza pela falta de controle no uso de determinada substância psicoativa (SANTOS, 2008).

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2001) apud Santos (2008, p. 37):

Cerca de 10% das populações dos centros urbanos de todo o mundo consomem abusivamente substâncias psicoativas independentemente de idade, sexo, nível de instrução e poder aquisitivo. Como se tem conhecimento são grandes as complicações sociais, resultantes deste abuso, visto que abala o funcionamento familiar, gerando a violência doméstica e o abuso físico e sexual. Surgem problemas no trabalho, acometendo desde a presidência até o chão da fábrica. Problemas com a habitação como, por exemplo, má manutenção da casa; problemas com vizinhos; falta de pagamento de aluguéis, luz e mudanças frequentes etc. Dificuldades financeiras; crimes; acidentes de trânsito que ocorrem por pessoas alcoolizadas e/ou drogadas, bem como a vitimização, pois a pessoa drogada torna-se alvo fácil de ladrões e criminosos violentos.

A recuperação é uma meta, o sonho de todos os dependentes químicos; dos que querem se libertar desta doença e das famílias que sofrem com o comporta-

mento inadequado das pessoas queridas, que muitas vezes os desrespeitam, gritam e até agredem fisicamente, alterações provocadas pelo uso das drogas. Essa recuperação é um trabalho que pode resultar em anos e objetiva a transformação de uma vida, que até então estava tomando um rumo terrível, marcada por brigas, egocentrismo, perdas etc.; isso tudo ocorrendo em uma vida que poderia ser produtiva (SANTOS, 2008).

10.3.2 Os internos do Projeto Reviver do Cariri e o processo de recuperação

O principal motivo pelo qual os dependentes químicos procuram o Projeto Reviver é a desintoxicação química. O tratamento tem duração de 9 (nove) a 12 (doze) meses de internamento, em que se trabalha com terapias ocupacionais, esportes, palestras, estudos bíblicos, artes, música, acompanhamentos médico e espiritual. Os entrevistados ressaltam que a intoxicação foi adquirida principalmente pelo uso de drogas ilícitas: maconha, cocaína, crack e drogas lícitas tais como as bebidas alcoólicas.

O Projeto Reviver busca recuperar dependentes químicos, ou seja, pessoas esquecidas pela sociedade e pela própria família. Diante disso, ao analisar as entrevistas, observamos que o Projeto obtém êxito no que pretende, pois cerca de 90% dos dependentes que deixam a Unidade saem total ou parcialmente recuperados. Os dependentes utilizam o seu tempo ocioso dentro do Projeto realizando atividades que auxiliem na disciplina e em seus próprios aprendizados. Um exemplo disso são as oficinas de artesanato e leitura, as quais são realizadas na biblioteca da própria instituição. Além destas estratégias, um ponto forte do processo são os estudos bíblicos, os quais são apresentados pelos idealizadores e beneficiários como a parte mais eficiente pela dimensão da espiritualidade e seus efeitos sobre o fortalecimento das novas escolhas dos dependentes.

Sobre isso um dos entrevistados ressalta que

aos olhos da humanidade aí, o dependente químico ele não tem cura, mas, pra Deus, nada é impossível. Eu me considero curado, por que eu me considero curado? Porque hoje eu tenho a fé em Cristo né, e enquanto eu tiver pegado na mão de Deus, em Jesus Cristo, enquanto eu tiver pegado na mão de Deus, eu me considero curado, e quando eu soltar as mãos de Deus, é, novamente pode ser que eu caia, porque eu já me curei.

Na participação no projeto para fins de realização desta pesquisa vimos que a maioria dos beneficiários afirma que antes de tomarem a iniciativa de procurar ajuda no Projeto era permeada por medos, fobias e principalmente falta de vontade de retomar a vida. De acordo com essas pessoas, no início do uso, as drogas provocam sensações de êxtase, bem-estar e poderio sobre tudo e todos. Por esse motivo, os usuários não conseguem parar, querem cada vez mais sentir essas sensações. Nesse contexto um dos entrevistados afirma o seguinte:

aí, as suas amizades já não eram mais aquelas saudáveis, já é daquele ramo aí da droga; aí então, fui conhecer a maconha, foi a minha primeira, primeira droga, assim que usei, foi maconha. Aí depois da maconha eu comecei a fumar cigarro, depois eu comecei a conhecer o álcool, cerveja e o álcool mesmo; e depois eu conheci a cocaína, aí depois eu fiz uma misturada, de tudo, e fiz, eu não sabia o que eu queria mais, queria beber cerveja, queria fumar cigarro, eu queria fumar maconha, eu queria cheirar cocaína, o que eu queria era endoidar, eu queria endoidar, só endoidar.

No entanto, quando o vício começa a se manifestar, a droga começa a dominar a vida do dependente e de seus familiares, como também acaba por desvincular o usuário da sociedade, impedindo-o de exercer o papel de cidadão.

De acordo com as entrevistas realizadas, constata-se que a maioria dos internos já está concluindo o tratamento, haja vista que o tempo mínimo de permanência deles no plano de recuperação é de 9 (nove) meses. No entanto, verifica-se também grande quantidade (40%) de dependentes, internados há pouco tempo. Vale ressaltar que, pelas entrevistas realizadas, pode-se concluir ainda que alguns dependentes já fugiram da Unidade por não suportar o período de abstinência das drogas, como também a solidão (saudade dos familiares). Ademais, é pertinente ressaltar que os internos possuem tempo de grande ociosidade dentro do Projeto, fator que pode gerar a vontade de fugir e novamente procurar a liberdade que eles dizem encontrar nas drogas.

Ao analisar as entrevistas, observamos que os dependentes possuem uma vontade indubitável de recuperar as suas vidas. Percebemos que a maioria, possui o mesmo desejo de recuperar a família que foi trocada pelas drogas, como também reconstruir a sua integridade com a sociedade. Ressaltam ainda que o desejo de cursar uma faculdade, melhorar a qualidade de vida por meio de um emprego com uma linhagem mais desenvolvida.

10.3.3 O Projeto Reviver do Cariri e suas especificidades

O Projeto Reviver do Cariri surgiu a partir da iniciativa do pastor Fernandito. Ele diz que após anos de dependência química foi reincluído socialmente por meio de uma casa de dependência química na cidade do Rio de Janeiro. Segundo seu próprio testemunho, “recebemos o chamado de Deus como missão e há 22 anos que a gente trabalha na recuperação de dependentes químicos”.

Contudo, embora o coordenador tenha 22 anos dedicados ao tratamento de dependentes químicos, o Projeto Reviver do Cariri tem oito anos de existência, fundado em dez de maio de 2005.

O projeto tem a capacidade de receber/abrigar 90 a 100 pessoas, estando hoje com sua capacidade total na primeira unidade e restando poucas vagas nas demais. Todas as sedes funcionam na cidade de Juazeiro do Norte, ao todo três; mas há projetos de ampliação para cinco unidades nos próximos anos.

Os internos que lá estão têm diversificadas origens. O entrevistado nos diz: “nós atendemos o Brasil todo, nós temos alunos de São Paulo a Rondônia. Na verdade nós atendemos mais pessoas de fora, do que daqui do próprio município; então as pessoas residem bem distantes daqui”.

A sustentação financeira do projeto vem de doações de terceiros e de pagamento realizado pelas famílias dos dependentes. Esse dinheiro é destinado à manutenção do local, assim como higiene e alimentação dos internos.

Levando-se em consideração que a solidariedade deve ser exercida sem discriminação de sexo, raça, nacionalidade, religião ou filiação política, pode-se dizer que a verdadeira solidariedade consiste em ajudar alguém sem receber nada em troca e sem que ninguém o saiba. Ser solidário é, na sua essência, ser desinteressado. O solidário só se move pela convicção de justiça e igualdade.

Nesse contexto, o Projeto Reviver está incluído como uma política de bem-estar e reintegração social entre os dependentes. Com isso, torna-se notório o princípio de solidariedade, no sentido de atender e orientar, de forma continuada e gratuita, pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social, estimulando-se assim nelas, o sentido de cidadania entre os beneficiados pelo projeto. No entanto, vale ressaltar que essa vulnerabilidade refere-se às condições sociais de interação nos grupos familiares, grupos de trabalho entre outros, pois, no que se refere à renda, vimos no projeto pessoas de todas as classes sociais serem atingidas pela dependência química.

10.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Novas ações de experiência econômica, pautadas em princípios diferentes daqueles propagados pela economia tradicional, ganham corpo e se fortalecem no século XXI. É que, os tempos que correm são marcados por crises que se justificam menos na conjuntura do que na estrutura da economia clássica. Ou seja, é crescente o movimento que cada vez mais questiona os objetivos de maximização da produção, minimização dos custos e maximização dos lucros como única alternativa de produção e consumo. Neste cenário, partilha, comunhão e consumo consciente são apenas alguns dos conceitos que emergem a partir dos princípios da solidariedade e sustentabilidade.

A pesquisa junto ao Projeto Reviver do Cariri nos permite inferir que o trabalho com os dependentes químicos ativa princípios da economia solidária na medida em que é custeado por doações e contribuições para manutenção dos internos e sustentabilidade das ações no longo prazo. Prova disto é que já são oito anos de contribuição com a sociedade sem fins lucrativos.

A vivência com os internos e as lideranças do Projeto mostram que a grande argamassa que sustenta a possibilidade de recuperação dos internos é a fé religiosa.

Por diversas vezes, nos encontros e entrevistas, os integrantes faziam referência a Deus como única alternativa para a superação do vício.

A dimensão da solidariedade se apresenta, ainda, no fato que muitos dos dependentes que se consideram curados permanecem no Projeto como suporte ao trabalho e aos novos membros.

REFERÊNCIAS

- ADDOR, Felipe. Desafios da Economia Solidária no Brasil: uma sistematização da literatura existente. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: EDUCAÇÃO, POLÍTICA E INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA. NESOL, 4., 2006, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2006. v. 1.
- BERTUCCI, Jonas de Oliveira. **A produção de sentido e a construção social da Economia Solidária**. 2010. 242 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2010.
- GONÇALVES, Sarah M. da S. **Economia solidária, associativismo e autogestão: uma análise de associações de artesanato de Juazeiro do Norte**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Curso de Administração, Universidade Federal do Ceará, Juazeiro do Norte, 2010.
- LECHAT, Noëlle Marie Paule. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. In: SEMINÁRIO DE INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COPERATIVAS POPULARES, 2., 2002, Campinas. *Anais eletrônicos...* Campinas: Unicamp, 2002.
- NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Princípios da Economia Solidária**. Brasília, 2006. Disponível em: <www.editoraferreira.com.br/publique/media/edson_toque7.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2012.
- SANTOS, Cecília Serapião dos. **Princípio da dignidade da pessoa humana, os portadores de dependência química e suas famílias**. 2008. 117 p. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, SC, 2008.
- SILVA, Maria das Graças; ARAUJO, Nailsa Maria Souza; SANTOS, Josiane Soares. Consumo consciente: o ecocapitalismo como ideologia. *Rev. Katálysis*, v. 15, n. 1, p. 95-111, 2002.
- SOARES, Leandro Queiroz; FERREIRA, Mario Cesar. Pesquisa participante como opção metodológica para a investigação de práticas de assédio moral no trabalho. *Rev. Psi: Org. e Trab. R. Eletr. Psico*, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 85-110, 2006.

MERCADO DE TRABALHO SOB O PRISMA DAS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO RURAL: O CASO DO BAIXO JAGUARIBE (CE)

Christiane Luci Bezerra Alves¹

Evânio Mascarenhas Paulo²

11.1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a agricultura brasileira vem esboçando um contínuo processo de transformação de seu panorama. Essas mudanças envolvem a redimen-

1 Professora adjunta do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri e doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente (DDMA) da Universidade Federal do Ceará (UFC). Contato: chrisluci@gmail.com, (85) 9710-6400.

2 Mestre em Economia rural pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Contato: evanio_paulo@hotmail.com, (85) 9729-9825.

são e redefinição do papel da agricultura na economia brasileira, sob a luz das transformações capitalistas que atingem os sistemas de gestão da produção e do trabalho nos diferentes segmentos da economia. A agenda de transformações envolve, portanto, a ação modernizadora do processo produtivo na cadeia agrícola, conferindo-lhe um caráter mais individualizado e consonante com a lógica de acumulação capitalista, possibilitando maior integração da unidade produtiva primária às redes de produção agrícola e não agrícola. Isso tem permitido o alcance de novas atividades no interior da própria agropecuária. Esse processo está ligado à manifestação de um caráter “pluriativo” nas atividades do setor, principalmente condicionadas pela emergência e multiplicação dos chamados “agronegócios”.

Deste modo, seguindo os ciclos de transformações da agricultura, identificam-se diversos componentes que traduzem as mudanças nas atividades agrícolas e no meio rural como um todo. A análise, além da ótica da produtividade, aponta que as transformações da agricultura têm sido socialmente excludentes, provocando a diminuição abrupta das populações rurais, sendo também ambientalmente prejudiciais aos ecossistemas naturais. Nesse sentido, apesar da elevação da produção, parte considerável da população mundial, inclusive nos países onde a modernização tecnológica tem sido mais intensa, não consegue sequer atingir os limites alimentares mínimos (SCHNEIDER; NAVARRO, 2006, p. 1).

O comportamento do mercado de trabalho, subordinado às lógicas das relações de produção, passa a ser ditado pelo movimento dos fenômenos que afetam o paradigma agrícola, traduzindo-se em elevação contínua da produtividade do trabalho nas tarefas agropecuárias. A esse respeito, Silva (1998) enfatiza que, em função das mudanças nas unidades produtivas agropecuárias, duas grandes transformações ocorrem no mercado de trabalho agrícola: i) nova divisão do trabalho no interior das unidades familiares, liberando alguns membros das famílias para se ocuparem de outras atividades, alheias à sua unidade produtiva; ii) os membros da família que já conduziam individualmente a atividade agrícola têm o seu tempo de trabalho reduzido, de tal sorte a possibilitar a combinação da produção agrícola na sua unidade com outra atividade externa, agrícola ou não.

Silva (1998) afirma, ainda, que a diferença entre os termos está na unidade de análise: o primeiro diz respeito às famílias e seus membros; o segundo se refere ao estabelecimento agropecuário, observando-se o tempo dedicado a ele pelas pessoas envolvidas nas atividades agropecuárias. Desse modo, no primeiro caso, os indivíduos liberados pelo processo de modernização/mecanização da produção mantêm sua estrutura domiciliar ligada ao meio rural, mas deslocam sua força de trabalho para atividades não necessariamente agrícolas, ampliando e consolidando uma categoria de indivíduos rurais que exercem atividades não agrícolas. A forma de inserção desse trabalhador no mercado de trabalho não agrícola, em muitos casos, dá-se de forma precária, devido às mais frágeis

condições de qualificação dessa mão de obra. No entanto, isso não significa o rebaixamento do padrão de qualidade das ocupações em relação ao trabalho na agricultura, pois a estrutura produtiva agrícola anterior ao processo de modernização revela indícios de precarização muito mais intensos quando comparada aos setores não agrícolas.

Nesse sentido, as conclusões de Balsadi e Silva (2008, p. 2) ganham relevância ao mostrar em que “os movimentos gerais da agricultura tiveram como resultado o aumento das discrepâncias na qualidade do emprego agrícola entre as diferentes categorias de empregados, reforçando uma tendência de polarização dentro do mercado de trabalho assalariado agrícola”.

Assim, considerando o fato de as ocupações agrícolas diminuírem nos ambientes urbanos, concomitante com o aumento de ocupações não agrícolas, até mesmo no meio rural, percebe-se um claro processo de urbanização para além dos limites das cidades. Para Monte-Mór (2006 apud CORDEIRO NETO; ALVES, 2009 p. 328),

a tese de urbanização extensiva, caso brasileiro que trata de uma “urbanização que ocorreu para além das cidades e áreas urbanizadas, e que carregou com ela as condições urbano-industriais de produção (e reprodução) como também a práxis urbana e o sentido de modernidade e cidadania”. Assim, o urbano no mundo contemporâneo seria “uma síntese da antiga dicotomia cidade-campo, um terceiro elemento na oposição dialética cidade-campo, a manifestação material e sócio-espacial da sociedade urbano-industrial contemporânea estendida, virtualmente, por todo o espaço social”.

Considerando tal cenário, o trabalho em questão pretende desenvolver reflexões acerca das transformações no meio rural na região do Baixo Jaguaribe (CE), sob o prisma do mercado de trabalho. Para isso, são discutidos, inicialmente, aspectos relevantes das novas determinações do meio rural e suas implicações no mercado de trabalho, contextualizando as alterações recentes pelas quais passa a região do Baixo Jaguaribe cearense. A caracterização demográfica e socioeconômica da região é explorada na seção três, seguida, na seção quatro, de um panorama do comportamento do mercado de trabalho na região, a partir de dados dos censos demográficos de 2000 e 2010. Por fim, são feitas as considerações finais deste trabalho.

11.2 A REGIÃO DO BAIXO JAGUARIBE E AS NOVAS DINÂMICAS NO MEIO RURAL CEARENSE

Os anos 1970 na economia nacional são marcados por diversas transformações na estrutura produtiva, que envolvem a consolidação da matriz industrial brasileira, com fortes investimentos na indústria de bens intermediários e de ca-

pital. O modelo de desenvolvimento do período promove alterações na base produtiva que passam a contemplar também fortes modificações na base agrícola, no processo conhecido como “modernização conservadora”, envolvendo reorientações na base técnica e nas relações sociais de produção. O setor primário assume então uma estrutura diversificada e heterogênea, complexa e multideterminada, constituída por diferentes Complexos Agroindustriais (CAIs) (SILVA, 1998). A intervenção pública oferece subsídios para o fortalecimento dos elos da cadeia agroindustrial e sinaliza para ações de implantação de perímetros públicos irrigados por meio de uma política estatal de irrigação.

Nos anos 1980 a crise fiscal do Estado, refletida em sua incapacidade de formular políticas de desenvolvimento e, conseqüentemente, políticas setoriais, terá rebatimentos no ajuste estrutural experimentado pelo setor agrícola. A necessidade de geração de superávits comerciais, da primeira metade da década, redireciona investimentos públicos para culturas de exportação e na segunda metade dos anos 1980, as políticas públicas impulsionam um novo modelo de irrigação, privilegiando a irrigação privada.

Mas é na década de 1990 que esse modelo se consolida e os espaços agrícolas se modernizam na perspectiva de articulação dos modelos locais com a dinâmica internacional globalizada. Nesse cenário, áreas produtivas, “manchas férteis” presentes na região semiárida nordestina, integram-se aos interesses hegemônicos do agronegócio, incorporadas a um novo circuito produtivo de empresas nacionais e estrangeiras, determinando um novo papel na divisão internacional do trabalho agrícola (ELIAS, 2006), em que o desenvolvimento da fruticultura irrigada passa a ser um dos pilares das estratégias governamentais voltadas para o Nordeste. Apesar das históricas adversidades climáticas da região, um conjunto de elementos condiciona-a como espaço de materialização da agricultura científica e do agronegócio globalizado: condições naturais favoráveis à fruticultura, com a presença de solos diversificados e férteis, baixa umidade relativa do ar e luminosidade acentuada; políticas de irrigação; intervenção pública na criação de infraestrutura, com melhorias nos sistemas viários e de escoamento da produção e incentivos fiscais e financeiros, fundamentais para a atração de investimentos externos.

Neste modelo, há um “incremento da oligopolização do espaço agrícola brasileiro, acompanhado de um paralelo processo de sua fragmentação” (GOMES, 2010, p.61), com que as políticas públicas se direcionam de forma seletiva para determinados espaços, promovendo a constituição de “arranjos territoriais produtivos agrícolas” e especializando suas culturas.

Há que se destacar o cenário que caracteriza a economia estadual, marcada, na década de 1990, por uma estratégia de crescimento econômico baseada em medidas de saneamento da máquina estatal e rigoroso ajuste fiscal, investimentos em infraestrutura e uso intensivo de incentivos fiscais e financeiros para atração

de investimentos industriais, que garantiram uma dinâmica consistente de crescimento do produto e emprego industrial cearense.

Para o setor agrícola estadual, os programas implementados tiveram como objetivo a ênfase na modernização da produção agrícola, na consolidação de agropolos e agronegócios, com projetos de irrigação e fortalecimento dos complexos agroindustriais, como forma de propiciar o aumento da renda, produtividade e competitividade no meio rural. Assim, o Ceará também se insere na nova lógica de acumulação capitalista do campo e a “força da modernização capitalista legítima no território do Estado as racionalidades ditadas pelo mercado, erigindo novas organizações espaciais em benefício das trocas globais” (PEREIRA JÚNIOR, 2005, p. 130). Como consequência, o agronegócio como um todo admite uma fração de extrema importância para a economia cearense; estudos demonstram que cerca de “um terço da economia estadual depende do setor agropecuário e de suas conexões” (GUILHOTO; AZZONI; ICHIHARA, 2009, p. 19).

É a partir da regulação desse novo modelo de base econômica e da incorporação de novos perímetros irrigados, voltados para os padrões de competitividade internacional, que a região do Baixo Jaguaribe cearense desponta como uma nova organização espacial de produção capitalista no Brasil, destacando-se como “uma das “manchas” de expansão e desenvolvimento desse mais recente modelo de racionalidade produtiva cearense” (PEREIRA JÚNIOR, 2005, p. 133), sendo beneficiada por um vale úmido próximo à Chapada do Apodi e uma rede hidrográfica de grande importância regional.

Como observam Elias, Muniz e Bezerra (2007, p. 34),

a velocidade das transformações em curso na região do Jaguaribe (CE) pode ser observada pelas metamorfoses das forças produtivas introduzidas pelas empresas agrícolas, das relações sociais de produção, assim como das transformações dos regimes de exploração do solo, com a expansão da exploração direta por parte de grandes empresas agrícolas, nacionais e multinacionais.

Desse modo, a microrregião do Jaguaribe (CE) vem obtendo resultados significativos no setor agropecuário graças, em grande parte, aos programas de fomento das atividades primárias que a ajudaram a se posicionar no cenário interno, e até mesmo internacional, da produção agrícola, baseada principalmente na fruticultura, colocando-se em curso esforços no sentido de promover a viabilidade das empresas ali sediadas.

Um dos pontos de maior destaque na evolução da atividade agropecuária no Baixo Jaguaribe pode ser notado a partir do aumento participativo da microrregião no PIB agropecuário do estado, o qual passa de apenas 7,5% em 2000, passando a representar 13,5% em 2008. A expansão do agronegócio na região também

contribuiu para que ela amplie sua participação no PIB total do Estado: de 2,6% para 3,2%, no período referido. O que reforça a noção de que os programas governamentais de fomento do setor primário colaboraram para esse resultado. Vale enfatizar ainda que a expansão do emprego formal agropecuário se deu de forma bastante rápida ao longo da década de 1990, quando se concentra grande parte das intervenções governamentais com o intuito de promover uma dinâmica econômica baseada na modernização das atividades primárias. Verifica-se, no período recente, crescimento vigoroso tanto do número de estabelecimentos e emprego formal como na distribuição deles pelos municípios que compõem a região, passando o número de empresas de 4 para 55, e os empregados de 52 para 2.921, de 1985 para 2002, respectivamente (ELIAS; MUNIZ; BEZERRA, 2007, p. 32-47).

A consolidação do agronegócio no Baixo Jaguaribe materializa processos de transformações locais de todos os aspectos, que passam a determinar novos padrões de organização socioespacial, transformação nas tradicionais estruturas agrárias, amplas alterações nas relações campo-cidade e na divisão territorial do trabalho, bem como sensíveis impactos no meio ambiente. Particularmente no setor ambiental, as externalidades geradas pelas empresas refletem-se no padrão de vida das populações ligadas diretamente ou não às atividades do agronegócio.

11.3 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA ECONÔMICA DO BAIXO JAGUARIBE

Nas últimas décadas do século XX, a microrregião do Baixo Jaguaribe, no nordeste do Ceará, passou a se destacar pelos elevados níveis de crescimento econômico. Os resultados da economia da microrregião estão, certamente, ligados ao desenvolvimento de atividades primárias, que contribuíram para inseri-la nas redes de comércio, tanto nacional como internacional.

Os dados apresentados na Tabela 11.1 representam indicadores demográficos e socioeconômicos dos dez municípios que compõem a microrregião do Baixo Jaguaribe. A população residente da região é de cerca de 313.474 pessoas, sendo o município de Russas o mais populoso com 69.883 habitantes. Em termos de área, o Baixo Jaguaribe se estende por aproximadamente 9.951 Km².

Tabela 11.1 – Indicadores demográficos e socioeconômicos selecionados (Baixo Jaguaribe, 2010)

Município	População	Área	Densidade demográfica	PIB per capita
Alto Santo	16.359	1.338,7	12,2	R\$4.712,45
Ibicuitinga	11.335	424,2	26,7	R\$4.000,43

(continua)

Tabela 11.1 – Indicadores demográficos e socioeconômicos selecionados (Baixo Jaguaribe, 2010) (continuação)

Município	População	Área	Densidade demográfica	PIB per capita
Jaguaruana	32.236	867,3	37,2	R\$7.384,47
Limoeiro do Norte	56.264	751,5	74,9	R\$7.145,92
Morada Nova	62.065	2.779,2	22,3	R\$6.169,23
Palhano	8.866	442,8	20,0	R\$5.287,00
Quixeré	19.412	616,8	31,5	R\$39.997,39
Russas	69.833	1.588,1	44,0	R\$7.950,07
São João do Jaguaribe	7.900	280,4	28,2	R\$5.308,22
Tabuleiro do Norte	29.204	861,8	33,9	R\$5.835,82
Baixo Jaguaribe	313.474	9.951	31,5	R\$9.379,10

Fonte: IPECE (2013); IBGE (2013).

O município com maior densidade demográfica é Limoeiro do Norte (74.9), que é também o segundo mais populoso da região. Entretanto, a densidade demográfica da microrregião é em geral baixa, sugerindo um mercado de trabalho rural de dimensões relativamente elevadas, dada a estrutura agrícola de envergadura significativa que ali tem se desenvolvido.

Dentre os municípios com maior PIB *per capita* destaque especial deve ser dado ao Quixeré, ostentando, nessa variável, valores correspondentes a R\$ 39.997,39, sendo o município que mais cresceu nos últimos anos.

Os dados da Tabela 11.2 ajudam a dimensionar o padrão de crescimento esboçado pelo Baixo Jaguaribe nos anos recentes. O crescimento médio do seu Produto Interno Bruto foi de 19,4%, entre 2005 e 2010. Quixeré teve um crescimento médio de 97,8% no mesmo período, muito embora tenha sido o mais afetado pelo quadro recessivo iniciado no último trimestre de 2008, com um recuo de -31,7% no seu PIB no ano de 2009, quando os efeitos da crise econômica de 2008 se tornaram mais evidentes e severos.

Tabela 11.2 – Produto Interno Bruto a preços de mercado, em R\$ mil (Baixo Jaguaribe, 2005-2010)

Municípios	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Alto Santo	37 997	45 155	51 972	64 910	72 421	77 096
Ibicuitinga	26 404	32 101	29 141	38 409	40 277	45 345
Jaguaruana	117	145	146	184	209	238
	739	685	261	526	210	068

(continua)

Tabela 11.2 – Produto Interno Bruto a preços de mercado, em R\$ mil (Baixo Jaguaribe, 2005-2010) (continuação)

Municípios	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Limoeiro do Norte	270	330	402	490	356	402
	192	732	049	508	309	180
Morada Nova	193	234	265	320	351	383
	659	803	724	942	118	023
Palhano	18 641	22 406	33 356	31 036	38 838	46 890
Quixeré	128	163	178	198	135	776
	897	727	359	347	489	829
Russas	290	346	377	431	441	555
	900	242	166	695	189	646
São João do Jaguaribe	24 732	28 381	29 835	33 992	37 257	41 946
Tabuleiro do Norte	81 331	95 296	100	121	137	170
			116	734	985	464
Ceará	40 935	46 303	50 331	60 098	65 703	77 865
	248	058	383	877	761	415

Fonte: IPECE (2012).

O comportamento do PIB nesses municípios ajuda a compor uma perspectiva do grau de integração da cadeia produtiva do Baixo Jaguaribe aos grandes fluxos de comércio internacional. No entanto, esses mesmos dados evidenciam que as atividades econômicas aí desenvolvidas denunciam alta sensibilidade às flutuações da economia internacional. O fenômeno segue a tendência da economia brasileira na primeira década dos anos 2000, que tem parte da dinâmica de sua demanda agregada condicionada ao contexto internacional favorável no mercado de bens, o qual manteve a expansão do comércio mundial, valorização do preço internacional das commodities e momentos de expansão da liquidez, mas que, graças aos mesmos mecanismos, também torna mais vulneráveis as economias com alto nível de integração à cadeia internacional. Percebe-se, ainda, a elevada assimetria nos níveis de desenvolvimento econômico da região, por meio das disparidades apresentadas pelo PIB nos diferentes municípios.

Outro importante dado acerca de caracterização econômica da região é a estrutura setorial do PIB municipal. Nas unidades municipais de maior porte é mais forte a presença do setor de serviços, em virtude do maior nível de complexidade da economia dessas cidades. Em contrapartida, nos municípios menores a participação de atividades primárias é mais significativa. De forma geral, depreende-se uma forte participação da agricultura na formação do PIB da microrregião em estudo, seja como contribuição direta de agropecuária, como mostrado na Tabela 11.3, seja por seus efeitos de propagação nas cadeias industriais e/ou de serviços, como evidenciado pela literatura.

Tabela 11.3 – Estrutura setorial do valor adicionado a preços básicos, em % (Baixo Jaguaribe, 2009-2010)

Municípios	2009			2010		
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Agropecuária	Indústria	Serviços
Alto Santo	27.8	11.9	60.3	24.4	13.9	61.7
Ibicuitinga	14.5	10.6	75.0	11.6	11.8	76.6
Jaguaruana	20.7	25.1	54.2	16.7	27.6	55.6
Limoeiro do Norte	18.2	20.7	61.1	14.0	21.8	64.1
Morada Nova	13.2	30.2	56.6	12.6	28.9	58.5
Palhano	30.2	9.5	60.3	31.4	10.0	58.6
Quixeré	40.7	12.6	46.7	3.6	6.1	90.2
Russas	7.4	25.9	66.8	10.8	24.3	64.9
São João do Jaguaribe	24.0	10.8	65.2	21.9	12.7	65.4
Tabuleiro do Norte	10.2	18.5	71.3	8.7	21.4	70.0

Fonte: IPECE (2012).

11.4 ESTRUTURA DO MERCADO DE TRABALHO DO BAIIXO JAGUARIBE

Os novos processos de acumulação no meio rural conferem às áreas mais desconectadas das grandes cidades a possibilidade de auferirem uma dinâmica econômica de certa envergadura e complexidade, de forma a se inserirem nos fluxos nacionais e internacionais de comércio. Esses fenômenos, certamente, implicaram novos padrões e formas de contratos de trabalho no espaço rural que permitiram/induziram novas determinações das relações de emprego com fortes reflexos no perfil do trabalhador rural.

Nos estudos das relações de trabalho no meio rural, deve-se observar o seguinte: à medida que a agricultura se torna mais mecanizada, as antigas relações de trabalho, características desse setor, vão sendo extintas e em seu lugar surgem novas formas de ocupação. Ao mesmo tempo, novas determinações alteram o comportamento dos trabalhadores rurais, levando-os a assumir novas características, os tornam, por exemplo, mais pluriativos, tendo-se, como consequência, o aumento do desemprego agrícola decorrente desse processo.

Assim, ao longo de várias décadas, o mundo rural foi palco de intenso fluxo de migração de áreas rurais para áreas urbanas, contribuindo para que as atividades primárias fossem se constituindo em uma espécie de reservatório de mão de obra barata, com baixos níveis de qualificação, que poderia ser ocupada ou subocupada em atividades não agrícolas urbanas. Esses movimentos ainda podem ser percebidos de forma ainda intensa em regiões cujas áreas rurais sejam significativamente mais atrasadas.

Os estudos sobre as questões do meio rural, nos últimos anos, todavia, sugerem uma suavização desse fluxo espacial. No entanto, o fluxo setorial vem se intensificando à proporção que as atividades não agrícolas ampliam sua participação no número de trabalhadores rurais, o que pode ser caracterizado como um processo de urbanização para além dos limites das cidades. Pode-se considerar, então, uma alteração importante na configuração das relações de migração rural, havendo, pois, substituição de migrações espaciais para migrações setoriais.

Com isso, assiste-se modernamente ao desenvolvimento dos chamados “novos rurais”. Aí a dinâmica da produção dos agronegócios, prática que congrega as redes de produção agrícolas e não agrícolas, mas que estão ligadas ao universo agropecuário, repercute decisivamente na configuração, qualidade e dinâmica do emprego agrícola no Ceará.

Os dados a seguir ilustram as alterações das relações de trabalho no Baixo Jaguaribe, no estado do Ceará. Essa região, como enfatizado em seções anteriores, congrega grandes redes de produção agrícolas que alcançaram um desenvolvimento significativo nos últimos anos e pode servir como um parâmetro para avaliação dos impactos das transformações no mundo rural perante as novas determinações das relações de emprego.

Depreende-se, de início, um crescimento muito mais intenso das atividades não agrícolas, até mesmo no meio rural (que tem taxa de variação maior para esse tipo de ocupação do que o próprio meio urbano, 35,3%, contra 34,1%). Conclui-se que a expansão das atividades não agrícolas é quase que uma decorrência do próprio processo de desenvolvimento agrícola, pois à medida que os arranjos agropecuários se consolidam, os efeitos de encadeamentos gerados tendem a repercutir decisivamente nas atividades não agrícolas. Estas atividades, por sua vez, congregam uma gama de segmentos em que a oferta de emprego é necessariamente muito maior do que a das atividades primárias que as determinaram.

Na análise comparativa entre os censos de 2000 e 2010, o emprego agrícola teve uma redução de 2,6% no total, o que prova serem as atividades primárias, em termos de geração de emprego, muito menos dinâmicas que as atividades não primárias. No entanto, é importante se ter em mente que os empregos no setor primário costumam ser largamente mais precários que os não agrícolas e são exatamente tais tipos de ocupação que tradicionalmente costumam ser destruídos

no processo de modernização do campo. Assim, na dinâmica de criação e destruição de formas e padrões de ocupação no campo, desencadeada por suas novas configurações produtivas, as atividades primárias perdem postos de trabalho no meio rural, onde são mais precárias, e geram postos de trabalho agrícola, mas ocupados por indivíduos do setor urbano que tendem a ter maior qualidade. É necessário atentar que as dinâmicas do mercado de trabalho em cada espaço têm padrões muito distintos, pois à medida que as ocupações agrícolas se reduzem no espaço rural (redução de 10,7% na década de intervalos dos censos) o emprego agrícola urbano vem aumentando (crescimento de 22,3% no mesmo período).

Tabela 11.4 – Dinâmica do mercado de trabalho agrícola e não agrícola (Baixo Jaguaribe, 2000 e 2010)

Situação	2000			2010		
	Não agrícola	Agrícola	Total	Não agrícola	Agrícola	Total
Urbano	45.935	9.558	55.493	61.606	11.688	73.294
Rural	14.392	29.373	43.765	19.474	26.219	45.693
Total	60.327	38.931	99.258	81.080	37.907	118.987

Fonte: Censos Demográficos do IBGE .

Com relação às dinâmicas do mercado de trabalho urbano e rural, percebe-se um volume bem mais intenso na geração de postos de trabalho nas áreas urbanas, que apresentaram variação de 32,1%, ao passo que o mercado de trabalho rural teve uma expansão de apenas 4,4%; vale notar que esse crescimento positivo só foi possível graças a aumento do emprego em atividades não agrícolas, mas ocupadas por indivíduos do grupamento rural.

O novo dimensionamento do mundo rural traz alterações importantes não só em termos de dinâmica do mercado de trabalho, mas também na qualidade das ocupações agrícolas, que passam a assumir uma estrutura mais qualificada em virtude de as atividades não agrícolas contratarem de forma mais formalizada e com melhores níveis de rendimentos, por exemplo. Desse modo, uma das transformações mais interessantes nas relações de trabalho no meio rural certamente é o aumento considerável do nível de formalização das ocupações.

Como resultado da expansão do agronegócio, responsável pela difusão de um novo modelo de produção agropecuária, fazendo destas áreas pontos de conexão de circuitos espaciais da produção do sistema alimentar globalizado, o comportamento endógeno das relações de trabalho vem sendo transformado. Desse modo, a mudança do padrão de produção acompanha-se de um aumento do mercado de trabalho agrícola em moldes capitalistas, especialmente a partir dos anos 1990 (ELIAS, 2006, p. 41).

A Tabela 11.5 traz informações acerca das posições do mercado de trabalho no Baixo Jaguaribe. Verificaca-se aí a expansão das ocupações formais em volume superior às informais (crescimento de 65,9% para as primeiras e de 21,3 para a segunda), aumentando sua participação de 30% para 37% da mão de empregada.

Tabela 11.5 – População rural ocupada segundo posição ocupacional (Baixo Jaguaribe 2000 e 2010)

Posição de ocupação	2000	2010	Variação
Empregados	36.667	49.318	34,5
Com Carteira	10.873	18.041	65,9
Sem Carteira	25.794	31.277	21,3
Trabalho Doméstico	1.599	1.812	13,3
Com Carteira	43	59	37,2
Sem Carteira	1.556	1.752	12,6
Conta própria	12.737	10.315	-19,0
Empregadores	392	223	-43,1
Não remunerados	6.026	1.358	-77,5
Próprio consumo	5.896	9.203	56,1

Fonte: Censos Demográficos do IBGE, 2000, 2010.

Outro ponto a ser destacado é o crescimento da taxa salarial na região, que passa a representar cerca de 68% da população rural ocupada. Posições menos qualificadas com o trabalho por conta própria e os não remunerados apresentaram reduções importantes de 6e 8 pontos percentuais, respectivamente.

Como observa Elias (2006, p. 41),

as profissões ligadas ao setor da agropecuária são as que apresentam o maior número de admissões na região do baixo Jaguaribe. Assim, o mercado de trabalho agrícola tem hegemonia sobre o mercado total de trabalho formal. Desta forma, confirma-se a tendência de expansão da agricultura e de relações capitalistas baseadas no trabalho assalariado.

O mercado de trabalho sofre indícios de um processo de nova territorialização, subordinada às lógicas de reestruturação do espaço agrícola regional. As novas dinâmicas da agricultura determinam as múltiplas faces do perfil dos trabalhadores rurais e modificam até mesmo o mercado de trabalho urbano, dando-lhe novas dinâmicas e configurações, que por sua vez transformam e/ou retransformam o mercado de trabalho agrícola, em um processo de retroalimentação.

Em outras palavras, a dinâmica do mercado de trabalho agrícola segue no rastro das alterações produtivas e se reflete, assim, em profundas modificações no âmbito socioeconômico (ELIAS, 2006).

Há que se observar, no entanto, o surgimento de polos agrícolas nos subespaços do semiárido no interior do Nordeste alinhados às lógicas de produção e consumo globalizado, de que o Baixo Jaguaribe é um exemplo. Esses pólos não são eficientes/suficientes para romper com os tradicionais níveis de pobreza desses espaços, pois, segundo Elias (2006, p. 46), “ocorre com grande produção de riqueza, cada vez mais concentrada, paralelamente a uma enorme produção de pobreza, cada vez mais difundida, além de criar muitas novas desigualdades socioespaciais”.

11.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento de atividades não agrícolas em espaços antes concebidos como sendo exclusivamente rurais e agrícolas cria novas relações de ocupações, que conferem ao mundo rural uma dinâmica baseada no desenvolvimento daquelas atividades que, por sua vez alteram até mesmo a percepção acerca do meio rural, passando a ser compreendido agora como um espaço de reprodução também do capital não agrícola.

Essas novas alterações no padrão de dinâmica e do próprio mercado de trabalho parecem ser um fenômeno consolidado que tende a se diversificar e ampliar à medida que as cadeias produtivas agrícolas e não agrícolas se integrem.

A microrregião do Baixo Jaguaribe no Ceará apresenta um desenvolvimento do mercado trabalho de certa magnitude. Não obstante, nota-se que aí o meio rural sofre rupturas importantes, pois a oferta de trabalho não agrícola tende a ser muito mais elevada que a essencialmente agrícola, até mesmo no mundo rural. Conclui-se, também, que os níveis de formalização no meio rural aumentaram significativamente com a expansão das atividades não primárias, como um indicativo de que os novos padrões de contratos de trabalho no meio rural são de maior qualidade em termos de ocupação. No entanto, esse processo ocorre alheio ao desenvolvimento de políticas públicas que garantam que ele se consolide de forma equilibrada em termos de melhora na condição de vida dos trabalhadores rurais.

REFERÊNCIAS

BALSADI, Otávio Valentim; SILVA, José Francisco Graziano da. A polarização da qualidade do emprego na agricultura brasileira no período 1992-2004. *Revista Economia e Sociedade*, Campinas, v. 17, n. 3, p. 493-524, dez. 2008.

CORDEIRO NETO, José Raimundo; ALVES, Christiane Luci Bezerra. Ruralidade no vale do submédio São Francisco: observações a partir da evolução econômica do pólo

Juazeiro-BA – Petrolina-PE. **Revista Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (IDEAS)**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 324-361, jul.-dez. 2009.

ELIAS, Denise. Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. **Revista Eletrônica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 10, n. 218 (03), 2006.

_____. Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 9, n. 8, p. 29-51, jan.-jun. 2006.

ELIAS, Denise; MUNIZ, Alexandra; BEZERRA, Juscelino. Agronegócio e reorganização das relações de trabalho agrícola no Baixo Jaguaribe (CE). **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 38, n. 1, p. 32-47, jan./mar. 2007.

GUILHOTO, Joaquim José M.; AZZONI, Carlos Roberto; ICHIHARA, Sívio Massaru. **A participação da agricultura familiar no PIB do Ceará**. Fortaleza: Instituto Agropolos do Ceará, 2009.

GOMES, Iara Rafaela. Globalização e novas regiões produtivas no nordeste brasileiro. **Mercator**, v. 9, n. 20, p. 57-74, set./dez. 2010.

ORTEGA, Antônio César; GARLIPP, Ana Alice D.; JESUS, Clésio M. de. Terceirização e emprego rural na agricultura do cerrado mineiro: os casos da mecanização no café e na cana-de-açúcar. In: CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano da (Org.). **O novo rural brasileiro: novas atividades rurais**. Brasília, DF: Embrapa, 2004. v. 6. p. 95-124.

PEREIRA Jr, Edilson. Economia política da urbanização da região do Baixo Jaguaribe-CE: dinâmica populacional e novas formas de consumo, emprego e renda. **Geosul**, Florianópolis, v. 20, n. 40, p. 129-146, jul.-dez. 2005.

PRONI, Marcelo Weishaupt. Mapeamento do trabalho agrícola no Brasil. In: MORETTO, Amilton; KREIN et al. (Org.). **Economia, desenvolvimento regional e mercado de trabalho do Brasil**. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, 2010. p. 139-178.

SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura familiar e emprego no meio rural brasileiro: análise comparativa das Regiões Sul e Nordeste**. Parcerias Estratégias, Brasília, DF, CGEE, n. 22, jun. 2006. p. 217-244.

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1998.

VASCONCELOS, José Romeu de (Coord.); ALMEIDA, Manoel Bosco de; SILVA, Almir Bittencourt da. **Ceará: economia, finanças públicas e investimentos nos anos de 1986 a 1996**. Brasília, DF: IPEA, 1999. (Texto para Discussão, n. 627).